

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, TRADIÇÃO E MODERNIDADE
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA

O viver na “Cidade do Bem”:
tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio na Boa
Viagem/BA

Marilécia Oliveira Santos

Belo Horizonte

2010

Marilécia Oliveira Santos

O viver na “Cidade do Bem”:
tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio na Boa
Viagem/BA

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal de Minas Gerais como parte dos
requisitos necessários à obtenção do título
de Doutor em História.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Eliza
Linhares Borges.

Belo Horizonte

2010

*Para o meu tio Hugo Santos que se foi.
Jamais esquecerei sua capacidade de despertar e alimentar sonhos.*

Agradecimentos

Colocar o ponto final num texto dessa natureza não é tarefa fácil, mas as etapas precisam ser concluídas para darmos início a outras. Olhando o material pronto para encadernar revejo os vestígios das dúvidas que me ocuparam e as escolhas que fiz. Revejo também que, durante todo o tempo em que estive envolvida com a Tese, contei com generosidade e afeto de muitas pessoas tornando minhas angústias suportáveis.

Agradeço a prof^ª Dr^ª Maria Eliza Linhares Borges que aceitou orientar-me logo no primeiro contato e de quem muito me beneficiei pelo constante estímulo intelectual. Sua leitura arguta contribuiu sobremaneira para o resultado final desse texto, tanto na forma quanto no conteúdo. Estendo o agradecimento aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG com os quais tive a oportunidade de cursar disciplinas. Sinalizo o nome da colaboradora prof^ª Dr^ª Giselle Venâncio pelas conversas que tivemos sobre o projeto. Suas observações foram importantes para o processamento de algumas ideias ainda embrionárias. Aos membros da banca de qualificação, prof^º Dr^º Douglas C. Libby e prof^º Dr^º Marcelo Godoy, agradeço pela leitura atenta e sugestões que contribuíram para repensar os caminhos da Tese.

Contei com o apoio financeiro do programa PICDT da CAPES que concedeu bolsa de doutoramento por quatro anos. Ela foi de grande valia, possibilitando a minha permanência em BH por um ano e meio e a participação em encontros e simpósios durante o período de vigência do doutorado.

Contei, em momentos distintos, com a presteza de alguns funcionários da UFMG: Norma Guedes, Edilene Oliveira, Valteir Gonçalves Ribeiro e Alessandro Magno da Silva não mediram esforços para auxiliar-me na resolução das questões de ordem burocrática e a todos sou muito grata. Sem esse concurso a distância entre as cidades de Belo Horizonte e Salvador seria ainda maior.

Aos colegas da Pós-Graduação (Turma de 2006 – mestrandos e doutorandos), deixo aqui consignada a minha mais profunda gratidão pela maneira afável que sempre fui tratada. Morar em BH foi uma oportunidade de construir novas e grandes amizades. Jamais esquecerei o carinho e gentileza com que Gabriela Dias, Ana Maria Almeida, Samuel Oliveira, Bruno Lontra, Mabel Salgado, Denise Bahia, Jeaneth Xavier, Rogério Arruda, Miriam Hermeto e Luana Campos me acolheram, alguns inclusive me levando para o convívio de suas famílias. Agradeço ainda a disposição que tiveram para me apresentar a BH dos mineiros. Com as duas últimas o meu débito é imensurável porque além de todas as atenções citadas acima, nunca perderam a oportunidade de prestar auxílio e solidariedade. Essas mineiras são muito queridas.

Morei em alguns lugares em BH, dentre eles guardo com muito carinho o período que fiquei na Moradia Universitária da FUMP dividindo o apartamento com alunas de diversos cursos da UFMG. A convivência saudável com elas me proporcionou muita alegria. Agradeço também a Miziara Miranda por ter partilhado comigo as dificuldades de encontrar um lugar para morar na cidade.

Sou grata aos meus colegas do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia, sobretudo aos do Colegiado do Curso de História, pela liberação das

minhas atividades laborais. Também ao Programa de Pós-Graduação da mesma Universidade pelo constante suporte, sobretudo durante o período em que estive morando na cidade de Belo Horizonte.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia e do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Feira de Santana agradeço a disposição em me auxiliarem na localização da documentação aqui trabalhada.

Sou grata ao colecionador Ubaldo Senna por confiar-me seus preciosos cartões-postais da Vila Operária e permitir suas reproduções. À Vera Natália também por permitir a reprodução da carteira de trabalho de sua antepassada tão bem preservada pelo seu tio avô. Ainda bem que algumas famílias contam com seus “guardiões da memória”.

Agradeço a minha família e meus amigos por colaborações diversas para que este trabalho se concretizasse. Sem o concurso de alguns dificilmente eu teria concluído esta Tese.

Luísa do Rosário Souza Netto me ajudou em tantas coisas que nem saberia enumerá-las. Sempre contei com sua presença afetuosa e incentivo intelectual. Thaíse Santos Ferraz Souto e Érika Santos Aragão são companheiras e cúmplices inseparáveis e com elas partilho as dificuldades da vida e os devaneios necessários para deixá-la equilibrada. Neuza Antunes Rubim por muitas coisas, mas, principalmente por me socorrer no tratamento do material relativo às férias dos funcionários da CEIN, pela tradução do resumo e por fotografar os cartões-postais. Carlos Henrique Rodrigues Santos por me ajudar a entender, ao menos em parte, as Leis Trabalhistas e suas constantes revogações. Eufrozina Passos por auxiliar-me na difícil tarefa de compreender os documentos fotografados. Marta Enéas da Silva pela presença amiga e disposição para atender as minhas freqüentes solicitações. Simone Cunha e Maria José Telles pela solidariedade constante e por tornar meus dias na cidade de Alagoinhas bem mais agradáveis.

Tenho um débito enorme com Paulo Santos Silva pela disposição em ler e discutir comigo esse texto e, sobretudo, por me ajudar a identificar as minhas contradições. Das suas valiosas e fundamentais sugestões esse trabalho sai em grande medida beneficiado.

Agradeço ainda a outras pessoas que aqui não puderam ser mencionadas pela limitação de espaço. Contei com muitas atitudes e gestos que em diferentes situações contribuíram para manter o meu entusiasmo e concorreram para a concretização dos meus esforços.

Certamente os erros e equívocos que tenham permanecido são de minha exclusiva responsabilidade.

Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim (...) a representação escriturária é “plena”; preenche ou oblitera as lacunas que constituem, ao contrário, o próprio princípio da pesquisa, sempre aguçada pela falta.

Michel de Certeau

Resumo

O propósito dessa Tese é estudar a Vila Operária da Boa Viagem, na cidade de Salvador aqui entendida como um espaço de convivência operária. Explorar os sentidos e significados que ela teve para seus moradores, assim como para os diversos atores envolvidos naquela experiência. Procura-se, através das normas de conduta estabelecidas pela empresa, conhecer as intenções de controle da Companhia e como os trabalhadores/moradores as perceberam, algumas vezes submetendo-se a essas determinações e outras realizando esforços para tornar tais espaços como territórios apropriados, lugares de sociabilidades e de construção de identidades. A documentação revelou o descompasso entre uma memória construída da Vila enquanto espaço idealizado, e a vivência histórica permeada de embates, conflitos e tensões. O recorte temporal é de 1892, momento que data da inauguração da vila, a 1946/47, período de criação de um novo Regulamento Interno de Trabalho e de moradia submetido e aprovado pela Delegacia Regional do Trabalho.

Palavras-chave: Bahia, Salvador, vila operária, trabalhadores, memória.

Abstract

The purpose of this Thesis is to study the Factory Worker's Villa of Boa Viagem, in Salvador City, as a living space of workers. It explores the senses and meanings that the villa had for its residents, as well as many people involved in that experience. Through the analyses of the rules of conduct established by the company, this thesis intends to know the intentions of the company's control and how workers/residents understood this rules, sometimes chose to subject themselves to these determinations and other time performed efforts to make such spaces as their own places, trying to create territories of sociability and identities builder. The researched documentation revealed a mismatch between the memory constructed about the villa, as an idealized space, and the historic experience permeated with clashes, conflicts and tensions. The temporal clipping is from 1892, when the villa was inaugurated, to 1946/47, period when the new Internal Regulation of Working and Housing was created, submitted and approved by the Regional Labour Office.

Keywords: Bahia, Salvador, factory worker's villa, workers, memory

Sumário

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 10 |
| 2. Capítulo I | |
| A CEIN e a cidade de Salvador: condições de trabalho e moradia..... | 26 |
| 3. Capítulo II | |
| O projeto de criação da Fábrica e da Vila Operária: sentidos e propósitos..... | 58 |
| 4. Capítulo III | |
| O cotidiano da Vila: entre prêmios e punições..... | 108 |
| 5. Capítulo IV | |
| A Fábrica e Vila Operária: mudanças e permanências..... | 167 |
| 6. Considerações Finais..... | 215 |
| 7. Fontes e Referências Bibliográficas..... | 218 |

Abreviaturas

ACB – Associação Comercial da Bahia

APEBA – Arquivo Público do Estado da Bahia

APMS – Arquivo Público Municipal de Salvador

BCEBA – Biblioteca Central do Estado da Bahia

CEDOC – Centro de Documentação e Pesquisa

CEIN – Companhia Empório Industrial do Norte

CIFTSP – Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo

IRDEB – Instituto Radiofônico Difusor do Estado da Bahia

IGHBA – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

RIGHBA – Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

SEPLANTEC – Secretaria de Planejamento Técnico

Introdução

No ano de 1892, na cidade de Salvador, foi construída uma Vila Operária vinculada a Companhia Empório Industrial do Norte – CEIN, uma das maiores indústrias têxteis brasileiras durante as primeiras décadas do século XX. O propósito dessa tese é estudar essa Vila aqui entendida como um espaço de convivência operária. Explorar os sentidos e significados que ela teve para seus moradores, assim como para os diversos atores que partilharam de sua experiência.

A Vila Operária da CEIN foi fruto de um projeto arquitetônico moderno e arrojado. Dispunha de uma infra-estrutura muito diversa daquela existente na maior parte da capital baiana, sobretudo com condições de moradia superiores a dos demais trabalhadores pobres da cidade, tais como calçamento das ruas, esgoto, água canalizada, posto médico e iluminação elétrica.

No período de construção da Vila, a cidade de Salvador mantinha traços coloniais e uma pujança comercial. A maioria da população vivia em ruas estreitas que tinham calçamentos irregulares e um sistema de esgoto e iluminação precários. Esta feição da cidade remetia a uma época que os reformadores urbanos da Primeira República buscaram suprimir.

Em geral, as vilas operárias foram difundidas, tanto pelos poderes públicos, quanto pelas elites, como um meio eficaz de controle da população pobre, alimentando, assim, expectativas de ordenação do espaço público. Acreditava-se na ação do meio como ambiente formador do homem e a implantação das vilas operárias foi vista como evidência da validade e da viabilidade das teses de uma sociedade calcada nos ideais de “civilização” e “progresso”. Não por acaso, as vilas operárias foram freqüentemente laureadas como uma conquista (leia-se domínio) do “território da miséria e da barbárie pela civilização”.¹

A construção de vilas operárias pelos industriais, além de reduzir a inconstância dos trabalhadores nas fábricas, revelou-se bastante lucrativa também pela segurança no recebimento dos aluguéis. Na experiência aqui analisada, percebeu-se que as preocupações dos empreendedores foram além dessas expectativas. Foram recorrentes

¹CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão*. Campinas: Papiros, 1998. p. 10.

as tentativas da empresa de interferir no comportamento dos trabalhadores buscando alterar seus valores, intervindo na organização do lazer, da educação dos filhos e das manifestações religiosas.

Os administradores da CEIN elaboraram, em momentos distintos, dois conjuntos de normas para o viver na Vila. Um instituído no período de sua inauguração, livre da interferência dos poderes públicos, e outro no ano de 1947, em consonância com a *Delegacia Regional do Trabalho*. Buscou-se perceber, nesse estudo, como os trabalhadores se portaram diante dessas regras impostas. Notou-se que às vezes submetiam-se às determinações; outras reagiam de forma diferenciada de modo a tornar tais espaços territórios por eles apropriados e transformados em lugares de sociabilidades e de construção de identidades.

Na prática, entre a vigência dos dois regulamentos, mudanças já se concretizavam, fruto de fatores externos e internos diversos. Essas alterações seguiram os ritmos das transformações mais amplas vividas pela sociedade brasileira, e baiana em particular, e obedeceram a lógicas internas de funcionamento. Aqui, procurou-se compreender a trama que envolveu os momentos de alianças ocasionais e conflitos como partes integrantes de um jogo ativo no qual estavam inseridos interesses diversos como poder, prestígio, morar e viver.

Em paralelo as tentativas de intervenção no comportamento dos moradores, os dirigentes da CEIN fizeram uma ampla exibição pública da Vila através das festas dominicais e de encerramento do ano letivo da Escola, das visitas autorizadas, do uso de iconografia publicitária, recursos fartamente explorados pelos jornais do período

As reiteradas metáforas sobre a Vila: “ilha de ordem”, “Cidade do Bem”, “Cidade Operária”, “Cidade do Trabalho” procuravam diferenciá-la, bem como seus moradores, do restante dos moradores dos bairros pobres da cidade de Salvador. Na documentação analisada foi possível constatar que o investimento na imagem ideal da Vila visou atingir os contemporâneos das experiências, e também, legá-la ao futuro. Foram muitos os meios empregados com o propósito de perenizar a imagem da Vila como um espaço tranqüilo, ordeiro e, sobretudo, harmônico.

A construção e reafirmação de uma memória idealizada da Vila foi continuada, porém, em pelo menos dois momentos específicos, ela foi particularmente alimentada

por conjunturas que a sociedade baiana viveu. Em 1923, por ocasião do centenário da independência da Bahia, e na década de 1940, com a aproximação das comemorações dos 400 anos da cidade de Salvador. Nessas conjunturas, a elite letrada baiana produziu farta documentação com vistas a um enaltecimento da Bahia e seus filhos numa recriação de memórias de um passado considerado glorioso buscando, assim, encontrar meios para a retomada de seu destaque político no cenário nacional. A década de 1940 culminou ainda com o centenário de nascimento de Luiz Tarquínio (1844-1944), idealizador da Vila, e o cinquentenário da fundação da CEIN.

Fez parte dessa lógica discursiva o investimento na imagem de Luiz Tarquínio, como modelo de industrial, sobretudo de um empresário preocupado com as questões sociais do país. Sua Vila Operária foi vista e difundida como a síntese do seu pensamento, alimentando a idéia de um espaço sem conflito entre o trabalho e o capital.

No entanto, foi possível flagrar, nos registros do cotidiano, os sinais de descontentamento, de tensões e perceber as contradições entre o modelo ideal pretendido e alardeado e o modelo vivido, apesar da imagem harmoniosa lenta e continuamente difundida pelos diretores e pelos jornais sobre a Vila e seus moradores com vistas a velar ou escamotear os conflitos e dificuldades vivenciadas por eles.

Nessa medida, o presente trabalho procurou perceber os dados sobre a Vila que foram objeto de destaque e o que se procurou omitir. A insistência em determinados temas e os silenciamentos sobre outros acabou por revelar mais, quando a intenção era esconder. Assim, procurou-se conhecer e analisar as representações construídas sobre a Vila, a forma como foi imaginada, projetada e organizada bem como a imagem que passou a assumir no decorrer do tempo sob os efeitos da dinâmica das vivências e experiências cotidianas. Em outras palavras, no processo de investigação, evidenciou-se o descompasso entre uma memória construída da Vila, enquanto um espaço idealizado, e a vivência histórica permeada de embates, conflitos e tensões. A imprensa local e órgãos como a *Associação Comercial da Bahia* e o *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* deram espaço para a divulgação das festas e premiações ocorridas na Vila e para a construção do perfil positivo de Luiz Tarquínio. Por sua vez, os acidentes e os roubos não gozaram do mesmo espaço e as greves tiveram alguma visibilidade quando coadunaram com momentos de disputas políticas locais e, circunstancialmente, os jornais opositores dela trataram.

Foram muitas as entrevistas e depoimentos de antigos moradores da Vila analisados. Embora elas fizessem parte de um conjunto de matérias enaltecidas de Luiz Tarquínio, e por isso mesmo editadas conforme seus interesses, percebeu-se em sua maioria, a reafirmação da memória idealizada, possivelmente numa busca de pertencimento a este passado fundador da experiência.

Esses registros, deixados por antigos moradores, instigaram pelo menos duas perguntas: Por que esses antigos moradores reforçaram a imagem presente nas representações externas da Vila, as quais idealizaram seu criador? Mais ainda: por que tais memórias jogaram nas sombras a imagem da Vila como um espaço coletivo vivido no embate cotidiano? Em outras palavras, por que aquelas pessoas reafirmaram memórias herdadas de um passado que não viveram e não falaram da sua própria experiência?

O que se constatou foi que, na *batalha das memórias*, onde se travam as competições entre as memórias concorrentes, a que saiu vitoriosa nessa experiência foi aquela que encontrou maior espaço público e que contou, em grande medida, com a elite letrada baiana que dela se alimentou e se serviu para reforçar seus interesses em momentos distintos.²

O recorte temporal adotado compreende o período entre 1892 a 1946/47. Em 1892 a vila foi inaugurada com casas para os trabalhadores mediante aluguel e condições definidas pela empresa para a ocupação e convivência interna; em 1947 foi criado um novo *Regulamento Interno de Trabalho* com um capítulo dedicado ao *Regulamento Interno da Cidade Operária*. Conforme já dito, esse regulamento foi submetido à *Delegacia Regional do Trabalho* para avaliação. O delegado regional em exercício retornou o texto para a Empresa com uma carta de aprovação e esta foi impressa, juntamente com o regulamento, e distribuída aos operários no ano de 1947. O novo regulamento se diferenciou em muitos aspectos do adotado inicialmente sobre as regras internas de funcionamento e revelou o momento de negociação da Empresa com o Estado no estabelecimento destas regras.

²Aqui se usou a expressão *batalha das memórias* de Michel Pollak. POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

Na temporalidade aqui adotada foi possível acompanhar modalidades de relações entre o espaço do trabalho e o espaço da moradia. Tanto o que foi vivido quanto o que foi perpetuado pela memória, seja de parte da elite baiana ou de trabalhadores e seus descendentes conforma um conjunto de experiências que revelaram modos de apropriação de um espaço que inicialmente se vinculava ao trabalho de uma maneira idealizada e isolada pela direção da empresa mais que, gradativamente, foi se tornando um espaço apropriado pelos moradores, inserido no bairro que o acolheu desde sua criação, o bairro da Boa Viagem, na cidade de Salvador. O imbricamento entre história e memória, entre o vivido e a construção de sentidos esteve no âmago desta investigação.

Este recorte permitiu ainda observar algumas transformações nas relações entre a Empresa e os trabalhadores a partir da intervenção do Estado no estabelecimento da Regulamentação Trabalhista. Através dos Relatórios da Companhia foi possível acompanhar sua adaptação aos itens da Legislação Trabalhista. Em alguns momentos foi preciso retroceder e avançar no tempo proposto para uma melhor exposição dos argumentos e compreensão do objeto de estudo.

Uma vez que este trabalho se propôs a analisar as relações estabelecidas dentro da Vila Operária, compreendendo a Vila como um espaço que se pretendia dominado pela lógica da direção da empresa, mas que foi gradualmente apropriado pelos trabalhadores, buscou-se levar em conta as respectivas relações entre as dimensões material e imaterial produtoras de identidades. Para esse entendimento foi importante abordar leituras que tratam das práticas sociais que dão significado ou ressignificam os espaços de *sociabilidade*.³

O conceito de *representação* foi diversas vezes empregado de modo a orientar os significados que a moradia teve para o empresário que a idealizou, para os administradores que conduziram o empreendimento em momentos distintos, para os trabalhadores que nela habitaram e, para o poder público que foi inserindo-se como mediador e agente regulador do cotidiano da Vila. O conceito articula três noções básicas: primeiro, o trabalho de classificação que um indivíduo faz para dar sentido ao mundo; segundo, “as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a

³BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1989; CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. 2v. Petrópolis: Vozes, 1996.

exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição” e por fim “as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais ‘representantes’ (instituições coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe”.⁴ Usado nessa perspectiva, esse conceito foi essencial, pois permitiu compreender os processos de produção de sentido em relação ao espaço de moradia disponibilizado pela empresa, bem como sua apropriação pelos trabalhadores que, ao longo do tempo, o transformaram em um território próprio, um espaço de atuação.

Os estudos de Thompson a respeito das *experiências* operárias inglesas, nos quais o autor faz a narrativa dos acontecimentos e a análise das atuações das personagens, revelam possibilidades de interpretação do cotidiano dos trabalhadores e contribuíram para se perceber a natureza da problemática desta abordagem.⁵ Foi preciso considerar que os moradores da Vila tiveram uma experiência cultural específica com costumes próprios anteriores, e pautada em outras relações que contribuíram para a conformação das vivências que se estabeleceram naquele novo espaço de sociabilidade. A convivência cotidiana no local de trabalho e de moradia, com embates, ora mais, ora menos acirrados, conformaram os códigos sociais que se estabeleceram ao longo do tempo, o que criou um jogo ativo entre a Empresa e os trabalhadores.

Essa pesquisa se valeu de registros de *memórias* deixados em diferentes suportes e em momentos distintos. Para as ciências sociais hoje é consenso que os indivíduos não recordam sozinhos. Valem-se sempre de memórias de outras pessoas para “confirmar suas próprias recordações e para lhes dar resistência”.⁶ Neste sentido, o que o indivíduo lê, ouve, mescla-se com as experiências vividas, re-elabora as lembranças do passado. Assim, a memória é o resultado dos processos de interação e, por isso, precisa ser analisada a partir do que antecede o indivíduo que recorda através de memórias que não são exclusivamente suas.⁷

A existência da Vila se fez sentir também no campo do *imaginário*, conformando uma memória social não somente da Vila, mas das experiências

⁴CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *À beira da Falésia: A História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p73.

⁵THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.

⁶SANTOS, Myrian Sepulveda. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003. p. 43.

⁷HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006

consideradas modernizadoras na Bahia. Foi com estas preocupações que se procurou compreender os diversos mecanismos utilizados pelos administradores da Vila Operária para a construção de uma imagem ideal da iniciativa buscando perpetuar nas lembranças dos indivíduos esta idealização. Muitas dessas memórias são compartilhadas por moradores do bairro, e mesmo da cidade, que jamais testemunharam esse passado.

Outra contribuição importante para este estudo advém das reflexões sobre a *cultura operária*. Muitas ponderações foram feitas por pesquisadores das experiências operárias sobre a dificuldade de operar com a noção fechada de “cultura de classe”, questionada, sobretudo, pelo reconhecimento da heterogeneidade na composição e tradição dos trabalhadores. Alguns estudiosos estão atentos a estas questões e lidam com definições mais abertas do conceito, considerando a cultura operária como um conjunto de práticas, ritos, instituições, tradições e símbolos inventados ou incorporados pelo grupo de trabalhadores que se pretende estudar. Subjacente a esta definição está o reconhecimento da ausência de homogeneidade e o reconhecimento da diversidade de manifestações que incluem questões étnicas, de ofício e de militância. Assim, a cultura operária deve ser compreendida “muito mais como um campo de discussão do que propriamente como um conceito”.⁸

Reconhece-se a importância de se procurar dar “conta da diversidade das atitudes sociais de acordo com sua variabilidade no tempo, sem deixar de abordar também os mecanismos inte(g)rativos que dão forma e conteúdo a valores culturais compartilhados”. Isso porque, “tanto elementos sociais e culturais desagregadores quanto as estratégias de resolução ou atenuação dos conflitos em busca de unidade fazem parte das experiências vividas pelas coletividades operárias”.⁹

As greves de 1978 e 1979 iniciadas em São Paulo e que se espalharam por diversas localidades do país surpreenderam, de acordo com José Sérgio Leite, observadores políticos, cientistas sociais, jornalistas e a opinião pública, habituados a lidar com explicações presas a estereótipos sobre a passividade, por razões diversas, do comportamento dos trabalhadores brasileiros e sua incapacidade de organizar-se enquanto classe.¹⁰

⁸BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre. (orgs.). *Cultura de Classe*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p.12.

⁹*Idem. Ibidem.* p.15.

¹⁰LEITE, José Sergio. A formação de uma cultura operária. *Tempo e Presença*. Junho de 1987.

Foram muitos os estudiosos que se debruçaram para conhecer o trabalhador brasileiro, suas formas de inserção no mundo industrial e compreender suas escolhas. A historiografia e a sociologia brasileiras registram considerável número de trabalhos realizados sobre as experiências do viver operário e as vilas operárias revelaram-se um espaço privilegiado para a compreensão de diversas ações empreendidas por seus sujeitos sociais. Grande parte da produção relativa ao tema das vilas operárias com a qual buscou-se aqui dialogar, está circunscrita as décadas de 1980 e 1990. Algumas delas se constituíram em interlocutores importantes para os propósitos deste estudo. O que se busca neste diálogo é identificar, na historiografia pertinente ao tema, elementos comuns e diferenciadores que permitam compreender as experiências ditas modernizadoras do país.

Alguns estudos privilegiam as relações dos industriais com o conjunto do empresariado, com o Estado e as tentativas de controle da força de trabalho fabril. Outros foram além, deixaram entrever as vivências cotidianas e o modo como seus moradores se apropriaram dos espaços, das vilas, em especial. Cabe aqui o destaque para alguns desses trabalhos, que não podem ser enquadrados numa mesma corrente analítica, embora partilhem pontos comuns envolvendo o uso de fontes diferenciadas, fornecendo pistas quanto ao tratamento metodológico dado à documentação. As fontes aqui trabalhadas, além de variadas encontram-se em lugares distintos.

A pesquisa identificou que a Vila Operária da CEIN aparece em muitos estudos que tratam de operários, movimento sindical, industrialização e modernização, porém em nenhum deles ela foi o objeto central das investigações.¹¹

Cabe destaque para o estudo de José Luiz Pamponet Sampaio pela dupla importância que teve para esta pesquisa.¹² Procurando entender a industrialização na

¹¹Dentre as menções sobre a Vila Operária da Boa Viagem ou ainda a Vila Operária de Luiz Tarquínio, destaca-se: RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinada (Brasil 1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; CORREIA, Telma de Barros. *op. cit.*; STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979; HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982. Outros trabalhos acadêmicos não publicados que também fazem menção a referida Vila: SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973*. 236f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia; SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Sobrevivências e Tensões Sociais – Salvador (1890-1930)*. 1982. 471f. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

¹²SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *op. cit.*

Bahia no período de 1891 até 1973 o autor acompanhou a trajetória da Companhia Empório Industrial do Norte – CEIN. Seu propósito central foi analisar a produção da Fábrica e seu desempenho diante das conjunturas nacionais e internacionais e apresentou dados sobre os trabalhadores da Fábrica e sobre a Vila Operária. Este estudo forneceu informações valiosas referentes aos períodos de grande lucratividade e de prejuízos alcançados pela empresa e permitiu estabelecer as possíveis conseqüências que trouxeram para os moradores da vila. Outra importância desse estudo deriva do fato do pesquisador ter doado todo o seu material de pesquisa ao *Centro de Documentação e Pesquisa* (CEDOC) da *Universidade Estadual de Feira de Santana* (UEFS). Nele encontram-se cópias e originais de muitos documentos como os exemplares da *Revista Cidade do Bem* e os Relatórios da Empresa.

Esse acervo também permitiu o acesso às primeiras normas de condutas estabelecidas pela empresa para os moradores da Vila através dos artigos publicados no ano de 1898, pelo engenheiro José Simão da Costa, no *Jornal de Notícias* e reeditados na *Revista Cidade do Bem*. Ao todo, foram onze artigos que possibilitaram conhecer aspectos do cotidiano dos trabalhadores vinculados à Companhia Empório Industrial do Norte. Em seus relatos José Simão fez diversas homenagens à iniciativa de Luiz Tarquínio e ao que o empreendimento representava, na sua compreensão, para a Bahia e para o Brasil. Estes artigos permitiram conhecer algumas formas utilizadas para o controle deste contingente de trabalhadores que foram além do ambiente produtivo. Neles estão presentes os registros da tentativa de intervir nos hábitos, nos valores e nas formas de socialabilidade dos moradores.¹³ O segundo Regulamento, adotado em 1947, foi localizado na documentação da Companhia Empório Industrial do Norte – CEIN que está disponível no setor de *Arquivo Privado* do *Arquivo Público do Estado da Bahia* (APEBA).¹⁴

A documentação da Fábrica foi doada ao APEBA por ocasião da sua falência na década de 1970, quando à frente do empreendimento não mais se encontravam os administradores descendentes dos pioneiros. A listagem da organização das pastas e caixas refletiu o que os administradores buscaram legar ao futuro tanto da CEIN quanto da Vila. As sucessivas mudanças dessa documentação no interior do Arquivo Público fizeram com que ela não mais refletisse as listagens originais. Infelizmente, não foi

¹³COSTA, José Simão da. O Regulamento da Vila. *Jornal de Notícias*. 11.11.1898.

¹⁴ Doravante somente abreviado.

realizada outra catalogação que facilitasse sua identificação. Fazem parte deste acervo os escritos deixados por Luiz Tarquínio. Esta fonte constitui notável referência para se perceber a imagem da Vila a partir do olhar do seu idealizador. Merece destaque o livro em que Luiz Tarquínio reproduziu uma coletânea selecionada dos artigos escritos por ele mesmo para o jornal de circulação dominical no interior da vila.¹⁵ Também nesse Arquivo encontram-se as plantas das casas e da Vila, a documentação referente às transações de compra e venda de áreas da Fábrica, as correspondências dos administradores, alguns cartões-postais e fotografias produzidas pela Empresa com o propósito de divulgar o empreendimento. No APEBA há ainda uma vasta documentação relativa aos processos de acidentes de trabalho e nele estão inseridos os ocorridos no interior da CEIN. A documentação disponível no APEBA e no CEDOC ajudou ainda a compreender as adaptações da empresa a Legislação Trabalhista.

Palmira Petratti Teixeira que estudou aspectos da atuação do empresário paulista Jorge Street e sua relação com o Estado e os operários propôs uma abordagem que se constitui referência para a temática aqui tratada.¹⁶ A partir dos anos 1920, esse empresário teve destacada participação pública nas polêmicas em torno da legislação sobre os trabalhadores e nos anos de 1930 esteve à frente da *Divisão Industrial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* ampliando o raio de influência de suas ideias sobre o assunto. A autora se valeu de uma vasta documentação para ter acesso ao cotidiano dos operários da Vila Maria Zélia, criada no ano de 1917, na cidade de São Paulo e revelou as melhorias materiais no espaço, bem como as estratégias de controle adotadas pelo empresário denunciadas pela imprensa operária.

Outros estudos sobre vilas operárias e empresas que procuraram instituir um modo de viver aos trabalhadores adequando-os aos seus interesses, foram importantes para essa pesquisa uma vez que ajudaram a compreender as diferenças e aproximações dessas experiências. As pesquisas sobre os trabalhadores e a fábrica *Companhia de Tecidos Paulista*, localizada em Pernambuco e conhecida como a *fábrica dos irmãos Lundgren*¹⁷, a realizada sobre o núcleo fabril construído por Delmiro Gouveia em 1914,

¹⁵TARQUÍNIO, Luiz. *Preceitos Moraes e Cívicos*. Bahia: Estabelecimento Litho-Typographia L. H. Linguori, 1901.

¹⁶TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A Fábrica do Sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

¹⁷LOPES, José Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo: Marco Zero, 1988; ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

no sertão de Alagoas¹⁸ e o estudo que analisou as mudanças no processo produtivo associado as exigências impostas aos trabalhadores em termos de qualificação profissional enfocando o processo de modernização industrial no centro e norte de Minas Gerais¹⁹ foram interlocutores constantes.

Disponível em distintos espaços como a *Biblioteca Pública do Estado da Bahia*, *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, *Fundação Clemente Mariani* e *Arquivo Municipal de Salvador* encontra-se uma série de matérias veiculadas em jornais, escritas pelo próprio Luiz Tarquínio e por outros que se propuseram a falar sobre ele e a Vila Operária. Em datas comemorativas, muitas matérias sobre o Complexo Empresarial foram feitas e alguns jornais e revistas se destacam por reproduzir depoimentos de moradores e fotografias da vila e dos entrevistados. Exemplares dos jornais *A Tarde*, *Correio da Bahia*, *O Tempo* e de revistas como *Memórias da Bahia II* contribuíram para a compreensão das experiências vividas pelos operários/moradores ao longo do tempo.

Como se vê, os documentos analisados são de natureza diversa. Para seu exame foi fundamental a busca teórico-metodológica adequada a cada um dos tipos propostos. Entre esses, as matérias, notas e artigos publicados em jornais requerem cuidados especiais na medida em que se reconhece ser a imprensa um meio de manipulação que atende a interesses específicos com possibilidade de intervir na vida social.²⁰

Outro material importante para este estudo é o documentário produzido pelo Instituto de Radiodifusão da Bahia – IRDEB intitulado *A Vila Operária de Luiz Tarquínio*. O documentário fez um histórico da Vila desde a época de Luiz Tarquínio até meados dos anos 1980, com imagens captadas em vários ângulos com riqueza de detalhes e depoimentos de moradores. Entre os entrevistados estão alguns moradores idosos, outros mais jovens e um neto de Luiz Tarquínio. Embora não conste a data em que deram os depoimentos, pelo ambiente geral e pelas roupas das personagens é possível que o documentário tenha sido produzido nos últimos anos da década de 1980. Infelizmente não consta a relação nominal dos entrevistados.²¹

¹⁸CORREIA, Telma de Barros. *op. cit.*

¹⁹GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: convento e disciplina*. 2ªed. rev. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

²⁰CAPELATO, Maria Helena. *Os Aautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

²¹*A Vila Operária de Luiz Tarquínio*. Documentário do IRDEB: Instituto Radiofônico da Bahia em vídeo. s.d.

As imagens dos documentários, assim como as fotografias existentes no Arquivo Público do Estado da Bahia e os cartões-postais da Fábrica e da Vila Operária, encomendados por Luiz Tarquínio às tipografias locais e estrangeiras, constituíram-se em importantes documentos para compreensão desse objeto de estudo. Para sua análise seguiu-se as orientações metodológicas adequadas ao trabalho com a fonte imagética.²²

Os depoimentos, as memórias e biografias, produzidas em momentos específicos e comemorativos, apresentaram dados que sucessivamente foram sendo repetidos em homenagens e celebrações com fins laudatórios e apologéticos dos feitos de Luiz Tarquínio e mesmo da afirmação de uma imagem da Bahia associada a projetos considerados ousados e inovadores. Esses depoimentos permitiram conhecer parte das experiências vividas, mesmo considerando os filtros utilizados pelos propósitos das matérias. Eles se encaixam no que Jacques Ozouf chamou de “arquivos provocados”, que podem tomar a forma escrita ou oral.²³

No exercício de recuperação das memórias das experiências dos moradores da Vila, dispostos em diferentes suportes e colhidos em momentos distintos, reconhece-se a problemática que se coloca para explorar estas entrevistas. É consenso entre os historiadores que a utilização de depoimentos para os estudos da memória exige cuidados específicos e muita cautela. Entretanto, alguns autores revelam possibilidades criativas ao se valerem de entrevistas ou questionários realizados por outros pesquisadores com propósitos distintos daqueles que se buscou perseguir. Estes estudos mostram que o material coletado pode ser uma fonte fecunda para acessar as memórias ainda que não tenham sido pensadas e executadas para tal fim. É preciso, contudo, conhecer as circunstâncias e condições em que o material foi coletado e os objetivos perseguidos por quem os levantou. Alguns estudos forneceram pistas metodológicas para essa investida.

²²BORGES, Maria Eliza Linhares. *Historia & Fotografia*. Belo Horizonte: Autentica, 2003; FABRIS, Annateresa. *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1991; JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papyrus, 1997; KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.). *Imagem e memória: ensaios em antropologia visual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001; ZANIRATO, Sílvia Helena. *A fotografia na imprensa: modos de ler*. Fortaleza: Trajetos, 2003; KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2ed. Rev. São Paulo: Ateliê editorial, 2001.

²³OZOUF, Jacques. Apud BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. (coords.) *Usos e Abusos da História Oral*. 7ed. Rio e Janeiro: Ed FGV, 2005.

Pierre Bourdieu ancorou os estudos sobre a fotografia partindo de um levantamento realizado pelo Centro de Sociologia Europeu, coletado em 1963, numa amostragem de 692 entrevistados que viviam em três cidades distintas da França e utilizou também estudos realizados por organismos privados. Explorou estas entrevistas inicialmente fazendo um levantamento quantitativo dos dados que dispôs mas foi além do levantamento estatístico. Analisou qualitativamente os dados levantados, buscou compreender as razões e possibilidades para os comportamentos revelados numericamente.²⁴ Na interpelação do material de natureza memorial produzido sobre a Vila Operária da CEIN as preocupações de Bourdieu foram consideradas.

Ao procurar reconstituir o cotidiano urbano e as experiências de trabalho na cidade de São Paulo no período de 1890 até 1930, Maria Izilda de Matos analisou o intenso processo de imigração, sobretudo das mulheres portuguesas e a atividade produtiva domiciliar realizada por elas. Para tanto, a historiadora valeu-se de fontes diversas tais como, jornais, estatísticas oficiais, atas, resoluções municipais, boletins do serviço de imigração e colonização.²⁵ Recorreu, sobretudo, ao banco de memória das famílias negras e demais entrevistas coletadas nas cidades de São Paulo e Santos, realizadas anteriormente com propósitos distintos dos seguidos pela autora. Esta foi uma opção que também se fez necessária nesta pesquisa.

A documentação trabalhada neste estudo permitiu confrontar histórias vividas e a produção de memórias em torno desse viver, identificando continuidades e rupturas na trajetória da Vila Operária e do empreendimento industrial a ela vinculado. Ao trabalhar as memórias, procurou-se compreender os silenciamentos dos entrevistados nos depoimentos fornecidos e os sentidos que deram às suas ações buscando perceber as razões do que foi lembrado e do que foi esquecido afinal, “a formação da memória se dá por um processo de seleção e esta seleção é um importante elemento na construção de identidade”.²⁶

Os estudos clássicos sobre a industrialização no Brasil também foram importantes interlocutores, pois forneceram dados que contribuíram para a compreensão

²⁴BOURDIEU, Pierre. (org.). *Un arte médio – ensaios sobre los usos sociais da la fotografia*. Barcelona: G. Gili, 2003.

²⁵MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: História, Cidade e Trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002.

²⁶SANTOS, Myrian Sepúlveda de. *op. cit.* p.15.

do período, uma vez que tratam dos embates e confrontos travados na formação da burguesia industrial brasileira.²⁷ As análises específicas sobre a cidade de Salvador foram fundamentais para esta pesquisa, sobretudo aquelas que tratam do mesmo período e dos trabalhadores baianos.²⁸ Os estudos que perscrutam os aspectos particulares vivenciados pelo Estado da Bahia naquela conjuntura econômica, também foram de grande valia para esta investigação.²⁹

Os resultados dessa investigação encontram-se expostos em quatro capítulos. No primeiro, intitulado *A CEIN e a Cidade de Salvador: condições de trabalho e moradia*, buscou-se analisar características importantes na formação da cidade e da sua consolidação enquanto cidade comercial. Para tanto foi preciso demonstrar o desenvolvimento do traçado urbano, crescimento do comércio e oferta de serviços bem como as opções de emprego e moradia disponíveis na cidade. Estes aspectos são importantes na medida em que ajudam a estabelecer parâmetros para se compreender o impacto que a criação da Vila teve para os contemporâneos da experiência.

O segundo capítulo, denominado *O projeto de criação da Fábrica e da Vila Operária: sentidos e propósitos*, discute a criação da Fábrica e da Vila. Descreve o Complexo procurando problematizar as informações que sobre ele veicularam. Analisa o que representou as inovações que a Fábrica trouxe, considerando que na Bahia já existiam fábricas têxteis e vilas operárias. A novidade não era a criação da fábrica e da vila. As novidades estavam no maquinário empregado, nos tecidos produzidos, nas inovações tecnológicas adotadas, na criação da Vila com aquela infra-estrutura interna,

²⁷STEIN, Stanley J. *op. cit.*; LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1986; CARONE, Edgar. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Bertran Brasil, 1988; LEME, Marisa de Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes, 1978; SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986, entre outros.

²⁸REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. In: *Revista Afro-Asia*. n.24. 2000; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: UNICAMP, 2006; MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. *Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim: de recolhidos a assalariado*. 1996. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador; SANTOS, Mario Augusto Silva. *op. cit.*; LEITE, Rinaldo César. *E a Bahia civiliza-se... idéias de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana*. Salvador. 1912/1916.

²⁹AZEVEDO, Thales de; LINS, E. Q. Vieira. *História do Banco da Bahia (1858-1958)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969; REVISTA PLANEJAMENTO. Salvador: Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, v.5, n4, 1977; MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. *Concepções e Ferramentas para ascensão da burguesia na Bahia*. In: *Revista Contraponto*. n.1, nov/1998; ALMEIDA, Rômulo. *Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio*. In: *Revista de Economia e Finanças da Bahia*. v. 4 jun/1952; MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia: Século XIX: Uma província no Império*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

diferenciada das de então e na criação da Fábrica num período aparentemente não mais favorável uma vez que a Bahia vinha, gradativamente, perdendo espaço no cenário nacional em função das novas conformações com a implantação da República. Aqui, buscou-se conhecer as formas de recrutamento dos trabalhadores adotadas pela Empresa e os recursos utilizados para sua atração e manutenção a exemplo da construção da Vila, da Escola, formação da banda de música e realização das festas dominicais. Buscou-se também compreender os usos que a Empresa fez desses investimentos.

O terceiro capítulo, *O cotidiano da Vila: entre prêmios e punições*, buscou perceber como a experiência da Vila foi vivenciada pelos moradores. Embora a Vila tenha nascido de um planejamento externo, de fora, buscou-se perceber a lógica interna de funcionamento e as relações estabelecidas no seu interior. Procurou-se conhecer fatores de identificação do perfil dos trabalhadores que durante sua formação contou com a maioria de mulheres, crianças e alguns estrangeiros que atuavam como mestres. Foram analisados os critérios exigidos pela empresa para morar na Vila e suas mudanças ao longo do período da pesquisa. Foi importante conhecer os regulamentos internos da Vila e os meios empregados pela empresa para adequar o comportamento dos moradores aos seus interesses. Os prêmios e as punições aplicadas bem como as justificativas para as medidas adotadas permitiram conhecer os critérios estabelecidos pela empresa para os comportamentos considerados adequados ou não aos seus propósitos. Considerou-se a ação ativa dos moradores/trabalhadores que ganhavam por peça produzida. A empresa estimulava as disputas e competições e essas eram legitimadas pelos trabalhadores e assim, buscou-se problematizar as relações e os conflitos existentes no interior da Vila. O jornal e a revista que circularam na Vila em momentos distintos, assim como o oferecimento dos serviços internos, tiveram papel importante no processo de aprendizagem dos trabalhadores e seus filhos. Procurou-se, ainda, conhecer a participação dos moradores da Vila nos movimentos grevistas que eclodiram na cidade nas primeiras décadas do século XX.

O quarto capítulo, *A Fábrica e a Vila: Mudanças e Permanências*, analisou as alterações ocorridas na Vila no período compreendido entre os anos 30 até 1946/7. Este foi o período em que aconteceram mudanças mais acentuadas no interior da Vila e nas relações dos operários com a empresa. A documentação permitiu acompanhar algumas das transformações a partir da intervenção do Estado no estabelecimento da Regulamentação Trabalhista. Ações como a transferência da administração da Escola

para a *Secretaria de Educação do Estado da Bahia* e suspensão das isenções do imposto predial também tiveram repercussão na vida cotidiana dos moradores da Vila. Foi possível ainda analisar alguns processos de acidentes de trabalho envolvendo moradores da Vila. A produção discursiva veiculada principalmente nos jornais deste período, aliada as que circularam anteriormente, consolidou uma imagem idealizada da Vila Operária e de seus moradores. Os reiterados elogios feitos ao criador da Vila, Luiz Tarquínio, em momentos comemorativos ajudaram a conformar uma memória da Vila que aparece nos registros de antigos moradores e nessas falas fica claro que, embora estes não tivessem trabalhado nos primórdios da existência da fábrica, revelaram memórias herdadas de antepassados acerca das experiências vividas, quase sempre carregadas de mitificação. Estes depoentes falam muito mais de um passado que não viveram do que das experiências partilhadas por eles. Os conflitos e problemas enfrentados pelos moradores, e que a documentação revelou, praticamente não aparecem nos registros das memórias da Vila. O investimento feito pela Empresa, pela *Associação Comercial e Industrial da Bahia* e pela imprensa local sobre o idealizador da Vila e seus ocupantes apresentados como ordeiros acabou por consolidar essas imagens, mascarando os conflitos vividos pelos moradores naquele período e nos anos posteriores, aspecto que remete ao argumento central desta tese.

Capítulo I

A CEIN e a cidade de Salvador

Em março de 1891, os empresários baianos Luiz Tarquínio, Leopoldo José Silva e Miguel Francisco Rodrigues de Moraes, enriquecidos pela atividade comercial, fundaram a Companhia Empório Industrial do Norte – CEIN, na cidade de Salvador. Mais que uma fábrica de tecidos a CEIN, um empreendimento considerado inovador e ousado por seus contemporâneos, era um complexo industrial que ocupava uma área de aproximadamente 45.000 m² e contava com equipamentos de última geração. Este investimento despertou atenção de empresários e políticos, alguns dos quais deixaram registradas suas impressões em jornais do período. A fábrica também despertou atenção pelo fato de ter sido criada com o propósito de produzir tecidos até então não fabricados no Brasil, a exemplo dos *zephyrs* de quadros, brins e cassinetas.¹

Os registros deixados pelos visitantes do Complexo demonstram que os aspectos que causaram maior admiração e curiosidade foram as especificidades da Vila Operária construída para abrigar os funcionários e entregue a seus moradores em maio de 1892. A forma específica de organização do trabalho, o tratamento dispensado ao conjunto dos trabalhadores, a higiene, o incentivo à educação formal, o modo de ocupação das casas pelos empregados, a estrutura da Vila com água canalizada, esgoto, luz elétrica e gasogênio, açougue, gabinete médico, escola e creche são alguns dos componentes que explicam a surpresa despertada pela implantação do empreendimento naquele momento.

Ao que parece, a construção da Vila Operária, naqueles moldes, surpreendeu a uma parcela da população baiana e despertou a desconfiança de alguns investidores que já haviam comprado ações da Fábrica, motivados pela campanha inovadora de sua criação. Luiz Vianna Filho afirmou que muitos acionistas chegaram “mesmo a vender as suas ações, por não desejarem ter o seu rico dinheiro entregue às expectativas temerárias de um visionário”.²

Embora a venda e troca de ações tenha sido uma prática comum dos investidores do período, Luiz Vianna Filho destacou que este movimento entre os primeiros

¹SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973*. 1975. 236f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal da Bahia.

²VIANNA FILHO, Luiz. *O insigne industrial Luiz Tarquínio*. Bahia: Estabelecimento Gráfico Globo, 1940, p. 5 e 6. O visionário a que o autor se refere é Luiz Tarquínio, idealizador da Vila Operária.

investidores da CEIN foi acentuado e atribuiu essa ação a uma incompreensão dos “concidadãos” com a instalação da Vila que ele considerou não ser resultado de “um sentimento de caridade”, mas um ato de “justiça social, tão útil ao operário quanto ao patrão”.³ Vale destacar que a Vila Operária da Boa Viagem foi construída no interior de uma sociedade ainda presa as relações senhoriais e escravistas e a venda das ações pode revelar o incômodo que aquelas pessoas sentiram pelo modo como a CEIN propunha lidar com a constituição de seu reservatório de força de trabalho.

Outros acionistas optaram pela continuidade do investimento, possivelmente convencidos pelas justificativas apresentadas nas cartas que os diretores lhes dirigiram através de jornais. Estas cartas freqüentemente destacavam a importância das medidas adotadas pela diretoria para a viabilidade do projeto e visavam manter o entusiasmo dos investidores. No primeiro Relatório da Companhia à Assembléia Geral, datado de 1896, os diretores demonstraram a saúde financeira da Companhia e destacaram a “ilimitada confiança que por diversos modos” foi demonstrada pelos associados e ainda manifestaram “sinceros protestos de gratidão pela confiança” que os membros da comissão fiscal lhes depositaram.⁴

Como apontado acima, a iniciativa desses empresários ocorreu em um marco temporal assinalado por mudanças, tanto políticas quanto econômicas, resultantes da substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado bem como pela passagem da Monarquia à República. Muitas e diversificadas foram as experiências de instalação de fábricas com as chamadas vilas operárias, nesse período no Brasil. Cabe aqui, contudo, compreender o caráter singular da iniciativa em questão considerando o fato da referida experiência haver se verificado na Bahia, um estado cuja economia parecia se encontrar em dificuldades para se dinamizar sob os novos horizontes então abertos para parte da sociedade brasileira. A Bahia mostrava-se distante dos caminhos que começavam a se abrir no Sudeste do país e foi um dos estados que mais tardiamente aderiu ao regime republicano e, sob vários aspectos, vinculava-se à lógica de uma sociedade presa aos valores senhoriais e escravistas.

E assim, o mundo do trabalho passava a ser articulado de modo desigual e combinado, conjugando manutenção e superação, a depender de fatores regionais dos

³*Idem. Ibidem.* p. 4 e 5.

⁴APEBA. CEIN. *Relatório*. 1896.

mais variados matizes. Para compreender o que representou a implantação da Vila Operária da Fábrica da Boa Viagem na cidade do Salvador, no final do século XIX, com a distribuição dos serviços internos oferecidos aos operários e seus familiares, faz-se necessário entender o processo de formação e desenvolvimento sócio-econômico e cultural desta cidade bem como a sua inserção na dinâmica do capitalismo em expansão mundial.

A cidade do Salvador: condições de trabalho e moradia

Para Roncayolo, estudar a cidade é procurar entendê-la em sua inteireza. Ela “não pode ser apreendida unicamente no interior dos seus limites”, afinal a cidade não é “uma criação isolada”.⁵ Ela se relaciona, em maior ou menor dimensão, com o seu entorno, com as cidades vizinhas e mesmo com lugares distantes. A noção de *Rede Urbana* ajuda a pensar essas relações por vezes harmônicas, por vezes conflituosas. Ainda segundo o autor, a cidade “não se reduz aos objetos urbanos” ou mesmo a uma “combinação de funções”, ela agrega uma “composição social, demográfica, ou étnica” definindo as relações de poder que comporta. É preciso ainda perceber que sob o nome *cidade* acumula-se “uma soma de experiências históricas” que não se encerram no “rigor de um conceito”.⁶ Esta noção ajuda a compreender a cidade de Salvador enquanto espaço plural, complexo e ambíguo, lugar onde se encontram diferentes práticas sociais e culturais.

Desde os primeiros séculos de colonização, a cidade de Salvador se caracterizou como uma cidade comercial.⁷ A construção teve início em 1549 e foi um empreendimento planejado com o fim de estabelecer uma cidade na entrada da Baía de Todos os Santos. Esta deveria congrega a sede administrativa de colônia portuguesa, posto militar e porto ligando às rotas atlânticas portuguesas. Segundo Tales de Azevedo, “a cidade surgia, como nenhuma outra em seu tempo, com a considerável população de 1000 pessoas e uma completa organização judiciária, fazendária, administrativa e militar”.⁸

⁵RONCAYOLO, Marcel. *La Villes el ses territoires*. Paris: Gallimard, 1997.

⁶*Idem. Ibidem.*

⁷TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*, 11ª Ed. rev. e amp. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

⁸AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da cidade do Salvador*. Salvador: Itapuã, 1968. p. 137.

Tomé de Souza trouxe a planta da cidade que foi edificada sobre uma falha tectônica em frente à baía de Todos os Santos. Seu posterior desenvolvimento “foi fortemente influenciado pela escolha do sítio urbano, que obedeceu a uma lógica defensiva como era comum ao urbanismo português de então”. Construída sobre uma “escarpa, em acrópole”, produziu uma “primeira dualidade: Cidade Alta e Cidade Baixa”. Na primeira, aglomeravam-se os prédios públicos, as principais casas, e as edificações eclesiásticas. Na cidade baixa, “as possibilidades de ocupação eram limitadas pelas restrições espaciais da área entre a linha da praia e a escarpa, além da fragilidade em relação a ataques de índios e estrangeiros”. Ali, foram erguidas “edificações ligadas à atividade comercial/portuária e à ermida de Nossa Senhora da Conceição”. A ligação entre as duas partes da cidade “se dava por meio de escadarias e rampas, enquanto os produtos chegados ao porto eram guinados por carregadores e rústicos sistemas de elevadores manuais”.⁹

Além da construção da cidade, fazia parte do projeto a criação de uma rede de engenhos fortificados distribuídos pelo recôncavo da baía e a ela interligados por via aquática. Montou-se, desta maneira, um sistema de navegação interno que permitiu o fluxo contínuo de mercadorias. Para se compreender a dinâmica desta cidade é preciso percebê-la inserida na Baía de Todos os Santos e em seu Recôncavo. No ano de 1584, o jesuíta José de Anchieta indicou a existência de 40 engenhos. Àquela altura a cidade de Salvador já era um grande mercado exportador de açúcar, madeiras e plantas aromáticas e importador de outros produtos necessários à vida da população de todo o Recôncavo.¹⁰

O funcionamento deste sistema interno estava em sintonia com a expansão européia e com a abertura para o mercado mundial. Salvador foi um ponto importante para a ligação das rotas marítimas portuguesas com as Índias, a África e ainda para o interior do Brasil.¹¹ Apesar das diversas tentativas de invasão pelos holandeses, até a primeira metade do século XVII, esse núcleo colonial conseguiu resistir em virtude de vários elementos, mas, sobretudo em face da sua localização que permitia a coesão e ligação dos engenhos com a cidade-forte através da Baía de Todos os Santos.

⁹ANDRADE, Adriano Bitencourt e BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. *Geografia de Salvador*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 16, 23, 32 e 34.

¹⁰ARAÚJO, Ubiratan Castro de. São Salvador, Bahia de São Salvador. *Tribuna da Bahia*. 29.03.1999.

¹¹*Idem.Ibidem.*

Para a produção do açúcar e os trabalhos das roças próximas à cidade foi utilizada a mão-de-obra escrava de indígenas e africanos.¹² A indústria do açúcar prosperou e a coroa portuguesa procurou estimular a vinda de famílias para qualquer parte da colônia concedendo terras e sesmarias. Por reunir as melhores condições da vida urbana da colônia no período, Salvador tornou-se um ponto atrativo e contou com uma população em crescimento, seja pelas altas taxas de natalidade, seja pela chegada de moradores do reino e de outras capitanias a exemplo de S. Vicente. Há que se observar, no entanto, que as taxas de mortalidade também eram altas, sobretudo em virtude das doenças e dos naufrágios. Embora não tenha apresentado dados estatísticos, Thales de Azevedo se valeu de fontes diversas para afirmar que a população da cidade oscilava com tendência ao crescimento. Destacou a frequência de fugas de escravos formando quilombos fortificados e chamou a atenção para o fato de que as numerosas famílias de brancos viviam nos engenhos. Para o autor, a dinâmica da população da cidade variava também em decorrência das estações climáticas e do calendário religioso.¹³

A riqueza que uma diminuta parcela da população da cidade ostentava, aliada aos investimentos feitos na construção de Igrejas suntuosas e em prédios públicos, foi um fator importante para atrair “oficiais mecânicos, ourives de prata e ouro, armeiros, serralheiros, pintores, alfaiates, confeitheiros, padeiros” e muitos “pobres do reino”.¹⁴ A chegada e permanência desse contingente populacional contribuiu para a dinamização urbana e a cidade se consolidou enquanto núcleo dos interesses da elite rural do Recôncavo.

A produção do açúcar atingiu o auge em meados do século XVII e a partir de então apresentou desempenho oscilante. A concorrência com o açúcar das Antilhas abalou o sistema local e muitos dos senhores de engenho, acostumados com uma lógica de exposição pública, continuaram a ostentar o luxo que “ainda refletia a idade de ouro dos grandes dias do açúcar”. Esta situação “era mantida pelos lucros e contrabando do

¹²Em março de 1549 foi expedida uma autorização real para que cada senhor de engenho pudesse receber até 120 escravos do Congo e estes começaram a chegar ao ano de 1551. VIANNA FILHO, Luiz. *O negro na Bahia*. 2ed. São Paulo: Livraria Martins, 1976. Há registros, contudo, da presença de escravos africanos na Bahia antes da edificação da cidade de Salvador, no ano de 1538. TAUNAY, Afonso de E. *Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil*. São Paulo, 1941, p. 42 e 45.

¹³AZEVEDO, Thales de. *op. cit.* p.153.

¹⁴*Idem.Ibidem.* p.170.

ouro recebido das Minas em troca de gado, mantimentos, fazendas e negros que se remetiam clandestinamente”.¹⁵

Até o século XVII, a produção baiana se concentrou em poucos produtos: açúcar, algodão, fumo e a extração do pau-brasil. Já a partir do século XVIII a diversificação manteve os gêneros tradicionais e intensifica a produção de outros como couros e solas, aguardentes e ouro.¹⁶

Com o declínio da exploração das Minas, o Norte açucareiro readquiriu importância, amplia os investimentos e retoma, na primeira metade do século XIX, sua “antiga predominância econômica”.¹⁷ A produção do açúcar voltou a crescer, mas, perdeu a primazia entre os produtos de exportação do Império que então é ocupado pelo café, cultivado nas Províncias do Sul. E, embora os preços do açúcar tenham crescido continuamente no mercado internacional, a concorrência ficou ainda mais acirrada com o açúcar produzido na ilha de Cuba, onde os produtores instalaram equipamentos industriais com maior eficiência produtiva, e também com o rápido desenvolvimento da produção do açúcar de beterraba europeu.¹⁸

De acordo com Brás do Amaral, no período entre 1843 e 1848, a produção agrícola baiana voltou a crescer e alcançou “níveis até então nunca atingidos e a despeito de uma acentuada queda no ano de 1849, retomaria o crescimento em 1850 ultrapassando todos os níveis anteriores”.¹⁹ A partir de 1861, começou a declinar vertiginosamente e passaram a vigorar, entre as falas dos presidentes da Província, as constantes queixas sobre o “quebramento das forças produtivas da Bahia”.²⁰

Nesse mesmo ano, verificou-se, no entanto, uma melhoria nas condições gerais da produção de outros produtos agrícolas por ter sido um período favorável em função das chuvas abundantes e da alta dos preços dos demais produtos agrícolas baianos no mercado europeu, a exemplo das novas perspectivas para o comércio de algodão em

¹⁵*Idem. Ibidem.* p.180.

¹⁶TAVARES, Luís Henrique Dias. *op. cit.*

¹⁷AZEVEDO, Thales de. *op. cit.* P.162

¹⁸OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da Economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX.* Salvador: FCJA/ UFBA: Centro de Estudos baianos, 1999. p.26.

¹⁹Brás do Amaral. *História da Bahia do Império à República.* Bahia: Imprensa Oficial da Bahia. 1921.

²⁰Fala do Presidente da Província apud AZEVEDO, Thales de. *op. cit.* p.162

virtude da guerra de Secessão em 1861 nos Estados Unidos.²¹ O cacau, que desde a década de 1830 despontou como um produto também importante nas exportações era a grande promessa dos investimentos agrícolas, uma vez que a lavoura era a única em “franca expansão”, atingindo no ano de 1890 “a maior produção mundial, posição que a Bahia não tarda a perder para a Costa do Ouro”.²²

Apesar das constantes oscilações da participação na pauta das exportações, e até mesmo em alguns períodos de acentuado declínio, o açúcar e o fumo se mantiveram em destaque. Não conseguiam melhorar em “qualidade e técnica de produção”, mas os seus proprietários conseguiam se manter no poder formando quadros dirigentes que os representavam.²³

A participação política da Bahia no cenário nacional, também merece considerações. No ano de 1763 ocorreu a mudança da capital da colônia para o Rio de Janeiro e, nessa transferência, muitos funcionários da engrenagem administrativa também se deslocaram. Ainda assim, a Província continuou ativa nas quereles políticas e a fornecer significativo número de políticos até os primeiros anos da República. Kátia Mattoso mostra a participação dos políticos baianos em várias esferas do governo central chegando a afirmar que, no século XIX, “os representantes da Bahia dominaram a cena política”, sobretudo no período 1857-1871.²⁴ Internamente, a cidade de Salvador mantinha seu posto de destaque comercial e de capital da província da Bahia atuando como pólo irradiador de hábitos, práticas e valores, tanto para o interior quanto para outras províncias.

Com o propósito de aumentar e baratear a produção agrícola, algumas medidas foram adotadas como as tentativas de implantação de técnicas mais avançadas, demonstrando que os representantes, principalmente da lavoura canavieira, esforçavam-se para mantê-la em constante expansão.²⁵ Senhores de engenhos encaminharam uma comissão a Luziânia com o fim de observar “os progressos introduzidos na indústria açucareira daquele Estado Norte-Americano” e outros ainda importaram mudas de

²¹ AZEVEDO, Thales de. *op. cit.* p.165

²² *Idem. Ibidem.* p. 190

²³ TAVARES, Luís Henrique Dias. *op. cit.* p.284

²⁴ MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX.* 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1978. p. 288.

²⁵ AZEVEDO, Thales de. LINS, E. Q. Vieira. *História do Banco da Bahia (1858-1958).* Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1969. p. 165.

variedade de canas das Ilhas Maurício.²⁶ Em paralelo as ações de caráter privado, ações públicas também foram implantadas. No ano de 1877, o Imperial Instituto Baiano de Agricultura em consonância com o presidente da Província, o desembargador Antonio da Costa Pinto, inaugurou em São Bento “um custoso edifício” para instalação de uma escola prática da agricultura.²⁷

Entusiasmados com as iniciativas de colonização estrangeira experimentadas em províncias do sul, dirigentes baianos procuraram implementá-la, buscando substituir a mão-de-obra escrava pela imigrante. Em 1886 foi criada a Sociedade Baiana de Imigração e o político Leovegildo Filgueiras foi encarregado de redigir um “Guia de Imigração” com informações sobre a província que pudessem “animar candidatos” e este seria distribuído “em países europeus”.²⁸ Segundo Thales de Azevedo havia uma “contra propaganda” que exagerava os “atos de banditismo e conflitos ocorridos com colonos” no interior da província, não garantindo a vida dos imigrantes na Bahia. A dificuldade que políticos e membros da elite agrária teve para atrair imigrantes para a Província ainda se agravava com a divulgação de que o clima era “muito insalubre”. Buscando apoio para essa investida, a Sociedade “redigiu um memorial dirigido à princesa regente em 1887” solicitando a intervenção dela naquela empreitada, ou seja, afirmando que o processo de substituição do trabalho escravo não poderia acontecer “sem o braço poderoso e a direta intervenção do governo”. A alegação, mais uma vez, era a “grave crise que se encontravam os produtores de açúcar”.²⁹

As esparsas experiências com colonos imigrantes na Bahia parecia não lograr muito êxito a exemplo das colônias fundadas em Porto Seguro e em Jequitinhonha. Para Thales de Azevedo, foram esses insucessos que fizeram com que os produtores locais pensassem “na colonização por agricultores livres nacionais” que teriam apresentado melhores resultados como nos núcleos de Comandatuba e Ilhéus. Para o autor, das “colônias estrangeiras, só a Leopoldina prosperava sem, todavia, corresponder aos objetivos que inspiraram a sua criação”.³⁰ Os estudos sobre imigração no Brasil nesse período mostram que grande parte dos colonos estrangeiros ficou à deriva em suas

²⁶ *Idem. Ibidem.* p.165

²⁷ O Imperial Instituto Baiano de Agricultura foi fundado em 1859 com a participação do imperador D. Pedro II. *Idem. Ibidem.* p.165.

²⁸ *Idem. Ibidem.* p.182

²⁹ *Idem. Ibidem.* p.182

³⁰ AZEVEDO, Thales de. LINS, E. Q. Vieira. *op. cit.* p.169

colônias. A falta de infra-estrutura material, a dificuldade de adaptação aos lugares em que foram instalados e o isolamento foram fatores decisivos para o baixo desempenho dessas famílias de trabalhadores.

Sabe-se que a renovação e ampliação da produção do fumo resultaram dos investimentos de imigrantes, sobretudo, alemães no início da segunda metade do século XIX. Essa imigração fazia parte do movimento de modernização e atração de capitais empreendidos no Segundo Império.³¹

Apesar dos esforços, os proprietários de terra tiveram dificuldades para fazer crescer a produtividade das suas propriedades e acabaram por aceitar os financiamentos oferecidos pelos comerciantes, “com empréstimos a juros altos, dando-lhes em garantia, as safras de cana a serem colhidas e transformadas em açúcar e, por vezes, as próprias ‘fazendas’ e os engenhos que nelas existiam”, e, desta maneira, engendraram-se numa rede de dependência em relação aos credores os quais ficaram “cada vez mais ricos e influentes”.³²

Esta conjuntura favoreceu aos comerciantes da cidade de Salvador que souberam dela se beneficiar passando a controlar a dinâmica das exportações dos produtos agrícolas da Província e promovendo, de modo gradativo, o processo de transferência “para suas mãos dos poderes de decisão, até bem pouco tempo prerrogativa única dos proprietários de terras”.³³ Este mecanismo cresceu de maneira “excepcional” entre os anos de “1843 e 1850”, quando a produção agrícola baiana, no conjunto, “apresentou excelentes resultados”.³⁴ Isso porque, àquela altura, o nível de endividamento dos agricultores já era acentuado. No ano de 1840, os comerciantes da praça de Salvador fundaram a Associação Comercial da Bahia, organização que atuou como grupo de pressão e se tornou poderosa no jogo político local.³⁵

A cidade contava com uma grande variedade de casas comerciais nacionais e estrangeiras. Segundo Luiz Henrique Dias Tavares, “estrangeiras ou não, todas as casas

³¹PEDRÃO, Fernando. O Recôncavo baiano na origem da indústria. In: SZMRECSÁNYI, Tomás e LAPA, José Roberto do Amaral. (org.) *História Econômica da Independência e do Império*. 2ª ed. amp rev. São Paulo: HUCITEC, 2002.

³²OLIVEIRA, Waldir Freitas. *op. cit.* p.18/19

³³*Idem.Ibidem.* p.18.

³⁴*Idem.Ibidem.* p. 20.

³⁵SANTOS, Mario Augusto da Silva. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República – um grupo de pressão*. Salvador: ACB, 1991.

comerciais – portuguesas, inglesas, francesas, suíças e alemãs – relacionavam-se com os proprietários lavradores pelo sistema de consignação”. Propiciavam as condições de produção fornecendo recursos para a “compra de escravos, máquinas e instrumentos para os engenhos e lavouras”. Em muitas situações os devedores ou consignatários entregaram a produção do “açúcar, o fumo, diamantes, o café, os couros” muitas vezes a preços inferiores ao mercado. Neste processo “muitos se endividaram e perderam suas lavouras, seus engenhos e suas terras”.³⁶ Para o autor, foi a “falta de bancos” que permitiu o “largo espaço” ocupado pelo “capital usurário” e que a agiotagem dominante foi “exercida até mesmo por ordens religiosas”.³⁷

Foram estes mesmos comerciantes que visualizaram possibilidades maiores de lucros no setor de crédito e criaram as primeiras atividades bancárias. Fundaram no ano de 1834, a Caixa Econômica da Bahia e na década de 1840, empenharam-se na fundação de novos estabelecimentos a exemplo do Banco Comercial da Bahia (1841), Sociedade Comércio, Banco Hipotecário e Caixa Comercial da Bahia, em 1848.³⁸ Essas ações demonstraram que os investidores procuravam disciplinar “seu próprio provento”, uma vez que as “operações creditícias” eram efetuadas, “sem limites ou regras preestabelecidas”.³⁹ Contudo, a criação dos estabelecimentos bancários não alterou o hábito arraigado da “sociedade local de recorrer-se a comerciantes abonados sempre que a necessidade de capitais se tornava premente”.⁴⁰ É possível que a continuidade dos comerciantes enquanto agente financeiro, apesar da criação dos estabelecimentos bancários, se baseasse muito mais numa relação de confiança sobre o sigilo das operações. Afinal, os empréstimos sustentavam não somente a produção, mas também as necessidades pessoais dos senhores de engenho, que tinham seu prestígio marcado, sobretudo, pela exposição da opulência.

Ao estudar a trajetória do Banco da Bahia, Thales de Azevedo, demonstrou a dificuldade que os senhores de engenho e agricultores tinham para conseguir empréstimos bancários, uma vez que dispunham exclusivamente de bens rurais e esses “não serviam de garantia nos empréstimos bancários”. Assim, “o único recurso” dos

³⁶TAVARES, Luís Henrique Dias. *op. cit.* p. 285/286.

³⁷*Idem. Ibidem.* p.194/195

³⁸OLIVEIRA, Waldir Freitas. *op. cit.* p.19/20

³⁹*Idem. Ibidem.* p.19/20

⁴⁰*Idem. Ibidem.* p.16/17.

grandes proprietários foi inevitavelmente “desfazerem-se da sua própria mão-de-obra”.⁴¹ Segundo o autor, a “legislação bancária em vigor não permitia aos bancos cooperar satisfatoriamente com as atividades rurais”, uma vez que as ações realizadas por estes estabelecimentos caracterizavam-se por “operações a prazos curtos e juros que não podiam ser cobertos pelos rendimentos das culturas” e mais: não “permitiam a aceitação de terras, senão de prédios urbanos e bens da mesma ordem, como garantias das transações”.⁴²

A informação sobre o impedimento do uso das terras como caução nas transações bancárias não foi encontrada em outros estudos. Sabe-se, contudo, que muitos dos imóveis urbanos que pertenciam a essas elites rurais foram gradativamente transferidos para as mãos dos credores aumentando “o movimento comercial da praça da Bahia, beneficiando, de modo direto, seus comerciantes”.⁴³ Assim, a observação da trajetória das fortunas baianas mostra que, a partir do ano de 1844, houve uma concentração de tais bens nas “mãos desses negociantes, principalmente na dos que antes se haviam envolvido no trafico de escravos”.⁴⁴

Nesta perspectiva, a cidade passou a ter um segmento urbano diversificado, ampliando as opções de investimentos e trabalho. Este movimento, contudo, foi gradativo, pois desde a virada do século XVIII para o XIX, já havia registros que dentre a população elegante e abastada da cidade se encontravam comerciantes “já integrados na vida política mundana pela influência que exerciam na administração, nas irmandades, na sociedade”.⁴⁵

A demarcada presença dos comerciantes ocupando muitos espaços no cenário econômico e no jogo político local, fez com que eles se constituíssem numa elite econômica. Contudo, para a aristocracia rural, eram vistos como pessoas de segunda classe. Para Luiz Felipe de Alencastro, durante o Império, ainda que fossem “inúmeros os candidatos à nobreza entre os grandes negociantes e os letrados” eles raramente eram

⁴¹AZEVEDO, Thales de. LINS, E. Q. Vieira. *op. cit.* p.165/166.

⁴²*Idem.Ibidem.* p.174

⁴³OLIVEIRA, Waldir Freitas. *op. cit.* p.26.

⁴⁴*Idem.Ibidem.* p.19

⁴⁵AZEVEDO, Thales de. *op. cit.* p.221.

agraciados com título de nobreza.⁴⁶ A mobilidade social dos comerciantes se deu em virtude das relações matrimoniais. Os casamentos com membros da “aristocracia rural” possibilitaram a aceitação e integração dos comerciantes ao ápice da pirâmide social local.

Os comerciantes da cidade de Salvador mantinham-na integrada à dinâmica da economia mundial, uma vez que ela atuava como centro intermediário com grande vínculo com o mercado externo e interno e o comércio permaneceu como sua atividade econômica predominante. Continuava exportando os produtos agrícolas produzidos na Bahia e em alguns estados vizinhos e importando e distribuindo gêneros como calçados, tecidos, instrumentos musicais e alimentos.⁴⁷

Eram muitos e grandes os trapiches para a “mercância de ir e vir”.⁴⁸ Nestes espaços ficavam estocados os produtos produzidos pela Província como açúcar, fumo, algodão, aguardente, couro, madeira, destinados à exportação e também os produtos importados como vinho, azeite, vinagre, farinha do reino e bacalhau dentre outros para serem redistribuídos para o comércio da cidade e do interior. Coexistiam com este grande comércio as feiras livres, principalmente na Praça de São José e no Cais Dourado, onde ficavam expostos os pescados e as frutas da terra, transportados através da Baía de Todos os Santos. Para atender à demanda do fluxo marítimo, havia estaleiros para construção de embarcações de tamanhos variados. A construção, operação e manutenção de embarcações foi uma atividade que contribuiu para a diversificação de investimentos de capitais e criação de trabalho.

Em meados do século XIX, a elite dirigente da cidade, juntamente com representantes do comércio local, cientes da importância do porto para a dinâmica comercial, promoveu melhorias nos meios de transportes associando capital público e privado. A construção de ferrovias e a preocupação com as condições de navegabilidade visavam a maior eficiência para escoar os produtos que saíam e entram no porto. Esse, por sua vez, acumulava ainda a função de reabastecimento de navios e tripulações,

⁴⁶ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de: História da Vida Privada. V. 02. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 55.

⁴⁷MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *op. cit.*

⁴⁸NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: Aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 50.

ocupando uma posição de destaque e uma dinâmica incomum para os padrões da época.⁴⁹

As reformas implementadas no Porto de Salvador contaram com significativa atuação dos comerciantes e devem ser observadas considerando as mudanças ocorridas no cenário econômico baiano. Toda a Província dele dependia de modo essencial e por isso procurou-se equipá-lo de modo a poder propiciar cada vez mais lucros. Rosado afirma que, a partir de 1850, “todas as iniciativas visando a sua modernização nasceram de comerciantes locais”.⁵⁰

Assim, o porto exerceu a função de importante entreposto comercial na cidade de Salvador durante todo o século XIX, tendo continuidade também no século XX. Dinamizou a economia da cidade, de seu Recôncavo e de toda a Província. Teve papel de destaque também para o fluxo de idéias e valores. Cabe salientar que as capitais desempenharam, neste período, importante papel enquanto espelho de “civilidade” e “progresso” e para os administradores públicos e segmentos da elite letrada, que defendiam as reformas urbanas, a cidade precisava definitivamente engajar-se no chamado processo de civilização, não apenas reformando suas casas e ruas, mas também eliminando seus becos e ruelas. Era preciso ainda demonstrar um refinamento nas condutas sociais estimulando as artes e o esporte.

Ao longo do século XIX, a cidade de Salvador sofreu inúmeras intervenções urbanas, seja no traçado de suas ruas, seja na modernização de sua infra-estrutura, seja nos serviços públicos. Para se compreender o cenário urbano no período da implantação da Vila Operária da Companhia Empório Industrial do Norte, é preciso destacar algumas dessas intervenções e seu impacto nas camadas populares.

⁴⁹MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *op. cit.* p.48 e 79. Thales de Azevedo afirma também que os portos do Rio e da Bahia disputavam a primazia nas cifras de movimento desde o fim da guerra do Paraguai, ocasião em que a província da Bahia se colocava na dianteira. “Em 1873, por exemplo, entraram na Bahia 6.671 embarcações tripuladas por 14.067 homens contra 2.916 navios com 10.001 tripulantes no Rio”. AZEVEDO, Thales de. *O Povoamento... op. cit.* p178. Esta posição se altera nos primeiros anos da República, quando a cidade de Salvador passa a ocupar o terceiro porto do País em volume comercial. O do Rio de Janeiro e o de Santos, no Estado de São Paulo ocupam a dianteira. SANTOS, Mario Augusto da Silva. Crescimento urbano e habitação em Salvador In: *Revista de Arquitetura e Urbanismo*. v. 03, 4/5, 1990.

⁵⁰ROSADO, R de C S. de C. *O porto de Salvador – 1854/1881*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – UFBA, Salvador, 1984, p. 47

Em 1836, uma determinação legal impôs o uso de iluminação urbana e o azeite de peixe foi gradativamente utilizado no espaço público. No ano de 1858, trabalhavam nesta atividade 55 acendedores, dez fiscais, um fiel, dois inspetores e um administrador geral.⁵¹ Apesar das constantes menções feitas pelos poderes públicos ao crescente número de lampiões instalados, sabe-se que estes ficavam, em sua maioria, concentrados em alguns pontos da cidade a exemplo das proximidades dos prédios públicos e do Passeio Público. Este era um espaço que os sucessivos governantes da Província se empenhavam em zelar por ser um ponto de encontro dos cidadãos ilustres, estrangeiros e moradores de outras províncias. Era a vitrine da cidade, local onde se reuniam os visitantes e todos os que partilhavam os códigos de civilidade idealizados no período.

Neste mesmo ano, 1858, começaram as negociações para a implantação de uma nova forma de iluminar a cidade. As reiteradas falas a respeito dos investimentos nas melhorias na iluminação da cidade mostram que a população devia reclamar com alguma frequência sobre sua precariedade. Na busca de aproximações com as metrópoles símbolos das reformas urbanísticas do período as intervenções públicas eram constantemente referenciadas e nas negociações dessa implantação, os governantes exaltavam que aquele processo a ser instalado em Salvador era o mesmo empregado em cidades como Londres e Paris.⁵² Era a iluminação a gás retirada do carvão de pedra, modalidade inaugurada em 1862.⁵³

Apesar da reconhecida melhoria na iluminação pública esta não se estendeu a toda a cidade. Sua topografia irregular também não contribuía para que a instalação da iluminação causasse o impacto desejado. A cidade era extensa, e afora o centro, a implantação espaçada de bicos de gás não dava o efeito esperado e no ano de 1869, após interposições de lampiões e constantes reparos, o estado geral de iluminação continuava não sendo “lisonjeiro”.⁵⁴

⁵¹ APMS. *Regulamento de iluminação*. 08.05.1858.

⁵² LEÃO, Manuel Messias de. *Fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia pelo primeiro vice-presidente da Província em 15 de setembro de 1858*. Bahia Tipografia de A. O. da França Guerra, 1858. p. 15.

⁵³ NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *op. cit.* p.78.

⁵⁴ NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *op. cit.* p.79

Somente em 17 de setembro de 1903 foi assinado o contrato de iluminação elétrica na cidade entre a Intendência Municipal e Fernand Delcroix, então diretor da *Compagnie d'Eclairage de Bahia*, empresa contratada para a nova instalação. Neste ano, no dia 24 de dezembro, foi inaugurada a luz elétrica nos trechos centrais da cidade e neste ato o Intendente deu “vivas ao progresso da Bahia no momento em que era aberto o contador provisório”⁵⁵. No primeiro trecho inaugurado e nos outros que se seguiram, percebe-se a preocupação com as áreas próximas aos edifícios públicos e praças reformadas, continuando a maior parte da população a conviver sem os benefícios desses melhoramentos nos seus espaços de moradia.

Nos limites da cidade de Salvador e seu entorno localizavam-se muitas nascentes d'água e os proprietários de roças ou casas que dispunham dessas fontes vendiam o precioso líquido. No ano de 1852, o presidente da Província contratou a Companhia do Queimado para o fornecimento de água. Esta deveria extraí-la dos açudes e vertentes e distribuir para a cidade por meio de chafarizes com torneiras controladas pela Empresa. Foram estabelecidos prazos de conclusão das obras dos chafarizes e os valores máximos cobrados por potes e barris de água e a empresa firmou contrato de 30 anos de atuação. A Companhia contava com duas máquinas a vapor, de alta pressão que aspiravam a água recebida para depósitos instalados em um lugar alto que permitia a distribuição. Antes de entrar no reservatório a água era filtrada por meio de 20 filtros. “Gastava-se uma tonelada de carvão para suspender 3.200 pipas do líquido até o reservatório”.⁵⁶ Apesar das melhorias nos serviços, estes não supriam a demanda dos moradores que “nos primeiros anos do século XX, ainda se ressentiam da precariedade de infraestrutura dos seus serviços públicos básicos: luz e água”.⁵⁷ De acordo com Luiz Henrique Dias Tavares, parte significativa dos capitais investidos nos serviços de iluminação a gás e transportes ferroviários e urbanos originou de capitalistas ingleses, franceses e alemães que vieram para a Bahia.⁵⁸

Ao fazer uma proporção entre o crescimento populacional e o crescimento predial na cidade de Salvador, Mario Augusto Santos discutiu o significado de tais

⁵⁵MARCELINO, Antonio. *Bahia, 70 anos de iluminação elétrica de rua*. Salvador: Editora Beneditina, 1973, s.p.

⁵⁶NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *op. cit.* p.80.

⁵⁷*Idem. Ibidem.* p.81.

⁵⁸TAVARES, Luís Henrique Dias. *op. cit.* p.287/288

alterações.⁵⁹ Mostrou que a população da cidade continuava a crescer ainda que tenha sido constante a evasão de significativa parcela para o Sudeste do país. Ainda de acordo com o autor, no final de 1890, havia uma média de 12 habitantes por moradia, chegando a 14 em 1899. Na década seguinte, a tendência foi um aumento na concentração com uma média de 15 moradores por prédio. A partir deste período a concentração foi diminuindo até chegar a 11 em 1930. A expulsão dos moradores das áreas centrais da cidade, fenômeno que se dava também na Capital Federal e em outras capitais regionais, beneficiava o comércio e promovia a concentração de grande parte da população em certas áreas da cidade. Assim, antigos casarões passaram a abrigar muitas famílias.

As habitações coletivas, os casebres e os cortiços surgem no discurso público como entraves ao propósito de embelezar a cidade e as intenções de saneamento esbarravam nas condições reais da vida da maioria da população do período. Para os higienistas, as habitações populares foram consideradas nocivas à sociedade, pois seriam ao mesmo tempo, focos de irradiação de epidemia, além de terreno fértil para a propagação de vícios de todos os tipos.⁶⁰

Essa forma de ver a moradia do pobre como um foco de disseminação de doenças foi observado em diversos estudos sobre as intervenções urbanas em outras cidades brasileiras.⁶¹ Analisando as posturas adotadas pelo Conselho Municipal e a Intendência na cidade do Rio de Janeiro, José Murilo de Carvalho demonstrou que, naquele espaço, o novo Código de Posturas regulou “em pormenores várias atividades, especialmente as referentes a casas de aluguel e de pasto”. Afirmou que grande parte das medidas adotadas eram “bem intencionadas” e que “buscavam beneficiar a população em termos de maior conforto e higiene, ao mesmo tempo em que criava

⁵⁹SANTOS, Mario Augusto. *Sobrevivências e tensões sociais*: Salvador, (180). 1982. 472f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Segundo o censo de 1872 a Bahia tinha 1.379.616 representando 13% da população total que era de 10.112.000 habitantes. Salvador tinha 129.109 habitantes dos quais, 108.138 moravam nos limites das paróquias da cidade. Consultar: MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *op. cit.* p. 87

⁶⁰CHALOUB, Sidney. *Cidade Febril*. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 29.

⁶¹São muitos os estudos que analisaram as intervenções urbanas brasileiras realizadas pelos poderes públicos que se valeram dos argumentos desqualificadores dos pobres e suas moradas para justificar as ações. Destacam-se: CARVALHO, José Murilo de. O Rio de Janeiro e a República. *Revista Brasileira de História*. v.05, nº 8/9, São Paulo: Marco Zero 1984/1985; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinada – 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; RESENDE, Antonio Paulo. *(Des)encantos modernos: a história da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: Fundarpe, 1997; PONTES, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social – 1860-1930*. 3ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001, entre outros

dificuldades para os proprietários”. Eram, contudo, “inteiramente irrealistas para a época” além de deixar “transparecer a preocupação com o controle da população marginal da cidade”.⁶²

Na cidade de Salvador, aos moradores pobres somavam-se a população que chegava fugindo das grandes estiagens que aconteceram no século XIX. Este acréscimo da população agravava ainda mais as condições de moradia tornando-a mais cara pelo aumento da demanda. As recorrentes secas se fizeram presentes de maneira mais acentuada em alguns períodos do século XIX e tornaram inevitável o deslocamento de populações para as vilas do Recôncavo e para a Capital. Walter Fraga Filho chama a atenção para a seca de 1889, que, em particular, levou um número significativo de retirantes a essa região na expectativa de melhores condições de vida do que as encontradas em suas localidades de origem.⁶³ As constantes secas também aprofundavam as dificuldades da população empobrecida, encarecendo os gêneros de primeiras necessidades, produzidos nas áreas atingidas pelo flagelo. Essas pessoas, fragilizadas pelas péssimas condições de vida e pelas carências alimentares, tornavam-se ainda mais vulneráveis as epidemias, como a de febre amarela e de cólera.

Valendo-se do cadastramento dos trabalhadores urbanos nos livros de matrícula dos poderes públicos João José Reis acompanhou os serviços de ganho nas ruas de Salvador entre 1887 a 1893 e destacou a frequência de trabalhadores oriundos da região do açúcar.⁶⁴ Em outro estudo, Walter Fraga Filho afirma também que, na década de 1880, a cidade de Salvador “foi o destino principal de grande número de escravos fugidos do Recôncavo”.⁶⁵ Para o autor, “parte dos que fugiram ou abandonaram os engenhos foi incorporado ao mercado de trabalho urbano, nas diversas profissões tradicionalmente ocupadas pela população livre e liberta”. A partir da análise de dois setores fundamentais dos trabalhos urbanos ocupados pelas camadas populares, como o trabalho de rua e os serviços domésticos, o autor mostrou como esta movimentação de escravos e libertos afetou a composição dos trabalhadores na cidade colocando em

⁶²CARVALHO, José Murilo de. *op. cit.* p.132.

⁶³FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA/São Paulo: Hucitec, 1996.

⁶⁴REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. In: *Revista Afro-Asia*. n.24. 2000.

⁶⁵FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: UNICAMP, 2006.

contato “pessoas que viveram a experiência de escravidão no campo e na cidade” permitindo trocas cotidianas entre homens e mulheres egressos “de diversas localidades” e que, após a lei de 13 de maio de 1888, novos padrões de relações foram se constituindo, “não mais fundadas nas diferenças entre livres, libertos e escravos”.⁶⁶

Essa população que migrou para a cidade de Salvador procurou meios de sobrevivência atuando em profissões urbanas autônomas, promovendo um crescimento no número de ambulantes nas ruas e a imprensa cobrava posturas mais enérgicas dos poderes públicos para afastá-los das ruas centrais da cidade.⁶⁷ A presença dos africanos e seus descendentes de hábitos tradicionais que a população mantinha no seu dia-a-dia configuravam verdadeiros empecilhos a feição moderna que as elites defendiam e buscavam externar.⁶⁸ A prática do trabalho temporário imperava entre os homens livres das camadas populares. O direito de dispor do próprio tempo e principalmente não ter patrão ditando ordens eram fatores caros para uma população que viveu a experiência da escravidão.

A busca por profissões urbanas autônomas pode também refletir a dificuldade que esta população que migrava para a cidade tinha para encontrar trabalhos regulares que lhes permitisse a sobrevivência. O grande empregador do período foi o comércio que criava restrições para admitir membros das camadas populares, sobretudo àqueles que traziam mais evidentes os traços da negritude. Ao estudar a casa Pia do Colégio dos Órfãos de São Joaquim, Alfredo Eurico Matta observou que esta Instituição desempenhou papel importante como formadora de mão-de-obra assalariada, minimamente qualificada, na Bahia do século XIX.⁶⁹ A Casa recebia alunos internos e também alguns que passavam o dia no Colégio retornando a noite para suas casas. Traçando o perfil dos alunos o autor identificou que a maioria era composta de filhos de mães solteiras e brancos. A Casa fornecia aprendizes de caixeiros para o comércio e estas crianças ficavam sob a tutela dos comerciantes, alguns dos quais se tornavam seus

⁶⁶ *Idem. Ibidem.* p.340

⁶⁷ *Idem. Ibidem.* p.337.

⁶⁸ SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador no século XIX.*

⁶⁹ MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. *Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim: de recolhidos a assalariado.* 1996. 228f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

benfeitores. Ela também encaminhava alunos para a fábrica de tecidos Todos os Santos, localizada na cidade de Valença, interior da província.⁷⁰

Outra Instituição fundada no ano de 1872 com o propósito de formar e qualificar os trabalhadores locais foi o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. Para Maria das Graças Leal, sua criação, “refletiu o ambiente de uma sociedade que avançava na busca de alternativas para um problema que a cidade enfrentava” no que dizia respeito as “condições qualitativas para acelerar-se a marcha do progresso e da civilização” atendendo ao “discurso voltado para a fundação de escolas com características profissionalizantes capazes de oferecer instrução a artistas e operários”.⁷¹

Voltando aos trabalhadores que ocupavam as ruas da cidade de Salvador, Walter Fraga Filho observou que “a inserção dos ex-escravos nas comunidades urbanas” foi “permeada de conflitos” e disputas pela ocupação dos espaços públicos. Alguns processos crime analisados pelo autor evidenciam que, nas querelas desses trabalhadores urbanos, o passado da escravidão foi, não raras vezes, lembrado por desafetos acirrando os litígios.⁷²

É preciso pensar a cidade como lugar de conformidades diversas, mas também de conflitos, onde se entrecruzam interesses que se aproximam e se distanciam mesmo no interior de grupos que aparentemente parecem coesos. Mais do que espaços definidos, esses “contextos” ou “ambientes” podem ser percebidos como “zonas de contato” nas quais se entrecruzam diferentes modos de viver.⁷³

Ao que parece, as desavenças e disputas, entre os trabalhadores de rua na cidade de Salvador, pela ocupação dos espaços públicos eram constantes. Assim, sucessivos governos municipais implementaram posturas que tinham o propósito de ordenar o

⁷⁰Idem. Ibidem. A fábrica de Valença foi a maior fábrica têxtil durante o II Império. Waldir Freitas de Oliveira também informa que a Casa Pia atuou como fornecedora de muitos dos operários que foram encaminhados para a Todos os Santos. A localização da fábrica era isolada e foi construída uma infraestrutura com moradia e serviços para atender os operários de ambos os sexos. Os proprietários estimulavam os casamentos entre os operários. Conferir: OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A industrial cidade de Valença*. Salvador: Centro de Estudos Baianos. nº. 11.

⁷¹LEAL, Maria das Graças Andrade. *A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996)*. Salvador: Fundação Odebrecht; Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. 1996. p.51.

⁷²FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas... op. cit.* Em diversos conflitos envolvendo trabalhadores em períodos posteriores, como a greve de 1907 e a de 1917 era comum a referencia a escravidão como parte de um passado superado. Havia o uso reiterado de expressões que remetiam a escravidão. Estes elementos serão tratados mais adiante.

⁷³ARANTES, Antonio. A guerra dos lugares. In: *Revista do Patrimônio Histórico Nacional*. Nº 23. Rio de Janeiro: IPHAN.

trabalho e as ações desses trabalhadores afastando o excedente das ruas centrais sob a justificativa de promover a melhoria da circulação da cidade.

Após a proclamação da República, o primeiro intendente da cidade Salvador, em consonância com demais conselheiros, teve uma atuação que explicitou sua preocupação com a ordenação social. Procurou controlar o trabalho das camadas populares, estipulando que “os engraxates, carroceiros e ganhadores [fossem] obrigados a matricular-se, tendo cada um, um número de chapa ou qualquer outro meio” de identificação⁷⁴ Estabeleceu formas de ordenação do espaço urbano também ao exigir a colocação de placas para numeração das casas e prédios.⁷⁵

Muitas foram as medidas impostas para transformar Salvador numa cidade que não deixasse “nada a desejar” a outras localidades.⁷⁶ Em pouco tempo definiram normas sobre o sistema de coleta de lixo e o serviço de limpeza das ruas e praças. Proibiu-se que os animais transitassem soltos pelas ruas, e o lançamento de “águas sujas” nas vias. Estabeleceu-se medidas higiênicas para os açougues e o controle dos pequenos comerciantes através de concessões para vendas de bebidas alcoólicas nas feiras e festas e o estabelecimento do horário de funcionamento. Demonstrou uma clara preocupação com a expansão desordenada da cidade proibindo a construção de casas para pobres sem que eles apresentassem as plantas de construção e passou a cobrar impostos até mesmo dos verdureiros. Aqueles que não cumpriam as exigências eram multados.

As Atas da prefeitura desse período revelam que essas ações foram mal vistas pelos munícipes e alguns entraram com reclamações solicitando a dispensa das multas recebidas alegando os mais variados argumentos. Sabe-se que “a higiene como a ideologia das transformações urbanas da virada do século, esteve longe de ser um processo linear e sem conflitos”.⁷⁷

Algumas das medidas adotadas colocaram o primeiro intendente em rota de colisão com representantes de interesses diversos chegando mesmo a confrontá-lo com a Inspetoria de Higiene, órgão da esfera estadual, com relação as competências de determinadas ações e ele acabou por renunciar ao cargo. Muitas medidas ficaram como

⁷⁴ APMS. *Livro de Atas do Conselho Municipal*. 14.02.1890. 15ª Sessão, p.63 verso

⁷⁵ APMS. *Livro de Atas do Conselho Municipal*. 21.02.1890. 16ª Sessão, p.70 verso

⁷⁶ APMS. *Livro de Atas do Conselho Municipal*. 07.02.1890. 13ª Sessão, p.48

⁷⁷ CHALOUB, Sidney. *op. cit.* p36.

letra morta pela própria falta de condições de viabilização outras, no entanto, permaneceram a exemplo do controle dos trabalhadores de rua.

É importante destacar que este primeiro intendente foi Luiz Tarquínio, o idealizador da Vila Operária da Boa Viagem.⁷⁸ Nesse espaço ele procurou dar maior vazão ao seu projeto de um lugar que nada tivesse a invejar. O modelo e a distribuição das casas construídas na Vila, a limpeza das ruas internas e a exigência com relação ao comportamento dos moradores são algumas das medidas impostas na Vila que se aproximam das que buscou impor a cidade de Salvador. Luiz Tarquínio ainda tentou atribuir a Vila o papel de modelo a ser seguido pela cidade como um todo. Assim como na cidade, também na Vila houve limites para a imposição de tal modo de viver.

A imprensa local teve destacado papel nesse processo, empenhada em elogiar, criticar ou cobrar uma maior severidade dos poderes públicos nessas ações. O *Jornal de Notícias*, de 24 de julho de 1893, noticiou sobre o cadastramento dos trabalhadores urbanos realizado pela Intendência e que este encerraria no dia 6 de agosto daquele ano chamando a atenção para aqueles que ainda não tinham se matriculado. Estes estariam sujeitos à multa de 10\$000 réis ou quatro dias de prisão. O jornal divulgou um levantamento parcial, computando 2.452 trabalhadores nas ruas, subdivididos entre 1.721 ganhadores⁷⁹, 473 carroceiros e 258 aguadeiros.⁸⁰ Cabe destacar que, no final do século XIX, os vendedores ambulantes não podiam exercer suas atividades sem pagar licença à Câmara Municipal e os trabalhadores matriculados eram obrigados a usar boné e portar no braço uma chapa com o respectivo número de matrícula.

Buscava-se, sobretudo, afastar das ruas centrais as ganhadeiras e os vendedores ambulantes que, para instalação do seu comércio arrastavam bandejas, tabuleiros e gamelas evidenciando uma feição da cidade que os reformadores urbanos tentavam

⁷⁸A atuação de Luiz Tarquínio na intendência foi de apenas dois meses. Posteriormente ele atuou como Conselheiro Municipal e também ficou pouco tempo. SANTOS, Marilécia Oliveira. *Empório da Utopia: O projeto industrial de Luiz Tarquínio*. 2000. 187f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

⁷⁹Termo que designava o trabalhador de rua, sobretudo os que carregavam mercadorias diversas do porto para as casas comerciais e transportava as cadeiras de arruá. Incluía também os trabalhadores de diversos ofícios que atuavam em áreas distintas, como marcenaria, carpintaria, construção entre outros e que eram acionados mediante acordos temporários. Ainda no período da escravidão os escravos de ganho eram obrigados a prestar contas de determinado valor aos seus senhores. Para João José Reis o escravo ganhador poderia organizar o tempo, o ritmo e por vezes o volume do seu trabalho, dispondo de uma maior flexibilidade que os demais escravos. REIS, João José. *Escravidão & invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988

⁸⁰ *Jornal de Notícias*. 24.07.1893

esconder. Este era um comércio exercido em sua maioria por trabalhadores nascidos livres ou libertos e contou com a expressiva presença das mulheres que se mostraram habilidosas na conquista desses espaços.⁸¹ São muitos os registros fotográficos e relatos de visitantes do período que destacam as vendedoras de legumes, frutas, bolos, mingaus e as famosas caixinhas de vidro com quinquilharias diversas.

As ações dos dirigentes municipais e da imprensa sintonizavam com as idéias higienistas em vigor, num indicativo de que partilhavam da crença de que “haveria uma forma científica – isto é, neutra, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existente”.⁸² Estas medidas tiveram como modelo as cidades européias que além de realizarem reformas urbanísticas, buscaram intervir nas formas de viver dos moradores e se transformaram em exemplos de civilização e progresso. Algumas, em especial as inglesas, ao longo do século XIX, viveram um “processo de imposição de uma ordem urbana básica”, no qual se estabeleceu “o controle em todos os espaços públicos e a vigilância constante do comportamento público”. Por meio de intervenções legais buscou-se regulamentar e organizar a vida urbana cotidiana, criando regulamentos e mecanismos coativos. Esses procuravam alterar todo o social considerado inadequado aos preceitos da modernidade, de modo que muitas práticas passaram a ser vistas como atividades inadequadas, que podiam ser interrompidas e multadas por um magistrado.⁸³

Para justificar as intervenções urbanas na cidade de Salvador, os reformadores atribuíam constantemente à moradia dos pobres a responsabilidade pela irradiação das doenças. Muitas moradias não contavam com o esgoto sanitário interno nem dispunham de água canalizada e a população ainda mantinha alguns hábitos herdados de tempos coloniais e do Império como a dependência dos vendedores ambulantes de água e o descarte nas ruas de “águas servidas” e dejetos. É conhecida a fala de A. Ronzi, cronista italiano, sobre a construção das casas na cidade de Salvador no período em que a visitou. Segundo ele, as casas foram “feitas para homem de outra espécie da nossa”, por não “ocuparem de satisfazer certas necessidades indispensáveis a toda humanidade, e

⁸¹ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador. (1890-1937). *Revista Afro-Ásia*. n. 21-22, 1999, p. 239-256.

⁸² CHALOUB, Sidney. *op. cit.* p.35.

⁸³ Consultar a respeito STORCH, Robert. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. *Revista Brasileira de História*. v. 05, 1984/1985, p. 19 e 30.

que devem ser tomadas em consideração”.⁸⁴ O calçamento irregular das ruas absorvia ainda os despejos das casas comerciais, além dos excrementos, uma vez que o transporte mais utilizado era o animal. Esse cenário fazia contraste com a imponência dos edifícios públicos e religiosos e com a dinâmica comercial da cidade.

O calçamento de pedra das ruas centrais teve grande concentração na sua instalação no período entre os anos de 1851 a 1855.⁸⁵ Uma das obras urbanísticas de grande importância para a cidade no século XIX foi a expansão da Rua da Vala. A conclusão desta obra durou dezesseis anos e sua execução foi defendida por políticos de correntes distintas e mesmo com as sucessões administrativas ela não foi interrompida. A obra consistiu na canalização e cobertura de Vala, canal que recebia o despejo de dejetos e demais sujeiras produzidas na cidade e era alvo de inúmeras reclamações de moradores.

A obra fez da Rua da Vala uma importante via de comunicação ligando freguesias e se tornando a principal artéria da cidade. A via possibilitou ainda a locomoção de veículos de rodas pesadas, que nas demais ruas da cidade, estreitas e com calçamento de pedra irregular, tinham dificuldades para a locomoção. Esta obra foi o grande melhoramento público que possibilitou e facilitou a locomoção de mercadorias, canalização de esgotos além de permitir a drenagem dos terrenos com aproveitamento deles para construção de prédios.

Essa obra de melhoria pública sintonizava com o programa urbanístico realizado pelo prefeito Haussmann na cidade de Paris que se configurou num modelo para administradores de diversas cidades, em várias partes do mundo, inclusive brasileiras.⁸⁶ As ações de abertura de ruas, reestruturação administrativa, implantação de novos serviços primários e secundários aliados ao embelezamento da cidade num curto espaço de tempo foram medidas que estimularam o desencadeamento de reformas em muitas cidades na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Ao tratar do papel dos fotógrafos na visibilidade dos “melhoramentos urbanos” na cidade do Rio de Janeiro, Maria Inês Turazzi mostrou também o quanto estas intervenções funcionaram como “estratégia para valorização do papel do Estado e de seus agentes

⁸⁴RONZI, Apud MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *op. cit.* p.48 e 79.

⁸⁵WETHERELL, James. *Brasil. Apontamentos sobre a Bahia 1842-1857*. Salvador: Artes gráficas, sd, p.79

⁸⁶BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2005. P. 589-606.

como promotores do bem-estar coletivo e do progresso material da nação”.⁸⁷ Episódios de intervenções ocorridas ainda no Império e a culminância da grande reforma dos primeiros anos da República no Rio de Janeiro também contribuíram para o reconhecimento do papel dos engenheiros e seu fortalecimento na conquista de postos-chaves em diferentes esferas do poder.⁸⁸

Apesar do impacto causado pela reforma da Rua da Vala na cidade de Salvador, a obra símbolo da modernidade baiana foi a construção de um elevador hidráulico, inaugurado no ano de 1873, o Elevador da Conceição, que ligava a cidade alta a cidade baixa. No discurso inaugural proferido pelo seu idealizador, Antonio Lacerda, aos operários da empresa Transportes Urbanos, ele alardeou que Salvador tinha “uma das maravilhas da engenharia moderna, construída por vós sob a direção de hábeis profissionais e da sábia inspeção dos engenheiros fiscais do governo, encarregados de examinar as obras”.⁸⁹ Num outro momento festivo daquele mesmo dia, Antonio Lacerda também afirmou que a Bahia teria dado “um grande passo para o progresso, assistindo a inauguração do primeiro elevador hidráulico construído no Brasil”.⁹⁰

Nesta fala está presente a valorização do trabalho organizado e da autoridade técnica de engenharia moderna. Reflete a confiança e euforia que segmentos da população urbana tinham nas maravilhas advindas do avanço tecnológico. Era uma euforia originada na crença de que a melhoria material da qual a indústria era propulsora, seria o veículo para as melhorias das condutas morais do homem.⁹¹ Os avanços alcançados pela ciência alimentavam a confiança no porvir possibilitando a idéia de que seria possível “domesticar o futuro”, prever e impedir as flutuações. O

⁸⁷TURAZZI, Maria Inez. Paisagem construída – Fotografia e memória dos “melhoramentos urbanos” na cidade do Rio de Janeiro. In: *Revista Varia História*. Dossiê Fotografia. v. 22. nº 23. Belo Horizonte: Jan/Jun. 2006.

⁸⁸*Idem*. *A euforia do progresso e a imposição da ordem*. A engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1989.

⁸⁹Discurso proferido por Antonio Lacerda aos operários da empresa de Transportes Urbanos no dia da inauguração do Elevador da Conceição. In: OLIVEIRA, Waldir Freitas. *Antonio de Lacerda (1834-1885)*. Registros e documentos sobre sua vida e obra. Salvador: Fundação Gregório de Matos, 2002. Antônio de Lacerda não chegou a concluir o curso de engenharia iniciado nos Estados Unidos. Seu irmão, Augusto Frederico de Lacerda concluiu o curso em 1858 na mesma Instituição. Após a instalação da CEIN, Augusto foi contratado para dar manutenção a Fábrica.

⁹⁰Brinde levantado por Antonio Lacerda por ocasião das comemorações da inauguração do elevador. O elevador passou a ser denominado Elevador Antonio Lacerda no ano de 1897. Proposta apresentada pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia na sessão de número 28 do IGHBA, ano 1897. OLIVEIRA, Waldir Freitas. *Antonio de Lacerda... op. cit.*

⁹¹TURAZZI, Maria Ignês. *A euforia do progresso... op. cit.*

orgulho advindo das melhorias técnicas trazia ainda a confiança de um “domínio absoluto sobre a natureza e os homens”⁹²

Apesar das intervenções urbanas e da pujança comercial, a cidade mantinha o aspecto colonial. Esta feição remetia a uma época que os reformadores urbanos da Primeira República buscaram suprimir. Salvador era freqüentemente tratada nos periódicos por “velha capital” em face da permanência de grande parte da arquitetura colonial e da estrutura da maioria de suas ruas. Nessa expressão estava embutido ainda o registro do lugar anteriormente ocupado pela Bahia no cenário nacional e a evidencia da lamentação pela perda gradativa do seu prestígio político e econômico.

Permanecia neste espaço uma oligarquia agrária e comercial que, possivelmente, acreditava na inescrutabilidade dos recursos agrícolas, uma vez que resistia a qualquer mudança nos rumos dos investimentos públicos. Nesta linha de raciocínio, Luiz Henrique Dias Tavares demonstrou como se desenvolveu na Bahia uma “ideologia do destino agrícola” e como os recursos do Estado estavam empenhados na “sustentação e ampliação da lavoura”.⁹³ Para ele os programas dos governos baianos se empenharam na manutenção deste fim tendo como prioridade investir no ensino agrícola, nas vias férreas e de rodagem, nas navegações fluviais e marítimas, que favorecessem os centros de produção agrícola, ligando-os aos centros comerciais, além de passar a proporcionar o “crédito para auxiliar o capital empregado nas explorações agrícolas”.⁹⁴

Essas medidas certamente atendiam aos interesses de uma oligarquia agrária que resistia a qualquer perspectiva de mudança que pudesse representar uma alteração na ordem estabelecida e uma possível perda de prestígio associada, particularmente nesse período, à posse de terras. Apesar da gradativa perda econômica, os senhores de terra conseguiam se articular politicamente e pressionar os poderes públicos no sentido de assegurar a defesa dos seus interesses. O segmento urbano que se expandia em

⁹²COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1890-1914: no tempo das certezas. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p. 11

⁹³TAVARES, Luiz Henrique Dias. *O problema da involução industrial da Bahia*. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 1966, p. 29 e 30.

⁹⁴*Idem. Ibidem.* p.29 e 30.

decorrência, sobretudo, da atividade comercial e industrial também buscava agir como grupo de pressão.⁹⁵

Foi neste cenário urbano que a Vila Operária da Boa Viagem foi criada dando maior relevo aos serviços internos disponíveis, como calçamento das ruas, esgoto, água canalizada e iluminação elétrica. Tais intervenções urbanas contrastavam com as condições de moradia dos demais trabalhadores pobres da cidade. A implantação das vilas operárias no país inseriu-se na lógica do processo de construção da modernidade associada à urbanização e industrialização e no final do século XIX e início do século XX muitas e diferenciadas foram as construções de moradias para trabalhadores por industriais em diferentes estados brasileiros.

Alguns aspectos da industrialização na Bahia e no Brasil

Muitos autores reconhecem a dificuldade de precisar as datas para a criação das primeiras fábricas no Brasil. O ano de 1844 é o mais apontado como marco inicial do desenvolvimento industrial interno.⁹⁶ Este marco se deu em decorrência das medidas tarifárias e, sobretudo, pela recuperação da exportação brasileira, base do sistema econômico. Nesse período também há o registro de algumas medidas governamentais de estímulo à indústria têxtil que consistiam em descontos de algumas taxas de exportação aos produtos que fossem ensacados com tecidos de fabricação nacional.⁹⁷ Sabe-se que a política protecionista, tomada isoladamente, não foi suficiente para promover uma dinamização do processo de industrialização, ao contrário, ela acabou por estimular a produção têxtil e o surgimento de indústrias esporádicas.

Sobre a industrialização na Bahia, Mario Augusto Silva Santos considera que teria havido dois “surto”. Um por volta de 1850, em virtude da extinção do tráfico de escravos e o outro no ano de 1891, ligado ao encilhamento. Afirma, contudo, que “não passaram de criação de indústrias isoladas” uma vez que não teria se operado “um

⁹⁵SANTOS, Mario Augusto. Associação Comercial da Bahia na Primeira República – um grupo de pressão. Salvador: ACB, 1991.

⁹⁶LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961 e FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1991, são alguns dos autores que apontam este ano como marco inicial de produção industrial do País.

⁹⁷STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

processo geral de industrialização, por faltar um conjunto infra-estrutural que absorvesse e, ao mesmo tempo, fomentasse o sistema de produção.⁹⁸

Segundo Foot Hardman, desde os anos 40 do século XIX, “o recôncavo baiano constituiu o primeiro núcleo razoável de manufaturas têxteis de tipo moderno no Brasil”.⁹⁹ E Stanley Stein, por sua vez, fez um balanço sobre o surgimento das indústrias no Brasil e identificou que, no ano de 1866, a província da Bahia possuía 5 das 9 fábricas de tecidos existentes no país. No ano de 1875, possuía 11 das 30 e em 1885 detinha 12 das 48 fábricas brasileiras. Já São Paulo, que até o ano de 1866 não registrava indústria têxtil, registrou, no ano de 1885, 9 unidades de produção.¹⁰⁰

No ano de 1866, a indústria têxtil baiana tinha 59% dos teares e 73% dos operários da indústria têxtil brasileira. E para o ano de 1873, Luiz Henrique Dias Tavares encontrou alguns dados das quatro principais fábricas de tecidos em funcionamento naquele período:

Todos os Santos – sediada na cidade de Valença, propriedade do comendador Antônio Pedroso de Albuquerque, um dos maiores comerciantes de escravos. Tinha 4.160 fusos e 176 teares e produzia anualmente um milhão de varas de tecidos e 90.000 libras de fios.

Modelo – na cidade de Salvador, propriedade da firma Coimbra & Cia. Tinha 1.248 fusos e 36 teares e produzia 500.000 varas de tecidos e 40.000 libras de fios.

Santo Antônio do Queimado – na cidade de Salvador, propriedade do comendador Paulo Pereira Marinho. Tinha 1.000 fusos e 30 teares e produzia 320.000 varas de tecidos.

Conceição – na cidade de Salvador, propriedade da firma Ferreira Bastos & Cia. Tinha 1.200 fusos e 35 teares e produzia 450.000 varas de tecidos¹⁰¹

O aquecimento da industrialização no Brasil se deu no contexto da transição do Império para a República e da transição da mão-de-obra escrava para o trabalho livre. Parte dele pode ser explicado em função da onda especulativa ocorrida no período, o encilhamento, fenômeno que fomentou a criação de grande número de indústrias em diversas localidades do país.¹⁰²

⁹⁸SANTOS, Mario Augusto. *Sobrevivências e tensões... op. cit.*

⁹⁹HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 72.

¹⁰⁰STEIN, Stanley. *op. cit.* p.36.

¹⁰¹TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia... op. cit.* p.288.

¹⁰²SCHULZ, John. *A crise financeira da Abolição: 1875-1901*. São Paulo: EDUSP, 1996. Vale lembrar que a onda especulação “surgiu após a abolição durante uma conjuntura internacional favorável,

O Encilhamento também atingiu a Bahia e foram fundadas companhias distintas e dentre elas bancos e fábricas. Entre os anos 1890 e 1891 surgiram 32 fábricas. Algumas das principais fábricas de tecidos do período que existiam na Província buscaram formas de fazer frente a estas recém-criadas e o ano de 1891 foi marcado também pela fusão de algumas indústrias têxteis baianas, em sociedades por cotas de ações, numa tentativa de sobreviver à nova realidade do mercado nacional.¹⁰³

De acordo com Fernando Padrão, o “capital mercantil de Salvador” procurou reproduzir-se “tentando recompor sua lucratividade”, sempre guiado por uma visão mercantil, que “demonstrou preferir aplicações de resultados rápidos e no setor financeiro”.¹⁰⁴

Sobre os incentivos fiscais, o levantamento das políticas tarifárias aplicadas em todo o século XIX indica que os interesses fiscais prevaleceram sobre os estímulos à indústria, até porque os interesses dos industriais foram “suplantados” pelas reivindicações da lavoura e do comércio. As taxas cobradas sobre os preços dos produtos importados era a principal fonte de receita para os cofres públicos. As dificuldades com a falta de numerários resolviam-se com o aumento de tarifas que, por sua vez, favoreceram a produção industrial interna, ainda que essa não fosse fruto de medidas estruturadas e projetadas para tal fim.¹⁰⁵

Os interesses agrários não permitiam que se adotassem uma política protecionista, com tarifas que favorecessem o desenvolvimento de uma indústria autônoma. Os estudos sobre a industrialização brasileira constataam que as primeiras fábricas exploraram produtos voltados para o mercado interno e que não concorriam com os produtores internacionais. Ao que parece, estes também não se interessavam por este mercado de tecidos rústicos.

manifestada por altos preços do café e, pelo menos até 1890, por grandes investimentos externos britânicos”. Com a falta de moedas circulante os bancos privados emitiram dinheiro decorrendo em fraudes na bolsa de valores e a inflação foi a principal consequência. O fenômeno não demorou muito, permaneceu somente até 1892, porém, “foi necessário toda uma década para que se retornasse à estabilidade financeira”. p.18

¹⁰³SEPLANTEC – CPE. Algodão e Têxtil na Bahia. *A inserção da Bahia na evolução nacional*. Salvador, 1978. 5v.

¹⁰⁴PEDRÃO, Fernando. *op. cit.*

¹⁰⁵LUZ, Nícia Vilela. *op. cit.*

Durante a maior parte do Império o país manteve sua dependência com relação aos produtos industrializados da Europa. À medida que se evidenciava a vulnerabilidade da economia brasileira em face da monocultura e das crises econômicas externas, alguns grupos sociais, principalmente os militares, passaram a defender a idéia de que somente a industrialização poderia levar o país a um crescimento econômico. Todavia, a maioria da oligarquia agrária considerava o crescimento industrial de importância secundária.¹⁰⁶

No que diz respeito às finanças, o Império, e posteriormente a República recorreu a banqueiros para equilibrar as suas dívidas. Estas deixaram o país embaraçado e a saída encontrada, muitas vezes, implicava em renegociação dos valores e prazos. Ao final do século XIX, frente à crise econômica que atingiu a Europa, ocorreu a diminuição dos créditos no Brasil que se tornou mais vulnerável ao crédito internacional.¹⁰⁷

Em face da necessidade de pagar os empréstimos em ouro, o governo acabou por adotar medidas pesadamente protecionistas, taxando muito alto os bens manufaturados de tal modo que “raríssimos eram os artigos manufaturados isentos de direitos”. Desta forma, alguns produtos, principalmente aqueles que poderiam passar por um processo de transformação no Brasil, com custos razoavelmente competitivos, tiveram uma redução diferencial nas importações. Assim, a sacaria de juta, os fios de lã e seda eram igualmente protegidos permitindo a transformação final local.¹⁰⁸

Embora a taxa-ouro tenha sido instituída por Rui Barbosa com o propósito de reanimar as finanças públicas, essa medida favoreceu aos industriais. Outra medida criada por Rui Barbosa que teria estimulado o desenvolvimento industrial no país foi a implantação de um tributo territorial. Conforme Warren Dean, a República teria reorientado substancialmente os planos de ação do governo em relação à indústria, de modo que “nenhuma administração subsequente se mostrou tão exuberante a favor do

¹⁰⁶ *Idem. Ibidem.* p.34

¹⁰⁷ SCHULZ, John. *op. cit.*

¹⁰⁸ DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano.* (Estrutura de poder e Economia -1889-1930). Tomo III, v. 01. São Paulo: Difel, 1875, p. 254.

desenvolvimento quanto a Junta Revolucionaria enquanto Rui Barbosa foi Ministro da Fazenda”.¹⁰⁹

Em Janeiro de 1891, a queda de Rui Barbosa leva o Barão de Lucena a revogar a taxa-ouro substituindo-a por uma sobretaxa de 35% paga em papel moeda. O procedimento favoreceu aos importadores e estava de acordo com o pensamento agrário e antiindustrialista. Para Edgar Carone, foi um momento de exaltação e definidor das tendências favoráveis e contrárias à política industrialista.¹¹⁰ Nesta e em muitas outras ações percebe-se a capacidade de articulação de agricultores e comerciantes que, apesar de em diversos momentos se colocarem em posições diferenciadas, em outros foram capazes de conjugar forças e fazer valer interesses comuns.

No sudeste, o café gerou as condições para a industrialização na transição do século XIX para o XX. A região paulista-fluminense abrigava o centro administrativo nacional e o espaço geográfico com uma maior dinamização nas atividades econômicas da época, pois nucleou uma confluência de fatores favoráveis. Esta dinamização se explica pelo fato da região se encontrar bem servida de potenciais energéticos e favorecida com o incremento dos transportes, além de coexistir, naquele espaço, uma grande população para os padrões da época, decorrente do tráfico interno e da imigração. O grande número de trabalhadores, aliado ao excedente econômico acumulado em função do café, foram fatores decisivos para este quadro.

No que diz respeito às indústrias criadas neste mesmo período na Bahia, Francisco Marques de Góes Calmon afirmou que muitas delas surgiram com o “plano preconcebido de criar títulos para jogatinas da bolsa.” Conforme já assinalado, antigas fábricas têxteis baianas fizeram novos arranjos para enfrentar a concorrência interna e de outras províncias promovendo fusões tentando se adequar ao novo quadro que se configurava no mercado nacional.¹¹¹

¹⁰⁹*Idem. Ibidem.* p.252.

¹¹⁰CARONE, Edgar. *A República Velha: Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. p. 81.

¹¹¹SEPLANTEC – CPE. *Algodão e Têxtil na Bahia. A inserção da Bahia na evolução nacional*. Salvador, 1978. 5v.

BAHIA – EVOLUÇÃO E CONCENTRAÇÃO DA INDÚSTRIA TEXTIL – 1887/1891

| UNIDADES FABRIS FUNDADAS ENTRE 1834/86 QUE SE FUNDIRAM EM NOVAS SOCIEDADES ENTRE 1887/91 | SOCIEDADES POR AÇÕES FUNDADAS EM 1887/91 (ALGUMAS INCORPORANDO FÁBRICAS JÁ EXISTENTES) |
|---|---|
| Todos os Santos (1844) | Valença Industrial (1887) |
| Nossa Senhora do Amparo (1860) | |
| | Companhia Fabril dos Fiaes (1890) |
| Santo Antônio do Queimado (1834) | Companhia União Fabril da Bahia (1891) |
| Nossa Senhora da Conceição (1835) | |
| São Carlos do Paraguaçu (1857) | |
| Modelo (1858) | |
| São Salvador (1870) | |
| Nossa Senhora da Penha (1873) | |
| | Companhia Empório Industrial do Norte (1891) |
| Nossa Senhora do Pilar (ou Bonfim ou Progresso) (1873) | Companhia Progresso Industrial da Bahia (1891) |
| São Braz (1875) | |

FONTE: Fundação de Pesquisa – CPE/ A inserção da Bahia na evolução nacional – 1ª etapa (1850-1889)

Calmon destacou que algumas das novas indústrias que surgiram neste período eram “constituídas de realidade efetiva, sendo verdadeiros padrões de iniciativa feliz e oportuna”.¹¹² O autor se refere a Companhia Empório Industrial do Norte – CEIN que, embora tenha sido fundada durante o período especulativo, demonstrou ter sido fruto de um minucioso estudo por parte dos sócios fundadores. É possível que as circunstâncias do período tenham abreviado a sua implantação, contudo, diversos aspectos evidenciam que ela derivou de uma análise sobre as condições gerais favoráveis aquele investimento.

Apesar da surpresa que provocou entre os contemporâneos e possíveis descontentamentos entre alguns acionistas, a criação da CEIN despertou também entusiasmo e euforia em segmentos da população ávidos por ver a Bahia e principalmente a cidade de Salvador sintonizada com as grandes metrópoles do mundo. Os novos investimentos feitos por aqueles acionistas animavam as esperanças de setores que aspirava pela retomada do crescimento econômico e a criação daquela Vila, naqueles moldes, sintonizava com as reformas urbanas que favoreciam o fluxo de

¹¹²SEPLANTEC – CPE. Algodão e Têxtil na Bahia. *A inserção da Bahia na evolução nacional*. Salvador, 1978. 5v. p. 110.

transeuntes e com os investimentos promovidos nas vias públicas. Assim, a Vila foi reiteradamente tratada na imprensa local como modelo que deveria ser seguido pelos demais empresários brasileiros. No decorrer deste estudo procura-se demonstrar como se deu, de fato, o viver dos moradores daquele espaço.

Capítulo II

O projeto de criação da Fábrica e da Vila Operária: sentidos e propósitos

Os primeiros registros referentes à Companhia Empório Industrial do Norte – CEIN, criada no ano de 1891 e a Vila Operária no ano seguinte, na cidade de Salvador, evidenciam que o empreendimento resultou de um planejamento minuciosamente feito pelos principais sócios. É o que sinalizam as matérias publicadas em jornais de grande circulação do período, os primeiros relatórios da diretoria, as correspondências trocadas com fornecedores e clientes e um manuscrito utilizado pelos empreendedores em uma das reuniões do grupo antes da inauguração. A análise dos mesmos indica as expectativas que os empreendedores tiveram com relação ao investimento e ainda o que uma parcela da população baiana acalentou sobre os projetos modernizadores do estado.

A Companhia foi implantada sob a razão social por cotas de ações e em março de 1891 contava com 15.000 ações no valor de 200\$000 distribuídos entre 149 acionistas. Os quatro principais acionistas na implantação da Fábrica foram o Banco Mercantil, com 1.125 ações seguido pelos proponentes do projeto Luiz Tarquínio, Leopoldo José Silva e Miguel Francisco Rodrigues de Moraes cada um com 1.000 ações.¹ Estes três sócios compuseram a primeira diretoria da Empresa.

Com a morte do sócio Miguel Francisco Rodrigues de Moraes, em 1895, ano em que ainda se instalava parte do maquinário, e com a dissolução do banco Mercantil, as ações que lhes pertenciam dispersaram, ficaram na gestão do empreendimento Luiz Tarquínio e Leopoldo José Silva. Mesmo após a morte desses, em 1903, suas famílias concentraram a maioria das ações e mantiveram o controle da administração da Empresa.

Segundos os principais sócios, aquela era uma “Empresa organizada sem privilégio nem favores do governo”.² Tal registro sinaliza que os proponentes do projeto

¹SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973*. 1975. 236f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal da Bahia.

²APEBA. CEIN. *Prospecto de Lançamento*. Fev de 1891.

se afinavam com as idéias liberais, aparentando demonstrar que acreditavam nos princípios do liberalismo econômico e na regulamentação do mercado.³

Os diretores deram ênfase a questão da autonomia da Empresa e o *Jornal de Notícias* de 20 de agosto de 1895, informou que, para a fundação da Companhia nenhum valor tinha sido “despendido em incorporações, nem um privilégio se pediu, nenhuma isenção de impostos”, apesar de se proporem “a fabricação de tecidos, alguns dos quais nunca dantes fabricados no Brasil”. Ainda segundo o jornal citado acima a tentativa de 1890 de instalação da Companhia se efetivou “em 1891 com o capital de 3.000:000\$000”.⁴

Cinco meses antes, o *Jornal de Notícias* publicou a “sinopse do balanço geral” da Companhia referente ao ano de 1894, e, Juno com ele, o Parecer da Comissão de Contas, uma espécie de conselho fiscal. Endereçado aos acionistas, ele buscava tranquilizar os investidores quanto aos vultosos valores empregados e motivá-los quanto aos investimentos futuros da Empresa. Assim após a provação das contas, afirmaram,

É-nos sumamente grato informar-vos que, atendendo-se à natureza e solidez das obras, a perfeição das máquinas e a qualidade de todo o material empregado, é relativamente pequena a dita quantia despendida, e que só uma administração inteligente, zelosa e severamente econômica poderá lograr a satisfação de com aquela quantia erigir uma fábrica como essa verdadeiramente modelo, entre suas congêneres, não só no Brasil como em qualquer parte da adiantada Europa, no próprio juízo insuspeito de importantes industriais estrangeiras que a tem visitado, admirado e assim qualificado.⁵

Certamente, esta afirmação, objetivava dar segurança aos investidores. Vale lembrar que na Bahia a bolha especulativa do encilhamento fez surgir 32 companhias incluindo bancos e fábricas entre 1890 e 1891 e, dentre elas, três eram do setor têxtil.⁶ Após este ano os títulos de crédito perderam seu valor agravando o processo inflacionário e promovendo falências.

³Para Emília Viotti da Costa, no Brasil, o liberalismo teve diversas acomodações e as idéias liberais foram usadas por grupos com propósitos distintos e que a realidade brasileira impôs limites e definiu as condições de aplicação destas idéias. COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia a República: momentos decisivos*. 7ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

⁴Cia Empório Industrial do Norte. *Jornal de Notícias*. 20.08.1895.

⁵Sinopse do balanço geral da Cia Empório Industrial do Norte. *Jornal de Notícias* de 16.03.1895

⁶CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida Econômico-financeira da Bahia – elementos para a história de 1808 a 1899*. Reimpressão. Salvador: Fundação de pesquisa – CPE, 1978.

Demonstrando estar em sintonia com a dinâmica dos investimentos do período, os diretores afirmaram ainda que a Empresa suportaria “a mais livre concorrência sem perigo para sua existência”.⁷ Afirmaram ainda que “as atuais fábricas” existentes no “país, pela sua capacidade e organização” estariam “longe de poder competir” com a CEIN que poderia “dobrar a sua produção com aumento relativamente pequeno de capital”. Para eles, eram fatos averiguados e incontestados que, na disputa entre empresas concorrentes, “sucumbem sempre as pequenas fábricas em proveito das grandes.”⁸

Foi possível perceber, no capítulo precedente a força do setor comercial na economia baiana. A realidade do empreendimento aqui analisado não foge à regra. Os sócios proponentes da Empresa eram empreendedores oriundos da atividade comercial, sobretudo no que se refere à comercialização de tecidos. Aquele investimento sinalizava que eles partilhavam de um padrão comum dos empresários da indústria têxtil do período. Muito deste entusiasmo advinha do sucesso publicitário sobre os avanços técnico-científicos que circulavam nas Exposições Universais que, na Europa e nos EUA, reunia grande contingente de empresários de diferentes partes do mundo, além de atrair um público ávido por conhecer e consumir as novidades nos campos das artes, sobretudo do cinema e da fotografia.⁹

Francisco Foot Hardman chama a atenção para o papel das exposições de caráter técnico e científico do período no fomento ao “otimismo progressista que impregnava a atmosfera da sociedade burguesa em formação”.¹⁰ Para ele o estudo destas “festas da modernidade” se constitui em veios férteis para a compreensão de uma “ideologia articulada”, afinal, foram muitas as exposições realizadas em nível local, regional, nacional e universal e estas serviam para, além de divulgar as novas máquinas e equipamentos, criar novos padrões de consumo

⁷APEBA. CEIN. *Prospecto de Lançamento*. Fev de 1891. p 1.

⁸APEBA. CEIN. *Prospecto de Lançamento*. Fev de 1891. p. 5.

⁹Para conhecer a participação do Brasil nas exposições universais consultar: ARAUJO, H.R. de. Técnica, trabalho e natureza na sociedade escravista. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH. v.18,n.35,1998.).

¹⁰HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Cia das Letras, 1988. P49/50

Os estudos de Ângela M. da Costa e Lilia M. Schwarcz lembram que, na passagem do século XIX para o século XX, “uma certa burguesia industrial”, orgulhosa dos avanços alcançados, via “na ciência a possibilidade de expressão de seus mais altos desejos”. Crentes na capacidade técnica como forma de ampliar as conquistas materiais e superar as limitações físicas, “aqueles homens passavam a domar a natureza a partir de uma miríade de invenções sucessivas”. Era um período de confiança no futuro e por isso mesmo o “momento das realizações, da efetivação de projetos de controle das intempéries naturais. Pairava a crença de que era possível controlar a natureza e o próprio homem.”¹¹

No que diz respeito aos empresários baianos, os impactos, diretos e indiretos, dos “novos templos” da era industrial, estiveram presentes tanto no processo de produção quanto na distribuição de seus produtos. Além disso, a experiência no ramo têxtil lhes assinalava a incipiência da produção têxtil de luxo e de tecidos coloridos no Brasil. Razão talvez preponderante para a tomada de decisão de explorarem essa fatia do mercado nacional, o que lhes renderia, segundo os mesmos, um “consumo certo e avultado”.¹²

Os pontos que iriam lhes assegurar o retorno dos “melhores resultados” seriam a “proficiência do pessoal técnico superior; perfeição das máquinas adotadas; boa organização e divisão do trabalho; meios que possuem de dar pronta saída às mercadorias; regularidade de fabricação; bom acontecimento dos produtos; exato do capital e crédito de que poderá dispor”.¹³

Ao longo do texto essas variáveis serão abordadas. Para o que interessa no momento, cabe destacar que o clima geral dos registros sobre a Empresa no período é de otimismo e confiança, o que é compreensível, afinal, seu propósito era divulgar a Empresa e convencer os acionistas sobre a viabilidade do negócio e da rentabilidade do investimento. Os pontos destacados pelos diretores revelam muito da confiança no progresso tecnológico e na divisão do trabalho. Para eles, o sucesso do empreendimento e a “garantia da sua prosperidade”, residiriam no “estudo profundo das condições sociais, econômicas e comerciais do país”, que eles demonstravam possuir, além da

¹¹COSTA, Ângela Marques da. e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Virando Séculos (1890-1914): No tempo das certezas*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p. 10 e 11.

¹²APEBA. CEIN. *Prospecto de Lançamento*. Fev de 1891. p 1.

¹³APEBA. CEIN. *Prospecto de Lançamento*. Fev de 1891. p 1.

“ativa e inteligente administração e na preferência pelas “grandes instalações, como únicas capazes de dar resultados satisfatórios”.¹⁴

Asseverando a confiança que tinham no empreendimento, os diretores da CEIN afirmaram estar seguros do seu bom resultado a ponto de garantir aos acionistas que, mesmo dedicando muito tempo à administração, se contentariam com o que lhes poderia “tocar como simples acionistas”. Estavam dispostos a aguardar a completa estruturação da Empresa e que a “sobra de lucros” satisfaria o “mais exigente capitalista”.¹⁵

No geral, os registros demonstram o cuidado e apuro que cercou o lançamento da empresa, bem como a habilidade dos proponentes. O resultado foi de reconhecido sucesso empreendedor, pois a empresa chegou a ser, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, a maior indústria têxtil do Norte-Nordeste e uma das sete maiores de todo o Brasil, considerando sua estrutura arquitetônica, quantidade de trabalhadores, de teares e de tecidos produzidos.¹⁶ Com base em diversos estudos sobre a produção de tecidos brasileiros no período, Pamponet Sampaio elaborou um quadro em que demonstra o desempenho proporcional da CEIN. No ano de 1911 o Brasil produziu 378.619.000 metros de tecido e destes, 11.500.000 foram fabricados pela CEIN, uma participação, portanto de 3% do cenário nacional.¹⁷

A Fábrica foi construída na região da Boa Viagem, então um subúrbio da cidade de Salvador. O terreno era alagadiço e foi preciso ser drenado. Existiam outras áreas no entorno da cidade que poderiam ter servido ao projeto; é possível que a escolha tenha sido definida em virtude mesmo das diversas nascentes ali existentes. Foi necessário fazer a drenagem, processo dispendioso no período, mas, a grande vantagem foi a canalização da água das nascentes para uso na Fábrica e na Vila Operária.¹⁸

As nascentes que tornavam a área pantanosa foram canalizadas para um reservatório que media 40,30m de comprimento por 22,22m de largura e 3m de

¹⁴APEBA. CEIN. *Prospecto de Lançamento*. Fev de 1891. p. 1.

¹⁵APEBA. CEIN. *Prospecto de Lançamento*. Fev de 1891. p. 3.

¹⁶SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *op. cit.*

¹⁷*Idem. Ibidem*. Tabela 08.

¹⁸O saneamento do solo era um tema debatido na época, pois buscava-se encontrar soluções para a expansão das áreas urbanas. Na cidade de Salvador foram muitas as intervenções neste sentido com alargamento da região do porto e do antigo comércio, na cidade baixa.

profundidade, e que supria às necessidades da Empresa. Outro reservatório de 43,50m de comprimento por 28,50 de largura e 1,50 de profundidade foi construído em 1899 indicando assim o aumento de suas atividades.

O local de instalação da Fábrica era relativamente próximo do porto e da única estação ferroviária da cidade localizada no bairro da Calçada. Ainda assim, para garantir maior autonomia na circulação dos produtos, os empresários preferiram construir um ancoradouro próprio: um cais de 240 metros de extensão e 840 metros cúbicos de alvenaria com uma ponte com 150 metros de comprimento e 3,65 metros de largura, “solidamente construída com madeira de lei”. O cais possuía um guindaste a vapor que possibilitava a carga ou descarga de navios que ali aportavam, “mesmo os de maior calado e em qualquer maré”. Uma linha de trilhos com bitolas estreitas estendia-se do final da ponte até as dependências da fábrica, facilitando o transporte do material recebido, como matéria-prima e carvão. Este era conduzido até um depósito com capacidade para 1.200 toneladas ou diretamente para as fornalhas. Também se remetia, por este cais, à produção da Fábrica vendida para diversos estados do Brasil.¹⁹ Os meios que dispunham para dar “pronta saída as mercadorias” foi um dos pontos destacados pelos diretores para que a Fábrica atingisse os “melhores resultados”.²⁰

O prédio principal ocupou uma área de 21.600 metros quadrados e sua edificação, de dois pavimentos, foi toda construída de alvenaria e ferro. No primeiro existiam 15 compartimentos e no segundo haviam 03 grandes salas ocupadas pelos escritórios dos diretores técnicos e pelo almoxarifado. Do lado oposto à Fábrica, situavam-se, os tanques para tingir, depósitos para armazenamento de algodão e anilinas, além de uma casa para tratamento de água, um gasogênio, a Vila Operária e os campos de basket-ball e futebol.

A chaminé, com 34 metros de altura, foi planejada e montada por um especialista enviado pelos construtores *Custode & Cia*, de Dusseldorf na Alemanha. Toda construída com tijolos ingleses especialmente fabricados, com suas camadas inferiores revestidas de materiais refratários. Foi assentada sobre um alicerce de

¹⁹COSTA, José Simão da. A Fábrica de Luiz Tarquínio In: *Revista Cidade do Bem*. 1899.

²⁰APEBA. CEIN. *Prospecto de Lançamento*. Fev de 1891. p 1.

concreto com 2 metros de espessura, que, por sua vez, tinha uma base forte estacada que atingia uma profundidade de 8 metros.²¹

Para sua instalação, a Empresa recebeu máquinas de países distintos. Isso é o que deixa entrever a correspondência dos diretores daquele período. São registros de telegramas e cartas que informam os constantes contatos referentes a confirmação de aquisições e encaminhamentos de equipamentos, anilinas, fios de algodão e as respectivas remessas de valores.²² A maior concentração contudo, foi de maquinário inglês e alemão.²³

No centenário do nascimento do sócio fundador, Luiz Tarquínio, em 1944, Péricles Madureira de Pinho escreveu uma biografia sobre ele. Ao abordar a diversificação do maquinário adotado, afirmou que os empreendedores teriam se recusado a acatar as propostas recebidas de montagem de fábricas completas. Assegurou ter sido este um procedimento comum no período em virtude mesmo da assistência prestada por engenheiros e técnicos as fábricas recém-implantadas. Segundo Pinho, os dirigentes da CEIN optaram por selecionar o que acreditaram ser o melhor de cada fornecedor para então realizarem os ajustes e adaptações que fossem necessários.²⁴ É possível que esta escolha dos dirigentes estivesse realmente respaldada pelas vantagens técnicas ou mesmo por questões ligadas ao custo dos equipamentos. De qualquer maneira, este procedimento revela o domínio que os empresários tinham das possibilidades técnicas que contavam no período.

No ano de 1895 a Empresa ainda recebia e instalava teares. O Relatório informa que a Fábrica já possuía “899 teares e 96 diferentes máquinas” todos eram movidos por “dois motores de força de 350 cavalos cada um, sendo o vapor fornecido por 5 caldeiras multi-bulares, das quais, pela sua eficiência, só três” precisariam operar ao mesmo tempo, “ficando duas em repouso” o que evitava o super aquecimento das máquinas e a interrupção da produção.²⁵ Este Relatório também mostra que a Fábrica funcionava com um número de teares menor do que o previsto no Prospecto de

²¹APEBA. CEIN. *Relatório*. 1896, p.4-5.

²²APEBA. CEIN. *Correspondências*. Não catalogada.

²³SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *op. cit.*

²⁴PINHO, Péricles Madureira de. *Luiz Tarquínio, pioneiro da justiça social no Brasil*. Bahia: Imprensa Vitória, 1944. p. 88-89

²⁵APEBA. CEIN. *Relatório*. 1896. p. 7.

Lançamento, que era de 918 teares”.²⁶ Somente em 1899 o quantitativo previsto foi alcançado e estes foram de seis marcas diferentes, todas inglesas.²⁷

Este maquinário despertava interesse e curiosidade mesmo entre os especializados. O engenheiro José Simão da Costa, ao abordar as “impressões” que teve ao visitar o “estabelecimento industrial modelo” afirmou que os motores eram o que havia de “mais perfeito no sistema Compound”.²⁸

Empenhados em manter o entusiasmo e a confiança dos acionistas, os dirigentes da Empresa forneciam dados que evidenciavam o quanto tinham acertado em suas escolhas. Informaram, por exemplo, que,

[...] o serviço geral da Fabrica acha-se sob a imediata fiscalização do distinto e operoso engenheiro Sr. A. Weilemann, que desde o seu inicio tem dirigido todos os serviços de construção do trabalho, de modo o mais cabal, sendo prova real de sua perícia o surpreendente fato de fazer erigir um edifício colossal, ao mesmo tempo que toda a estrutura de ferro era por indicação sua fabricada na Europa, a qual ao ser ajustada não deu lugar a que se cortasse uma polegada de ferro sequer, tal era a exatidão das medidas e da execução.²⁹

O engenheiro Augusto Weilemann³⁰ dirigiu a construção e as instalações até 1897, ocasião em que foi substituído pelo também engenheiro Augusto Frederico de Lacerda³¹, baiano e graduado pelo *Rensselaer Politechnic Institute em Troy*, no estado de New York, nos EUA.³² Provavelmente o primeiro foi contratado por um período pré-estabelecido para dirigir a construção da Fábrica e montagem das máquinas. O segundo ficou responsável por sua manutenção. O diretor técnico contratado foi F. Welti que, segundo os dados de sua apresentação, tinha formação atestada “pelas escolas técnicas da Suíça e Alemanha” e acumulava experiência de gerência “em fábricas européias”. A chefia mecânica foi ocupada por Álvaro Mariane Pinto, cujos conhecimentos de

²⁶APEBA. CEIN. *Prospecto de Lançamento*. Fev de 1891. p 1.

²⁷SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *op. cit.*

²⁸COSTA, José Simão da. A Fábrica de Luiz Tarquínio. *Jornal de Notícias*. 24.10.1898. p.02

²⁹APEBA. CEIN. *Relatório*. 1896. p. 7.

³⁰APEBA. CEIN, *Relatório*. 1896, p.7.

³¹APEBA. CEIN, *Relatório*. 1896, p.8. Augusto Frederico Lacerda era irmão de Antonio de Lacerda, criador do Elevador da Conceição e dono da Empresa Trilhos Urbanos, que implantou os bondes elétricos na cidade do Salvador. Através dessas relações de trabalho, percebe-se que estes homens, que pensavam ou propunham uma modernização nos investimentos da Bahia, estabeleciam ligações.

³²OLIVEIRA, Waldir Freitas. *Antônio de Lacerda (1834-1885)*. Registros e documentos sobre sua vida e obra. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2002.

mecânica e da indústria de fiação foram adquiridos também “em escolas superiores da Europa”.³³

Nos relatórios, os diretores procuraram demonstrar a autoridade dos engenheiros e técnicos superiores cuja legitimidade se atrelava ao ensino estrangeiro, europeu, principalmente. Cabe lembrar que a “proficiência do pessoal técnico superior” foi um dos elementos destacados para assegurar o sucesso do empreendimento no prospecto de divulgação da Fábrica. Ressaltavam assim a qualidade e a inquestionável viabilidade do empreendimento a partir da legitimidade do saber acumulado na Europa. Vale destacar que esse foi um discurso comum do empresariado têxtil brasileiro do período.

Para proteger tamanho investimento, foi instalado um moderno serviço para prevenção de incêndios que, segundo Péricles Madureira de Pinho, seria suficiente para atender a uma pequena cidade, pois contava com “bomba de incêndio sobre rodas, canalização com bocas de espaço, tudo destinado a funcionar com água sob pressão suficiente para atingir qualquer distância dentro do edifício”.³⁴

Os Consumidores e a matéria-prima dos produtos da CEIN

A Empresa iniciou sua produção com tecidos de algodão cru, e em seguida produziu também zephyrs de quadros, brins e cassinetas. Estes tecidos, antes importados, tiveram boa aceitação no mercado da Bahia e de outros estados. Na documentação da Fábrica constam os registros de vendas para o Rio Grande do Sul, o que revela a ampla circulação da produção.³⁵ Sobre sua aceitação na Bahia, Luiz Tarquínio informou que “o comércio da Bahia que importava grande quantidade de tecidos da Inglaterra, França e Alemanha”, após a produção dos similares pela CEIN só importava o que a “Fábrica da Boa Viagem não podia fornecer”.³⁶ Ainda que o empresário buscasse valorizar seu produto além da conta, sua afirmativa, evidenciada pelos dados abaixo, sinaliza a concretização de pelo menos parte dos propósitos iniciais.

³³APEBA. CEIN, *Relatório*. 1896, p.8.

³⁴PINHO, Péricles Madureira de. *op. cit.* p.90.

³⁵APEBA. CEIN. *Correspondências*. Não catalogada.

³⁶TARQUÍNIO, Luiz. *Apelo aos representantes da Nação e a ilustrada comissão Revisora da Tarifa*. Rio de Janeiro: Litho-Tip[ographia de Pinheiro & Cia. 1895. p 10. Esse livro reúne os artigos publicados no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro.

No Relatório de 1896, os diretores exaltaram a boa aceitação dos seus produtos no mercado local. Publicados em jornais da capital baiana, é bem possível que, para além do reconhecimento sincero, os dados apresentados visassem quebrar as resistências ainda existentes. Assim afirmaram:

É com a maior satisfação que temos visto a grande aceitação dos produtos que fabricamos. É justo porém confessarmos que, se é isso em grande parte devido à superioridade da matéria-prima e a perfeição do trabalho, não o é menos à boa simpatia com que nos tem distinguido os honrados e generosos negociantes desta praça, aos quais pedimos vênias para daqui apresentar-lhes nosso sincero reconhecimento.³⁷

Para a produção inicial lançou-se mão de matéria-prima importada principalmente da Inglaterra. Não tiveram inicialmente o propósito de investir no beneficiamento dos fios e essa não foi uma opção isolada. Diversas fábricas brasileiras não investiram em maquinário de fiação adquirindo-os no mercado interno ou externo.³⁸ Esse diferia, ao menos em parte, do utilizado para produzir tecidos. A justificativa de Luiz Tarquínio para a importação de fios era que ele considerava o algodão produzido no Brasil, “demasiado espesso para a fabricação de fios finos”, embora tivesse fibra longa e forte. Ainda segundo o argumento de Luiz Tarquínio, se “fosse fácil e possível à produção de tecidos finos entre nós”, as fábricas existentes assim estariam fazendo para diversificar seus produtos e “fugir ao perigo do excesso de produção”.³⁹

A perspectiva de aumento da tributação dos fios evidenciada pela criação de uma comissão para tal fim, fez com que Luiz Tarquínio entrasse numa polêmica pública com os industriais que a pediram e o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro foi a arena dessa contenda. Nesse episódio ele acabou por conseguir a manutenção das taxas, mas, a constante ameaça desse aumento fez com que a Empresa adquirisse o equipamento de fiação e este também foi majoritariamente inglês das marcas *Platt* e *Howard & Bullough*, com uma parte menor de procedência alemã.⁴⁰ A matéria-prima foi uma dificuldade constante para a CEIN que fez investimentos variados procurando resolvê-los, a exemplo da aquisição de fazendas nas cidades de Serrinha e Alagoinhas para

³⁷CEIN, *Relatório*. 1896, p.8.

³⁸LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1961. p 10

³⁹TARQUÍNIO, Luiz. *op. cit.*

⁴⁰SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *op. cit.* O autor informa que em diversos momentos a Companhia adquiriu novos maquinários e que muitos desses adquiridos por ocasião da inauguração funcionaram até a década de 1960.

plantação das sementes que consideravam adequadas e que não lograram êxito. A empresa continuou produzindo tecidos finos e em paralelo, tecidos mais grossos para lençóis, fardamentos e toalhas.⁴¹

Outros aspectos apontados pelos diretores como fundamentais para o sucesso do empreendimento referem-se ao operariado. Para eles a “boa organização e divisão do trabalho” aliada a “regularidade de fabricação” dos produtos eram por demais importantes para a garantia de um resultado positivo. Assim compreendendo o empreendimento, empenharam-se em criar as condições para atrair uma mão-de-obra capaz de atender seus objetivos. Terão conseguido?

Os trabalhadores da CEIN – atração e manutenção

Avaliando as condições do mercado interno, os diretores afirmaram que, em todo o Brasil, o consumo de tecidos de algodão cru, por ano estava em torno de “80 milhões de metros”. Refletiram sobre o valor da chegada dos tecidos fabricados em Manchester com algodão de “primeira escolha” e consideraram as despesas com comissões, câmbio, tarifas e transporte. Uma vez que pretendiam produzir “12 milhões de metros de tecidos de algodão cru, por ano” precisariam empregar 970 trabalhadores entre operários e chefes. Esse cálculo teve como base a produção de tecidos produzida pelo número de trabalhadores em alguns países. Segundo estimaram, para produzir “10.000.000 de metros de tecidos” se empregava 550 trabalhadores na Inglaterra; 750 na Itália; 620 na Alemanha e Suíça.⁴²

Ponderaram que os trabalhadores que atuavam nestes países eram bem treinados e que, para a Empresa que estavam montando seriam necessários 970 trabalhadores e afirmaram que “calculando-se as despesas” sobre este contingente de trabalhadores, eles teriam “uma grande margem, principalmente atendendo-se à facilidade e inteligência com que os nacionais *bem dirigidos*” se adaptariam “a qualquer trabalho”.⁴³

Esta fala permite acessar a compreensão que eles tinham do trabalhador europeu e do trabalhador brasileiro. Percebe-se, de início, uma homogeneidade no que diz

⁴¹Para conhecer as medidas adotadas pela CEIN para solucionar os problemas de fornecimento de matéria-prima consultar: SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *op. cit.*

⁴²APEBA. CEIN. *Prospecto de Lançamento*. Fev de 1891. p 1.

⁴³APEBA. CEIN. *Prospecto de Lançamento*. Fev de 1891. p 1 e 2. O texto está reproduzido tal como se encontra no original. Grifos meus.

respeito aos treinamentos dos trabalhadores europeus que, na prática, não se configurava. Sabe-se que nos países citados os operários eram egressos do campo e, se citadinos, egressos do universo dos ofícios e uma boa parcela era composta por crianças e mulheres. O aperfeiçoamento advinha da própria experiência do trabalho que estes homens, mulheres e crianças adquiriam ao longo do tempo e não de uma formação prévia e institucionalizada.

As constantes viagens que o então diretor Luiz Tarquínio fez as fábricas inglesas, principalmente as de Manchester na ocasião em que comercializava tecidos, foram decisivas para sua crença no desempenho de trabalhadores a partir da “boa organização e divisão do trabalho”, e, sobretudo a direção dada aos trabalhadores por mestres, técnicos e diretores.

No caso dos trabalhadores brasileiros, os diretores registraram reconhecer a inteligência e facilidade com que eles demonstravam para aprender “qualquer trabalho”. Isso, contudo, não era suficiente. Enfatizaram que para um bom desempenho eles precisariam ser “bem dirigidos”. Nesta expressão está presente a preocupação com a racionalidade industrial, ou seja, o emprego de tecnologia nova, a organização e a divisão das etapas de produção com vistas a uma rotina de atividades e para a padronização dos produtos. Este é um ponto importante para se ter acesso à forma como estes empresários viam o trabalhador brasileiro e baiano, em particular, e que marcou o tratamento posteriormente dispensado a eles. Certamente que a preocupação com a qualidade e regularidade dos produtos fazia parte da mentalidade industrial do período. Contudo, a documentação trabalhada permite constatar que as ações dos empreendedores baianos foram além das preocupações com a produção. Buscaram intervir no cotidiano destes trabalhadores com vistas a alterar suas formas de vida, tutelando suas ações.

Considerando os limites da transição da economia escravista e da relação senhor escravo, o trabalhador brasileiro não via como benefício o trabalho sistemático, ritmado e rotineiro. Alguns estudos já mostraram que o processo de agonia e morte da

escravidão intensificou o contingente de trabalhadores autônomos na cidade de Salvador.⁴⁴

Imperava, nas camadas populares urbanas a prática de trabalhos provisórios e/ou temporários, sinônimos de maior liberdade no que diz respeito a disponibilidade de seu tempo, e sobretudo por não ter patrão, uma vez que o julgo destes podia, não raras vezes, remeter as relações de mando e obediência do regime escravista.

Para Telma de Barros Correia as formas de “resistência ao trabalho fabril foram interpretadas, por industriais da época, sobretudo como decorrência de uma suposta carência de mão-de-obra e desmoralização da classe trabalhadora, que se refletiria, entre outras coisas, em descaso pelo trabalho e nomadismo”. Assim, o pobre, não raras vezes, foi representado “como indivíduo avesso ao trabalho”. Para a autora, na “pretensa preguiça, no conformismo e na insubordinação do trabalhador nacional revelava-se uma forma de resistência à exploração e à adesão a métodos de trabalho extremamente desgastantes”.⁴⁵ Provavelmente a recente memória da escravidão tenha sido um fator importante no comportamento do trabalhador nacional e particularmente o baiano, embora não exclusivo destes.

Tratando da realidade da França na segunda metade do século XIX, Michelle Perrot demonstrou que, naquele espaço, as formas de luta dos trabalhadores em oposição as máquinas e a imposição dos seus ritmos assumiam várias formas revelando modos diferenciados de organização.⁴⁶ Para ela, mesmo “fora do setor têxtil, os operários dos ofícios tradicionais” interditavam as oficinas mecanizadas. A autora enfatiza que, “tanto quanto (e sem dúvida mais que) uma luta de classes, a oposição às máquinas, à produtividade industrial e seus ritmos” se constituía na “defesa de um estilo de vida mais folgado e autônomo”.⁴⁷

Na aplicação do projeto da CEIN, os trabalhadores foram, não raras vezes, vistos e tratados como um material bruto a ser lapidado. Certamente o problema da

⁴⁴REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. In: *Revista Afro Ásia*. Nº 24. 2000. P199-242; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: UNICAMP, 2006. p. 340.

⁴⁵CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão*. Campinas: Papyrus, 1998. P. 46/47

⁴⁶PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

⁴⁷*Idem. Ibidem*. p.36

estabilidade e frequência era uma preocupação constante do período e a idéia de oferecer atrativos, como a construção da Vila Operária com os serviços internos, visava, em parte, minimizar as possíveis resistências que serão mostradas mais adiante. As medidas adotadas revelam mais uma visão do trabalhador desejado do que da realidade propriamente dita.

Seus idealizadores buscaram intervir em diversos aspectos da vida cotidiana: na religiosidade, no lazer, na educação dos filhos, na escola, na maneira de se comportar nas ruas internas à vila e mesmo no interior de suas moradias. Isso pode representar mais do que a preocupação com a extração da força de trabalho. Revela a tentativa de introjetar no universo do trabalho uma cultura afinada com valores burgueses. Os dirigentes da CEIN partilhavam da crença no trabalho como meio de educação e regeneração do ser humano: viam a si mesmos como pedagogos de uma nova sociedade.

Estudos já mostraram que esta visão do trabalhador nacional foi partilhada por outros industriais brasileiros como demonstrou Domingos Giroletti⁴⁸, José Sergio Leite⁴⁹, Palmira P. Teixeira⁵⁰ dentre outros. Foram as ações praticadas pelos industriais que demarcaram as diferenças de como pretendiam conformar o trabalhador ideal aos seus propósitos.

A criação da CEIN, segundo tais moldes, revelou que seus dirigentes partilhavam das idéias que vigoraram em seu tempo no que diz respeito as relações Empresários/Operários. Para o que interessa aqui ressaltar, vale dizer que o momento requeria mudanças tanto no perfil dos operários quanto dos patrões. Não seria incorreto dizer que, guardadas as devidas diferenças ideológicas, a visão idílica de Saint-Simon (1760–1825), sobretudo no que se refere às relações entre operários e industriais, era de alguma forma filtrada por alguns industriais brasileiros. Para reforçar esta tese, é bom lembrar que a estrutura física da CEIN distava muito de outras vilas operárias do país. Retomando o pensamento sainsimoniano, os lucros e privilégios dos industriais eram legítimos e defensáveis se desdobrassem na prosperidade de ambos. Nesse sentido, os industriais deveriam promover ações que pudessem equilibrar os interesses sociais de

⁴⁸GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: convento e disciplina*. 2ªed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

⁴⁹LEITE, José Sergio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Brasília: Editor da Universidade de Brasília, 1988.

⁵⁰TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A fábrica do Sonho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.92.

ambos atores. Não por acaso, o tema do trabalho e da valorização do trabalhador esteve presente em mais de uma Exposição Universal, como por exemplo, na Exposição Universal de Paris de 1867.⁵¹

Mas afinal, quem eram os operários da CEIN? A partir de fontes distintas pode-se conhecer, ao menos em parte, um pouco dos trabalhadores que passaram a atuar ali. Nos registros dos operários não constam sua origem o que impossibilitou identificar sua procedência. Sabe-se, contudo, que em sua maioria se tratava de brasileiros e alguns estrangeiros. Os empresários divulgaram essa informação em momentos distintos a exemplo do já citado documento escrito por Luiz Tarquínio, no ano de 1895 em que este demonstra orgulhar-se do fato de que seus “numerosos operários” eram “quase todos nacionais”, isso é, dos 600 operários que tinha, naquela ocasião apenas 28 eram estrangeiros.⁵²

Esses registros levam a concluir que predominavam os trabalhadores brasileiros nas atividades da empresa, havendo um número pequeno de estrangeiros, cuja presença era justificada pelo fato da Fábrica produzir artigos por um processo de produção pouco conhecido, o que implicava na necessidade de “mestres que ensinassem os nacionais”.⁵³ E estes “nacionais” foram enaltecidos em diversos relatórios da diretoria pelo seu bom desempenho e capacidade para aprender.

Não se sabe se de fato a predominância do trabalhador nacional era por uma escolha deliberada dos empresários ou era um reflexo das dificuldades encontradas para atrair trabalhadores estrangeiros para o estado. De qualquer maneira, a proporção de trabalhadores nacionais e estrangeiros empregada era próxima da que se verificava no cômputo geral da população do estado. Ao observar a composição dos trabalhadores têxteis nas primeiras décadas do século XX na cidade de Salvador, Aldrin Castellucci afirma que ela era essencialmente constituída de negros e mestiços, destacando ser ela, “brasileira, em grande parte feminina e acima de tudo mestiça”.⁵⁴ Para os últimos anos

⁵¹ <http://enum.cnam.fr/CGI/fpage.cgi?8XAE148/1/100/653/652/653> (Consultado em 17/03/2008, revisto em 03/02/2010)

⁵²TARQUÍNIO, Luiz. *op. cit.* p. 32.

⁵³*Idem. Ibidem.* p.32.

⁵⁴CASTELLUCCI, Aldrin A. *Salvador dos operários: uma greve geral em 1919 na Bahia*. Salvador: UFBA, 2001. p.34

do século XIX Kátia Mattoso destaca que grande parte dos estrangeiros presentes na cidade de Salvador era de comerciantes portugueses, espanhóis e italianos.⁵⁵

O Recenseamento do Brasil⁵⁶ realizado em 1º de Setembro de 1920 mostrou o seguinte quadro populacional na cidade de Salvador:

| | |
|-------------|---------|
| BRASILEIRA | 275.502 |
| ESTRANGEIRA | 7.763 |
| IGNORADA | 157 |
| TOTAL | 283.422 |

Ainda na busca do conhecimento do trabalhador da CEIN, o Relatório da Empresa de 1898 informou que, “do total de 697 operários, 171 eram homens e 526, mulheres”.⁵⁷ No ano de 1914 o Jornal *A Tarde* também divulgou que, do total de 1500 trabalhadores da CEIN, mais de 1000 eram mulheres.⁵⁸ No relatório 1896, consta que, naquele ano, a produção teria “aumentado proporcionalmente na razão do número de máquinas assentadas” atingindo uma “média diária de 26.000 metros de tecidos de 10 fios de trama por quarto de polegada inglesa, dos quais 24% de tecidos de cores e 76%” de tecidos crus. Para os empresários, aquela produção equivalia “apenas a 50% de trabalho efetivo” e esperavam elevá-la a “mais de 60%, graças à inteligência dos operários nacionais que, apesar de serem na maior parte aprendizes da Fábrica e de trabalharem em tecidos nunca dantes fabricados no estado, já muitos apresentam uma média de 75% de trabalho efetivo, o que na Europa só consegue tal desempenho dos operários mais inteligentes e ativos.”⁵⁹

Interessa aqui conhecer quem eram os trabalhadores da CEIN. Ainda assim cabe uma pequena reflexão sobre a idealização do trabalhador europeu, tomado constantemente como referência de produtividade. Quanto aos trabalhadores da CEIN,

⁵⁵MATTOSO, Kátia. *Bahia século XIX – uma província no Império*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

⁵⁶Brasil – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio – Diretoria Geral de Estatística – Sinopse de Recenseamento do Brasil: realizado em 1º de Setembro de 1920; População do Brasil. Rio de Janeiro, 1926.

⁵⁷CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1896

⁵⁸*A Tarde*. Salvador. 15.10.1914.

⁵⁹CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1896. p.6

naquele momento de aprendizagem e adequação a máquinas novas, a efetivação da expectativa de aumentar seu desempenho requereria rigor da Empresa e aqueles que já alcançavam foram usados como referência para estimular os demais.

Este registro revela também a presença do trabalho infantil, o que coaduna com o praticado pelas demais indústrias têxteis do período. No geral, nas famílias operárias, todos os membros em idade produtiva trabalhavam, inclusive crianças menores de doze anos.⁶⁰ A adoção do trabalho infantil também era justificada pela exigência do maquinário empregado na tecelagem, conforme se pode extrair da leitura do artigo de José Simão:

Basta dizer que são tão complicados as suas funções, tão rápido o seu movimento, e tanta paciência exigem, que só crianças do sexo feminino, devida a fragilidade e delicadeza de suas pequeninas mãos, podem manejar estes portentos de utilidade industrial. Do mínimo descuido na contagem ou coordenação dos fios nestas máquinas, resulta ficar o padrão da fazenda desfeitiado.⁶¹

Ao estudar a indústria têxtil inglesa do século XVIII, Paul Mantoux identificou que “para algumas operações o pequeno porte das crianças e a finura dos seus dedos faziam delas os melhores auxiliares das máquinas”. Destacou ainda para “outras razões” para o emprego o trabalho infantil que, segundo o autor, eram “mais decisivas”. Para ele, a fragilidade delas era a “garantia de sua docilidade” e assim “podiam ser reduzidas sem muito esforço a um estado de obediência passiva, ao quais os homens feitos não se deixavam facilmente dobrar.”⁶²

Foram encontrados poucos registros dos meios utilizados pela Empresa para recrutar a mão-de-obra empregada e mesmo entre esses registros algumas ações foram difíceis de acompanhar. O *Jornal de Notícias*, de 08 de agosto de 1899, apresenta uma reportagem que descreve as conseqüências da seca no ano em algumas comunidades baianas. Há notícias de diversas ajudas em solidariedade à população que, atingida pela

⁶⁰Somente em 1972 foi sancionado o Código de Menores, que limitou a fixar em doze anos a idade mínima de admissão, proibindo aos menores os trabalhos perigosos à saúde, fatigantes, ou que excedessem às suas forças. Consultar a respeito: MATOS, Maria Zilda S. de. *Trama e Poder. A trajetória e polêmica em torno das industriais de sacaria para o café. São Paulo, 1888-1934. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996, p. 77.*

⁶¹COSTA, José Simão da. A fábrica de Luiz Tarquínio. *Jornal de Notícias*. 25.10.1898.

⁶²MANTOUX, Paul. *A revolução industrial no século XVIII: um estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra. São Paulo, UNESP/UCITEC, s.d. p. 418/419.*

seca, migrava em direção a capital e a outras cidades mais abastadas como Cachoeira e Amargosa.

A reportagem anuncia as ações empreendidas pela população, fazendeiros e empresários enfatizando as mais vultosas a exemplo do *Comitê de Caridade de Curralinho* que, dentre as “muitas e valiosas” ofertas recebidas, destacou a do empresário Luiz Tarquínio, proprietário da CEIN que “ofereceu-se para acomodar, em sua fábrica, as famílias nas condições de [lá] trabalharem pondo uma lancha, na Navegação Baiana, à disposição das famílias, com destino a sua fábrica, à Boa Viagem”.⁶³

A reportagem elenca ainda outros que condicionaram sua ajuda a um vínculo de trabalho a exemplo do “Dr. João Alves Carrilho”, proprietário de três engenhos, que teria prestado-se a “dar colocação a quantos imigrantes ali” chegassem, demonstrando as vantagens de encontrarem “terras para cultivarem e morarem com a condição de trabalharem para o proprietário um dia da semana”.⁶⁴

No período de pós-abolição algumas formas de parceria utilizadas ainda durante o regime escravista em menor escala, foram intensificadas. Cabe lembrar o caso dos meeiros. A eles cabia manter as terras limpas e em condições de produção. Sua cultura tendia a reproduzir a lógica patriarcal e o prestígio dos senhores proprietários de terra.

A ação dos empresários aparece diretamente ligada à filantropia da época que, condicionava ajuda à prestação de serviços, não aceitando mais a pobreza como justificativa exclusiva para a caridade. Pode-se dizer que tal entendimento vincula-se a novo conceito de filantropia, isto é, mais racional e funcional. O socorro prestado deveria ir além da doação, era visto como uma forma de reerguer o pobre, compelindo-o a novas atitudes que incluíam o trabalho como meio de superar a condição de pobre.⁶⁵

Essas ações também podem refletir as dificuldades para o recrutamento da mão-de-obra necessária no pós-abolição. Essas possibilidades seriam legitimadas pela troca de interesses, afinal eles estariam alojando as famílias e proporcionando-lhes trabalho. Infelizmente não há como conhecer as negociações que pautaram os acordos entre a

⁶³BCEBA. A seca. *Jornal de Notícias*. 08.08.1899. A referência a lancha se dá pelo fato dos imigrantes precisarem fazer a travessia através da Bahia de Todos os Santos para chegarem à Capital.

⁶⁴BCEBA. A seca. *Jornal de Notícias*. 08.08.1899

⁶⁵ MARTINS, Sílvia Helena Zanirato. *Artífices do ócio*. Londrina: Eduel, 1988, p58-59.

empresa e os retirantes. Infere-se, contudo, que eles estavam mais vulneráveis em função mesmo das condições de fragilidade que chegavam ao destino o que sem dúvida alguma favorecia os empresários. Conforme já dito no capítulo anterior, os poderes públicos valeram-se de diversas medidas, a exemplo dos códigos de posturas, para restringir a circulação de mendigos e mesmo dos trabalhadores de rua.

Ao estudar as formas de recrutamento de trabalhadores adotadas pela *Companhia de Tecidos Paulista*, localizada em Pernambuco e conhecida como a *fábrica dos irmãos Lundgren*, Rosilene Alvim constatou a transformação das famílias de trabalhadores de origem rural em grupos de trabalhadores industriais têxteis.⁶⁶ Através dos registros de memórias dos trabalhadores identificou a forte ligação deles com o mundo rural e através das histórias de famílias relatadas pelos próprios protagonistas verificou que a empresa enviava funcionários encarregados para pequenas localidades com o objetivo de divulgar as vantagens de se trabalhar na Companhia. Essas ações visavam, sobretudo, atrair famílias numerosas.

A CEIN também se valeu de diversos recursos atrativos e para ela afluíram trabalhadores de diversas localidades. O Demonstrativo de Ganhos e Perdas da Empresa no Relatório de 1896 registra os itens “Engenheiros e Maquinistas – ordenados e passagens” e “Despesa de fabricação – folha de operários e passagens”.⁶⁷ Não foi possível identificar de onde vinham trabalhadores, mas, foi possível verificar que a Empresa divulgava que assumia as despesas com o deslocamento dos interessados. Uma carta endereçada aos diretores da CEIN, por Eugenio Andratter, mestre na Fábrica Nacional de Santo Aleixo, situada em Magé no estado do Rio de Janeiro, é bastante elucidativa sobre essa movimentação de trabalhadores e os compromissos assumidos pautados por laços de interesses mútuos. O Sr. Andratter informa que “tendo notícia de que” naquela “respeitável Fábrica”, havia ainda a “necessidade de bons profissionais (sic) operários” pede para “obter serviço” para uma família de nacionalidade austríaca, composta por “dois irmãos, uma mulher e três filhinhos”. Segundo o Sr. Andratter eles falavam corretamente as línguas “alemã, portuguesa e italiana” e tinham “longa prática nas principais fábricas da Alemanha e Áustria”. Pediu um “lugar na respeitável Fábrica” e disse deixar por conta dos empresários o “preço das suas habilitações”. Pediu que,

⁶⁶ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

⁶⁷CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1896. p.18.

sendo favorável à resposta, fosse ele informado sobre as condições da Fábrica quanto as passagens e reembolso. Ainda segundo o informante, os indicados estavam “a qualquer hora em prontidão” para a viagem e que, “não duvidando de ter favorável resposta” se colocava “sempre pronto a dar satisfações de suas condutas e habilitação” Encerra a missiva “com humilde respeito e veneração”.⁶⁸

Não há como saber onde essa família se encontrava àquela altura. Se ainda na Áustria ou se já estavam no Rio de Janeiro. O fato do Sr. Andratte indicar que eles falavam o português pode revelar que de fato eles já se encontravam no Brasil. A indagação quanto as passagens ou seu reembolso, aliada ao registro das despesas com passagens de técnicos e operários no balanço de 1896, é outro indicativo de que a empresa fazia este investimento. Por que o Sr. Andratte pediu emprego para aquela família em outro estado e em outra fábrica que não a que ele trabalhava é uma indagação sem resposta. Pode-se, contudo conjecturar que os indicados pudessem vir a assumir cargos de mestres ou chefes intermediários, afinal, atestaram possuir “longa prática nas principais fábricas da Alemanha e Áustria”. O enaltecimento que o Sr. Andratte fez a CEIN e sua direção, buscava, sobretudo envaidecê-los e em paralelo, colocava-se, humildemente no lugar do pedinte e mais, colocava-se como avalista das “condutas e habilitação” dos seus indicados.

Não há como saber se essa ação do Sr. Andratte foi isolada ou se ele teve o papel de agente para recrutar trabalhadores, como na experiência da *fábrica dos irmãos Lundgren*. Se assim foi, agiu de acordo com os métodos empregados na ocasião para atrair, de preferência famílias numerosas.

Outra indicação de operário que também remete a esses vínculos de interesses foi a carta enviada por Manoel Vitorino endereçada a Luiz Tarquínio em 28 de abril de 1897. O emitente informa que Luiz Tarquínio seria procurado por “uma pessoa” que teria sido “recomendada por um amigo” seu a quem ele devia “muitas finezas e muita afeição”. Desejava que o indicado fosse colocado “em serviço da fábrica” onde poderia “ser muito útil”. Ele levaria “um cartão” de Manoel Vitorino e naquele cartão não iria uma simples apresentação, ali constaria “um pedido de vivo interesse”.⁶⁹ Nesse caso ainda está na pauta os pedidos de favores por terceiros que alimentavam o prestígio dos

⁶⁸APEBA. CEIN. *Correspondências*. Não catalogada.

⁶⁹APEBA. CEIN. *Correspondências*. Não catalogada.

que pediam, registrando sua influência. Cabe lembrar o papel político que teve Manuel Vitorino na Bahia.⁷⁰

Há também registros de famílias que atenderam aos chamados da Fábrica. Pelo menos é o que informa o ex-operário, Jacob Penteado.⁷¹ Este escreveu um livro de memórias sobre um bairro de São Paulo, Belenzinho e sobre sua família. Afirmou que trabalhou ainda criança, como vidraceiro e seu pai, “descendia de velhos fazendeiros de Santa Bárbara” que teriam sido “arruinados com a Abolição”. Sua mãe era filha de italianos, chegados ao Brasil “numa das primeiras levas de imigrantes”.⁷² Afirma ainda que, em 1895, seus parentes teriam sido convidados para trabalhar na fábrica da Boa Viagem, onde seu pai havia montado “inúmeros teares”.⁷³ O próprio Jacob não chegou a conhecer os empresários fundadores da CEIN pois nasceu no ano de 1900, também não informa até que idade permaneceu juntamente com seus pais vinculados a Empresa. No entanto, faz apologias ao idealizador da Vila Operária, Luiz Tarquínio, chamando de *Tarquinismo* o modelo adotado pela CEIN com a construção da Vila Operária e os serviços internos que, para ele, teriam ficado como modelo humanitário.

O engenheiro José Simão da Costa, também fez menções aos operários nas suas “impressões” sobre o empreendimento. Para ele,

Duas coisas atraem-nos a atenção a primeira vista: primeira, é a nitidez do penteado das mulheres, de todas as idades, cores e tamanhos; segunda, a limpeza geral observada nos trajés. Descalços vimos ali grande número de pés, sujos nenhum. Mas, ainda mais notável é a sadia e robusta aparência física dos operários de ambos os sexos, salientada por uma expressão alegre que traduz o conforto e o bem estar. E, comparando isto com as fisionomias cabisbaixas, a compleição débil, trajés esqueléticos e cabelos desgrenhados de maior parte dos operários que, além-mar vimos, não podemos suprimir esta expressão espontânea: ‘podemos confiar ainda no futuro do Brasil’.⁷⁴

A junção desses registros revela que, a mão-de-obra da fábrica reunia pessoas oriundas de lugares diferentes e que contribuíram com experiências distintas para a conformação das novas relações travadas naquele novo espaço de produção,

⁷⁰Manoel Vitorino foi professor atuante na Escola de Medicina da Bahia, ex-diretor do Liceu de Artes e Ofícios, governador e vice presidente da República. Chegou a assumir a presidência no período de 10 de novembro de 1896 a 4 de março de 1897.

⁷¹PENTEADO, Jacob. *Belenzinho*, 1910 (Retrato de uma época). São Paulo: Martins, 1962.

⁷²*Idem. Ibidem.* p.29-30.

⁷³*Idem. Ibidem.* p.158

⁷⁴COSTA, José Simão da. A Fábrica de Luiz Tarquínio. *Jornal de Notícias*. 24.10.1898. p.02.

sociabilidades e vivências. As indicações e pedidos contribuíram para o estabelecimento de vínculos pautados por laços de confiança e lealdade.

Outro recurso empregado pela CEIN para atrair trabalhadores foi à utilização de cartões-postais. Buscando divulgar o empreendimento, os empresários investiram na sua publicização encomendando a confecção, na Inglaterra, na França e em tipografias locais de cartões-postais com fotografias tanto da Fábrica quanto da Vila Operária e estes foram largamente distribuídos. Os cartões-postais destinados a divulgar o empreendimento no exterior, visavam atrair mão-de-obra e também mostraram os aspectos que os empreendedores consideravam atrativos para o trabalhador e suas famílias. Doados aos operários, esperava-se que eles fossem enviados a parentes e amigos, vistos como trabalhadores potenciais da Fábrica. Aos membros da elite local, a distribuição se deu, possivelmente numa investida na imagem de uma Bahia moderna sintonizada com as grandes metrópoles do mundo.

Os cartões-postais, nesse período, ao destacar o cenário urbano, valorizavam os ideais de civilização e progresso, mostrando a europeização do país.⁷⁵ Os da CEIN e da Vila Operária hoje localizados no Museu Tempostal e nas coleções particulares de João da Costa Pinto e Ubaldo Senna, revelam que circularam por lugares bem distintos. Moradores de Paris, Manchester, Bélgica e da Índia tiveram acesso a eles.

Alguns cartões distribuídos pela CEIN tiveram diversas reimpressões como no exemplo que segue abaixo. A mesma imagem foi impressa em P&B, com e sem moldura e outra reprodução foi colorida manualmente antes da impressão. Os tons pastel induzem a idéia de suavidade e serenidade.

Do lado direito da imagem estão às edificações voltadas para funções de posto médico, creche e armazém e suas janelas são gradeadas pelo que se percebe na que ocupa o primeiro plano. No lado oposto, esquerdo da imagem, encontra-se a Escola com suas salas de aula, museu, sala de leitura e de desenho. Ao fundo observa-se uma das fileiras de casas. O centro da fotografia é preenchido pelo jardim e pelos coretos posicionados à frente do prédio da Escola. Eram nesses coretos que a Banda de música da Vila e as convidadas se apresentavam nas festas dominicais. A imagem da natureza

⁷⁵SCHAPOCHNICK, Nelson. Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SCHAPOCHNICK, Nelson (org). *História da Vida Privada*. São Paulo: Cia das Letras, v.03, 1998, p. 423-512. Os referidos cartões-postais serão tratados detidamente no último capítulo.

domesticada e a ausência de transeuntes é um recurso para produzir uma imagem de estabilidade de organização. Buscou-se mostrar aquele espaço como próprio do exercício da “civildade”, porém, a ausência de pessoas acaba por revelar sua artificialidade.



Um dos recursos das repetições dos objetos fotografados é torná-los familiarizados, conhecidos, permitindo o seu reconhecimento. Percebe-se ainda nestas fixações, a tentativa de construção do mito do espaço ordenado, equilibrado e harmônico. Estes cartões foram largamente distribuídos e isto revela a consciência dos empreendedores sobre a importância e o poder que a fotografia tinha na difusão de signos e na formação de valores. Exerceram grande influência na conformação das memórias daquela experiência, sobretudo nas vivenciadas no interior da Vila Operária. Tiveram também papel importante na construção da imagem da Vila e de seus moradores como ordeiros e tranqüilos, revelando, portanto, um investimento na negação do conflito, presente em qualquer agrupamento humano.



Apesar de todos os aspectos atrativos da Vila, alardeados pelos diretores e pela imprensa, a empresa enfrentou dificuldades no que se refere a otimização do maquinário e, de acordo com os Relatórios, isso se deu, em grande parte pela contínua falta de operários. Luiz Tarquínio demonstrou perceber que a falta não se dava pela ausência de braços para o trabalho, e sim pela visão negativa que a população tinha dele. Para o empresário,

Só porque o acaso os fez nascer de pele branca, aparentados ainda que de longe a fidalgos e opulentos ou porque apontam por parente alguém que freqüentou uma academia e obteve diploma. Estes infelizes, vítimas da falta de conhecimento exato do que é o trabalho, preferem sofrer as maiores privações, ver morrer de fome os filhos, a entregarem-se ao trabalho que eles só julgam próprios para negros, para plebeus ou para quem nunca teve parente rico ou diplomado.⁷⁶

No relatório da direção da CEIN aos acionistas, no ano de 1896, consta que, a vila contava com 800 moradores.⁷⁷ Em 1898 o registro foi de 1.500 moradores.⁷⁸ O crescimento em dois anos de quase cem por cento dos habitantes da Vila revela dentre outros aspectos, a eficiência das estratégias para o recrutamento para atrair trabalhadores/moradores.

A seguir serão analisados aspectos específicos da Vila Operária, buscando conhecer as diversas atividades do cotidiano de seus moradores e de como os empreendedores se empenharam na construção de uma cultura do trabalho segundo os critérios dos empresários da época. Para tanto se valeram de recursos que transcenderam o espaço de produção.

A Vila Operária

Na primeira metade do século XIX F. Engels recolheu informações valiosas para o que se caracterizou como uma etnografia pioneira para os estudos referentes as condições de vida e moradia do operariado inglês. Identificou a existência de um padrão de industrialização que vinculava o trabalho e a moradia dos operários no mesmo local.⁷⁹

⁷⁶TARQUÍNIO, Luiz. *Preceitos Moraes e Cívicos*. (Felicidade). Bahia: Estabelecimento Litho-Typographia L. H.Linguori, 1901. p. 07 e 08.

⁷⁷CEDOC. CEIN. *Relatório*, 1896. P.11.

⁷⁸COSTA, José Simão da. O Regulamento da Vila. *Jornal de Notícias*. 11.11.1898.

⁷⁹ENGELS, Friedrich. *A situação da classe operária Inglesa*. São Paulo: Global.

As condições de insalubridade e miséria a que o operariado inglês estava submetido desencadeou, ao longo de todo o século XIX, manifestações violentas em que protestavam contra a situação de exploração do trabalho, interrompendo a produção, realizando greves e organizando-se em sindicatos para defesa dos seus interesses. Essas ações levaram os industriais ingleses a reorganizarem o sistema produtivo, repensando a distensão dos limites da exploração, reduzindo a jornada de trabalho, aumentando os salários, melhorando as condições de moradia objetivando, assim, neutralizar a resistência operária.⁸⁰

A organização de entidades de trabalhadores ainda forçou os poderes públicos a assumirem atitudes de interveniência buscando minimizar os conflitos. Um dos argumentos recorrentes para justificar as medidas dos poderes públicos era o perigo das epidemias que atingiam a todo o conjunto de moradores das cidades, mas que se atribuía aos grandes aglomerados populacionais de baixa renda a responsabilidade de serem os pólos irradiadores desses males. Assim, a partir da segunda metade do século XIX, governo e empresários aliaram-se dando início a um conjunto de proposições de modelos de habitações de baixo custo com a implantação de serviços e equipamentos urbanos em bairros destinados à população proletária. Além de sinalizar medidas de planejamento urbano, pautado na separação espacial entre classes, bem como de criar condições para neutralizar a mobilização operária, os bairros e/ou vilas operárias também foram vistos como uma das formas para se criar hábitos civilizados.

Os primeiros modelos construídos pelos empresários contando com o apoio dos poderes públicos, sob forma de isenções e incentivos fiscais, remetem ao formato tradicionalmente utilizado pelo meio rural para alojamento dos trabalhadores do campo. Foi uma prática recorrente entre os grandes proprietários rurais ingleses o fornecimento de moradia aos empregados que se constituía em casas enfileiradas, localizadas relativamente próximas das sedes rurais. Salvo raras exceções estas habitações eram frágeis e precárias.⁸¹

⁸⁰Essa situação foi discutida por: THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁸¹MUMFORT, Lewis. *A cidade na história: suas origens transformações e perspectivas*. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998

A necessidade de reter operários mais qualificados por longos períodos forçou a melhoria das instalações com construções mais apuradas prevendo sua maior durabilidade. Por ter se revelado vantajosa, esta experiência foi adotada por outros países que também viviam as mais graves crises de escassez ou deterioração da moradia das camadas populares.

No Brasil, muitas foram às experiências de moradias criadas por industriais em diferentes momentos. Com o advento da República, ocorreu a intensificação da intervenção dos poderes públicos no meio urbano promovendo a implantação de medidas que incidiram diretamente na produção da habitação proletária, sobretudo através dos incentivos fiscais.⁸²

A construção de vilas operárias pelos próprios industriais, além de reduzir a inconstância dos trabalhadores nas fábricas, revelou-se bastante lucrativa também pela segurança no recebimento dos aluguéis. Em sua maioria, as moradias eram precárias e somente as grandes indústrias considerando capitais investidos, número de teares e operários investiram na construção de vilas equipadas com os serviços internos. A Vila da CEIN contava com energia elétrica, água canalizada, pavimentação e serviço de limpeza nas ruas internas, lazer nas festas dominicais, biblioteca, escola para crianças e adultos, posto médico e armazém.

Como já dito na introdução, as vilas operárias tiveram papel importante, largamente difundido pelos poderes públicos e pelas elites, como recurso eficaz para exercer o controle da população pobre uma vez que parecia corresponder aos anseios da ordenação do espaço público alimentados pela noção do meio como ambiente formador do homem.⁸³

Na transição do século XIX para o século XX, existiam algumas vilas operárias na cidade de Salvador. A maioria se constituía de pequenas casas enfileiradas, voltadas para os logradouros públicos e próximas das fábricas às quais estavam vinculadas.⁸⁴

⁸²Bonduki afirma que essas distintas experiências tiveram um impacto importante em várias cidades brasileiras pois foram os primeiros empreendimentos habitacionais de grande porte construídos no país. BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. In: *Revista Estudos Históricos*. Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP. v.5, n. 2, 1998.

⁸³CORREIA, Telma de Barros. *op. cit.* p. 10.

⁸⁴Para conhecer as vilas operárias ligadas as indústrias têxteis na Primeira República consultar: CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes. *Entre Vilas e Avenidas: habitações proletárias em Salvador na*

Nesse período, o estado concedia isenções fiscais para que industriais construíssem casas para os trabalhadores. O déficit habitacional da cidade era grande e foi comum que até mesmo os proprietários de terrenos, que não eram industriais, pleiteassem os incentivos fiscais, argumentando que estavam construindo e pretendiam alugar “casas para operários”.⁸⁵

A Vila Operária construída em maio de 1892 pela CEIN causou surpresa na população do período. A surpresa e admiração tão destacados em periódicos não advinham exclusivamente da construção de uma vila operária uma vez que no estado havia outras.⁸⁶ O destaque era dado ao conjunto das edificações e, sobretudo pela oferta dos já citados serviços internos, aumentando ainda mais o impacto provocado pela inauguração da Fábrica no ano anterior.

Cabe lembrar a informação que Luiz Vianna Filho deu sobre as vendas das ações da Empresa como reação de descontentamento dos acionistas a construção daquela Vila.⁸⁷ Esta informação foi reiterada na já citada biografia de Luiz Tarquínio escrita por Péricles Madureira de Pinho.⁸⁸ Se de fato essa oferta das ações aconteceu, isso foi logo no calor da divulgação e construção da Vila, porque, em 1894, a comissão fiscal divulgou que as ações “as poucas que tem aparecido à venda já encontravam ágio de 40%”, correspondendo assim “a confiança que nela (a Empresa) depositaram seus acionistas.”⁸⁹

Este registro pode revelar uma retórica cujo propósito seria ratificar a confiança no empreendimento. No entanto, é possível que as reiteradas explicações e justificativas

Primeira República. 1991. 206f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia.

⁸⁵No arquivo Público da Cidade de Salvador, há diversos registros de proprietários solicitando estes incentivos revelando que esta atividade foi lucrativa. Com esta medida o poder público visava abrandar os conflitos sociais do período.

⁸⁶No interior da Bahia existia, desde o Segundo Império, uma grande fábrica de tecidos, localizada na cidade de Valença. Esta abrigou uma vila operária estruturada e até mesmo pelo seu isolamento na ocasião em que foi erigida, dispôs de alguns serviços internos como armazém e escola. Essa fábrica recrutou trabalhadores, ainda crianças, nos orfanatos da cidade de Salvador. Consultar a respeito: MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim. De recolhido a assalariado. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

⁸⁷Esta informação consta no capítulo 01

⁸⁸PINHO, Péricles Madureira de. *Luiz Tarquínio, pioneiro da justiça social no Brasil*. Bahia: Imprensa Vitória, 1944.

⁸⁹Cia Empório Industrial do Norte. *Jornal de Notícias*. 20.08.1895

sobre a importância da Vila deram resultados. Ainda assim, os empreendedores mantiveram o discurso sobre a validade da Vila, tanto do ponto de vista moral quanto do produtivo. Talvez buscando atingir aqueles que ainda duvidavam dos propósitos e da necessidade da Vila, os diretores enfatizavam:

A quem apenas superficialmente a conhece pode parecer de nenhum valor social ou industrial, exprimindo apenas os sentimentos altruísticos de seus fundadores e para alguns até mesmo vaidade e ostentação. Entretanto assim não é. Para que o trabalho seja produtivo é preciso que o operário tenha tranqüilidade de espírito e vigor físico. A Vila Operária oferecendo esse conforto habilita o operário a produzir mais, a produzir melhor. Sem a Vila Operária seria impossível manter-se a nossa fábrica no pé em que se acha.⁹⁰

E mais,

[...] para que o trabalho seja produtivo, é preciso que o operário tenha tranqüilidade de espírito e vigor físico, e não se pode contar com estes dois poderosos elementos se ele for escravo de necessidade e se não encontrar um ambiente são e puro nos momentos de lazer, quando o organismo refaz-se das forças perdidas no labor diurno. A vila operária, oferecendo este conforto, esse bem estar, que por muitos é considerado um luxo, habilita o operário a produzir mais, a produzir melhor.⁹¹

A divulgação dos benefícios materiais que a Vila oferecia aos seus moradores, numa conjuntura em que as camadas populares não tinham acesso às condições mínimas de salubridade, fomentou as representações acerca de Luiz Tarquínio enquanto empresário preocupado com as questões sociais e solidário com os operários. Essa imagem veiculada no período foi alimentada e reeditada em momentos distintos conforme poderá ser constatado mais adiante.

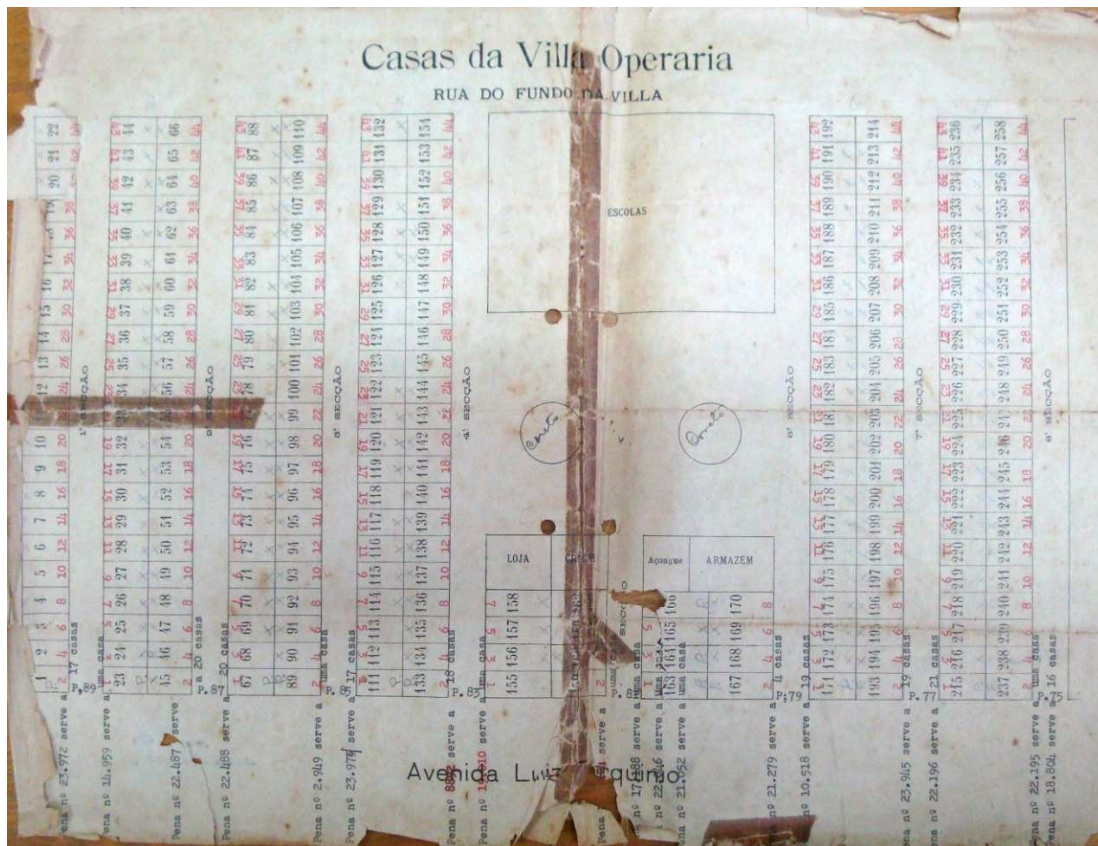
A Vila era composta por oito blocos paralelos ocupando uma área de 21.470 metros. No total, foram construídas 258 casas residenciais, com dois pavimentos, além do gabinete médico, farmácia, loja, creche, açougue e armazém que funcionavam em regime cooperativo. Os blocos residenciais ficavam isolados da Avenida principal por uma grade.⁹²

⁹⁰TARQUÍNIO, Luiz e SILVA, Leopoldo José da. Carta aos acionistas da CEIN. *Diário de Notícias*. 15.06.1899.

⁹¹TARQUÍNIO, Luiz. apud VIANNA FILHO, Luiz. *O insigne industrial Luiz Tarquínio*. (Folheto). Bahia: Estabelecimento Gráfico Globo, 1940, p. 5.

⁹²O projeto inicial previa a construção de 600 residências, construídas por etapas. Somente a primeira etapa foi construída. Cia Empório Industrial do Norte. *Jornal de Notícias*. 20.08.1895.

Pela planta da Vila pode-se conhecer a distribuição das edificações. As casas do tipo B, que eram as de maior número, estavam nos blocos residenciais das partes laterais. As casas maiores do tipo A e as desmembradas do tipo C estavam nos dois blocos centrais. A frente desses blocos e voltados para a praça ficavam o gabinete médico, farmácia, creche e armazém. Ao fundo ficava o prédio escolar e no meio da praça os dois coretos.



Segundo o engenheiro José Simão da Costa, o plano geral das casas e da Vila teria sido inspirado nas “Tenement Houses britânicas”. Estas, ainda segundo o engenheiro, teriam sido as habitações cujo padrão foi estabelecido pelo governo inglês. Para ele, as casas da Vila da CEIN eram ainda melhores do que aquelas do além mar e delas a CEIN teria imitado apenas a disposição geral dos edifícios.⁹³ Não foram encontradas referências sobre este modelo de edificação, contudo Lewis Mumford afirma que na Inglaterra “milhares de moradias dos novos trabalhadores, em cidades como Birmingham e Bradford, foram construídas fundos contra fundos”.⁹⁴

⁹³COSTA, José Simão da. A Fábrica de Luiz Tarquínio. In: *Revista Cidade do Bem*. 1899.

⁹⁴MUMFORD, Lewis. *op. cit.* p.500.

As plantas das casas permitem perceber a ausência de um padrão único de construção. Evidenciando modelos que se distinguiam, pelo tamanho e pela distribuição dos cômodos internos. Outros estudos sobre vilas operárias demonstraram que estas diferenças eram comuns e que as casas maiores e melhor aparelhadas eram ocupadas por mestres, operários mais qualificados, chefes intermediários ou ainda por famílias mais numerosas. É possível que os chefes intermediários contribuíssem para o processo de vigilância fora do espaço de produção, afinal eles ocupavam as habitações maiores e centrais. As casas eram geminadas e os fundos se encontravam, mas não havia comunicação entre elas.

As casas do tipo A, eram 13 unidades e compunham de: Térreo: sala de entrada. 3 salas, sala de jantar, cozinha, sanitário; 1º andar: 5 dormitórios. Áreas: Térreo: 86,94m² e 1º andar: 78,32m². O tipo B, que era o da maioria das casas, 243, compunha-se de: Térreo: sala de estar, sala de jantar, copa, cozinha, banheiro; 1º andar: 2 dormitórios. Áreas: Térreo – 41,53 m²; 2º andar: 30,42, totalizando 71,96m². As casas do tipo C, em número de 4, resultaram de 2 casas do tipo A que foram transformadas em apartamentos, um térreo e outro no 1º andar. O apartamento térreo se constitui de 2 salas, 2 dormitórios, cozinha e banheiro. O apartamento de 1º andar se constitui de 2 salas, três dormitórios, cozinha e banheiro. Com essa transformação, o total de unidades residenciais da Vila alcançou o número de 260.

À frente das casas existia um pequeno jardim.⁹⁵ Estes jardins tiveram uma grande importância no processo de retenção dos trabalhadores uma vez que era mais uma atividade a ser desempenhada por eles. Medidas como esta tinham o propósito de manter os moradores nas áreas internas da Vila e restringir o contato com pessoas que não fossem do próprio ambiente de trabalho. Estes pequenos jardins e as demais áreas de circulação comum da Vila funcionavam como uma escola integrada em que os empresários tentaram incorporar, naqueles moradores, valores burgueses. As competições para eleger os jardins mais bonitos eram estimuladas pela administração.⁹⁶ Palmira Petratti Teixeira observou que os jardins da Vila Maria Zélia, do empresário Jorge Street em São Paulo, também funcionaram como uma tentativa de incorporação

⁹⁵COSTA, José Simão da. A Fábrica de Luiz Tarquínio. In: *Revista Cidade do Bem*. 1899.

⁹⁶A Vila Operária de Luiz Tarquínio. *Documentário do IRDEB*: Instituto Radiofônico da Bahia em vídeo. s.d.

dos valores burgueses ao operariado. Também naquele espaço, durante a primavera, ocorriam concursos para eleger o jardim mais bonito.⁹⁷

Desde a inauguração, o controle higiênico no interior da Vila foi supervisionado pelo médico Adriano Gordilho que logo em seguida também assumiu sua direção ali atuando até 1938, ocasião em que se aposentou após 46 anos de “dedicação a Vila”.⁹⁸ Durante este intervalo ele se ausentou poucas vezes. Uma delas foi registrada no Relatório de 1928 que informou sobre seu afastamento para “tomar assento na Câmara Federal na cadeira para que fora brilhantemente eleito”.⁹⁹ Além de deputado, Adriano Gordilho também atuou na Faculdade de Medicina da Bahia. Foi amigo e compadre de Luiz Tarquínio, idealizador da Vila. A julgar pelos relatórios, muitas das medidas adotadas pela Empresa, no que se refere à higienização do espaço e de comportamentos preventivos de doenças foram sugeridas e controladas por ele. É possível que às referências a saúde dos moradores da Vila presentes nos relatórios visasse legitimar as aquisições de equipamentos e medicamentos da farmácia.

Não há registros de acidentes de trabalho nos primeiros anos da CEIN. Isto, contudo, não significa que não tenham acontecido, afinal, os acidentes, principalmente envolvendo crianças foram constantes neste período inicial da indústria têxtil no Brasil. Os acidentes não encontraram o mesmo espaço de divulgação que os constantes elogios e a presença do médico aliada ao sortimento da farmácia da CEIN, indica que a empresa estava preparada para atender as emergências ali mesmo, afinal muitos eram trabalhadores aprendizes. Esse foi mais um dado que alimentou a imagem de Luiz Tarquínio como empresário preocupado com a sorte dos seus trabalhadores. Os acidentes de trabalho e a maneira como a CEIN lidou com eles, ao longo do tempo, serão tratados no último capítulo.

Ao abordar as edificações e medidas higiênicas adotadas na Vila, Péricles Madureira de Pinho atesta a influência das idéias de Emile Cacheux, referentes a assepsia das habitações coletivas, sobre Luiz Tarquínio. Ao levantar material para escrever a biografia de Luiz Tarquínio, em 1944, teve acesso, segundo ele, aos “dois velhos e grossos volumes” deste autor que a família conservara e neles pode perceber

⁹⁷TEIXEIRA, Palmira Petratti. *op. cit.*, p.92.

⁹⁸CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1938.

⁹⁹CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1928.

“as anotações, marcas e sublinhas” revelando que foram detidamente estudados. Enfatiza, contudo que a Vila Operária da CEIN “não era uma cópia” do que o autor propunha, mas ali Luiz Tarquínio teria encontrado muitos pontos que lhe pareceram adaptáveis.¹⁰⁰ Esta informação foi reiterada por Jacques Marcovitch no livro *Pioneiros & Empreendedores*.¹⁰¹

Emile Cacheux (1844-1923) escreveu sobre habitações para trabalhadores e suas preocupações centraram na necessidade de assegurar a higiene do espaço e dos moradores. Foi discípulo de Emil Muller e com este participou de Feiras Mundiais nas seções de economia social apresentando propostas para essas edificações. Esse é mais um dado que reforça a circulação, no período, das idéias referentes ao tratamento dispensado aos trabalhadores, aí incluindo as condições de moradia. Nos espaços consagrados a celebração da modernidade os empresários também buscavam formas de adaptação dos trabalhadores a esse mundo almejado.

As medidas higiênicas adotadas no interior da Vila da CEIN foram rigorosas e para o seu efetivo cumprimento implantou-se meios para efetivá-los. O material do serviço de esgotos foi fornecido pelos engenheiros higienistas de Londres e Manchester, *Duolton & C.* e *Adams & C.* A lavagem dos esgotos, que desembocavam no mar, era feita por tanques que descarregavam automaticamente 27.000 litros de água a cada duas horas.¹⁰²

Foi construída uma muralha de alvenaria, ao longo de uma elevação nos fundos da Vila para proteger a área ocupada pelos edifícios da umidade, servindo simultaneamente de vala de drenagem para as águas de chuva que eram utilizadas para lavagens das ruas da Vila. As ruas, eram cimentadas e planas, apresentavam ligeiros declives que facilitavam a drenagem das águas pluviais ou das lavagens que eram constantes.¹⁰³

¹⁰⁰PINHO, Péricles Madureira de. *op. cit.* 1944.

¹⁰¹MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros & Empreendedores – a saga desenvolvimento no Brasil*. Edusp, 1946.

¹⁰²CEDOC. CEIN. Relatório. 1896.

¹⁰³CEDOC. CEIN. Relatório. 1896. Este relatório é rico em detalhes sobre a instalação dos serviços internos na Vila Operária. Segundo informaram os diretores, naquele ano, os “trabalhos de instalação da Fábrica e suas dependências” tinham ficado completos. Desta forma prestavam conta mais amiúde. A informação sobre as constantes lavagens das ruas aparece também em alguns depoimentos de antigos moradores.

A distribuição de água potável foi feita por meio de 8 pilastras-fontes e a água para uso doméstico por 16 colunas, postadas duas em cada rua. A água potável era fornecida pela *Companhia do Queimado*, e a utilizada para os serviços domésticos era colhida das vertentes do próprio terreno, que depois de atravessar um forte filtro de pressão era acumulada em um grande reservatório colocado sobre a casa de um dos motores, descendo dali por pressão natural.

Cabe reforçar que, aquelas edificações, aliadas aos serviços internos da vila, diferiam das condições gerais de moradia dos operários da cidade de Salvador que também moravam em vilas, pois essas contavam com casas e condições de higiene precárias. Ampliando o olhar para os demais trabalhadores das camadas populares, o contraste fica ainda maior. Mario Augusto Santos estudou as condições de sobrevivência na cidade de Salvador na virada do século XIX para o século XX considerando trabalho, moradia e alimentação e constatou que a história da cidade na Primeira República foi marcada pelo acúmulo de problemas sociais. Para ele, os problemas não se resolviam satisfatoriamente agravando as tensões que sempre estiveram presentes, e assim, em face das condições limites da sobrevivência a que esta população estava submetida ocorreram conflitos e, quando possível, “uma certa mobilização popular para o ‘ritual de protesto’”.¹⁰⁴

Os empresários da CEIN buscaram destacar a Vila em relação à Cidade como um todo. Para eles, a Vila era um espelho de moralidade e higiene no qual todos deveriam mirar. Um exemplo a ser seguido por empresários e trabalhadores da Bahia e do Brasil. Tinham esta pretensão por acreditarem que a vila oferecia as melhores condições de moradia que um operário poderia desfrutar. A Vila era chamada com muita frequência pelos seus idealizadores de “Cidade do trabalho”.

O articulista Jose Simão também se empenhou em divulgar “o valor” que tinha aquela Vila Operária para “um país novo como o nosso, em estado de evolução”. Ela servia para “ensinar e concitar o amor ao trabalho, ao culto a instrução, ao fanatismo

¹⁰⁴SANTOS, Mario Augusto. *Sobrevivências e tensões Sociais*. Salvador (1890-1930). 1982, 472f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

pelo progresso”. Para ele a Vila deveria “ser estimulada pelos aplausos de todo bom cidadão brasileiro”.¹⁰⁵

A idéia de país em evolução voltado para o futuro alimentava a construção da imagem de Luiz Tarquínio como homem justo que se antecipava na resolução dos problemas sociais. As matérias escritas pelo engenheiro José Simão circularam na revista da vila *Cidade do Bem* e no *Jornal de Notícias* e assim, essas representações de Luiz Tarquínio e da Vila foram alimentadas intra e extramuros, reforçadas, sobretudo, pelas imagens de harmonia difundidas pelos cartões-postais.

Os primeiros registros fotográficos da Vila, alguns dos quais transformados em cartões-postais, destacaram a ordenação e intervenção demarcada do homem sobre as plantas que ornavam os jardins da praça e áreas comuns. Sabe-se que o que é fotografado passa a integrar um sistema de informações com conteúdos valorativos e classificadores e os administradores buscavam, com essas imagens, perenizar a Vila como espaço da ordem e da civilização. Nos últimos anos do século XIX e primeiros do século XX a fotografia gozou do conceito de verdade documental e foi largamente utilizada como comprovação da realidade pelo caráter a ela atribuído de nitidez do real.¹⁰⁶

Nos arquivos da Fábrica consta uma série de fotografias que provavelmente compuseram um álbum, embora hoje estejam separadas. São imagens adornadas por uma moldura desenhada e marcadas com o registro da casa “Fotografia Gonsalves”. É provável que também tenha sido o mesmo fotógrafo das imagens dos cartões-postais. Essa hipótese é reforçada pela identificação de outros cartões-postais da cidade de Salvador que circularam com a mesma moldura semelhante a um porta-retratos adornando a imagem e que continha o seu carimbo. Embora não conste a data da

¹⁰⁵COSTA, José Simão da. A Fábrica de Luiz Tarquínio. In: *Revista Cidade do Bem*. 1899.

¹⁰⁶Alguns estudos analisam o documento fotográfico, recuperando os sujeitos envolvidos naquela experiência e as mensagens inseridas no que se privilegiou fotografar. Dentre os estudos que tratam a fotografia como objeto de análise histórica revelando as diversas possibilidades de reflexão estão: VASQUEZ, Pedro. *D. Pedro II e a fotografia no Brasil*, Rio de Janeiro, Index, s/d; FABRIS, Annateresa. *Usos e funções da fotografia no século XIX*, São Paulo, Edusp, 1992; TURAZZI, Maria Inês. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)*, Rio de Janeiro, Funarte/Rocco, 1995. BORGES, Maria Eliza Linhares. *História e Fotografia*. Coleção: História &... Reflexões. Belo Horizonte: Autentica, 2003. Mauad, Ana Maria. Através da imagem: Fotografia e História – Interfaces. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

realização das fotografias, elas certamente datam dos primeiros anos de existência da Vila a julgar pelas referências feitas a ela nos primeiros registros escritos.

A imagem a seguir mostra uma das oito avenidas no interior da Vila, os alardeados jardins a frente das casas e a presença de algumas pessoas, provavelmente moradores. A imagem sugere harmonia e tranquilidade num espaço visivelmente limpo. As personagens presentes, inclusive a criança a direita, estão bem trajados e este é um flagrante contraste com as imagens de membros das camadas populares da cidade de Salvador captadas por diversos fotógrafos no período. O calor e o baixo poder aquisitivo das camadas populares faziam com que muitos andassem com roupas surradas e muitos homens não usavam camisa. Para José Simão, naquele espaço, “todos” sentiam “os efeitos benéficos, moralizadores e civilizadores de andarem sempre decentemente trajados, mesmo dentro de seus aposentos”.¹⁰⁷



¹⁰⁷COSTA, José Simão da. *O Regulamento da Vila*. Jornal de Notícias. 11.11.1898.

A divulgação dessas imagens reforçava o distintivo daquele espaço e de seus moradores. Dentre os serviços internos que contribuíram para a sua diferenciação e de seus moradores estava a escola Rui Barbosa, objeto de freqüente destaque na imprensa.

A Escola da Vila

No bloco isolado e em destaque na praça principal da Vila, com dois pavimentos, localizava-se o prédio da escola que contava com o jardim de infância, salão de ginástica, biblioteca com o salão de leitura e um pequeno museu natural.¹⁰⁸ Os relatórios da Empresa informavam sobre as contratações dos professores e a aquisição de material didático. A documentação deixa entrever que os diretores intervinham diretamente na condução dos trabalhos e que o corpo docente da escola era contratado e fiscalizado por eles. Durante o dia, as salas eram ocupadas pelos filhos dos operários e à noite funcionava o curso para os adultos.

A crença que estes homens demonstraram ter na educação remete as idéias de Durkheim para quem a educação tinha a função de preparar a criança para a vida adulta e, quanto mais eficiente fossem os processos educativos, melhores seriam os resultados para a comunidade envolvida. A construção do ser social se daria em grande medida pela educação, pois seria a assimilação de normas e princípios, quer sejam de ordem moral, religioso ou ético, que balizariam a conduta dos indivíduos no grupo.¹⁰⁹

Os diretores da CEIN partilhavam dessas idéias sobre a importância da educação formal e sistemática, do papel dos professores bem formados e criaram as condições de sua implantação incentivando a instrução das crianças e dos adultos. Para tanto, equiparam as salas, adquiriram material didático e contrataram professores brasileiros e estrangeiros. Para a direção da escola foi convidada uma professora de nome Anna Chaney, que, segundo divulgado pelos diretores foi diretora do Hampton *Institute dos Estados Unidos*. Ainda segundo os diretores, ela foi também a responsável pelas aulas de educação física, inovações que expressavam uma preocupação estética e um investimento na saúde do corpo. Esta preocupação com a educação do corpo ganhava

¹⁰⁸CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1896.

¹⁰⁹DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2009.

destaque nas teses de medicina defendidas no período, que recomendavam a prática de exercícios físicos para aprimorar o homem.¹¹⁰

Dentre os professores havia uma que era escocesa, Jessie Justice que lecionava Aritmética; o jardim de infância foi dirigido pela professora Luisa Steinneg, discípula da viúva de Froebel e a sala era “conhecida pelo nome de Kindergarten”¹¹¹

Essa foi motivo de orgulho, constantemente destacada e nas festas de fim de ano as crianças desse grupo faziam apresentações especiais. Friedrich Froebel nasceu na Alemanha e desenvolveu um método educacional para crianças antes da idade escolar que ficou mundialmente conhecido como *Jardim de Infância*, embora a tradução literal seja *Jardim da Criança*. O método não visava somente às crianças, mas também as mães, importantes colaboradoras no processo educativo e principal agente na formação. Sua criação foi no início do século XIX e difundido na segunda metade, principalmente nos Estados Unidos, onde o autor profetizara que suas idéias teriam maior aceitação. Nesse país muitas escolas de formação de professoras foram criadas e o método foi posteriormente adotado pelas escolas públicas¹¹².

As professoras auxiliares eram Maria Amélia Moreira, Amélia Guedes e Elisa Vieira, professoras diplomadas pela Escola Normal da Bahia. As professoras Edith de Abreu e Isabel Monteiro eram as responsáveis pelos alunos das primeiras letras. As crianças maiores assistiam aulas de “História Natural” ministradas pela professora Maria da Glória Moreira, que dispunha de um pequeno museu como recurso didático. Embora não divulguem o valor dos salários dos professores, os relatórios registram que eles recebiam salários superiores aos pagos aos demais professores pela administração pública.

As fotografias da Vila, da Empresa dos espaços internos da Escola agregam um conjunto de representações criado, em grande medida, para divulgar uma imagem positiva e exemplar daquele espaço e seus frequentadores. Sabe-se que os recursos

¹¹⁰SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

¹¹¹PINHO, Péricles Madureira de. *Luiz Tarquínio pioneiro da justiça social...* op. cit., p. 85.

¹¹²As informações sobre Froebel e seu método foram extraídas de EBY, Frederich. Froebel e a educação pela evolução orgânica. In: EBY, Frederich. (org). *História da Educação Moderna*. Teoria, Organização e Práticas Educacionais. Porto Alegre: Editora Globo, 1976 e LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. São Paulo: Melhoramento, 1978.

visuais influenciam práticas e ajudam a construir identidades e essas fotografias contribuíram para a construção de novos modelos de condutas e para a afirmação da Vila como ambiente moderno, ordeiro e civilizado contribuindo para conformar uma memória idealizada da mesma.



As imagens evidenciam a limpeza e organização dos espaços internos. As salas amplas permitiam a circulação tanto das crianças quanto dos professores. Apesar das fotografias estarem amareladas pelo tempo e por não terem recebido o tratamento adequado para a sua preservação, percebe-se alguns detalhes importantes que remetem aos métodos de ensino adotado. Na sala do Jardim de Infância por exemplo, ao fundo, estão as cadeiras adequadas ao tamanho dos pequeninos. Essa ação sintonizava com as preocupações de alguns educadores do período no que diz respeito a forma de ver a criança como uma criança e não como um adulto em miniatura que deveria se ajustar ao mundo adulto. Era preciso atentar para a infância com suas questões e necessidades específicas.¹¹³

As aulas de desenho técnico e livre sinalizam a preocupação com a formação de desenhista de estamparia, isto é, com a formação de trabalhadores especializados que certamente garantiriam a continuidade das atividades requeridas pela indústria. Eram aprimoramentos na formação de uma mão-de-obra qualificada. Apesar do desgaste da fotografia acima, da sala de desenho e pintura, é possível verificar os objetos que serviam de modelos para os alunos na bancada a esquerda.

O Relatório de 1896 divulgou que havia 62 alunos freqüentando o curso de desenho, que contavam com o professor Sócrates Lopes Rodrigues, responsável por ensinar desenho linear e o professor Manoel Lopes Rodrigues, que ensinava desenho de figura e pintura.¹¹⁴ Ainda segundo este Relatório, a escola da vila, tinha 45 crianças matriculadas no jardim de infância e mais 104 alunos divididos nas diversas séries incluindo as “primeiras letras”. O curso noturno, ministrado pela professora Lydia Burgos, era freqüentado por 45 alunos.¹¹⁵

Ao lado da biblioteca havia um amplo salão de leitura, e o Relatório de 1899, informou que, no ano anterior, sua média diária de freqüência foi de 25 pessoas.¹¹⁶ Não há como saber se nesta avaliação da freqüência as crianças estavam incluídas. Possivelmente não, pois as crianças faziam um uso mais rotineiro daquele espaço. Os Diretores provavelmente estavam fazendo referência aos demais operários e técnicos

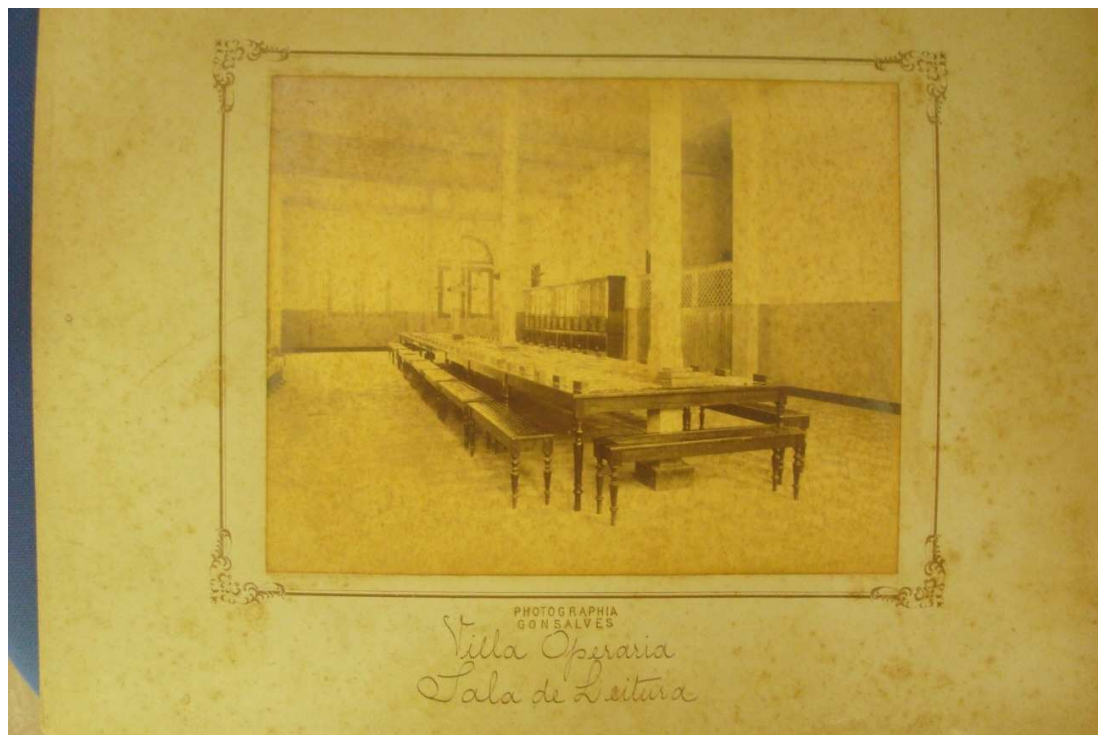
¹¹³EBY, Frederich. (org). *op. cit.*

¹¹⁴CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1896.

¹¹⁵CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1896.

¹¹⁶CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1899.

que eram estimulados a freqüentá-lo. A sala era composta de uma grande mesa comum com bancos que também eram partilhados.



As imagens evidenciam a seleção do que se buscou perenizar, daquilo que se quis divulgar no período e legar ao futuro. Todo documento fotográfico trás, no seu interior, elementos que evidenciam sua mensagem e esta vai além do que é visível na mesma.

Para demonstrar confiança na qualidade da educação dada na escola Ruy Barbosa e ao mesmo tempo reforçar o entendimento de que patrões e empregados, por partilharem espaços em comum, partilhavam dos mesmos interesses, outras crianças, que não eram filhos de operários ali estudavam. José Simão divulgou que “naquele convívio infantil” que segundo ele ignorava “distinções sociais” estudavam a “gentil filhinha de um dos mais brilhantes ornamentos do Congresso Federal, e a não menos interessante filhinha do próprio Luiz Tarquínio”.¹¹⁷ Há outros registros que os filhos do médico Adriano dos Reis Gordilho também, freqüentavam a escola juntamente com os filhos dos operários.¹¹⁸

Essa intenção também se fez presente na experiência da vila operária de Jorge Street. As concessões como moradias, escolas, farmácias, áreas de lazer e a presença do empresário e sua família nas festas internas “levavam a crer na construção de uma grande família, na qual a colaboração harmoniosa entre estes entes e a organizada pelo poder paterno tentava dissolver e mascarar antagonismos de classes. A grande família passava a habitar uma grande casa” e desta forma “Street transformava-se em pai, provedor-disciplinador”.¹¹⁹

Voltando à descrição da Escola feita por José Simão, este deixou claro que, as crianças até poderiam ignorar as distinções sociais, mas ele, no seu relato tornou público o seu olhar sobre as diferenças internas à escola ao descrever crianças cujo “o porte gentil, elegante e nobre seria digno da estirpe mais aristocrática e, no entanto, é filhinha de uma simples família operária”. Uma outra “pretinha também de feições expressivas, de rara inteligência, promete ter uma voz pouco vulgar”.¹²⁰ O atento observador demonstrou surpresa com o fato de uma filha de operário ter atributos que não são próprios do grupo social a que pertence e da “pretinha” ter uma rara inteligência.

¹¹⁷COSTA, José Simão da. A fábrica de Luiz Tarquínio. *Jornal de Notícias*. 07.11.1898.

¹¹⁸Festas – Vila Operária. *Jornal de Notícias*. 10.12.1898.

¹¹⁹TEIXEIRA, Palmira Petratti. op. cit., p. 91.

¹²⁰COSTA, José Simão da. A fábrica de Luiz Tarquínio. *Jornal de Notícias*. 07.11.1898.

A documentação disponível sobre a Escola da Vila demonstra que os diretores, sobretudo Luiz Tarquínio, intervinham diretamente na sua dinâmica. A contratação de professores, os métodos e materiais didáticos adotados passavam por sua supervisão. No *Jornal de Notícias* de 1895, Luiz Tarquínio informou:

É tal o nosso desejo de ver na Bahia uma instituição industrial e social modelo, digna dos aplausos gerais, e fazendo a felicidade de nossos conterrâneos, que por conta do nosso bolso particular mandamos vir material escolar da Alemanha e temos um trabalho nas grandes oficinas litográficas do Sr. Wilcke, Picard & C. livros escolares expressamente escritos e cuja impressão nos custará a mais de 20:000\$000.¹²¹

No artigo da Revista do *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* de 1945, Miguel Calmon Sobrinho, registrou que o próprio Luiz Tarquínio elaborava os cartões “de maneira vistosa e atrativa, com as letras do alfabeto” para alfabetização das crianças.¹²² Cabe lembrar que Luiz Tarquínio se destacou como desenhista criando muitos dos tecidos produzidos em Manchester que foram comercializados na Bahia pela *Casa Bruderer*, da qual foi sócio.¹²³ Ainda segundo Calmon Sobrinho a escola contava com “coleções de história natural, mostruário de mineralogia, aparelhos de física” enfim, todo um conjunto material que dava suporte aos professores.¹²⁴

Um episódio que foi reiteradamente divulgado pelos que se propuseram a falar da Vila Operária e sua Escola é bastante elucidativo das expectativas e propósitos dos Diretores com relação aquela Instituição de ensino. Ao que parece, o deputado Américo Barreto, fez uma proposta a Assembléia Legislativa, para que fosse concedido um auxílio de 12 contos a Escola da Vila. Na *Revista Cidade do Bem*, Luiz Tarquínio publicou sobre esta oferta e sua resposta:

Compreendo a nobre intenção do jovem deputado, só temos palavras de reconhecimento pela espontaneidade de seu proceder, mais estamos autorizados a declarar que de forma alguma a “Vila Operária” pode receber este subsídio do Estado. Escola do povo para o povo, mantida com a mais ampla independência, a aceitação de qualquer favor oficial

¹²¹Cia Empório Industrial do Norte. *Jornal de Notícias*. 20.08.1895

¹²²CALMON SOBRINHO, Miguel. Homenagem a Luiz Tarquínio no centenário do seu nascimento, 22 de julho de 1944. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. N. 72. 1945.

¹²³SANTOS, Mariléia Oliveira. Empório da Utopia. O projeto industrial de Luiz Tarquínio. 2000. 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

¹²⁴CALMON SOBRINHO, Miguel. *op. cit.*

importaria tacitamente na eliminação dessa liberdade de ação sem a qual seria sacrificado o seu fim principal.¹²⁵

O fim principal a que Luiz Tarquínio se referiu dizia respeito ao programa adotado para instrução das crianças. Dentre os ensinamentos da escola destacava-se o de tecelagem. Provavelmente uma oficina onde as crianças aprendiam, desde cedo, a manejar teares e a adquirir as habilidades necessárias ao desempenho das tarefas de operário fabril. Certamente os Diretores não quiseram a intervenção do Estado uma vez que esta poderia, de alguma maneira, vir a alterar seus propósitos de continuidade na formação de seu operariado. A Escola também teve o propósito de divulgar as ações dos empresários e funcionou como palco de exposição pública das suas conquistas.

O encerramento do ano letivo acontecia em clima de grande solenidade com a presença de autoridades e noticiadas posteriormente nos jornais. A festa do ano de 1898 foi ilustrativa, uma vez que contou com a presença de Luiz Vianna, então Governador do estado da Bahia.

O Jornal de Notícias mais uma vez trouxe a descrição detalhada do evento em dois dias seguidos, uma vez que o articulista acreditou que a descrição não comportaria na edição de um único dia.¹²⁶ *O Correio da Bahia* também divulgou detalhes daquele acontecimento que permitiu aos que lá compareceram “abismarem-se diante do progresso, que tem ali não só o trabalho como a instrução”.¹²⁷

Ambos noticiaram que a festa teve início às, às cinco horas da tarde e “os salões” destinados às celebrar “a festa de instrução” já “regurgitavam de convidados” e contavam com a presença “de representantes de todas as classes sociais desta terra”. Os alunos fizeram uma “entrada triunfal” e “agitando bandeiras nacionais e norte-americanas”, marcharam “ao som da banda marcial entoando harmonioso hino festivo”.¹²⁸

A julgar pelas descrições dos jornais, a festa se estendeu pela noite uma vez que muitas foram as etapas comemorativas. *O Correio da Bahia* informou que a programação das festividades teve cinco etapas. A primeira foi a entrada das crianças já

¹²⁵TARQUÍNIO, Luiz. *Revista Cidade do Bem*. Ano 01. nº 27. 1899

¹²⁶Festas – Vila Operária. *Jornal de Notícias*. 09 e 10.12.1898.

¹²⁷Vila Operária. *Correio de Notícias*. 09.12.1898.

¹²⁸Festas – Vila Operária. *Jornal de Notícias*. 10.12.1898.

descrita pelo *Jornal de Notícias*. A segunda, a “sessão literária” iniciada pelo discurso do Governador, seguido pelo orador oficial da cerimônia, o poeta Múcio Teixeira que teria, “por cerca de uma hora” prendido a atenção de todos “lendo um discurso que tanto brilhou na forma, quanto no fundo” destacando a “apoteose do trabalho na Vila Operária e dos esforços inexcedíveis de Luiz Tarquínio” para organizá-la.¹²⁹

Segundo o articulista do *Jornal de Notícias*, outro “bonito discurso lido”, que também parece ter sido longo, foi o proferido pelo “doutor José Simão da Costa” e este teria sido “em nome do proletariado”.¹³⁰ Para o *Correio*, o engenheiro apresentou uma “vibrante elocução, discorrendo sobre o ‘socialismo científico’ [sic] tão bem praticado por Luiz Tarquínio.”¹³¹ Completando esta etapa poetas e jornalista locais, a exemplo de Torquato Bahia, Alexandre Fernandes, Damasceno Vieira, Costa e Silva, José Mathias e o próprio Múcio Teixeira declamaram poemas.

O teor dos discursos e poemas passa pela exaltação da educação, do trabalho e do papel que o empreendimento desempenhava para a Bahia de então. Neles está presentes, também, uma mescla de engrandecimento da imagem da Bahia moderna e de Luiz Tarquínio com suas perspectivas inovadoras. O *Jornal de Notícias* sintetiza bem a construção da junção dessas imagens:

Reiteramos nossos agradecimentos a Luiz Tarquínio. O que pelo engrandecimento moral da Bahia já tem feito a Vila Operária da B. Viagem, modelada e administrada com superior talento, é dos maiores serviços que pode um cidadão prestar a sua terra e à sociedade em que vive. Por isso, tem Luiz Tarquínio o seu nome envolto em bençãos e inscrito em justa benemerência, aureolado de aplausos de que não haverá mais sinceros do que os agora renovados pelo *Jornal de Notícias*, diante da grandiosa festa de anteontem de instrução e de trabalho, de dignidade e de amor.¹³²

Voltando a descrição da festa, a terceira parte relatada pelo *Correio* teria sido “a mais bela, a mais comunicativa e a que mais de perto falou ao coração de todo”.¹³³ Foram as apresentações infantis individuais e em grupo. Estas foram bastante reveladoras das práticas pedagógicas aplicadas no cotidiano da escola. Para o observador da festa, estas foram tão impressionantes que “nada mais precisaria para dar

¹²⁹Festas – Vila Operária. *Jornal de Notícias*. 09 e 10.12.1898.

¹³⁰Vila Operária. *Correio de Notícias*. 09.12.1898.

¹³¹Vila Operária. *Jornal de Notícias*. 09.12.1898.

¹³²Vila Operária. *Jornal de Notícias*. 10.12.1898.

¹³³Vila Operária. *Correio de Notícias*. 09.12.1898.

idéia de que é a Vila Operária. Sob a direção habilíssima de amestrados professores aquelas criancinhas, ora recitavam, ora cantavam, até algumas poesias em inglês, tudo cadenciado e com tal harmonia que despertava nos espectadores enorme simpatia”.¹³⁴

Nestas apresentações fizeram parte filhos do médico Adriano Gordilho e filhos de Luiz Tarquínio, a exemplo de João Tarquínio, que mais adiante assumirá a direção da Empresa juntamente com um descendente de Leopoldo José Silva. Aqui também se verifica a idéia de grande família partilhada comungando com propósitos comuns.

O *Jornal de Notícias* destacou as apresentações de jogos e exercícios ginásticos, que, segundo o relator, causaram a “melhor das impressões”. Aqueles “recitativos nas línguas portuguesa e inglesa”, os “jogos e brinquedos desempenhados pelos pequeninos alunos do Kindergarten”, os “cânticos e exercícios ginásticos” tudo aquilo teria evidenciado “a inteligência” daquelas crianças e, é claro, “a aptidão das professoras da escola Rui Barbosa”.¹³⁵

Foi na quarta parte da festa que se deu a distribuição de prêmios aos alunos que se destacaram nos trabalhos finais do ano letivo. Segundo o observador do *Correio*, “cada aluno via no prêmio que recebia uma recompensa ao esforço, e de fato era um estímulo para novos cometimentos”. Aquelas “criancinhas” poderiam no futuro despontar em “novas distinções e novos galardões”

A entrega dos prêmios ainda contou com outro destaque. Foi o “Cons. Dr. Governador”, que “com carinho paternal fez a distribuição”. Na divulgação deste ato, o articulista do *Correio* aproveitou para inserir também o Governador Luiz Vianna na lógica do discurso sobre a modernização da Bahia. O articulista disse ver “no semblante de sua excelência quanto ia de alegria e de satisfação, demonstrando a solicitude e o interesse que tem por tudo o que diz respeito ao desenvolvimento e ao progresso da Bahia”.¹³⁶ Dentre os prêmios foram entregues caixas de lápis coloridos e dois estojos de tinta japoneses aos alunos do curso de desenho e em algumas salas ficaram expostos ao público os trabalhos realizados pelos que se destacaram. Estas medidas de premiação reforçam a sintonia dos empreendedores com as teses durkheimiana no que diz respeito ao uso de recursos que incentivem os avanços conquistados no processo educativo.

¹³⁴Vila Operária. *Correio de Notícias*. 09.12.1898.

¹³⁵Vila Operária. *Jornal de Notícias*. 09.12.1898.

¹³⁶Vila Operária. *Correio de Notícias*. 09.12.1898

Na quinta e última etapa da festa aconteceram as apresentações das bandas de música do *Primeiro Corpo de Polícia*, do *Colégio dos Órfãos de São Joaquim* e dos operários da CEIN. Esta banda foi criada nos primeiros anos e teve vida longa, uma vez que há registros de operários sobre ela na década de 1940. Foi mais um recurso de envolvimento dos operários em atividades consideradas civilizadoras.¹³⁷

Os ensaios da banda aconteciam no prédio escolar e a Empresa bancava a aquisição e reparos dos instrumentos. No ano de 1899 sua formação contava com 60 operários.¹³⁸ Nas festas dominicais a banda fazia apresentações alternadas com outras bandas convidadas, ocupando os dois coretos do jardim principal da Vila. Estas festas funcionavam como um verdadeiro teatro no qual eram encenados os códigos de civilidade.¹³⁹ É preciso compreender ainda o papel das comemorações e celebrações no processo de construção das memórias coletivas.

O domingo, que seria o dia de descanso dos trabalhadores, acabou por de converter em um dia de exposição tanto do espaço quanto das pessoas que nele residiam. Segundo José Simão, naquelas festas se percebia a civilidade daqueles habitantes. Para ele, as crianças ordeiras e arrumadas não colhiam “sequer uma flor”, das que adornavam “especialmente a praça principal”. A banda de música composta por trabalhadores tocava num dos coretos e no outro uma “banda militar” fazia as apresentações alternadamente, sob os olhares de grande número de visitantes, destacando entre eles, autoridades, um “grande número de senhoras da mais alta sociedade baiana”, além de “algumas das distintas professoras” e, de “toda a família de Luiz Tarquínio”.¹⁴⁰

A ênfase dada à presença das “senhoras da mais alta sociedade baiana” tinha o propósito de destacar que não era qualquer um que entrava naquele espaço. Buscando dar crédito as suas informações, José Simão da Costa sugeriu aos leitores do *Jornal de Notícias* que pedissem “o cartão de ingresso que as autoridades” da Vila Operária concediam a toda “pessoa decente” que desejasse assistir as festas que ali se realizavam

¹³⁷ Foram encontrados dois registros sobre a existência de um *Hino do Operário* escrito por Luiz Tarquínio. Infelizmente não foi localizado e não há como saber se de fato ele existiu e qual o seu teor.

¹³⁸ CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1899.

¹³⁹ André Prous chama a atenção para o papel desempenhado pelos jardins enquanto espaço de socialização. PROUS, André. “Jardins de ser, jardins de estar”. In: *Revista de História da Arte e Arqueologia*. N. 3. Campinas, 2000.

¹⁴⁰ COSTA, José Simão da. As festas operárias. *Jornal de Notícias*. 17.11.1898.

“todos os domingos”.¹⁴¹ O acesso das visitas era liberado pelas autoridades que adotavam critérios e avaliavam se o candidato se enquadrava no perfil de pessoa decente. Pelos registros de antigos moradores, as visitas, até mesmo de familiares dos trabalhadores, eram submetidas a tal avaliação.

Para José Simão, o aspecto físico da Vila não sofria “transformação alguma”, nem esta se revestia de “galas especiais”. Os mesmos jardins e “o mesmo asseio irrepreensível de todos os dias” eram as “únicas grinaldas” que embelezavam “o teatro” daquelas festas operárias. O que a tornava especial eram os outros efeitos que por ele foram considerados de “ordem superior a ostentação de bandeiras, flâmulas, ramagens e louros”. Para ele, o que realmente merecia atenção era o “conjunto caleidoscópico”, que oferecia “elementos para profundos estudos e sérias cogitações” a respeito do comportamento e convivência naquele espaço. Chamou a atenção para “um bando enorme de moças em pequenos grupos” que passeavam dando a “Vila um tom festivo de raro brilhantismo”. Citou uma “filhinha de Luiz Tarquínio” de mãos dadas com “uma sua colega de escola, filha de um operário”. Mais adiante, estaria “uma mocinha operária de braços dados com a filha de distinta família da vizinhança que vem gozar as delícias do festival, respirar o ambiente puro”. Estes seriam as “agradáveis surpresas” e a “mais instrutiva das diversões encontradas pelo visitante”.¹⁴²

Os laços de convivência construídos naquele espaço perdiam a espontaneidade na medida em que, as diferenças sociais eram reiteradas, através dos discursos publicados em jornais. Os operários e seus filhos sabiam que eram observados e objetos de reflexões e avaliações pelos visitantes, sobretudo daquele que tinham vínculos com os jornais da Cidade. Assim, é possível que parte do comportamento dos operários e de seus filhos fosse também uma encenação feita para agradar e não se indispor. Aquelas festas se constituíam em mais um distintivo daquele espaço e de seus moradores em relação a cidade de Salvador. José Simão ainda destacou que,

[...] todos os domingos a pouca distância d’aquela vila a nossa civilização é manchada com a ostentação salvática dos candomblés; a vila operária exhibe um ar festivo onde a dança nacional, elegante e civilizadora, onde o culto de todas as práticas estéticas é elevado a altura de um princípio, onde o operário dá livre expansão a todos os

¹⁴¹COSTA, José Simão da. As festas operárias. *Jornal de Notícias*. 17.11.1898.

¹⁴²COSTA, José Simão da. As festas operárias. *Jornal de Notícias*. 17.11.1898.

sentimentos nobres e que pode aspirar o mais correto dos homens ilustrados.¹⁴³

Nesta passagem, José Simão deixa evidente seu entendimento sobre “civilização” e nele não se enquadravam ex-escravos, seus descendentes e aqueles que praticavam tal “ostentação salvática”. As danças e requebros de influência africana certamente não faziam parte da “dança nacional”, pois não eram nem “elegantes” nem “civilizados”. A maior parte da população baiana de então, negra e mestiça estaria, sob o olhar de relator, à margem da “civilização”. Os operários já “domesticados”, no entanto poderiam dar “livre expansão” aos “sentimentos nobres” e ações “civilizadas” como portar-se de forma cordata, usar as roupas adequadas, ter uma linguagem apropriada, consumir produtos frutos do progresso industrial, ambicionar aproximar-se dos “homens ilustrados”. O estabelecimento de um lazer ordeiro e disciplinado atendia a uma função educativa tanto para as crianças quanto para os adultos, além do fato de inibir o contato com o ambiente externo da Vila e a participação dos seus moradores nas freqüentes festas populares que misturavam o lado religioso e o profano.

A divulgação da Escola da Vila e suas festas que contavam com a presença de personagens públicas divulgadas pela imprensa aliada ao conjunto de fotografias e cartões-postais conformam um conjunto de dados que contribuíram para a construção de uma imagem idealizada daquela Vila Operária, do seu idealizador e de seus moradores.

A disposição para a exibição pública da Vila e de seus moradores também pode ser observada no episódio que aconteceu nas comemorações da Independência da Bahia no ano de 1900. Para participar do cortejo, “O distinto industrial” Luiz Tarquínio desfilou à frente em um carro adornado e com ele figuraram alguns trabalhadores que foram selecionados para representar as figuras que se destacaram no episódio de 1823. Este carro foi seguido pelo “batalhão patriótico da Vila Operária”, com 280 trabalhadores.¹⁴⁴ Para Wlamira Albuquerque, que estudou as comemorações públicas do Dois de Julho, a presença do empresário no desfile daquele ano teria dado ao evento uma solenidade que traduzia as expectativas de uma parcela das elites baianas de então com relação a industrialização e os benefícios que ela traria à Bahia, face as dificuldades enfrentadas pela produção agrícola no período. Ainda segundo a autora,

¹⁴³Idem. A Fábrica de Luiz Tarquínio. *Jornal de Notícias*. 22.11.1898.

¹⁴⁴*Diário da Bahia*. 03.07.1900

este segmento buscava mudar a feição dos festejos excluindo ou diminuindo a participação do “zé-povinho”.¹⁴⁵ Assim, o industrial e seus operários encenavam a emergência de uma Bahia moderna desejada e perseguida por essas elites. A visibilidade da Vila não era somente aos que nela adentravam. O papel que ela representava também ganhava visibilidade em exposições públicas dessa natureza.

A Vila Operária ou “Cidade do Trabalho” pode ser vista como um local de manutenção e aprimoramento da força de trabalho, um espaço para a realização de um projeto idealizado, onde os trabalhadores eram, não raras vezes, vistos como um material bruto a ser lapidado. Certamente o problema da estabilidade e frequência dos trabalhadores era uma preocupação constante do período e a Vila tinha o propósito de resolvê-lo. Buscando manter o controle sobre as condutas dos moradores a administração criou um conjunto de regras que compunham o Regulamento da Vila. Os itens desse Regulamento, aliado a outras medidas adotadas, revelaram o modo paternalista e autoritário que os moradores procuraram organizar a vida daquelas pessoas, bem como as dificuldades que enfrentaram para adequá-las aos seus interesses. No capítulo seguinte estas medidas serão analisadas.

¹⁴⁵ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. *Algazarra nas ruas: Comemorações da independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

Capítulo III

O cotidiano da Vila: entre prêmios e punições

Busca-se, neste capítulo, perceber como a experiência da Vila foi vivenciada pelos moradores. Embora ela tenha nascido de um planejamento externo, procurou-se perceber a lógica interna de funcionamento e as relações estabelecidas em seu interior. É preciso considerar que seus moradores tiveram uma experiência sócio-cultural específica, com costumes próprios, anteriores e pautados por outras relações. Estas, certamente filtraram a adoção das normas e dos códigos de postura conformando novas vivências que marcaram o cotidiano da Vila. Um jogo de tensões, explícitas ou não, entre a visão de mundo encarnada pela Empresa e as dos trabalhadores marcou as relações sociais que interessa aqui analisar.

O Regulamento da Vila

As primeiras normas de condutas estabelecidas pela empresa para os moradores da Vila foram descritas nos artigos de José Simão da Costa e publicados no *Jornal de Notícias* no ano de 1898. Ao todo foram onze artigos que possibilitaram conhecer aspectos do cotidiano desses trabalhadores. Em seus relatos José Simão fez diversas homenagens à iniciativa de Luiz Tarquínio e ao que aquele empreendimento representava, na sua compreensão, para a Bahia e para o Brasil. Através deles foi possível conhecer as diversas formas utilizadas para o controle deste contingente de trabalhadores que vai além do ambiente produtivo. Estão presentes os registros da tentativa de intervir nos hábitos, nos valores e nas formas de socialização dos moradores. Estes artigos foram também publicados na *Revista Cidade do Bem*¹, tendo, portanto, o aval da empresa nas informações fornecidas.

José Simão procurou demonstrar aos leitores a credibilidade dos seus argumentos, a legitimidade de suas ponderações e para tanto afirmou conhecer “os grandes centros industriais do novo e do velho mundo”. Para tanto, cita fábricas da Alemanha, Inglaterra e dos Estados Unidos da América, numa clara intenção de demonstrar que tinha parâmetros comparativos, além é claro, de erudição e cosmopolitismo.

¹O papel que a *Revista Cidade do Bem* teve para os moradores da Vila será analisado mais adiante.

Procurou justificar a rigidez do regulamento, argumentando que era preciso considerar que naquela Vila Operária residiam “cerca de 1500 habitantes” e por isso era preciso ter uma “noção completa da necessidade” de adotar um “regulamento para garantia da ordem, da higiene moral e material e do respeito recíproco que entre tão avultado grupo heterogêneo deve[ria] prevalecer”.²

Costa tentou mostrar aos leitores do *Jornal de Notícias* que suas observações não se pautavam por nenhum compromisso assumido, afirmando que deveria mesmo “confessar que a primeira vez” que teria ido “à Vila Operária”, não se fizera “apresentar de propósito” para poder, “à vontade observar esta personalidade de quem tanto” ouvira “tantas e tão desencontradas versões”. Afirmou que, até aquele momento, “tinha arraigado no espírito que, na essência, Luiz Tarquínio” era um “reverendíssimo regulo”, que trazia “o operário e sua família sob o jugo do mais aviltante despotismo”. Segue dizendo que o que iria narrar daria a dimensão da “injustiça” da sua “prevenção, e da razão porque” concluía “que muita gente boa” falava “de Luiz Tarquínio e da Vila Operária só pelo que deve dizer não pelo que sabe ou visse”.³

O comentário feito sobre a arbitrariedade que alguns estariam atribuindo ao regulamento demonstra que ele foi, ao menos em parte, censurado. Essa fala buscava dissolver ou amenizar a imagem de um regulamento despótico. Após sua visita ele não disse ter mudado sua opinião sobre a rigidez do regulamento, ela foi justificada pelo resultado moralizador. É até possível que seus artigos fossem fruto de uma iniciativa pessoal, esta, contudo coadunou com os interesses da empresa em divulgar o Empreendimento e dissolver imagens negativas que circulassem entre os contemporâneos sobre aquela experiência, principalmente no que diz respeito à rigidez do tratamento dispensado aos operários. As desencontradas versões sobre Luiz Tarquínio e as normas de conduta que tanto se empenhou em implantar não tiveram o mesmo espaço de divulgação. Vigoraram os elogios ao Empreendimento e a condução moralizadora do viver operário no interior da Vila e fora dela.

O teor de sua matéria *O Regulamento da Vila* é de justificativa e valorização dos itens que compõem o código de condutas referido. Deixa entrever também sua visão do trabalhador brasileiro e baiano em particular. As expressões utilizadas ao mesmo tempo

²*Idem.* O Regulamento da Vila. *Jornal de Notícias*. 11.11.1898.

³*Idem.* A Fábrica de Luiz Tarquínio. *Jornal de Notícias*. 23.11.1898.

em que enaltecem o código adotado refletem as condições de imposição que os moradores, adultos e crianças estavam submetidos. Refere-se a uma conformidade, e contrariamente, a imposição. Embora cite igualdade e justiça, certamente esse era um valor relativo, porque ele está se referindo ao fato do regulamento adotado ser aceito por todos devido à sua “justa aplicação, tratando os moradores indistintamente, com absoluta igualdade”. Ou seja, aqueles que ali moravam desde sua implantação não tinham nenhum privilégio em relação aos recém-chegados. Para ele, o regulamento nem era “complicado, nem absurdo. Seria também forçar a nota do sentimentalismo taxá-lo de arbitrário”. Afirmou que o código de condutas tinha o propósito de “converter uma massa composta de elementos heterogêneos, oriunda de diversas raças, de cores várias e hábitos diversos, em um só grupo social homogêneo”, entre o qual reinava a “cordialidade, a urbanidade e o respeito mútuo”.⁴

O primeiro item do Regulamento estabelecia que só poderiam “ocupar as casas da Vila Operária” as famílias que tivessem “pelo menos duas pessoas” trabalhando na Fábrica.⁵ Essa exigência iria condicionar muitos dos comportamentos adotados pelos moradores conforme se verá mais adiante. Outra exigência era que as casas deveriam estar sempre limpas e arrumadas. Há registros nos jornais de grande circulação que diversas autoridades, brasileiras ou estrangeiras, em passagem pela cidade de Salvador, visitaram a Companhia, inclusive a Vila. Todos poderiam entrar nas casas e, para José Simão da Costa, seus moradores, ao invés de terem “horror a que olhos curiosos” penetrassem o “interior de sua vivenda”, abriam as portas “de par em par” e sentiam “inefável prazer em que um estranho” percorresse toda a casa, “convictos de que estes” só poderiam “fazer-lhes merecidos elogios em relação à ordem, ao gosto e ao asseio que em tudo” se notava.⁶

Difícil imaginar o “inefável prazer” desta população com estranhos a percorrer sua privacidade tendo que estar “sempre decentemente trajados mesmo dentro dos seus aposentos”, inclusive as crianças. Para Simão da Costa, todos sentiam os “efeitos benéficos, moralizadores e civilizadores” daquelas medidas.⁷ É provável que a demonstração de desânimo ou mesmo de indiferença para com as visitas constituísse uma afronta às ordens da Empresa e que tal conduta pudesse ser penalizada. Também é

⁴*Idem.* A Fábrica de Luiz Tarquínio. In: *Revista Cidade do Bem*. 1899.

⁵*Idem.* Regulamento da Vila. *Jornal de Notícias*. 11.11.1898.

⁶*Idem.* Regulamento da Vila. *Jornal de Notícias*. 11.11.1898.

⁷*Idem.* Regulamento da Vila. *Jornal de Notícias*. 11.11.1898.

possível que nos critérios estabelecidos para a boa conduta dos operários essa disposição para a exibição fosse ressaltada.

Para o informante bastariam estes itens “para afirmar a teoria de que o regulamento da Vila Operária é excelente” e mais, “digno de ser imitado por todas as comunidades”.⁸ A seu ver, o “código de leis sociais” trouxe os benefícios elencados abaixo:

- Impor deveres e obrigações que redundam todos em grande proveito do próprio indivíduo que os observa, quer sob o ponto de vista moral, higiênico, estético, social ou material;
- Converter uma massa composta de elementos heterogêneos, oriunda de diversas raças, de cores várias e hábitos diversos, em um só grupo social homogêneo, entre o qual reina a cordialidade, a urbanidade e o respeito mútuo;
- Ensinar todos a serem fanáticos pelo asseio, pela estética, pela higiene, pela ordem, pela moralidade e pela camaradagem.⁹

Os imperativos são, por si, um demonstrativo da imposição, mas vão além, uma vez que pretendiam formar um corpo único de trabalhadores, uníssono em suas ações, cordiais, “fanáticos pelo asseio, pela ordem”. Enfim, disciplinados de acordo com os moldes do mundo do trabalho que se buscava impor.¹⁰

José Simão da Costa afirmou que a vigilância ao cumprimento do regulamento era constante e realizada tanto durante o dia quanto à noite. Os vigias comunicavam-se por meio de apitos como um corpo de polícia, subordinado a um chefe. Para ele, a permanência da fiscalização justificava-se pela necessidade de vigiar os hábitos que eram diversos na Bahia. afirmou que na aplicação do Regulamento, estava o “segredo de transformar em massa uniformemente obediente e passiva uma classe refratária, por índole e por hábito, à ordem e ao asseio”.¹¹

Uma vez que, “para a observação fiel do regulamento”, havia “um corpo de polícia permanente, subordinados a um chefe” os moradores demonstraram não estar tão facilmente convencidos da “excelência” do Regulamento.¹² Os dados apontam que a vigilância era constante e realizada “alternadamente dia e noite. Era uma população com a privacidade freqüentemente invadida e o sono constantemente perturbado pelo som

⁸*Idem.* Regulamento da Vila. *Jornal de Notícias*. 11.11.1898.

⁹*Idem.* Regulamento da Vila. *Jornal de Notícias*. 11.11.1898.

¹⁰*Idem.* Regulamento da Vila. *Jornal de Notícias*. 11.11.1898.

¹¹*Idem.* O Regulamento da Vila. *Jornal de Notícias*. 11.11.1898.

¹²*Idem.* O Regulamento da Vila. *Jornal de Notícias*. 11.11.1898.

dos apitos. O uso dos apitos era uma prática usual em vilas operárias e também em espaços públicos como ruas e bairros. A particularidade no caso das vilas é que esta vigilância não se restringia à proteção dos moradores; dentre suas funções estava a imposição do horário de descanso aos trabalhadores. Para Simão da Costa, a partir das dez horas, ficava a “Vila submergida em absoluto repouso”, todas as noites.¹³ A Vila era murada e com grandes portões de ferro que eram fechados as vinte e uma horas, a partir desse horário, qualquer movimentação deveria ser justificada.¹⁴

As questões apontadas pelo *Jornal de Notícias* foram confirmadas por D. Clélia Lourdes Galvão Cerqueira, D. Kekinha, antiga moradora da Vila. Em sua entrevista, feita em 1995, quando ela tinha 64 anos, são claras as referências aos portões que eram fechados a partir das “21 horas” e “as luzes das casas” apagadas segundo normas do regulamento, controlado por um registro geral. Ela informa que, depois daquele horário, quem quisesse que “acendesse seus candeeiros”.¹⁵ Em diversas vilas operárias este foi um procedimento foi adotado. Naquelas que não contavam com energia elétrica controlada por um gerador, eram as sirenes que faziam este anúncio.¹⁶

A preocupação com a iluminação na Vila Operária da CEIN era constante e aparece em alguns relatórios. O Relatório datado de 1918, referente ao ano anterior, por exemplo, informou sobre a instalação de um conjunto “Diesel elétrico com 700 cavalos de força” que permitiu “movimentar a fiação”, substituindo os antigos motores e possibilitou o trabalho noturno. Foi utilizado ainda “para iluminar a Vila Operária”, que até então era iluminada por um motor instalado na própria Vila.¹⁷ Até concluírem toda a instalação alegam ter sofrido “sérios dissabores no acerto do motor e nas precisas experiências” e estes ocasionaram “muitas paradas da Fábrica” o que teria provocado “redução de lucros”. Mostraram-se, todavia, entusiasmados com o fato de poderem recompensar “largamente” naquele ano a redução anterior.¹⁸

¹³*Idem*. Regulamento da Vila. *Jornal de Notícias*. 11.11.1898.

¹⁴*Idem*. As festas operárias. *Jornal de Notícias*. 17.11.1898.

¹⁵NASCIMENTO, Andréa. Abandono condena Vila Operária à decadência. *Correio da Bahia*. 26.08.1995

¹⁶Consultar: TEIXEIRA, Palmira Petratti. A fábrica do sonho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: convento e disciplina*. 2ªed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002. LEITE, José Sergio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Brasília: Editor da Universidade de Brasília, 1988.

¹⁷CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1918. p. 7

¹⁸CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1918. p. 8

A presença da polícia interna é um forte indicador de que o respeito ao regulamento requeria vigilância. Certamente que, no cumprimento das normas impostas, os moradores poderiam ser muito mais cúmplices que delatores. No entanto, o risco de perder o emprego, e mesmo a moradia, funcionavam como fatores de interdição dos supostos desvios.

Nos relatos de José Simão também estão presentes a tentativa de diferenciar os moradores da Vila dos demais moradores da cidade. Segundo ele, ali não se ouvia o “assovio gaiato, desabafo da indolência” nem os ouvidos eram “assaltados” pelo “ruído infernal que tanto deleita o inconsciente elemento infantil, quando não é disciplinado ao gozo das delícias que proporcionam brinquedos mais amenos.”¹⁹ Ao que parece, homens andando sem camisas e assoviando pelas ruas, hábitos comuns entre os moradores da cidade, devia realmente incomodá-lo dada a ênfase nestes pontos. As crianças também eram diferentes das demais, ruidosas, livres das imposições que ocupavam as calçadas e ruas da cidade. Na Vila, ainda segundo Simão, transitavam trabalhadores ordeiros e seus filhos aprendizes também ordeiros. Ali não se ouvia uma “só voz alta” que pudesse perturbar o vizinho e as crianças, não colhiam sequer “uma folha muito menos uma flor”, daquelas que adornavam “especialmente a praça principal”.²⁰

Nos relatos de D. Kekinha, este dado também aparece. Segundo ela, na Vila “não era permitido arrancar uma flor do jardim. Se uma criança quebrasse alguma coisa, o pai era chamado. Os custos eram retirados de folha e a gente ainda levava uma surra”.²¹ D. Kekinha falou ainda que jogar bola na praça era proibido. As crianças podiam jogar bola de gude. No entanto a própria D. Kekinha informou que a meninada burlava a vigilância brincando nas áreas mais escondidas. Lembrou que brincavam também “de fábrica”. Ao mesmo tempo em que enfatizou a severidade dos administradores, revelou que alguns vigilantes, mesmo demonstrando rigor para com as crianças, estabeleciam alguma cumplicidade com elas a exemplo do que ela recorda que apelidaram de “Seu Chep-chep”. O apelido foi atribuído porque ele andava arrastando

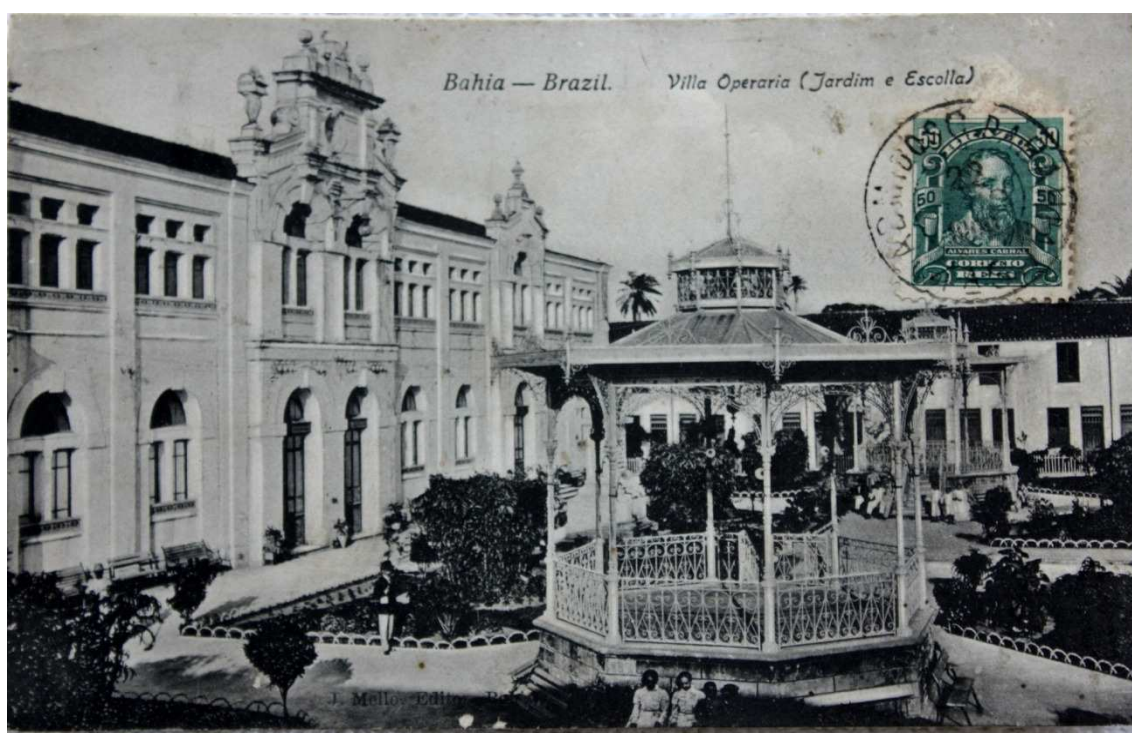
¹⁹COSTA, José Simão da. Regulamento da Vila. *Jornal de Notícias*. 11.11.1898.

²⁰*Idem*. Regulamento da Vila. *Jornal de Notícias*. 11.11.1898.

²¹NASCIMENTO, Andréa. Abandono condena Vila Operária à decadência. *Correio da Bahia*. 26.08.1995

as sandálias o que acabava por alertar as crianças da sua proximidade livrando-as das reprimendas pelas traquinagens cometidas.²²

Independente dos ajustes internos, a imagem da Vila enquanto um espaço vigiado, e por isso mesmo ordeiro, era reforçada também nos cartões-postais. Dois deles que também veicularam nos primeiros anos da Vila, revelam a presença de um guarda fardado a esquerda do coreto. Este cartão-postal difere em alguns aspectos dos anteriores. A imagem é mais aproximada e nela estão presentes algumas pessoas sentadas nos bancos ao redor dos dois coretos, além do guardinha já citado. A pose das personagens na fotografia é flagrante e, por isso mesmo reveladora das intenções e mensagens que se buscou veicular neste suporte. O prédio da Escola ocupa a metade do espaço da fotografia. Aqui também se vê os jardins bem cuidados que, segundo o engenheiro José Simão, atestava a “civildade” dos moradores.



O segundo cartão-postal é da mesma fotografia que foi manipulada pelo fotógrafo ou pelo editor para a sua reedição. A tarja branca inserida na imagem deu destaque aos dados sobre a Vila e sua localização. Esses dados aparecem na imagem anterior no lado superior e o que se buscou com esse recurso possivelmente foi dar maior relevo as informações.

²²*Idem*. Abandono condena Vila Operária à decadência. *Correio da Bahia*. 26.08.1995



Voltando ao depoimento de D. Kekinha, ela afirmou que, para algumas brincadeiras, as crianças sempre escalavam uma delas para ser vigia e avisar quando os vigilantes se aproximavam. Este episódio revela a inversão do papel de vigiados para o de vigilantes. Percebe-se assim que as crianças conseguiam burlar o controle se valendo dos mesmos métodos que ali também elas aprenderam.

Pode-se inferir que em muitos casos, assim como as crianças estabeleceram cumplicidades, os adultos também puderam fazê-lo. É possível que eles tenham sido aliados em diversas situações, tentando escapar das medidas punitivas. É possível também que a vigilância se acirrasse contra aqueles que, porventura, se configurassem em algum desafeto dos vigias ou chefes intermediários também moradores da Vila.

Os estímulos praticados pela Empresa para o fiel cumprimento das normas estabelecidas foram os mais variados e, em contrapartida, as infrações ou desvios nas condutas foram repreendidos através das multas ou punições. Muitos estudos mostraram ações de empresários no sentido de intervir no cotidiano dos trabalhadores e estas intervenções se fizeram presentes nos diversos espaços possíveis: no lazer, na educação dos filhos, na escola, nas ruas internas das vilas e na domesticidade dos moradores. Enfim, dentro e fora do ambiente produtivo. Isto pode representar mais do que a extração da força de trabalho e revelar também a tentativa de introjetar no universo do

operário um modelo de vida com valores matéris, morais e espirituais alheios a cultura de origem.²³

Para incentivar os trabalhadores, muitas e diversificadas foram às premiações utilizadas pela CEIN. Desde cortes de tecidos, cartões-postais a valores em espécie nas festas de final de ano. O valor relativo a estes prêmios eram registrados nos balanços anuais que a Empresa apresentava aos acionistas nos Relatórios com o item “Caixa de auxílio a operários”.²⁴

O Prêmio máximo prometido aos operários foi a doação de uma casa fora da Vila ao operário considerado “bom” por dez anos consecutivos. O prêmio intermediário, também importante, foi a liberação do pagamento do aluguel da casa na Vila aquele que tivesse “bom comportamento” por cinco anos consecutivos.²⁵ O bom comportamento significava não receber multa, advertência ou qualquer tipo de censura.

A doação de uma casa era medida dispendiosa e requeria a aprovação dos acionistas da Empresa e para tanto os diretores Luiz Tarquínio e Leopoldo José da Silva buscaram justificá-las enquanto meios importantes para se atingir os propósitos da empresa. Para eles, os “socorros, auxílio e prêmios aos bons operários” eram importantes porque:

Nas grandes indústrias, como aquela a que nos dedicamos, em um meio pouco industrial como o nosso, o braço que trabalhava vale pelo menos tanto quanto a cabeça que o dirige, ou o capital que o vivifica. Os abaixo-assinados sempre estiveram disto convencidos e tem feito tudo quanto lhes tem sido possível em prol do bem estar dos seus operários.²⁶

Percebe-se aqui que estes empresários atribuíram ao complexo industrial a função de escola integrada para o investimento na alteração do comportamento dos trabalhadores. A casa fora da Vila representava, para além de um prêmio, o certificado de que o trabalhador estaria instrumentalizado ou habilitado para a vida social e que eles já poderiam viver sem a intervenção da empresa. Após o período de formação ele

²³Maria Auxiliadora estudou o cotidiano dos operários em São Paulo e as ações empreendidas pelos empresários para interferir no comportamento dos mesmos. DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas – cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁴APEBA. CEIN. Relatório. 1907.

²⁵PINHO, Péricles Madureira de. *Luiz Tarquínio, pioneiro da justiça social no Brasil*. Bahia: Imprensa Vitória, 1944, p. 91.

²⁶TARQUÍNIO, Luiz e SILVA, Leopoldo José. Cartas aos acionistas da CEIN. Diário de Notícias. 11.09.1903. Esta carta foi escrita em 24 de março de 1902 e pedia a autorização aos associados para doação das casas fora da Vila.

poderia ser “livre”, afinal seu comportamento já estaria condicionado às normas da empresa.

Ao que as fontes indicam, os primeiros diretores chegaram a encontrar pelo menos cinco bons trabalhadores, pois entregaram cinco casas. O acontecimento, como muitos outros vivenciados pela Empresa no tocante aos operários, foi marcado com festa e noticiado na imprensa, com muitos detalhes, conforme se verifica na reportagem do *Jornal de Notícias*:

A Empório Industrial do Norte, que conta a sua existência com atos de grandeza para a Bahia e de benemerência para os seus operários, realizou ontem, a sua grande deliberação de doar aos operários que durante dez anos mais se distinguiram pelo amor ao trabalho e irrepreensível procedimento, casas em que possam viver tranqüilamente.²⁷

Os operários que “nunca sofreram multas nem censuras” por dez anos e em consequência receberam as referidas casas foram Francisco de Assis Pereira, Salomão Vicente Lopes, Maria Magnalena Lima, Maria de Souza Oliveira e Tarsila Meireles. Os dois primeiros iniciaram como serventes de pedreiro e, no dia da entrega do prêmio, ocupavam respectivamente os cargos de porteiro e lubrificador de máquinas. Cargos que representavam uma confiança nos empregados. O redator registra que “três mocinhas”, também foram premiadas. Informa, ainda, que as mocinhas iniciaram suas aprendizagens “como tecelã no ano de 1892”, ano da inauguração da Vila e, até aquela data, só tinham “merecido elogios”.²⁸

Infere-se com este registro que essas mulheres começaram muito cedo suas atividades na Fábrica porque, após dez anos de trabalho ainda foram tratadas pelo articulista do *Jornal de Notícias* como “mocinhas”. Provavelmente não passaram a ocupar cargos diferentes uma vez que o jornal não informa as funções que elas desempenhavam por ocasião da premiação, dado registrado no tocante aos homens. Estudos que falam da participação feminina na indústria revelam os limites da ascensão funcional das mulheres uma vez que elas raramente ocupavam cargos ou funções mais graduadas.²⁹

²⁷Empório Industrial do Norte. *Jornal de Notícias*. 14.09.1903. O jornal *Diário de Notícias* do dia 11.09.1903 também noticiou o evento além de publicar a carta dos diretores aos acionistas pedindo a autorização para fazer a doação.

²⁸Empório Industrial do Norte. *Jornal de Notícias*. 14.09.1903.

²⁹Ao analisar a atuação das mulheres na sacaria de Juta, Maria Izilda Matos afirma que elas desempenhavam as chamadas “funções femininas” que exigiam menor esforço físico e em contrapartida,

Estiveram presentes ao ato da doação Luiz Tarquínio e sua família, o médico Adriano Gordilho, “operários da fábrica e algumas famílias” sem contudo identificá-las e, é claro, representantes da Imprensa. O ato aconteceu na praça central da Vila Operária e no mesmo dia ocorreu o batizado do filho do médico tendo como padrinhos Luiz Tarquínio e sua esposa numa mescla de ações familiares e empresariais.³⁰

Ainda de acordo com o *Jornal de Notícias*, as casas contavam com água e luz elétrica que seriam pagas pela Companhia e valiam cada uma 6:500\$000 (seis contos e quinhentos mil réis). Aos demais operários da Empório estaria aberto o exemplo e o articulista os incitou a imitar aquela conquista “honrando assim a classe e correspondendo ao ideal do espírito empreendedor que tão largamente lhes abriu o caminho de bem estar pelo trabalho e pela honra”.³¹

Contrariando a informação do valor divulgado no documento, as escrituras de doação registram que as casas valiam 1:800\$000 (um conto e oitocentos mil réis). Elas ainda indicam que, as casas foram construídas geminadas com iguais dimensões à rua da Bôa Viagem, portanto próximo a Vila. A empresa fez a doação inter-vivos e pagou pelo imposto de transferência de propriedade. O traslado previa que, os donatários gozariam da “casa e não poderiam aliená-la e nem gravá-la com qualquer ônus convencional, legal ou judicial”.³² Verificada a sua morte e não deixando herdeiros na ordem ou linha descendentes ou ascendentes a casa doada reverteria para o patrimônio da outorgante doadora.³³

A julgar pelos registros dos antigos operários essas foram as únicas casas entregues aos operários premiados. Segundo o depoimento de uma antiga operária, a sexta casa, prometida ainda em vida pelos primeiros empresários, não chegou a ser

maior habilidade, agilidade, paciência e ritmo, que eram consideradas aptidões femininas. Consultar a respeito: MATOS, Maria Izilda. *Trama e poder*. Trajetória e polêmica em torno das indústrias das sacarias para o café. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

³⁰Empório Industrial do Norte. *Jornal de Notícias*. 14.09.1903

³¹Empório Industrial do Norte. *Jornal de Notícias*. 14.09.1903

³²APEBA. Traslado. 16.04.1903

³³APEBA. Traslado. 16.04.1903. No ano de 1921, Tarsila Meireles faleceu sem deixar herdeiros. A Empresa solicitou a retomada de posse da casa e a isenção dos impostos de transferência de propriedade. Este processo acabou por revelar a idade de Tarsila que na ocasião da premiação tinha dezoito anos tendo começado a trabalhar na Fábrica com oito de idade.

entregue “à fiandeira da família Mendes” que, segundo o depoente, teria dedicado “décadas de vida à Empório”.³⁴

No Relatório de 1907, os administradores registram o gasto geral durante o ano com a conta “auxílio a operários” e informam que fizeram “a doação de uma casa mandada construir para esse fim, a uma família de operários”, sem contudo registrar a qual operário.³⁵ Ao que parece a doação desta não mereceu o alardeamento dado a doação das anteriores, pois não foram encontrados esses registros nos jornais da cidade. Não há como saber mais sobre o silenciamento desta premiação, se é que de fato ela aconteceu. Será que as razões que motivaram a doação desta casa não corresponderam aos mesmos critérios das anteriores?

Em contrapartida aos prêmios, as penalidades e multas também fizeram parte do cotidiano desses trabalhadores. Essas, contudo, não tiveram a mesma divulgação das premiações, mas, foi possível encontrá-las nas entrelinhas dos elogios e apologias ao Empreendimento e seus idealizadores.

O Relatório de 1896 apresenta o “Demonstrativo de Ganhos e Perdas” de cada semestre do ano anterior, aos acionistas e nele foi possível constatar, por exemplo, que no 2º semestre de 1895 o valor referente às “Multas de Operários” foi de 968\$219 equivalendo aproximadamente 10% do total dos aluguéis pagos pelos moradores da “Cidade Operária” que montava 9.874\$829.³⁶

No Relatório referente ao ano de 1908, e publicado em 1909, os administradores informaram que, até aquele momento, as despesas feitas na Vila haviam sido “levadas à conta” de “Gastos diversos” e que os “aluguéis à conta” de “ganhos e perdas”. A partir daquele ano, no entanto, resolveram abrir uma conta específica “Vila Operária” para que assim pudessem conhecer efetivamente o lucro ou prejuízo que a Vila representava durante o ano. Registraram que, naquele ano, 1908, a Vila apresentou um déficit de 16.429\$340 e isso considerando ainda o fato deles terem feito “economias”, com a supressão de alguns cargos administrativos.³⁷ Após essa mudança na forma de lançar os

³⁴Notável empreendedor In: *Memórias da Bahia II*. Correio da Bahia/Universidade Católica do Salvador. 2004.

³⁵CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1907. p.7

³⁶CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1896.

³⁷CEIN. *Relatório*. *Diário de Notícias*. 26.03.1909

dados referentes a Vila, não foi mai possível saber o valor específico das multas. Sabe-se, contudo, que elas continuaram

Algumas multas estavam ligadas diretamente ao processo de produção. Os operários recebiam os fios de algodão e confeccionavam os tecidos. Quando os tecidos apresentavam defeitos no fabrico como desníveis, pequenos nós, os operários eram multados e estas eram debitadas no pagamento da jornada semanal juntamente com o valor referente ao aluguel.

O comportamento considerado inadequado também era multado. Não foi possível conhecer todos os critérios que identificavam o “bom comportamento” dos operários. Sabe-se, no entanto que o bom operário não poderia nem mesmo ser chamado a atenção pela administração da empresa e esta poderia adverti-lo e repreendê-lo por diversas razões. No já citado documentário produzido pelo Instituto Radiofônico da Bahia – IRDEB, ao destacar a limpeza da Vila, um dos depoentes afirma que, quando criança jogou um papel no chão e este fato fez sua “senhora mãe” ser “chamada ao escritório” e repreendida.³⁸

O Sr. José Torres Cerqueira, ex-boy e escriturário da Fábrica, onde também trabalharam seu pai, a mãe e a tia, forneceu uma entrevista ao *Correio da Bahia* no ano de 1995, ocasião em que tinha 63 anos e era um advogado aposentado. Ele afirmou lembrar-se do “olhar severo do administrador da Vila, contratado pela Fábrica para inspecionar a vida dos moradores, saber se tinham comportamento ilibado e garantir que não estragassem nada”. Falou que os casais de namorados eram proibidos de ficar nos “bem cuidados jardins da praça”, e “pegar na mão? Ave Maria, nem pensar”.³⁹

As penalidades previstas aos operários infratores nos estatutos da Fábrica e da Vila e a insistência no trato de determinados temas nos jornais distribuídos aos mesmos permitem inferir sobre as dificuldades que os dirigentes encontraram para adequar as ações dos trabalhadores aos interesses da produção. Ainda assim, a Vila possibilitou uma interferência racional no cotidiano dos mesmos, intervindo nos valores que visavam a um padrão ideal de comportamento.

³⁸A Vila Operária de Luiz Tarquínio. *Documentário IRDEB*: Instituto Radiofônico da Bahia em vídeo. s.d.

³⁹NASCIMENTO, Andréa. Abandono condena Vila Operária à decadência. *Correio da Bahia*. 26.08.1995

Outro registro que revela a rigidez no cumprimento das normas estabelecidas foi narrado pelo memorialista Jacob Penteado. Segundo ele, após a concretização da “parte material”, os empresários da CEIN teriam se lançado “à parte moral, humana, cristã”.⁴⁰ Para ele, os “costumes eram objeto de zelo” e que a administração não permitia a presença de “mulheres de vida duvidosa (mulher dama), bêbados, nem namoros nos portões que eram fechados as vinte e uma horas”. Segundo ele, “qualquer infração ao regulamento” era rigorosamente punida.⁴¹

Reforçando seus argumentos, ele relata que “certa vez” alguns moradores realizaram um “convescote (cozinhado) na praia de São João” e que “algumas jovens, sem autorização paterna, e viúvas alegres” teriam participado da “festa” cometendo “alguns excessos, sob os efeitos do álcool”. Possivelmente o fato não teria sido descoberto se, “meses depois, uma das mulheres, viúva”, não apresentasse os sinais visíveis de sua próxima maternidade” e o episódio ganhou relevo. Segundo o Sr Jacob Penteado, a empresa instaurou um “rigoroso inquérito, que resultou na expulsão de todos os implicados”.⁴² Impossível não imaginar o nível de constrangimento a que ficaram submetidos os “implicados” no citado “rigoroso inquérito”.

Não foi encontrado nenhum outro registro sobre esse relato e pelo que se depreende da documentação trabalhada, episódios desta natureza foram freqüentemente apurados e depois abafados pela administração da CEIN. Uma vez que os administradores buscavam mostrar a imagem da empresa, da vila e seus moradores como modelos de condutas, os episódios que depusessem contra esta imagem foram abafados. Alguns, no entanto, deixaram vestígios ainda que vagos, a exemplo da pequena nota sobre uma “briga” envolvendo operários da “Boa Viagem” por causa de uma mulher.⁴³ Outro registro, também pequeno, e posterior diz respeito a um “furto da Vila Operária”. Segundo o Jornal *O Tempo*, o “promotor público, Dr. Afonso de Amorim”, teria denunciado no dia anterior, “Lúcio Barbosa, Manoel Martins dos Santos e Antônio José de Oliveira, como incursos no art. 330, 4º do código penal, por estarem envolvidos num grande furto de fazendas praticado na Vila Operária, à Boa Viagem”.⁴⁴

⁴⁰*Idem*. Abandono condena Vila Operária à decadência. *Correio da Bahia*. 26.08.1995. P. 160.

⁴¹PENTEADO, Jacob. Belenzinho 1910. (Retratos de uma época). São Paulo – Martins, 1962. p. 92

⁴²*Idem*. *Ibidem*. p.159

⁴³*Jornal de Notícias*. 07.02.1897

⁴⁴APEBA. *O Tempo*. 12.08.1918.

Esses processos, se é que se constituíram em processos, não foram localizados. É possível que tenha sido resolvido internamente e sem alarde.

Não questionar formalmente o regulamento e submeter-se às normas disciplinares também pode ser um recurso dos trabalhadores para terem acesso aos prêmios e merecimentos destinados àqueles considerados “bons trabalhadores” e mesmo a continuação da moradia, pois trabalhar e ter onde morar era, no caso das vilas operárias, uma condição indissociável. O medo gerado pela insegurança de perder o emprego juntamente com a moradia, deixava-os constantemente em estado de alerta e possivelmente acirrava a vigilância interna (leia-se tensão) entre os membros das famílias.

O tema do medo, enquanto objeto de estudo revela uma dimensão histórica muitas vezes difícil de ser pesquisada uma vez que trata de indicadores subjetivos que remetem a sentimentos e geralmente não aparecem claros na documentação. Ainda assim, alguns autores se debruçaram tentando estudá-lo em diferentes períodos históricos. O livro de Georges Lefebvre⁴⁵, publicada originalmente em 1932, *O grande medo de 1789*, demonstra um aprofundamento nas reflexões sobre esse tema durante a Revolução Francesa. *O pecado e o medo*, de Jean Delumeau⁴⁶, também aprofunda a temática. Embora esses clássicos da historiografia francesa tratem de um período histórico e objetos diferentes, forneceram pistas de observação para o tratamento dado ao material trabalhado neste estudo.

Na historiografia brasileira, Marieta de Moraes Ferreira, investigando um período distinto deste objeto de estudo, aponta o medo como uma experiência histórica de significativa relevância. No livro *João Goulart: entre memória e a história* ela observa ser importante “compreender o papel do medo como aglutinador de tensões e detonador de ações políticas que podem parecer à primeira vista inexplicáveis ou exageradas”.⁴⁷

⁴⁵LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

⁴⁶DELUMEAU, Jean. *O medo no Ocidente. 1300-1800, uma cidade citiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁴⁷FERREIRA, Marieta de Moraes. Introdução. In: _____ (org.) *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p 25

Em diversos registros deixados pelos antigos moradores o medo de perder o emprego e a moradia foi detectado. Além do comportamento, a exigência no que se refere a uma maior composição de trabalhadores por famílias também se fizeram presentes. Era preciso reduzir o custo do operário por residência e a Empresa, exigia que, para morar na Vila, a família tinha que ter pelo menos dois membros trabalhando na fábrica. Esta exigência amarrava, em grande parte, a sobrevivência da família moradora a empresa uma vez que parcela significativa dos seus rendimentos advinha de uma única fonte pagadora. Além disso, a vigilância seria exercida pelos próprios membros da família uma vez que o comportamento de qualquer um deles poderia colocar em risco o emprego e a moradia de todos.

Ao que parece, quando filhos de operários, moradores da Vila, optavam por trabalhar em outras fábricas geravam constrangimentos aos seus pais. Para o Sr. José Torres Cerqueira os filhos tinham que “repor a mão-de-obra que ia se aposentando” e aqueles que trabalhavam em outras localidades eram “mal vistos”. Afirmou que, com o passar dos anos, a família de aposentados que não tinha ninguém trabalhando para a empresa, era obrigada a “abrigar um operário em suas casas, onde já passava a pagar um aluguel simbólico”.⁴⁸ No depoimento de outra antiga moradora, esta informa que, para assegurar a continuidade da moradia na Vila algumas famílias traziam parentes do interior para trabalharem na fábrica e morar com eles na casa.⁴⁹ Uma vez que a empresa poderia colocar um estranho para morar com eles na casa, era melhor trazer algum parente.

Após a morte dos pioneiros da CEIN, as exigências internas vivenciadas nos primeiros anos assumiram novas feições. Isso não significa dizer que houve um abrandamento da vigilância ou uma diminuição no rigor ao cumprimento, mas sim que outras exigências se fizeram presentes ao longo do tempo, agora mais sintonizadas com a dinâmica geral vivenciada pelos demais trabalhadores baianos e brasileiros. Vigorava enquanto norma geral o mesmo regulamento, porém, na prática algumas alterações aconteceram de maneira gradativa até a década de 1930. A partir de então as mudanças se fizeram mais acentuadas.⁵⁰

⁴⁸NASCIMENTO, Andréa. Abandono condena Vila Operária à decadência. *Correio da Bahia*. 26.08.1995

⁴⁹*Idem*. Abandono condena Vila Operária à decadência. *Correio da Bahia*. 26.08.1995

⁵⁰Estas mudanças mais acentuadas serão tratadas no 4º capítulo. Cabe lembrara que Luiz Tarquínio e Leopoldo José da Silva estiveram a frente da empresa até 1903

Sem dúvida que na Vila havia uma melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, oriundas do fornecimento de diversos serviços como água, luz, limpeza geral nas ruas entre outros. Embora não tendo as dificuldades que a maioria dos operários da cidade enfrentava, os moradores da “cidade do trabalho” tiveram outros apuros que tornavam suas vidas também difíceis.

Os administradores demonstraram particular preocupação com uma possível indisciplina ou insubordinação dos operários. Usaram diversos recursos para controlar e mesmo restringir os movimentos dos trabalhadores e seus filhos. Esses trabalhavam na Fábrica, freqüentavam a escola e as festas nos domingos. Alguns faziam parte da Banda de Música e ainda liam o jornal ou a revista de circulação dominical. Como os portões eram fechados às 21 horas e a polícia interna fazia ronda, eles possivelmente não ficavam acordados muito tempo. O convívio familiar dessa maneira estaria, ao menos em parte comprometido, uma vez que os meios empregados pela CEIN para conter os moradores no interior da Vila restringia o envolvimento com os amigos e familiares que moravam fora dela. As tentativas de impor uma vida dissociada da cidade como um todo, mascaravam a realidade que os operários conheciam, afinal, os parentes e amigos que não residiam na Vila e nem trabalhavam na fábrica faziam parte de suas vidas.

O operariado misturado na cidade provavelmente não se distinguia dos demais grupos da população pobre. Os regulamentos da CEIN pretendiam criar esta separação e conseqüente distinção. A autonomia que o trabalhador tinha de se mesclar no ambiente urbano, poderia ficar, pelo menos em parte, comprometida, uma vez que a Vila promovia uma segregação espacial desses indivíduos e conseqüentemente uma identificação mais facilitada das suas ações.

O estabelecimento de normas de convivência através do regulamento e a aplicação de punições aos infratores bem como as premiações aos que se comportavam de acordo com as regras estabelecidas se inserem nos propósitos educativos da Empresa de formar o novo homem para habitar na Vila. Certamente os interesses econômicos estavam em primeiro plano, contudo percebe-se que tese da melhoria material da vida dos operários aparece constantemente associada à idéia de regeneração dos costumes. Percebe-se nesta política de educação dos moradores segundo normas e valores de um mundo cosmopolita e industrial a infantilização daquelas pessoas como se elas ainda precisassem ser educadas para a socialização.

Para Durkheim, a educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social e tem por propósito suscitar e desenvolver na criança os estados físicos, intelectuais e morais que lhe notabilizem para exercer a sociedade política tanto em escala maior, quanto no meio em que ela está particularmente inserida.⁵¹ Por sua vez as leis cumprem o papel de criar a coesão social não pela coerção física mas pela educação e o ensino deve ser moralizador formando os novos cidadãos para a sociedade.⁵²

Construção do trabalhador e morador da “Cidade do Bem”

Os operários eram estimulados a freqüentar a escola através de uma constante valorização da educação formal. Além desse recurso, os empresários se valeram de outras formas para desenvolver a aprendizagem dos operários e seus filhos criando um jornal de circulação dominical intitulado *O Operário*, no qual o próprio Luiz Tarquínio, “redigia os editoriais, de instrução e conselhos”.⁵³ Este jornal circulou antes de 1899, ocasião em que foi substituído pela *Revista Cidade do Bem*. Posteriormente, alguns dos editoriais do jornal *O Operário* foram reunidos, pelo empresário, em um livro intitulado *Preceitos Moraes e Cívicos*.⁵⁴

Nas primeiras décadas do século XX os jornais foram o principal veículo de publicação e circulação que os intelectuais brasileiros se valeram para divulgar suas idéias.⁵⁵ A maior circulação dos jornais em função do seu preço aliada a dificuldade de publicação em virtude, sobretudo, da raridade das editoras legou aos jornais este papel. Neles foram publicados as idéias e embates por vezes polêmicos que davam prestígio aos que escreviam. Certamente Luiz Tarquínio não teve dificuldades para publicar livros, mas, assim como outros pensadores do seu tempo, valeu-se largamente dos jornais como arena privilegiada para divulgar seu pensamento.⁵⁶

⁵¹DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2009.

⁵²DURKHEIM, Émile. *A ciência social e a ação*. São Paulo: Difel, 1975.

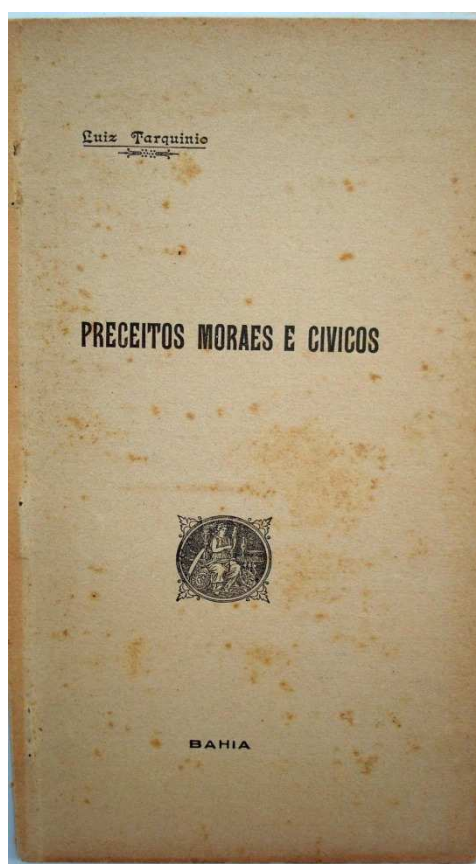
⁵³PINHO, Péricles Madureira de. *op. cit.*

⁵⁴TARQUÍNIO, Luiz. *Preceitos Moraes e Cívicos*. Bahia: Estabelecimento Litho-Typographia L. H. Lingouri, 1901.

⁵⁵Marialva Barbosa expõe um mapeamento das principais contribuições sobre a história da imprensa no Brasil e o papel dos jornais como espaço privilegiado da produção intelectual no país. Ver: BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público (os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1996 (tese de doutorado).

⁵⁶A participação de Luiz Tarquínio na grande imprensa foi marcada pela livre colaboração não sendo remunerado. Pelo contrário, é até possível que em alguma delas ele tenha mesmo pago pela sua publicação.

É claro que o jornal *O Operário*, de circulação interna da Vila diferia, ao menos em parte, dos propósitos de um jornal de grande circulação. Ainda assim, foi importante para construção da imagem de Luiz Tarquínio como principal condutor das medidas adotadas na Vila e, conseqüentemente, dos resultados alcançados, aumentando seu prestígio e vinculando cada vez mais seu nome a todo o Empreendimento. Não foi encontrado nenhum exemplar avulso desse Jornal e por isso, os conselhos que serão analisados doravante foram aqueles que compuseram a seleção feita pelo próprio Luiz Tarquínio para publicação do livro no ano de 1903,⁵⁷ cabe enfatizar, contudo que o conteúdo circulou antes de 1899.



Para compor o livro *Preceitos Moraes e Cívicos*, Luiz Tarquínio escolheu 18 artigos que trataram sobre temas diversos, mas que de alguma maneira estavam interligados uma vez que buscava intervir no cotidiano daquelas pessoas com o propósito de nelas despertar maior envolvimento com o trabalho e sua valorização. Tentando compreender o sentido do conjunto dos artigos, buscou-se organizá-los em

⁵⁷TARQUÍNIO, Luiz. *op. cit.* p. 03

quatro grupos assim distribuídos: trabalho, cinco artigos; comportamento, sete artigos; religiosidade e sentimento, três artigos cada.

Esta foi somente uma maneira de compreender melhor o conjunto das informações inseridas nos textos e embora alguns tenham outros títulos o teor sintoniza com o título atribuído. Por exemplo, o grupo Trabalho, com cinco artigos contou com os seguintes títulos: *Futuro, Felicidade, Despeito, Orgulho* e é claro, *Trabalho*. O grupo Comportamento, com sete artigos, portanto em maior número, englobou os conselhos sobre situações do dia-a-dia dos moradores da Vila, a exemplo de *Tagarelice e Vadiagem; Embriagues; Mexericos, Maledicência; Conversação; Anonimato e Loterias*. O grupo Religiosidade, com três artigos obteve os seguintes títulos: *Luto, Devoção e Devotismo*. O grupo Sentimento, também com três artigos, tratava de temas mais amplos que buscava despertar valores como *Patriotismo, O indivíduo e o Estado, Consciência e opinião*. Todos eles, contudo, estavam sintonizados com a idéia de formar um operariado produtivo e um ser humano melhor, aos olhos evidentemente, de quem escrevia os conselhos. A insistência em alguns temas demonstra a dificuldade de adequação do comportamento daquelas pessoas aos interesses da Companhia. Provavelmente a diversidade que existia entre os moradores se refletia na diversidade de comportamentos e maneiras de ver o mundo.

No prefácio do Livro, Luiz Tarquínio anunciou ter “em mira ser útil a meus companheiros de trabalho na Fábrica Bôa-Viagem. A eles o dedico, fazendo votos para que ele possa de algum modo concorrer para o seu bem”.⁵⁸

Luiz Tarquínio demonstrou se preocupar com o fato de que sua obra fosse além do círculo biológico de sua vida investindo na publicação de suas idéias. Certamente o que ele selecionou fez parte do conjunto de dados que quis legar ao futuro. A insistência em alguns temas acabou por revelar algumas características dos trabalhadores.

Certamente esta publicação teve o objetivo de dar maior visibilidade aos conselhos publicados anteriormente. O Livro teria uma vida mais longa que os Jornais e ainda uma maior circulação uma vez que também foi distribuído além dos muros da Vila Operária.

⁵⁸ *Idem. Ibidem.*

No primeiro e maior dos artigos, intitulado O Trabalho, Luiz Tarquínio enfatiza que “é fato notório que sendo o trabalho um dos elementos infalíveis de riqueza e felicidade, bens por todos desejados, haja tanta gente que não lhe dedique verdadeiro amor”.⁵⁹ Para ele, as causas para a falta de amor ao trabalho eram: a ignorância, a presunção, a falta de energia moral e força de vontade. Para resolver esta questão, advogou a educação do povo para que ele pudesse “sentir o desejo de engrandecer-se material e moralmente”, a fim de que pudesse “compreender a necessidade de ser providente e de garantir o futuro por meio da formação do pecúlio”.⁶⁰

Luiz Tarquínio afirmou que os desejos e necessidades do ignorante, eram todos materiais e, assim, “cessam desde que são saciadas”. Por isso aconteciam “a inconstância no trabalho, a imprevidência” e a conseqüência seria “a miséria nas fases calamitosas”. Isso porque, “a soma de esforços empregados” pelo ignorante seria “apenas equivalente as necessidades corporais do momento”, e ele via somente “o presente, por faltar-lhe a luz do espírito para poder enxergar o futuro”.⁶¹ Aqui está presente, mais uma vez, a tentativa de estimular o trabalhador à submissão do ritmo da produção industrial e ainda a sedução ao consumo dos produtos advindos deste avanço material.

Para Luiz Tarquínio, as “necessidades do espírito” eram os “únicos fatores do progresso de um povo”, isso porque estes desejos seriam “insaciáveis como o próprio progresso”. Este registro mais uma vez demonstra a atmosfera do período. Ali estava a crença de que a humanidade estaria avançando na perspectiva do seu gradual aperfeiçoamento conduzida por uma força que a levaria inevitavelmente a melhoria material e moral.

Assim, era preciso despertar o interesse dos operários “pelo bem estar físico e moral de sua família”, que segundo ele, esta responsabilidade o “ignorante” desconhecia. Afirmou ainda que a conseqüência necessária e segura da instrução seria o “desenvolvimento do amor ao trabalho, único recurso” que garantiria o “gozo de todas as felicidades”.⁶²

⁵⁹TARQUÍNIO, Luiz. *op. cit.* p. 05.

⁶⁰*Idem. Ibidem.* p. 07.

⁶¹*Idem. Ibidem.* p. 06.

⁶²*Idem. Ibidem.* p. 07.

Luiz Tarquínio procurou demonstrar aos moradores da Vila que feliz não era o indivíduo que habitava “em luxuoso palácio”, que ostentava “ricas carruagens”, que vivia “em meios de grandezas, tendo herdado uma fortuna”. Esse sujeito não poderia ser feliz, pois não teria havido “mérito em herdar ganhos de outrem, em gastar o que outro amontoou”. Feliz seria então aquele que pudesse dizer, de frente erguida: “devo somente a mim aquilo que hoje sou. Ganhei o que possuo, não herdei de ninguém: é fruto de um trabalhar sem tréguas, o produto de meus únicos esforços”. Feliz ainda não seria aquele que ascendesse às altas, “invejadas posições, pelo favoritismo, conquistando-as pela bajulação”, pois esse encontraria “a cada passo”, os vestígios de que “as honras lhe custaram à liberdade, e talvez a probabilidade de tornar-se ingrato”. Portanto, feliz era o homem que,

[...] por sua inteligência, por sua honestidade, por seu amor ao estudo e ao trabalho, torna-se o alvo da aspiração de todos, e longe de a ela submeter-se, esquivar-se, longe de alhear, conserva intacta a liberdade, longe de poder ser tido como ingrato, conquista gratidões. Repetimos pois: a felicidade está em se prestar culto à independência, e para consegui-la, abominem-se os favores, tenha-se horror a gozos que hipotéquem o caráter, só se peça justiça, ou garantia ao direito que tem todo cidadão de trabalhar.⁶³

Observa-se, nesta passagem, a associação entre trabalho e liberdade, numa oposição à estabelecida durante séculos no país. Trabalho e liberdade neste “conselho” aparecem como complementos indissociáveis e motivos de felicidade. A felicidade e a liberdade advindas do trabalho e era preciso que os aconselhados compreendessem aquele novo momento. Assim, o trabalho passaria a ter sentido moral e enobrecedor, possibilitando ainda uma melhoria material de vida. É um discurso redefinidor da noção de trabalho. Na sua fala, a riqueza e a propriedade eram valorizadas como frutos do trabalho e a riqueza herdada aparecia menos honrada. Para ele:

Da mesma sorte que amamos mais nossos filhos que os filhos alheios; que gostamos mais da planta que cresceu sob nossas vistas e custou-nos maiores desvelos do que daquela que deparou-se-nos na rua, assim aquele que trabalha aprecia melhor o que ganhou, do que o indivíduo que despense o que outrem adquiriu. No primeiro caso o dinheiro representa o suor derramado, alguma coisa de nosso ser; por isso tudo quanto com ele se adquire tem mais valor, traz mais enlevos ao coração, enlevos que não sentem aqueles que não ganharam a fortuna que possuem.⁶⁴

⁶³TARQUÍNIO, Luiz. *op. cit.* p. 27 e 28.

⁶⁴*Idem. Ibidem.* p. 12.

Na sua fala está presente a valorização da riqueza e da propriedade como frutos do trabalho. A riqueza herdada aparecia menos honrada, até mesmo como um demérito. Para ele, o indivíduo apreciava muito mais o que ganhava como fruto do seu trabalho do que aquele que recebia heranças. A valorização na crença da prosperidade via meios individuais era acompanhada da valorização ao respeito à hierarquia social, afinal, era preciso assegurar a estabilidade e para tanto, os homens deveriam aceitar as diferenças pois elas estavam legitimadas pelos méritos de cada um. Luiz Tarquínio afirmou que,

[...] julgam as pessoas desavisadas que é uma desonra submeterem-se os homens uns aos outros – como se houvesse quem, por altamente colocado, não fosse sujeito a alguém ou alguma cousa; como se a obediência não fosse uma lei natural necessária ao equilíbrio harmônico da sociedade; como se houvesse quem nunca tivesse prestado obediência ou não deseje ser obedecido.⁶⁵

Outro “conselho” ligado ao tema trabalho procurava incentivar e valorizar o orgulho “legítimo” de ser trabalhador, assalariado, fiel cumpridor de seu dever. Os operários deveriam primar pelo trabalho, esmerar-se na produção e orgulhar-se dos resultados obtidos. Deveriam ainda procurar melhorar a sorte, sem, contudo transcender os limites da própria condição de empregado. “O orgulho” seria sempre legitimado quando não transpusesse “o limite da nossa consciência: quando nela encerrado estimula-nos sentimentos dignos, e impele-nos a sair do obscurantismo, a salientar-nos pelo acerto do juízo, pela prática do bem, pelo cumprimento do dever”. Era preciso que os operários ficassem “ciosos de que em todos os países cultos se chama – o orgulho profissional”. Seria este sentimento que iria impedir que “qualquer trabalhador” entregasse “ao público, a menos que já não seja susceptível a um desar, qualquer obra” que pudesse “sofrer a pecha de imperfeita”.⁶⁶

Era preciso incentivar nos operários a vaidade do dever cumprido e principalmente no resultado da sua produção. Para os empresários da CEIN, igualmente a Vila, o trabalhador da Fábrica e morador da Vila deveria ser um espelho no qual todos os demais deveriam mirar, um exemplo a ser seguido pelos empresários e trabalhadores da Bahia e do Brasil. Essa pretensão apoiava-se na crença de que a CEIN oferecia as melhores condições de trabalho e a melhor moradia que um operário poderia desfrutar

⁶⁵TARQUÍNIO, Luiz. *op. cit.* p. 31.

⁶⁶*Idem. Ibidem.*

principalmente se comparasse com as condições de vida dos trabalhadores têxteis brasileiros do período que eram precárias.⁶⁷

Luiz Tarquínio procurou legitimar o trabalho de menores e de mulheres na fábrica, justificando-o social e moralmente, sob o argumento de que lá estes estariam protegidos dos ambientes nocivos e viciados e dos “botes da sedução” existentes fora daquele espaço.⁶⁸ Percebe-se que a preparação das crianças para o ritmo do processo produtivo era também um fator importante, pois os novos hábitos absorvidos pelos pais aos poucos seriam repassados para as crianças que tinham na formação escolar o reforço a internalização do novo ritmo e a valorização do trabalho.

Luiz Tarquínio procurou estimular as competições entre os operários. Informou que, nas primeiras divulgações feitas sobre os operários que percebiam os valores mais altos estes foram alvo de ironia dos demais. Com o passar do tempo, no entanto, o número dos que passaram a produzir igual ou mesmo acima daquela medida teria aumentado. Neste registro foi possível observar o jogo ativo de competição entre esses trabalhadores. Percebe-se que as disputas foram incentivadas pela Empresa e legitimadas pelos trabalhadores:

Quando começamos a publicar os nomes dos operários que por sua aplicação no trabalho auferiam ganho superior a 28\$000 [vinte e oito mil réis] por semana, o número destes era relativamente pequeno. Esta publicação serviu, porém de tanto estímulo que, dadas às mesmas condições de regularidade no trabalho, os operários que fazem hoje mais de 28\$000 representam mais ou menos o quádruplo dos que recebiam esta quantia há cinco semanas.⁶⁹

Sabe-se que os trabalhos eram remunerados por produção e esse recurso foi utilizado como um estímulo ao aumento da sua produtividade. Os trabalhadores eram motivados a melhorar seu desempenho, através da competição entre eles.

A insistência dada ao tema *Trabalho* evidenciou a dificuldade que o empresário teve para ajustar os trabalhadores a um modelo de trabalhador por ele idealizado, ainda mais se se considera a heterogeneidade dos membros daquele grupo. Para ele, o

⁶⁷Maria Izilda Matos destacou as péssimas condições de moradia das famílias operárias e a superpopulação dos cortiços nas cidades, que eram publicamente denunciadas, tanto na imprensa operária paulista, como nos órgãos e instituições, principalmente as ligadas à área médica. Consultar a respeito MATOS, Maria Izilda Santos de. op. cit., p. 103.

⁶⁸TARQUÍNIO, Luiz. op. cit.. p. 09.

⁶⁹Idem. *Ibidem*. p 53.

trabalhador ideal, além de ordeiro e disciplinado era o produtivo e o orgulhoso da sua condição de trabalhador.

Dentre os “conselhos” sobre comportamento estava a condenação a embriagues, aos mexericos, à maledicência. Chama atenção a abordagem dada ao anonimato. Segundo Luiz Tarquínio, tratava deste assunto em razão das “cartas anônimas” que naquele período estaria recebendo “denunciando calúnias e injuriando “alguns dos nossos companheiros de trabalho”. Fez uma severa reprimenda à prática e disse que erravam os autores daqueles “papéis vis”. Recomendou aquele que reconhecesse

[...] em algum companheiro falhas que possam prejudicar a comunidade e perturbar a geral harmonia, não deve ter receio de comunicar aos seus chefes aquilo que souber. É sempre obra meritória evitar sucessos graves, e quem para isto concorre não tem necessidade de esconder-se. Deve saber que os chefes têm bastante critério para chamar ao bom caminho os transviados sem comprometer a quem lhe dá uteis avisos.⁷⁰

O discurso de Luiz Tarquínio permite perceber os sinais do seu descontentamento com algumas características do comportamento dos trabalhadores. A partir dele podemos inferir também os sinais de descontentamento dos trabalhadores para com as normas do viver na “Cidade do Bem”.

Este conselho é elucidativo para se compreender as tensões presentes naquele espaço. É possível que as denúncias anônimas recebidas por Luiz Tarquínio ou pelos chefes intermediários derivassem de atritos ou desafetos entre colegas de trabalho e vizinhos. É possível ainda que não tivesse carta alguma e essa fala fosse somente uma retórica para estimular as delações. Os delatores poderiam confiar nele e nos chefes intermediários, tanto para o tratamento cordato dado aos “transviados” quanto ao sigilo de quem prestou os “úteis avisos”. Buscava-se assim minar as solidariedades fruto das vivências cotidianas.

Uma característica que parecia incomodar Luiz Tarquínio era a disposição que os moradores da Vila pareciam ter para a conversação. Para ele, “os faladores” só se faziam “toleráveis” quando possuíam “erudição”. Aqueles que não se enquadrassem “neste caso” deveriam “abster-se de falar demasiado”, porque só encontrariam “admiradores entre os tolos, classe de indivíduos cujos atos não honram a ninguém”. Para ele, o “homem laborioso, aquele cuja fortuna consiste principalmente no

⁷⁰TARQUÍNIO, Luiz. *op. cit.* p. 53.

aproveitamento do tempo”, não deveria “perdê-lo em palestras, principalmente em horas de trabalho”. Este comportamento, além de dar “uma prova de falta de aplicação”, o que já constituiria num “defeito” traria “um prejuízo real para quem trabalha por conta própria e um ato desonesto para os assalariados”. Assim, para os autônomos a “tagarelice e a vadiação nas horas ocupadas” fariam “perder uma fortuna e comprometer o seu futuro”. Porém, “mais culpado que ele é o empregado assalariado, porque comete, além disso, um ato condenável e vergonhoso, que em outros casos é qualificado de furto, perdendo o conceito de dignidade, predicado muitíssimo necessário ao homem”.⁷¹ Procurou convencer os leitores sobre a valorização do contrato enquanto instrumento mediador das relações de trabalho:

[...] quando um indivíduo obriga-se a trabalhar um certo número de horas por dia, em troca de determinado salário, tem tanta obrigação de trabalhar durante o tempo estabelecido quanto o patrão a de pagar-lhe o preço contratado. Se uma das partes deixa de satisfazer o seu compromisso, lesa a outra, do mesmo modo que o faria o negociante que, tendo ajustado vender por determinada quantia um certo número de metros de fazenda furtasse alguns metros ao medi-la.⁷²

Outro componente dos conselhos referente ao comportamento dos moradores diz respeito aos jogos e loterias. Havia uma clara condenação a esta prática tão inserida nos meios populares. A descrença que a população aparentemente demonstrava nos frutos do trabalho rotineiro, aliado a esperança de ser agraciado com um prêmio de jogo das mais diversas naturezas, confrontava com os interesses e expectativas daqueles industriais. Assim, Luiz Tarquínio procurou convencer os operários que o “vício do jogo” aniquilaria as “qualidades morais” impedindo que eles fizessem fortuna. Esta deveria ser resultado do trabalho honesto.⁷³ As loterias foram proibidas na Fábrica e na Vila.⁷⁴ Para convencer os operários sobre os prejuízos que os jogos traziam a eles, apresentou cálculos de perdas acumuladas em constantes jogos e enfatizou que o “único meio de criar e amontoar fortuna legítima” seria “trabalhar e economizar”. O trabalho seria, pois, a solução para todos os vícios.⁷⁵

Para Luiz Tarquínio, qualquer observador atento que se propusesse a estudar os “nossos costumes” facilmente identificaria “os fatores principais do nosso atraso, quer moral, quer material”. Estes seriam: a falta de circunspecção, o fanatismo religioso e o

⁷¹TARQUÍNIO, Luiz. *op. cit.* p. 14, 15 e 16. O grifo é do autor.

⁷²*Idem. Ibidem.* p. 16.

⁷³*Idem. Ibidem.* p. 67.

⁷⁴COSTA, José Simão da. A Fábrica de Luiz Tarquínio. *Jornal de Notícias*. 07.11.1898.

⁷⁵TARQUÍNIO, Luiz. *op. cit.* p. 68

jogo.⁷⁶ Assim como acontecia com o engenheiro José Simão, também Luiz Tarquínio parecia se irritar com a irreverência popular e mesmo as práticas religiosas tradicionais. Para ele,

Uma grande maioria do povo de tudo e por tudo ri-se, e não há assunto que não se lhe preste a pilhéria; deixa de cumprir deveres imperiosos para com a sociedade, mas é pontual à missa, às romarias nas sextas-feiras ao Bomfim, é mordomo das irmandades e alimenta as devoções para não dizer pagodeiras, nas casas particulares; queixa-se muito de carência de dinheiro, não faz pecúlio nas caixas econômicas, mas dá falta no trabalho, joga nas combucas (sic) e arrisca diariamente nas loterias e nas rifas.⁷⁷

É importante destacar que na vila operária da CEIN, a igreja não foi utilizada como instrumento de controle dos operários, a exemplo de outras vilas construídas posteriormente e também consideradas modelo, como a Maria Zélia do empresário Jorge Street em São Paulo. Ao contrário, Luiz Tarquínio demonstrou preocupar-se com o excesso de devoção dos operários e escreveu três artigos sobre o assunto. Para ele, “fazer do dever: seu mérito em relação a Deus, seu prazer em relação a si mesmo, sua honra em relação ao mundo” eis em que consistiria a “verdadeira virtude do homem e a sólida devoção do cristão”, isto é, “daqueles que preferem a pureza das doutrinas de Cristo aos embustes e mentiras com que as apregoam, desvirtuando-as e falseando-as” condenando àqueles que comercializavam elementos da fé “com o mesmo escrúpulo com que qualquer charlatão de feira merca as virtudes de suas drogas e panacéias”.⁷⁸

Ele advogou que, para a manifestação dos sentimentos íntimos e puros, dever-se-ia procurar “o retiro e a solidão” uma vez que “o sentimento real” achava-se “sempre revestido de um santo pudor que o faz espavorir-se ante os olhares das massas, quase sempre incapazes de compreendê-lo”. Esforçando-se em tentar convencer seus operários de que a devoção religiosa não poderia justificar a “falta de cumprimento de deveres”.⁷⁹ Por trás dessa queixa estava a preocupação com a excessiva frequência às missas, novenas, procissões e rezas, tão comuns na população baiana de então. A religiosidade popular era marcada por ritos e festejos que compunham o calendário anual.

É provável que o comportamento dos operários ameaçasse as expectativas de assiduidade no trabalho, até porque o investimento no maquinário havia sido alto para

⁷⁶TARQUÍNIO, Luiz. *op. cit.* p.67.

⁷⁷*Idem. Ibidem.* p.67 e 68.

⁷⁸*Idem. Ibidem.* p.77.

⁷⁹*Idem. Ibidem.* p.78.

correr riscos de deixá-lo parado. Ele afiançava que não se tratava de “uma propaganda anti-religiosa” e que respeitava “todas as crenças”. O seu desejo era que,

[...] os nossos amigos da Vila Operária se convençam de que Deus está com eles no seu próprio lar na sua própria alma; que se pode amar a Deus sem descuidar-se de suas ocupações; que o bom cristão não é o que frequenta as igrejas, mas aqueles que se condói dos sofrimentos alheios, e solícito, procura aliviá-los, que a Providência não deve ser a deusa da ociosidade e da inércia a inspirar-lhes o abandono do trabalho e o mais estúpido fatalismo, mas sim a encarregada de coroar de bom êxito os esforços humanos em prol do bem e da verdade.⁸⁰

As preocupações de Luiz Tarquínio poderiam advir de uma base unicamente econômica. No entanto, seu discurso parece estar recheado de elementos denunciadores de uma influência protestante, talvez originária dos constantes contatos com ingleses residentes na Bahia ou mesmo de suas freqüentes viagens à Inglaterra. Este é um dado relevante para a compreensão do pensamento e das ações desse homem que não acreditava serem “aqueles que enchem as paredes de estampas e imagens, os que vergam ao peso dos rosários, bentinhos e amuletos, os que fazem demoradas estações nos templos a ouvir missas e comungar – os bons, os verdadeiros cristãos”.⁸¹

Outro tema ligado a religião e também abordado por Luiz Tarquínio foi o luto. Ele condenou severamente os sacrifícios feitos principalmente por famílias pobres para cumpri-los com rigor. A condenação se fazia ainda mais severa quando remetia às pessoas que, segundo ele, gastavam suas economias escolhendo roupas “com apuro e cujo modelo e adornos” teriam sido “discutidos com a modista em vista do último jornal de moda”.⁸² Fazia parte das demonstrações de dor frente à perda, sua exposição através do vestuário.

Expôs uma diversidade de modos de expressão da dor que acompanhou a humanidade ao longo do tempo, afirmando que elas “por si nada exprimem, principalmente nos tempos modernos”. Enfatizou que a dor residia “n'alma” e assim confrontou toda a tradicional manifestação e exposição pública que a perda frente a morte adquiria e que não era exclusividade das celebrações baianas, mas, naquele espaço, assumia papel relevante. Havia toda uma seqüência de herança barroca na arte

⁸⁰TARQUÍNIO, Luiz. *op. cit.* p.80.

⁸¹*Idem. Ibidem.* p.61.

⁸²*Idem. Ibidem.* p.74.

do “bem morrer”, que incluía, entre outras obrigações e devoções, o tempo de luto dos familiares e quantidade de missas encomendadas.⁸³

Além dos conselhos específicos sobre a religiosidade existiam outros que buscaram despertar valores como patriotismo, o respeito às leis e à propriedade privada além da delimitação das relações entre o indivíduo com o Estado. Luiz Tarquínio tentou convencer seus leitores que só poderia ser chamado “verdadeiramente patriota” quem tivesse “sentimentos nobres”. Era preciso compreender que procurando engrandecer-se, estariam “engrandecendo a pátria”, contrariamente, as manifestações públicas de protestos não se enquadravam como expressões de amor a pátria. Para ele, “dar gritos sediciosos pelas ruas, perturbar a ordem pública, desrespeitar as leis, ofender a propriedade alheia, derribar poderes que governam com a sanção da maioria do povo, assaltar, saquear, e até matar” tinha muitas vezes equivocadamente “merecido a qualificação do patriotismo”.⁸⁴

Luiz Tarquínio demonstrou estar preocupado com a coesão social e por isso propunha um pacto, buscou assim, evitar possíveis conflitos e revanchismos. O uso da educação como veículo de interferência nos valores morais e na criação de indivíduos virtuosos extrapolou a escola como recurso valendo-se de outros dispositivos como o Jornal *O Operário*. A Escola foi pensada por ele como um projeto maior com vistas a criação do tão aspirado *homem novo*. Era preciso educar os pais para que eles também pudessem educar seus filhos porque, para ele, a inteligência da criança funcionava “como uma placa fotográfica” que recebia “as impressões de tudo que a rodeia, e que exerce uma grande influencia sobre toda a sua existência”.⁸⁵

Os artigos de *O Operário*, em seu conjunto, evidenciam que Luiz Tarquínio buscou pedagogizar os trabalhadores, particularmente os moradores da Vila com vistas a construção, como já foi dito, de um homem novo adequado a “Cidade do Bem”. Sua preocupação em lidar com tantos detalhes do cotidiano são indícios e sintomas das dificuldades que ele se deparou para ajustar os trabalhadores ao seu modelo de trabalhador ideal.

⁸³REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁸⁴TARQUÍNIO, Luiz. *op. cit.* p.41

⁸⁵*Idem. Ibidem.* p.55

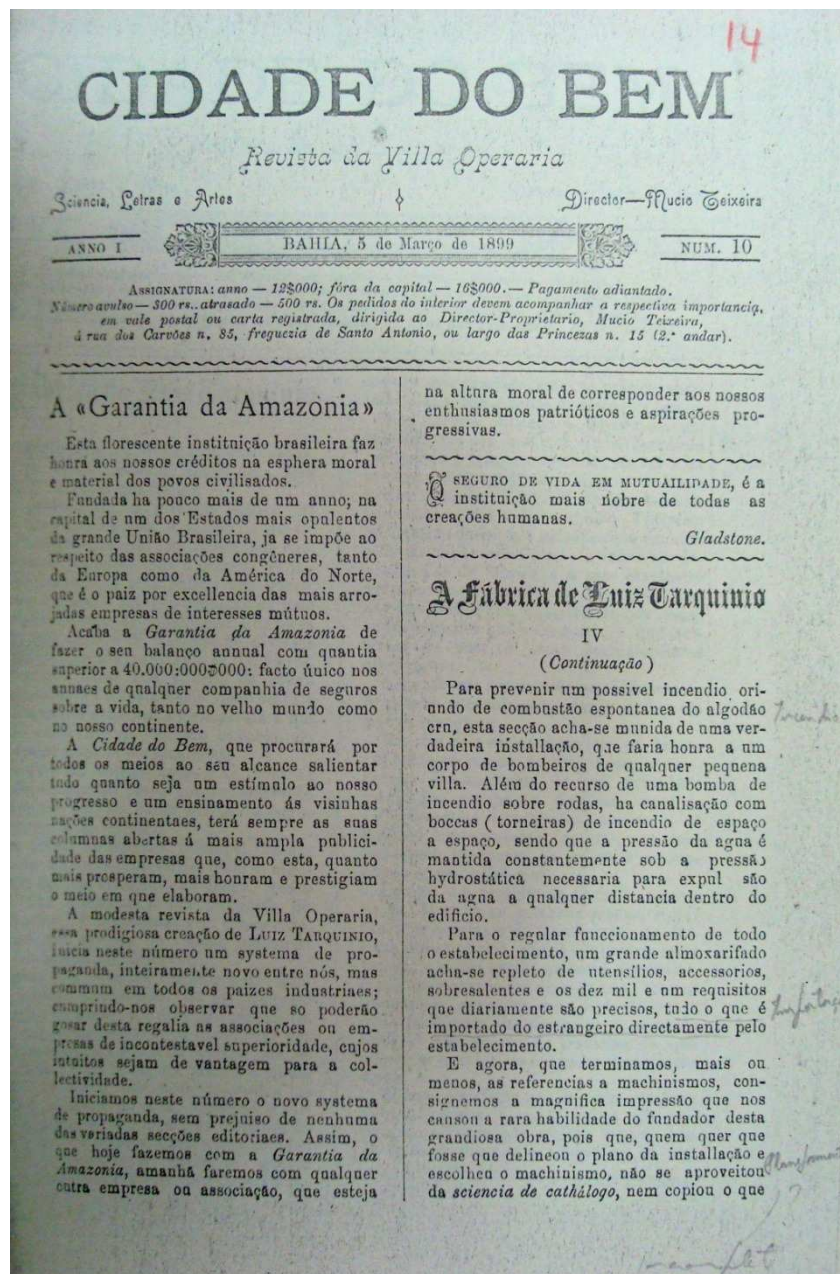
O jornal foi substituído pela revista, com o sugestivo nome *Cidade do Bem*, que teve seu primeiro exemplar distribuído em primeiro de janeiro de 1899, sob a direção do poeta baiano Múcio Teixeira. A revista era mais ampla e se intitulava uma revista de “ciência, letras e artes”. É importante destacar o papel de um letrado na condução dessa revista. Sua presença sinaliza a cumplicidade desse segmento com a forma de doutrinar a vida dos trabalhadores.

Este periódico insinuava ares de revista literária, anunciando correspondentes de outras cidades e outros estados, visando demonstrar prestígio. Definia valores para assinatura para os que moravam na cidade de Salvador e em outras localidades, provavelmente pelo custo da postagem. Foram utilizados alguns recursos para atrair leitores, tais como diagramação, divisão da matéria principal e demais seções como poesias, anedotas, pequenas biografias de escritores e informações variadas. Da mesma forma que o jornal *O Operário*, a revista *Cidade do Bem* também veiculou os conselhos do empresário aos empregados. Não há como saber se os moradores da Vila compravam ou tinham acesso gratuitamente à Revista e também não há muitos registros sobre sua produção e circulação. O último exemplar localizado data de 30 de julho de 1899 e era o trigésimo primeiro exemplar. Contudo, é possível que ela tenha sobrevivido enquanto Luiz Tarquínio viveu por ter sido ele o incentivador da existência do periódico. Possivelmente os administradores que continuaram à frente da Empresa tenham optado por encerrar seu financiamento.

Assim como os jornais, as revistas literárias tiveram papel importante na primeira metade do século XX, enquanto espaço de intercâmbio intelectual e muitas vezes assumiam um caráter didático divulgando idéias e valores dos grupos que representavam. Estudá-las implica conhecer os bastidores da sua produção, buscando conhecer as tensões que envolviam suas produções. Infelizmente não há registros sobre a dinâmica da produção da *Cidade do Bem*. Sabe-se que ela era financiada pela CEIN e publicava comentários diversos sobre a Empresa e a Vila. Certamente o diretor da Revista filtrava os comentários que deveriam ser publicados.

O primeiro exemplar reproduziu parte dos artigos publicados no *Jornal de Notícias* sobre a festa de final do ano letivo de 1898. Segundo Múcio Teixeira, aquele exemplar deveria ficar como recordação da tão condecorada festa. Nela se apresentou uma justificativa para a interrupção do Jornal *O Operário* pela “carência absoluta de

tempo do seu incansável fundador”.⁸⁶ As edições seguintes reproduziram o discurso do Governador proferido na festa de encerramento do ano da Escola, e todos os artigos publicados por José Simão da Costa no *Jornal de Notícias* no ano anterior.



O exemplar aqui exposto é o número 10. No seu lado direito consta um fragmento da minuciosa descrição feita da fábrica e da vila por José Simão da Costa que foi publicada anteriormente no *Jornal de Notícias*. Do lado esquerdo está o que chamaram de “novo sistema de propaganda” que pretendiam dar início. Tratava-se, conforme divulgaram, de uma secção dedicada a personagens ou empresas que de

⁸⁶TEIXEIRA, Múcio. *Revista Cidade do Bem*. Ano 1, nº1. 1899.

acordo com eles, estivessem “na altura moral de corresponder” aos seus “entusiasmos patrióticos e aspirações progressivas”. Ou seja, aquele era um espaço de celebração daqueles que partilhavam idéias e valores e que tinham a intenção de difundir-los com vistas a influir seus leitores.

A Vila Operária foi objeto constante de registros na Revista e sempre alardeada como espaço idealizado e até mítico: “Salve, cidade do Bem e do Belo! Da Instrução e de Trabalho, da ordem e da Moralidade, do Direito e da Justiça! Salve, Atlântica da democracia, Eldorado do civismo!...”.⁸⁷ Essas citações buscaram destacar a Vila como um lugar que destoava da cidade de Salvador. Tratá-la como cidade revela a intenção em dissociá-la, como se fosse possível uma micro cidade, diferente, dentro de uma grande cidade.

O aniversário de Luiz Tarquínio no ano de 1899 contou com uma edição especial da Revista, toda ela dedicada à celebração da data. Foram muitas as homenagens em forma de prosa, poesias e versos feitas por pessoas que tinham inserção no mundo das Letras e destaque na cena da cultura letrada local daquele período. O já citado diretor Múcio Teixeira, Francisco Mangabeira e Sílio Bocanera Júnior figuraram entre os escritores. Esse último assim escreveu:

[...] todos esses elementos de grandeza moral, intelectual e social, que fazem de um homem o cidadão, do cidadão um patriota, e do patriota, um benfeitor da humanidade, estão gravados pela mão do Progresso naquele Tabernáculo da Civilização, que o Trabalho denomina Villa Operária. [...] Quando contemplo, com a mesma reverência que me inspira tudo que é sagrado, aquele Templo de religião – da religião do Trabalho e do Amor – envaidecido de minha terra, exclamo sempre, tomado de justo entusiasmo:

_De quem o maior orgulho?

Da Bahia - por ser berço de Luiz Tarquínio, ou de Luiz Tarquínio – por ser filho da Bahia?...

Esta é minha sincera opinião, meus ilustres amigos, e que é ao mesmo tempo pálida homenagem que me proporcionastes ensejo de render publicamente a quem direito a ela tem, porque, honrando-se – honra também o Brasil.⁸⁸

Sabe-se que as memórias são construídas e alimentadas e que as comemorações de aniversários, os pronunciamentos fúnebres, a criação de arquivos e organização de celebrações são ritos importantes para a construção de identidades e do sentimento de

⁸⁷ *Revista Cidade do Bem*. Ano 1, nº10. 1899

⁸⁸ BOCANERA JÚNIOR. Sílio. *Revista Cidade do Bem*. 24. 07. 1899.

pertencimento a determinados grupos. Os pronunciamentos feitos por aquelas pessoas na *Revista da Vila Operária* conferiram distintivo ao homenageado e à própria Revista.

O Papel pedagógico dos serviços internos da Vila Operária

Como observado anteriormente, a Vila contava com uma infra-estrutura interna que atendia as necessidades básicas dos moradores. Apenas para relembrar, cabe destacar que eles dispunham de água, luz elétrica, armazém, farmácia, creche e posto médico. Este também era um ponto de distinção entre os moradores da Vila e demais moradores pobres da cidade. Nos registros de memória dos moradores antigos nota-se o envaidecimento pelo fato de disporem de tais benefícios. A introdução desses serviços requeria o aprendizado do seu uso. Cabe lembrar que os moradores, em sua grande maioria, advinham de moradias que não dispunham desses recursos, mesmo aqueles que residiam anteriormente na cidade de Salvador. Há que se considerar ainda o fato de alguns originarem do mundo rural a exemplo das famílias que vieram em decorrência da seca. Essa investida da Empresa encontrou também alguns embates.

O contingente de mulheres empregadas na fábrica se manteve maioria por quase todo o período abarcado por esse estudo e percebe-se que desde cedo houve preocupação em manter esse exército de trabalhadoras.⁸⁹ Para tanto, alguns recursos atrativos foram implementados a exemplo da criação da creche no interior da Vila e ainda nos primórdios da empresa era concedido as parturientes um repouso de duas semanas antes do parto e um mês após.⁹⁰ As mulheres também podiam deixar o trabalho no horário de amamentação dos filhos, demonstrando que os empresários se preocupavam ou comungavam com as idéias sobre a importância da puericultura como investimento no futuro do país e o investimento na educação da mulher operária com relação à saúde e higiene, com a intenção de interferir na maneira como elas se relacionavam com a maternidade e o aleitamento.⁹¹ A preocupação com a família operária, com a infância, com a amamentação, a creche, era justificada pela idéia de

⁸⁹Conforme será observado no próximo capítulo, essa proporção mudou a partir dos primeiros anos da década de 1940.

⁹⁰PINHO, Péricles Madureira de. Luiz Tarquínio. In:_____. PINHO, Péricles Madureira de. *São assim os baianos*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960, p. 95.

⁹¹Estas preocupações foram difundidas pelo saber médico do período através das teses de doutoramento. Consultar a respeito SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

melhoria racial, através do cuidado com o físico e a mente, idéias tão caras e difundidas no final do século XX e início do século XX.⁹²

No que diz respeito à creche, um dado importante chama a atenção. Embora ela tenha sido construída juntamente com a Vila, até o ano de 1899 não havia sido utilizada, pois “as mães operárias preferiam confiar seus filhos aos cuidados de parentes”.⁹³

Percebem-se neste registro elementos identificadores das dificuldades encontradas pelos empresários para promover as mudanças de hábitos tradicionalmente vivenciados pelos moradores e adequar suas condutas aos interesses da empresa. A julgar pelos demais serviços internos da Vila, é possível que a creche dispusesse de condições para a guarda e cuidado das crianças. Ainda assim, as mães demonstraram pouca confiança nesta nova modalidade proposta pela empresa, preferindo adotar a forma costumeira de confiar a guarda de sua prole a parentes.

Este registro também é revelador dos limites enfrentados pela empresa para fazer valer as suas exigências. O rigor, tão destacado em muitos aspectos do cotidiano aos moradores da Vila, ao menos neste ponto foi flexibilizado, porque se as mães não deixaram seus filhos na creche foi porque puderam fazê-lo ou quiseram manter a tradição de que a educação de filhos menores é obrigação da mulher e não da empresa.

Ao que parece, esta relação das mães com a creche mudou a partir do final do ano de 1923, quando, segundo o Relatório publicado no ano seguinte, a Empresa noticiou uma mudança na creche que foi valorizada pelo Conselho Fiscal. No relatório consta que:

Procurando reviver uma das belas criações do grande benemérito que foi Luiz Tarquínio, reinstalamos a CRECHE MATERNAL, dotada desta vez sob moldes mais modernos. Encarregou-se da sua instalação o batalhador e distinto médico Dr. Martagão Gesteira, a quem, aqui, nos cabe o dever de testemunhar os nossos sinceros agradecimentos. Perante grande número de acionistas e mais pessoas de alta representação, foi reinaugurada em 8 de Dezembro p.p. recebendo a denominação de CRECHE LEOPOLDO JOSÈ DA SILVA, em homenagem a memória de um dos fundadores da nossa Empresa e seu dedicado Diretor até o último dia de sua existência.⁹⁴

⁹²*Idem. Ibidem.* p. 232 e 233

⁹³SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973.* 1975. 236f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal da Bahia. p. 89.

⁹⁴CEDOC. CEIN. *Relatório.* 1924. p.6

O posto médico e a farmácia tinham um papel emergencial e preventivo. A presença do médico tinha ainda o papel de socorrer prontamente aqueles que sofriam acidentes no processo produtivo.⁹⁵ Buscava-se também, com a higiene, evitar as constantes epidemias que assolavam a cidade em virtude das condições de sobrevivência da maioria da população, e, sobretudo pela dinâmica do porto que proporcionava os contatos com o mundo de fora. O Relatório de 1903 informa que além da assistência médica, a direção geral da Vila teria ficado também a cargo do Dr. Adriano Gordilho que teria continuado “no seu papel de facilitar o trabalho do bom comportamento do operário” bem como o cumprimento com a “observação de uma boa higiene”.⁹⁶ Dois anos depois, o Relatório informa que a “organização e higiene da Vila” foi comprovada pelo fato da mesma ter atravessado “incólume uma epidemia de peste bubônica”.⁹⁷

Os relatórios teceram continuados elogios à boa “conservação, sendo lisonjeiro o seu estado sanitário” para quem muito concorreu a “dedicação do nosso ilustre Dr. Adriano Gordilho”.⁹⁸ Os registros diziam respeito à higiene dos moradores e do espaço físico da Vila que, de acordo também com o Relatório do ano seguinte continuava em virtude da “dedicação e competência” com que o médico prestava seus serviços e a quem era sempre creditado “principalmente, o bom estado sanitário da Vila Operária.”⁹⁹

No ano de 1919, contudo, o Relatório informa que “uma epidemia de varíola” teria atingido os trabalhadores em “diversas secções da Fábrica”. Mesmo assim, o Relatório registra que apesar dela, a “taxa de lucro” ainda foi “considerada satisfatória”.¹⁰⁰ Infelizmente o Relatório não informa sobre a existência de óbitos, sobre o número exato de trabalhadores acometidos pela doença e se dentre os doentes, havia maior ou menor incidência de moradores da Vila.

Todos esses elogios feitos ao Dr. Adriano Gordilho também visavam justificar os investimentos materiais feitos pelo mesmo para garantir a saúde dos moradores da Vila. Desde o ano de 1901 que o fornecimento de medicação gratuita aos doentes estava

⁹⁵Os acidentes de trabalho serão tratados no capítulo 04.

⁹⁶CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1903. O fato do médico passar a ocupar também o cargo de administrador da Vila fazia parte das medidas de contenção de custo anunciadas pelos diretores após a morte dos seus fundadores.

⁹⁷APEBA. CEIN. *Relatório*. *Jornal de Notícias*. 14.03.1905.

⁹⁸CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1916. p. 8

⁹⁹CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1917. p. 7

¹⁰⁰APEBA. CEIN. *Relatório*. *Diário Oficial*. 29.03.1919.

entre os prêmios que a empresa recompensava os operários “assíduos e dedicados ao trabalho”.¹⁰¹ O médico pode, em momentos distintos fazer aquisições de equipamentos para o consultório da Vila e no ativo do Balanço Geral da Empresa, o registro referente ao estoque da Farmácia da Vila aparece com valores significativos altos.¹⁰²

José Simão descreve que além da “farmácia”, a Vila possuía “uma bem fornecida loja de fazendas e ao fundo do açougue o armazém de víveres”, onde se viam expostos “desde o champagne ao vermute, e desde a clássica farinha e carne seca até o mais custoso e delicado confeito”. Ali se achava também as “frutas européias, conservas em lata e a multidão de objetos (...) de primeira ordem” lá se encontrava “à venda”.¹⁰³

Ao que parece os produtos mais sofisticados expostos nas lojas internas da Vila tinham o propósito de estimular o consumo, se não imediato, ao menos como projeção para o futuro. Aquele sortimento em exposição aliado a toda a campanha que a empresa fazia da valorização do trabalho e dos seus resultados despertavam a crença no acesso àquelas mercadorias e ainda fomentavam o estímulo ao aumento da produção.

De acordo com o detalhado Relatório de 1896, os operários recebiam pelo preço de custo os principais gêneros alimentícios, registrando que esta medida representava uma economia de 40% para os mesmos comparando com os demais preços praticados pelo comércio da cidade e os da loja da Vila. Informava ainda que aquela “benéfica medida”, no entanto, não acarretava “nenhum ônus” à Companhia.¹⁰⁴

Três anos depois, os diretores ainda se justificavam aos sócios sobre os investimentos feitos na Vila. Para aqueles que ainda duvidassem da validade daqueles investimentos afirmaram: “à execução do capital nela empregado, das despesas com reparações de prédios e iluminação, ela em nada é pesada aos cofres da Companhia As suas escolas, o serviço sanitário e outros são pagos apenas com os lucros dos seus armazéns”.¹⁰⁵

Bem, se os produtos eram vendidos a preço de custo, certamente não poderiam cobrir todos os serviços descritos acima. É possível que os preços praticados tenham

¹⁰¹APEBA. CEIN. Relatório. *Diário da Bahia*. 28.03. 1907

¹⁰²CEDOC. CEIN. *Relatórios*.

¹⁰³COSTA, José Simão da. *Jornal de Notícias*. 07.11.1898

¹⁰⁴CEDOC. CEIN. *Relatório*, 1896, p. 11.

¹⁰⁵APEBA. CEIN. Relatório. *Jornal de Notícias*. 04.04.1899.

aumentado, ou mesmo que tenham permanecido mais baratos somente os gêneros de primeira necessidade. Esta hipótese é alimentada pelo registro encontrado na ata da *Associação Comercial da Bahia*. Nela o empresário Luiz Tarquínio fez saber aos demais que, em face da carestia dos alimentos, em virtude da seca, disponibilizou a compra da farinha aos necessitados pelo mesmo preço que pagavam seus operários. Para controlar esta aquisição ele limitou a quantidade por comprador.¹⁰⁶

Nos registros de antigos moradores encontram-se também a referência a venda de cortes de tecidos com pequenas avarias mais baratos. Os trabalhadores eram multados quando, no processo de produção, danificavam o tecido. Posteriormente era possível adquiri-los na loja da Vila. Esta prerrogativa possibilitava aos moradores disporem de alguns tecidos que, em outras circunstâncias, provavelmente não teriam condições de adquiri-los.

Quanto aos produtos mais sofisticados descritos pelo engenheiro José Simão, ainda que tenham sido vendidos mais baratos do que em outras lojas da cidade, o rendimento médio dos trabalhadores não permitia o acesso rotineiro àquelas mercadorias. É provável que o consumo dos mesmos se desse em ocasiões especiais e contribuíssem dessa forma para uma interferência nos hábitos de consumo dos seus habitantes. O consumo dos produtos das lojas e o acesso aos serviços nas dependências internas da Vila promoviam uma mudança nos hábitos de consumo. A família aprendia a conviver com os serviços e deles passavam a depender. Nos relatos dos antigos moradores da Vila, percebe-se que a disposição desses serviços despertavam encantamento entre eles.¹⁰⁷

O custo dos serviços básicos como luz, água, escola e creche estavam embutidos no valor do aluguel. A referência ao pagamento destes nos depoimentos de antigos moradores é quase sempre minorada. A oferta dos serviços internos da Vila de fato trouxe vantagens materiais aos moradores, ainda mais se consideramos a oferta habitacional da cidade de Salvador e as condições gerais vivenciadas pelas camadas populares do período. Segundo Mario Augusto Santos, a maioria da população, se

¹⁰⁶AMBA. Atas. 20.08.1899.

¹⁰⁷A vila operária de Luiz Tarquínio. Documentário: Instituto Radiofônico da Bahia – IRDEB, s/d.

deparava com uma moradia cara e de baixa qualidade, agravada pela contínua expulsão dos moradores em função do comércio.¹⁰⁸

As reiteradas falas a respeito dos “diminutos” aluguéis pagos pelos moradores contribuíram para a disseminação da idéia de que eles foram baratos. Estes representaram, ao longo do tempo, uma média de ¼ dos salários. Num dos seus escritos Luiz Tarquínio, informou que, a “família operária pela insignificante soma de 2\$500 (dois mil e quinhentos réis) por semana” tinha direito a muitos serviços, como “água, médico, escola primária onde seus filhos” poderiam aprender “simultaneamente duas línguas, escola de música, escola de desenho e de pintura, escola de tecelagem, sala de leitura, biblioteca e museu.¹⁰⁹ O empresário informou um único valor para os aluguéis. Sabe-se, contudo, que as casas eram distintas no que se refere ao tamanho do imóvel, e que os alugueis também eram diferentes. Neste registro o empresário se referiu apenas ao aluguel dos imóveis menores.

A julgar pela informação de José Simão, em apenas três anos ocorreu um aumento considerável, pois segundo ele, “o aluguel das casas menores [era] de 3\$500 e das casas maiores 9\$000 por semana”. Os moradores tinham “direito a água, luz elétrica, escolas, livros escolares, biblioteca, música, diversões e serviços médicos, tudo gratuitamente”. Os pagamentos dos salários aconteciam semanalmente com os descontos referentes ao aluguel e as multas caso houvesse.

As casas maiores foram provavelmente ocupadas por famílias mais numerosas, e os alugueis ficavam proporcionalmente menores, a depender do número de pessoas que morassem nelas. Por sua vez o custo da sobrevivência onerava, uma vez que aumentava o número de corpos para serem alimentados, vestidos, medicados.

Muitas experiências brasileiras com vilas operárias registram a variação no tamanho das moradias e dos respectivos valores pagos referentes aos aluguéis. Na Vila Maria Zélia, construída em 1912 na cidade de São Paulo pelo industrial Jorge Street, por exemplo, eram significativas as diferenças nessas construções. Naquele caso, as casas mais aparelhadas e maiores justificavam-se tanto pelo fato de abrigar famílias

¹⁰⁸SANTOS, Mario Augusto da Silva. *Sobrevivência e Tensões Sociais* – Salvador (1890-1930). 1982. 472f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. op. cit., p. 152-166.

¹⁰⁹TARQUÍNIO, Luiz. *Apelo aos ilustres representantes da Nação e a Ilustrada Comissão Revisora da Tarifa*. Rio de Janeiro: Litho-Tipographia de Pinheiro & C., 1895. p. 31.

mais numerosas quanto os administradores, chefes intermediários, mestres e operários mais qualificados. Para Palmira Petratti a presença desses moradores colaborava com a vigilância dos demais.¹¹⁰

A julgar pelo registro do Sr. Jacob Penteado, ao menos os técnicos mais qualificados moraram na Vila da CEIN, pois seu pai, morador da Vila, teria montado e dado manutenção aos teares instalados. É possível que nesta experiência também os operários que ocupavam cargos de confiança e eram hierarquicamente superiores também contribuíssem para a manutenção da disciplina.¹¹¹

Entre os empresários fundadores a obediência devotada pelos operários moradores da Vila era conseguida, sobretudo pela forma como os administradores se impunham. No detalhado Relatório de 1895, informam aos acionistas que a superintendência de “todo o serviço médico e sanitário” cabia ao “muito distinto e ilustre Sr. Adriano Alves de Lima Gordilho, cuja aptidão e proficiência só pedem meças à sua inexcédível dedicação, amor ao trabalho e fidalgo trato”. Registra o rigor na assepsia do espaço e credita a ele a “quase ausência de moléstia séria, fruto das severas medidas higiênicas que a todos impõe”. O Relatório destaca que aquelas medidas eram “aceitas sem queixas, graças as suas maneiras delicadas e corteses” com que o médico tratava a todos.¹¹²

As referências ao asseio e a ordem foram reiteradas em diversos registros sobre a Fábrica e a Vila e apontados como as condições necessárias para o bom desempenho e para o progresso de todos. A exigência referente à limpeza dizia respeito ao espaço físico e se estendia ao corpo dos trabalhadores.

A exigência com a limpeza do espaço de moradia, do trabalho e dos corpos dos operários foi analisada por Margareth Rago ao mostrar que a “fábrica higiênica” marcou o despontar de um novo regime disciplinar, que pretendia tornar o espaço de produção

¹¹⁰Palmira Teixeira, estudando a Vila Maria Zélia, do industrial Jorge Street, em São Paulo cuja construção teve início em 1912, observa que naquele caso, a diferenciação das construções explicava-se em decorrência da distribuição aos empregados, uma vez que as casas maiores e melhor aparelhadas eram destinadas aos administradores, mestres, operários mais qualificados e famílias mais numerosas. Consultar a respeito TEIXEIRA, Palmira Petratti. op. cit, p.76.

¹¹¹PENTEADO, Jacob. Op. cit. P. 92

¹¹²APEBA. CEIN. *Relatório*. 1895. p. 11

“tranquilo, agradável, limpo e atraente para o trabalhador”.¹¹³ Para a autora, esse entendimento pautava-se em um saber “científico”, no qual a organização do trabalho deveria correr num ambiente com uma boa ventilação e iluminação, em edifícios amplos e espaçosos, com novas tecnologias que facilitassem os trabalhos mais pesados. Assim, no ambiente de trabalho os operários deveriam se sentir “seguros, protegidos e com vontade de produzir” ao lado de patrões também “educados”.¹¹⁴ Rago destaca que, essa transformação deveria ser interna e externa à fábrica, alcançando o trabalhador, visando à alteração da subjetividade, pois, do mesmo modo que a fábrica, ele deveria ser limpo e sua casa, mesmo que pequena, limpa e confortável.

A autora reflete sobre as investidas na mudança dessa imagem da fábrica e das moradias operárias. Mostra que a situação vivida pelo trabalhador inglês em meados do século XIX levou a todo um esforço para mudar a imagem “satânica” que os operários construíram a respeito da fábrica e do trabalho. É claro que esta imagem refletia as condições reais vivenciadas por eles. Muitas e diversificadas foram as experiências de empresários que perseguiram a alteração deste modo de ver o ambiente produtivo. Rago destaca que a representação desta “nova fábrica”, também foi anunciada nos Estados Unidos no final do século XIX, por Frederick W. Taylor, visando mudar a representação anterior do trabalho que também os operários daquele país tinham. Estes empresários defendiam a eliminação da imagem da “fábrica satânica”, escura e fétida, “detestada pelos trabalhadores, que se sentiam sugados em todas as suas energias”. Em contrapartida, a nova fábrica deveria ser asséptica e racional, e apagar todos os ranços e lembranças negativas do passado.¹¹⁵

No Brasil, algumas experiências que já foram estudadas revelaram empresários que também investiram na mudança dessa representação. Infelizmente há uma lacuna na história empresarial do país confrontando essas e outras idéias para melhor se conhecer as estratégias adotadas pelo empresariado brasileiro.

Ainda de acordo com Margareth Rago, a imagem recorrente no meio não acadêmico dos primeiros empresários brasileiros que introduziram métodos de trabalho diferenciado é mitificada e associada à idéia de pais protetores. Para ela a maioria das

¹¹³RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 37.

¹¹⁴*Idem. Ibidem.* p.39.

¹¹⁵*Idem. Ibidem* p.38-39.

ações assistencialistas empregadas por industriais como Luiz Tarquínio e Jorge Street foram compreendidas como bondade, até mesmo por alguns operários e não como estratégias para extração racional da força de trabalho. Segundo a autora, foi a imprensa operária que atuou na “desmistificação a ideologia da assistência social das obras de Street, tido como um dos industriais mais progressistas do período, ou de outros como Luiz Tarquínio na Bahia, admirado até mesmo por um operário como Jacob Penteadó”.¹¹⁶

A mitificação da “assistência” de Luiz Tarquínio foi alimentada pela intensa campanha que a própria empresa fazia para propagandear entre suas redes de influência, a Vila Operária como um empreendimento de cunho social, sem destacar suas funções lucrativas. Esses elementos só eram abordados aos sócios da CEIN quando se buscava convencê-los a aprovarem as medidas propostas pela Diretoria.

Durante a sua existência, a Vila sofreu inúmeras transformações. Se no início os diretores registravam que, as “despesas com reparações de prédios e iluminação” em nada pesavam “aos cofres da Companhia”, destacando que “despesas com a escola, o serviço sanitário e outros” eram “pagos apenas com os lucros dos seus armazéns”.¹¹⁷ Na seqüência, as direções passaram a registrar o quanto a sua manutenção onerou para a Companhia. Essas alterações aconteceram gradativamente até os anos 1930. Nas décadas de trinta e quarenta elas foram ainda mais acentuadas.

Para o controle das ações dos moradores da Vila os primeiros administradores se valeram de métodos punitivos e repressivos, mas fizeram também uso de outros meios como o Jornal *O Operário* e a revista da Vila *Cidade do Bem*, sobretudo Luiz Tarquínio se empenhou neste investimento. Os administradores que deram seqüência aos primeiros foram Otto Bitencourt, genro de Luiz Tarquínio e Lino Meireles da Silva, filho de Leopoldo José da Silva. Ao que parece, estes foram mais rigorosos, no cumprimento do Regulamento e aplicação das multas e menos generosos com os prêmios. O acirramento das relações culminou nos movimentos grevistas de 1907 e 1919.

¹¹⁶RAGO, Margareth. *Idem. Ibidem.* p.181.

¹¹⁷APEBA. CEIN. Relatório. *Jornal de Notícias.* 04.04.1899.

Os moradores da Vila e as Greves

No dia 14 de setembro de 1907 o *Diário de Notícias* anunciou:

Os operários de tecido da Boa Viagem, pertencentes Companhia Empório Industrial do Norte, manifestaram-se em greve, hoje. A referida fábrica acha-se fechada. Foi pedido para lá reforço da polícia. A hora em que escrevemos esta linhas, 2 da tarde, estão em conferência, no escritório da Empório, os srs. Dr. Lino Meirelles, major Polydoro Bitencourt e o dr. Adriano Gordilho. Os grevistas se acham calmos.¹¹⁸

Parece que nem todas as vantagens materiais disponíveis aos moradores da Vila e freqüentemente alardeadas pela empresa pela imprensa local foram suficientes para impedir que os trabalhadores da CEIN deflagrassem a greve noticiada. Ela trouxe a tona os conflitos internos que tanto se investiu em silenciar.

O jornal *Gazeta do Povo* do mesmo dia forneceu mais detalhes sobre o movimento e noticiou que ele teria começado no dia anterior. Segundo o relator, “desde ontem, às duas horas da tarde, declararam-se em greve os operários do salão branco, de fazendas lisas” da CEIN, “à Boa Viagem, distrito dos Mares”. Ainda segundo a matéria, a motivação da greve foi a “reclamação dos operários” sobre o “aumento de seus salários e, bem assim, a forma porque estão sendo prejudicados com a alteração” na medição das “peças das fazendas” produzidas. Explicou que o pagamento era feito por “peça de 120 metros” e que as peças que os operários estavam produzindo mediam “130, 140 e até 150” metros. Assim ficavam “os operários prejudicados com a confecção dos metros excedentes” que não eram remunerados. A greve teria iniciado com os “440 operários” que trabalhavam no Salão Branco e os das demais secções teriam aderido, “paralisando assim, por completo, os trabalhos da fábrica”. Informam ainda que até as “3 horas, da tarde” daquele dia, a greve, “toda de caráter pacífico, ainda não tinha terminado nem tão pouco a diretoria daquele estabelecimento” tinha ainda “tomado qualquer resolução a respeito”.¹¹⁹

A menção que o Jornal fez ao fato da diretoria da empresa não ter tomado “qualquer resolução a respeito” da exigência dos operários gerou uma reclamação por parte dos administradores e o encaminhamento de uma declaração da direção da CEIN ao Jornal. Este, por sua vez, iniciou a longa matéria do dia 17 afirmando manter a

¹¹⁸Greve. *Diário de Notícias*. 14.09.1907.

¹¹⁹Na Companhia Empório Industrial. *Gazeta do Povo*. 14.09.1907.

“isenção que a prudência” reclamava e que ainda os obrigavam “os próprios deveres profissionais”. Assim, passariam “a estampar, sem comentários as informações” trazidas ao Jornal. Publicou as explicações da Empresa e também as que alegaram terem sido fornecidas pelos operários que chegavam da “Boa Viagem, sob a afirmação de pessoa que também” merecia crédito. Assim, buscando passar a idéia de neutralidade registraram que passariam a “dar lume” às informações disponíveis “com a mesma isenção de ânimo”.¹²⁰

A julgar pelas informações que o jornal asseverou ser dos operários, eles vinham, “há muitos dias” reclamando dos fios que recebiam para ao “fabrico das fazendas” por serem eles de “péssima qualidade”. Assim, os tecidos saíam “sem o devido apuro” e as conseqüências pesavam “exclusivamente sobre o operário” que se via “vexado por muitos e pesados descontos, que muitas vezes lhes absorviam todo o salário. A situação teria se agravado “nos últimos tempos” uma vez que a diretoria teria determinado que “as peças deveriam ser de muito maior cumprimento” sem que o operário recebesse remuneração alguma pelo excesso de trabalho, pois só recebiam a importância relativa aos cento e vinte metros da praxe estipulada da medida da peça. Os trabalhadores exigiam que o trabalho fosse “remunerado por metro de fazenda fabricado e pelos preços fixados atualmente pela diretoria acrescidos três réis sobre os mesmos”. Em compensação, os operários disseram abrir “mão das gratificações e prêmios”.¹²¹

Este é um dado muito importante porque deixa entrever que os prêmios não eram mais tão atraentes ou mesmo que, após as contas efetuadas pelos operários, estes perceberam que, entre a premiação e os descontos, eles ficavam em desvantagens.

Os operários de “diária fixa”, também aderiram à greve e pediram um aumento de quinhentos réis nas suas respectivas diárias. Afirmaram que seus salários “sofriam reduções” já há algum tempo e que eles se arrastavam com sérias dificuldades para o “cumprimento dos seus deveres”. Segundo a matéria, a situação deles teria se agravado, “além de tudo, pelo aumento” efetuado pela “Diretoria da Empresa nos alugueis das próprias residências deles, na Vila Operária”.¹²²

¹²⁰Greve operária. *Gazeta do Povo*. 17.09.1907.

¹²¹Greve operária. *Gazeta do Povo*. 17.09.1907.

¹²²Greve operária. *Gazeta do Povo*. 17.09.1907.

Essa informação contraria outra fornecida pelos administradores da Empresa sobre a manutenção dos valores alugueis. O jornal afirma que todas as secções “da grande fábrica” estavam paralisadas e que “para a honra do operariado desta terra” tinham o “grato prazer de constatar, que se tendo constituído em greve, cerca de dois mil operários, tem todos eles se mantido na melhor ordem e com a máxima prudência e respeito pleiteando os seus direitos”. Curiosamente informa que, “a autoridade local, o major Arnaldo José de Araujo” estaria com “muita atividade na manutenção da ordem” e que não precisava do “auxílio sequer de uma só praça”.¹²³

A empresa procurou, através da carta encaminhada ao jornal, justificar a dificuldade para adquirir fios de qualidade e que a “reclamação sobre aumento do número de metros nas peças da fazenda não” tinha “razão de ser, visto que a Companhia” estava “disposta a pagar aos operários a tecelagem por metro”. Para eles “fora disso”, não havia “motivo” em que se baseasse a greve e que ela poderia mesmo “considerar-se desfeita”. Afirmou que se “as fábricas ainda não estavam funcionando” era “com o intuito de evitar as desavenças ou conflitos que porventura” pudessem ocorrer “entre os operários” que aderiram e os que não concordaram “com a greve”.¹²⁴

Aqui se destaca pelo menos dois pontos importantes: tentaram reduzir o movimento grevista a questão da medição das peças produzidas; alegaram que o trabalho não tinha reiniciado por decisão deles que se preocupavam com as desavenças entre os trabalhadores. Como pode se constatar, a greve foi uma reação que revelou um maior número de descontentamentos do que os empresários divulgaram. Em mais um momento percebe-se a tentativa de infantilizar as ações dos trabalhadores, desqualificando-os quanto a capacidade de resolver seus embates e suas diferenças. .

Consta na correspondência enviada ao jornal pela diretoria da Empresa que ela já teria comissionado o médico “Dr. Adriano dos Reis Gordilho”, “para exortar os operários a voltarem aos seus trabalhos”. Sobre esta tentativa de negociação do conflito pelo médico, o jornal informa que ele “de fato compareceu às 7 horas e meia do dia anterior” se dirigindo “em frases admoestadas à multidão dos operários” e que teria sido “aparteado por alguns operários”.¹²⁵

¹²³Greve operária. *Gazeta do Povo*. 17.09.1907.

¹²⁴Greve operária. *Gazeta do Povo*. 17.09.1907.

¹²⁵Greve operária. *Gazeta do Povo*. 17.09.1907.

A intervenção do médico não surtiu o efeito esperado pela empresa e a *Gazeta do Povo* do dia seguinte informou que o dia anterior teria se passado “entre comentários e discussões nos círculos grevistas”. Afirmou que “durante o dia o aspecto da Vila Operária era tal qual a dos dias de atividade”. Destacou uma conferência ocorrida entre o *Centro Operário* e os grevistas e o apoio que aquela Instituição prestou disponibilizando um advogado para acompanhar as negociações. Noticiou ainda que os grevistas solicitaram uma reunião com a diretoria, o advogado e membros do Centro.¹²⁶

Um particular registro da *Gazeta do Povo* sobre a Vila Operária certamente incomodou os diretores. O Jornal assim noticiou:

Naquele agrupamento de habitações, que o grande espírito de Luiz Tarquínio fez modelar para o repouso dos que consomem as energias do corpo nas fadigas do trabalho diário, faziam-se e desfaziam-se grupos, cada qual opinando sobre o protesto coletivo que traz adormecida as poderosas oficinas que, pela competência e direção da organização superior do seu glorioso fundador, são consideradas como as mais importantes do país.¹²⁷

A divulgação da Vila como o palco das discussões sobre a greve e seus rumos destoava da imagem continuamente construída de espaço da harmonia e da tranqüilidade expondo uma outra face daquela experiência.

O Dr. Adriano Gordilho, ofendido com a publicação do jornal sobre a sua tentativa de intervenção no assunto da greve, lhe endereçou uma carta que também foi publicada. O jornal, procurando angariar legitimidade pública registrou que dariam espaço a todas as informações merecedoras de crédito que ali aportassem. O médico assim se explicou:

Na manhã do dia de segunda feira, 16 do corrente, ao chegar à Vila Operária, pedi o comparecimento da comissão que me havia procurado na véspera, tendo nesta emergência para evitar qualquer desvirtuamento das minhas expressões, resolvido tornar o mais público possível, o desempenho da minha dupla missão. Ao encontro da comissão dirigi-me em frente ao portão central da Vila, diante da concorrência, a que aludiu, fiz-me ouvir. A linguagem e a franqueza dos meus conceitos em relação aos fatos, em destaque, no momento, não exprimiram em absoluto, nenhuma feição de admoestação, pois este papel não me estava reservado, nem a ele me submeteria, tão notórios são os sentimentos que nutro por esta extremada classe, e cujo serviço emprego grande parte da minha atividade, há mais de 14 anos, por cujo bem estar tenho empregado, como continuarei fazê-lo, os esforços do meu pouco valimento. Minhas frases se visaram exortar

¹²⁶Greve operária. *Gazeta do Povo*. 18.09.1907.

¹²⁷Greve operária. *Gazeta do Povo*. 18.09.1907

os operários, em ação de interrupção dos trabalhos, a voltarem aos labores, atendidos eles em diversos pontos de suas reclamações, conforme estava autorizado pela diretoria a dar-lhes ciência, não tiveram outro alcance, que não sendo aceitos os princípios das razões expostas, ver terminado este tão lamentável incidente sem que houvesse vencidos ou vencedores. Se não logrei o meu intento de ver logo resolvida a crise, gerado, entretanto, o grato consolo do modo atencioso porque fui ouvido pelo numeroso auditório, sem ter sido aparteado, conforme foste erradamente informado, pelos que compunham a grande massa dos que me ouviram.¹²⁸

Alguns pontos podem ser observados nesta carta do Dr. Adriano Gordilho. Ele afirmou cumprir uma “dupla missão” embora em nenhum registro apareça esta atribuição dada a ele pelos operários. Mesmo autorizado pela diretoria a informar que os trabalhadores seriam atendidos em “diversos pontos de suas reclamações”, os operários não concordaram em voltar ao trabalho. É possível que os operários sentissem, naquele momento, confiança no movimento para avançar na fronteira das conquistas. Talvez ainda não creditassem tanta autoridade ao médico. É possível também que, aquela altura, os operários quisessem o reconhecimento da ação coletiva e não mais as intervenções de cunho paternalista, afinal a reunião pleiteada por eles não foi atendida. O retorno nas condições propostas pelo médico poderia não assegurar o que ficaria acordado afinal, os diretores não assumiam nenhum compromisso e a greve continuou.

No *Diário de Notícias* de 21 de novembro o articulista começou o artigo lamentando que,

[...] entre o pessoal da Villa Operária, a majestosa criação do grande e pranteado industrial Luiz Tarquínio, e a atual direção das respectivas fábricas dado uma desinteligência tal que levou os operários a constituírem-se em greve pacífica, determinando que os diretores por sua vez mandassem cerrar as portas daquele estabelecimento, dominando então um constritor (sic) silêncio naquele centro a tantos anos cheio do agradável amor ao trabalho.¹²⁹

Esse jornal acabou por fornecer mais dados sobre a greve. Segundo noticiou, a greve teria sido originada por diversas causas como o “desaparecimento em parte do regime instituído pelo fundador da Vila Operária e as vantagens que os estatutos asseguravam” aos trabalhadores. Reafirma as informações divulgadas pela *Gazeta do Povo* no que diz respeito ao aumento do trabalho sem a devida compensação na remuneração. Também destacou o caráter “pacífico e ordeiro” da greve que já contava oito dias de paralisação. Informou sobre o andamento das negociações que, aquela

¹²⁸Carta do Dr Adriano dos Reis Gordilho. Greve operária. *Gazeta do Povo*. 17.09.1907.

¹²⁹Greves. *Diário de Notícias*. 21.09.1907.

altura, contou com mais envolvidos e chamou a atenção para o fato de que “o movimento grevista” estaria se “alastrando”, isso porque, “solidários com o resolvido pelo pessoal da Vila Operária”, estariam também em greve os da fábrica de tecidos “Mangueira e os da secção de preparação da fábrica da Plataforma, todos pertencentes à Companhia Industrial da Bahia”. Noticiaram que os operários de uma fábrica de cigarros também aderiram a greve.¹³⁰

A possibilidade de maior ampliação do movimento grevista talvez tenha feito com que as negociações entre os grevistas e a direção da CEIN contassem com muitos e variados mediadores. Talvez pressionada pela opinião pública e mesmo pelos prejuízos de terem os trabalhos da Fábrica interrompidos a direção da Companhia informou que se sentia “obrigada a comparecer perante o grande público” para “explicar os fatos relativos à greve” e “tornar conhecida a sua atitude para com aqueles que pelo trabalho colaboram” com os propósitos da empresa. A mesma carta foi publicada pelos jornais *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Gazeta do Povo* e provavelmente foi uma matéria paga pela CEIN.

Os signatários informaram que a atual direção da CEIN não poderia, “pelos laços que teve” com a direção anterior e “de cujas tradições se fez guardar, destoar das normas preestabelecidas para transformar” aquela “escola de trabalho e de moral num reduto destinado a gleba”. Informa que, naquela ocasião “como ontem, o operário ali” continuava “tratado como irmão e colaborador da grande obra que é uma das páginas de engrandecimento desta aterra”. De acordo com eles, o “episódio” da greve, tão “comum nos grandes centros industriais e felizmente entre nós raríssimos” foi uma exceção devido ao fato de ainda não “nos ter minado” o “espírito subversivo do socialismo suspeito e indisciplinado”.¹³¹

Procuraram minorar as causas desencadeadoras do movimento, mas, acabaram por trazer à tona mais um fator de descontentamento dos operários. Informou que o motim tivera início num “simples incidente havido numa das secções”. Ao que parece, o aumento da quantidade de metros por peça teria sido uma definição do técnico estrangeiro responsável pelo Salão Branco chamado Sr. André White incumbido de supervisionar a tecelagem e o aperfeiçoamento dos tecidos. Percebe-se que os

¹³⁰Greves. *Diário de Notícias*. 21.09.1907.

¹³¹A direção da Companhia Empório Industrial do Norte vem ao público. *Diário de Notícias*. 23.09.1907

trabalhadores já haviam registrado insatisfação sobre a condução do técnico porque os diretores disseram que “os operários entendiam” que ele “deveria ser retirado”. Informou que “tal exigência” não poderia ser satisfeita por trazer “serias perturbações à economia da Companhia” que inclusive via naquele técnico “estrangeiro, um guia necessário e competente para o operário nacional”.¹³² Os operários não pensavam assim.

Os diretores ainda registraram concordar com as demais exigências dos operários a exceção do pleito dos “jornaleiros”. Estes trabalhavam em funções administrativas e a adesão dos mesmos ao movimento paredista parece ter irritado a administração da CEIN que se sentiram traídos porque os tinham possivelmente como colaboradores mais fiéis. Foram irredutíveis quanto ao pleito do aumento dos seus salários. Registraram que aquele ponto era de todo “falho” porque a Companhia não poderia “deixar de estabelecer o processo que melhor e mais equitativamente” remunerasse o trabalho, “estimulando os operários para o seu aperfeiçoamento”. Os jornaleiros, segundo disseram, tinham “aumento de acordo com o merecimento e esforço de cada qual”. Aquelas eram medidas moralizadoras e ao mesmo tempo necessárias para a “garantia do desenvolvimento da produção”. Para eles, “não seria justo que ficassem vinculados os que oferecem o melhor do seu esforço com os indiferentes e ociosos”.¹³³

Concluem o documento afirmando que “o conforto” continuava “o mesmo” e os alugueis da casa eram “de tal ordem que os operários” não obteriam moradias em melhores condições fora dali. Aqui os diretores já não afirmaram, como em outros momentos, que os aluguéis não sofreram aumento, e sim, que fora dali, os operários não encontrariam coisa melhor. Insistiram que continuavam buscando elevar “o plano moralizador da Companhia” e para isso bastaria dizer que “os antigos operários isto é, aqueles que pelo número de anos no estabelecimento demonstraram a sua dedicação a causa do trabalho” não pagavam mais os alugueis, “tanto assim que” era “de 975\$000 a verba mensal de alugueis bonificados a esses operários”.¹³⁴ Concluíram o comunicado reafirmando que eles mantinham,

O mesmo espírito tradicional de seus fundadores. É o que anima e inspira os seus sucessores para esta cruzada pelo trabalho. Aos ânimos calmos e reflexivos, à imprensa orientadora das classes facilmente

¹³²A direção da Companhia Empório Industrial do Norte vem ao público. *Diário de Notícias*. 23.09.1907

¹³³A direção da Companhia Empório Industrial do Norte vem ao público. *Diário de Notícias*. 23.09.1907

¹³⁴A direção da Companhia Empório Industrial do Norte vem ao público. *Diário de Notícias*. 23.09.1907

sugestionáveis, dirigimos sobranceiramente esta explicação dos fatos e justificativas da atitude assumida. Possa ela calar nesses espíritos felizmente imparciais, e dentro em poucas horas estamos certos de que volverão a movimentar-se estas nossas oficinas, numa afirmação solene de que não destoou das nossas classes operárias o espírito da disciplina que a distinguiu em todos os tempos. A Direção.¹³⁵

Mais uma vez os empresários tentaram desqualificar as ações dos trabalhadores como se elas fossem fruto de influências externas, além de reforçarem a idéia de que os trabalhadores da CEIN se destacavam dos demais operários de Salvador pela disciplina.

As negociações aconteceram e após firmarem o acordo os operários da CEIN voltaram as suas atividades. Os jornais deram vivas ao encerramento do impasse. A julgar pelas notícias veiculadas, foram dez dias de greve e, ao menos em parte, as exigências dos operários foram atendidas. Não foram encontrados registros de demissões dos operários da CEIN em virtude do movimento grevista. Nas outras fábricas a greve continuou e o retorno foi gradativo atendendo possivelmente demandas específicas de cada grupo de trabalhadores. O *Diário de Notícias*, por exemplo, noticiou em 27 de setembro que os operários da Fábrica Conceição teriam voltado no dia anterior e que os chefes da greve foram todos dispensados.¹³⁶

Nesse mesmo ano a *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, publicou uma matéria sobre Luiz Tarquínio e ao falar da Vila Operária tratou-a como “maior monumento” que contribuía para solucionar o “tremendo problema” que era “a harmonia completa do capital e do trabalho”. Em mais uma apologia aos feitos de Luiz Tarquínio que engrandeciam a Bahia afirmaram:

A realização desta obra gigantesca e seus resultados práticos, quer relativamente a produção, quer com relação à feição edificativa dos hábitos do operariado, quer referentemente a assistência organizada em benefício do operário e seus filhos, desde a higiene até o conforto, desde a escola até a creche, deram-lhe justo renome.¹³⁷

Esse e outros registros reforçavam a reedição das representações idealizadas de Luiz Tarquínio, da Vila Operária e de seus moradores mascarando os conflitos vividos por eles contribuindo para perpetuar a imagem de harmonia perfeita que não correspondia a realidade vivida.

¹³⁵ A direção da Companhia Empório Industrial do Norte vem ao público. *Diário de Notícias*. 23.09.1907

¹³⁶ As greves. *Diário de Notícias*. 27.09.1907.

¹³⁷ RIGHBA. 1907. Ano XIV. Vol. XIV. Nº 33 e 34. p. 167-170

As ações de caráter assistencialista e que visavam dissolver os embates mais frontais entre os trabalhadores e a Empresa foram constantes. Dois anos após a greve a diretoria divulgou sua contribuição para criação da associação de beneficência mútua de nome “Sociedade Beneficente 24 de julho”, data do aniversário de Luiz Tarquínio. No Relatório informaram que reconheciam “o valor de tão útil e meritória instituição” e por isso resolveram “concorrer com a mensalidade de Rs5000\$000. Declararam ainda que a sociedade seguia em caminho de “grande prosperidade”.¹³⁸ Pelo registro dos membros da sociedade percebe-se o distintivo dado aos empresários. Os diretores figuravam os *Sócios Beneméritos* e os membros do Conselho Fiscal os *Sócios Benfeitores*. Alguns engenheiros estavam entre os *Sócios Remidos*. Os operários associados figuravam os *Sócios Pensionistas*. Essa sociedade teve papel importante na sobrevivência dos associados socorrendo em momentos como doença, invalidez e morte. Nas despesas relacionadas estavam os funerais. Ela supriu muitas necessidades dos operários e contribuiu para alimentar o caráter de benevolência atribuído a Empresa.

Outro registro de confronto direto dos operários da CEIN, alguns dos quais moradores da Vila com a direção da empresa pode ser acompanhado através dos artigos do Jornal *O Tempo* durante os meses de junho a novembro de 1918. O jornal fez uma série de matérias intituladas “*Campanha redentora pelo operariado*”. O propósito dos artigos, segundo o articulista, era denunciar a carestia dos gêneros alimentícios e os baixos salários dos trabalhadores da Bahia daquele período e para tanto afirmou que era do “programa” daquela “folha propugnar pelos interesses coletivos, batendo-se sem esmorecimentos pela justiça e pela razão, acatando os poderes constituídos” porque fora da ordem não poderia “haver progresso e nem prosperidade do povo”.¹³⁹

Colocando-se como defensores da “razão” e da “justiça” os articulistas disseram estar “voltados para uma grande e benemerita classe, num esforço supremo pela reivindicação dos seus devidos”. Tratava-se da “classe operária, a esses modestos, porém valorosos obreiros da civilização na sua obra quase sempre ignorada, porém na maior transcendência no progresso da humanidade”.¹⁴⁰

Embora em muitos pontos as falas sejam generalizadas, vários destes artigos tratam especificamente das condições dos empregados da CEIN e no dia 30 de julho

¹³⁸ CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1910.

¹³⁹ Campanha Redentora pelo operariado. *O Tempo*. 23.08.1918.

¹⁴⁰ Campanha Redentora pelo operariado. *O Tempo*. 23.08.1918.

denuncia a presença de um escriturário da empresa que, juntamente com o filho, funcionário responsável pela folha de pagamento, estaria atuando como agiota cobrando 20% pelos valores emprestados. Em tom de denúncia informam que estariam dizendo a “verdade nua e crua” de tudo que se passavam as “portas adentro, na fábrica da Companhia Empório Industrial, não tendo o operário ali sequer direito de reclamar contra uma multa” que lhe “injustamente aplicada”. De acordo com a matéria, a situação ainda se agravava porque “de tudo” aquilo tinham “conhecimento os diretores da Empório” e não constava que os mesmos estivessem tomando “providencias no sentido de evitar aquela “tamanho exploração”.¹⁴¹

Para eles, o “assunto capital” era a questão dos salários praticados pela CEIN e advogaram o aumento por peça produzida além da redução da jornada de 10h para 8h ameaçando que não fariam concessões e que em “benefício” daquela “classe desprotegida” iriam “lá, junto a eles pregar a parede, a greve pacífica, como única medida capaz de compelir a empresa a cumprir o seu dever”.¹⁴² Cabe registrar que aquele momento correspondia a uma grande disputa eleitoral no estado e o referido jornal era ligado ao grupo político opositor e que estas denúncias que eles alegaram ser fornecidas pelos operários da Fábrica coadunavam com os interesses desses políticos e, certamente foi por isso que os operários da CEIN encontraram espaço para expor suas mazelas.

Em outro artigo segue o articulista informando que teria ido no dia anterior a “Companhia Industrial do Norte” aquele “núcleo de atividade e trabalho, fundado pelo inesquecível industrial Luiz Tarquínio e cuja memória rendemos um culto de veneração e de respeito”. Afirmou que ali, onde viviam “cerca de 2 mil pessoas de ambos os sexos” eram numerosas as queixa, principalmente contra a agiotagem, que “com consentimento da dita Companhia, campeia desenfreadamente de portas adentro”.¹⁴³

De acordo com o noticiado, os agiotas adiantavam “pequenas quantias aos operários mediante o lucro de 20% por semana, verdadeiro assalto à bolsa daqueles infelizes”. Afirmo ainda que, “se por qualquer motivo, o operário” não pudesse “indenizar a quantia tomada ao sugador de seu suor”, a importância era “imediatamente

¹⁴¹Campanha Redentora. *O Tempo*. 30.07.1918.

¹⁴²Campanha Redentora. *O Tempo*. 30.07.1918

¹⁴³Campanha Redentora. *O Tempo*. 30.07.1918

descontada a boca do cofre, a fim de forçá-los a contrair novo empréstimo na semana seguinte”.¹⁴⁴

A julgar pelos detalhes noticiados sobre a Fábrica e a Vila, os responsáveis pelas matérias demonstraram estar bem informados, sugerindo que os dados divulgados foram mesmo fornecidos por pessoas que conheciam bem aquela dinâmica interna. Noticiaram que os operários trabalhavam “10 horas diariamente, começando o serviço as 06h30min da manhã e terminando às 17h30min, havendo apenas uma hora para o almoço”. E em todo aquele trabalho eles eram “considerados como empreiteiros, recebendo” pelo que produziram “durante a semana”. Este valor, não excedia “nunca a importância de 12 e 13\$ para os homens e 5, 6 e 7\$ para as mulheres”. Dessa quantia era “logo descontada a importância de 5\$ por semana para o pagamento do aluguel da casa”. Debitava-se ainda a importância referente às multas que lhe eram impostas, “da sorte que muitas vezes o operário trabalha durante seis dias para no fim da semana, retirar-se da fábrica de mãos vazias”. Essa era, “portanto a situação dos trabalhadores da fábrica de Luiz Tarquínio a braços com as maiores dificuldades de vida”.¹⁴⁵

Procurando angariar a simpatia da opinião pública, o articulista afirmou estar apelando para o amparo de uma mão protetora para os operários e lançando seu “protesto à bolsa dos infelizes operários” passaram a pedir “uma severa reprimenda para os abusos da agiotagem”. Aqueles fatos “criminosos” que o jornal já vinha denunciando em várias “edições anteriores” mereciam por “parte da direção da Empório Industrial do Norte, uma severa sindicância, a fim de salvaguardar a responsabilidade perante os acionistas da empresa”. De acordo com o jornal, o responsável por aquele abuso era “protegido do Sr Adriano Gordilho” e se chamava “Vicencio Constantino Figueiredo”, verdadeiro agiota que “sob a coação” estaria “angariando assinaturas dos operários a fim de protestar” contra a campanha que o jornal estava fazendo.¹⁴⁶

Os redatores do Jornal publicaram uma representação aos diretores da empresa informando que com aquelas denúncias não desejavam “absolutamente a empresa de *O Tempo*, criar nenhum embaraço a direção CEIN”, que, eles bem compreendiam “ser um núcleo de atividade e de trabalho, mantendo sob sua guarda cerca de 2000 operários”. Alegaram ainda que o que desejavam e esperavam “ser atendidos” era que a direção da

¹⁴⁴Campanha Redentora. *O Tempo*. 31.07.1918

¹⁴⁵Campanha Redentora. *O Tempo*. 31.07.1918

¹⁴⁶Em prol dos operários. *O Tempo*. 05 08.1918

Empresa, “irmanada pelos mesmos benéficos sentimentos, que presidem aos nossos intuitos” viessem “em socorro” daqueles “infelizes” que despediam “as suas energias para o progresso material da Empório, aumentando-lhes os vencimentos”, pelo menos enquanto durasse a guerra, “dispensando ao mesmo tempo as multas” aplicadas aos operários”.¹⁴⁷

Cabe lembrara que, embora tenha montado os equipamentos de fiação a empresa continuava trabalhando, em grande medida, com matéria-prima importada em virtude dos tecidos que produzia e o longo período da guerra dificultou o recebimento do material necessário ao fabrico. A falta de matéria-prima suficiente para manter a produção costumeira forçou a fábrica a estabelecer um escalonamento dos dias da semana que a fábrica funcionaria e por isso os rendimentos teriam reduzido. O custo de vida dos trabalhadores não reduziu, aí incluindo o valor dos aluguéis. O jornal denunciou as condições dos empregados da CEIN que recebiam por produção e após a dedução do aluguel não restaria o suficiente para provimento das necessidades dos operários e suas famílias.

Talvez pelo fato de não se atribuir crédito às denúncias feitas pelo Jornal, este resolveu publicar uma carta que teria sido enviada por um operário da CEIN sem, contudo divulgar o nome do autor da missiva. O jornal mostra o que seriam fragmentos da referida carta que teria sido escrita por um representante dos operários da CEIN, gratos ao jornal “pela campanha levantada pelas colunas” daquele “conceituado jornal”, confiantes no “valioso concurso” que em prol deles estaria o jornal fazendo, pois suas atuais condições eram “horrorosas e insuportáveis”.¹⁴⁸ Segue um pequeno e significativo recorte da carta publicada pelo jornal:

Creia, Sr. Redator, a fome na vila operaria é uma coisa insustentável, o que V.S. facilmente poderá verificar sem grande trabalho, bastando para isso que mande na sábado observar a saída destes infelizes, às 05 horas da tarde, e pedir-lhes os envelopes, se convencendo da verdade do quanto alego. (...) Pelo amor de Deus, Sr. Redator, peço lançar as suas vistas para este povo abandonado, afim de que os sangue-sugas do seu suor se condoam da miséria horrível por que atravessa. (...) Peço a publicação da presente carta, afim de que o público conheça a situação dos operários da Fábrica da Boa Viagem.¹⁴⁹

¹⁴⁷Campanha Redentora. *O Tempo*. 11.11.1918

¹⁴⁸Campanha Redentora. *O Tempo*. 11.11.1918

¹⁴⁹Campanha Redentora. *O Tempo*. 11.11.1918.

No dia seguinte à publicação dessa carta, o jornal reforça o apelo dirigido “por um operário da Fábrica Boa Viagem”. Teria sido outro? O articulista alega que, através da missiva pode-se ver a que ponto se encontrava “o estado de penúria” em que se achavam aqueles “infelizes” que ali trabalhava, estando eles “na iminência de estender a mão a caridade pública, a fim de poderem se manter”.¹⁵⁰

Ainda de acordo com o jornal, “os srs. Industriais, devido à baixa do algodão” atiravam os operários “completamente ao desprezo, reduzindo o trabalho para menos de um terço, com a paralisação de grande quantidade de teares e, ainda mais, reduzindo a semana de 6 para 4 dias”. Daquela maneira, os operários apenas ganhavam “para pagar o aluguel da casa”, o qual era logo “descontado no escritório, ficando os operários sem vintém para comprar pão, e sujeitos às maiores privações”.¹⁵¹

Destacaram que, os diretores da Empório não se lembravam dos grandes lucros auferidos pela empresa durante a guerra, permanecendo durante aquele período em “idêntica situação os infelizes operários” e afirmam ainda que não foram eles “os culpados pela baixa do algodão”.¹⁵²

É possível que, nos primeiros anos da Primeira Guerra Mundial, a CEIN acumulasse grande quantidade de estoque de matéria-prima e se beneficiasse da ausência de concorrentes no mercado.

De fato, no Relatório datado de 1917, referente ao ano anterior, os diretores fazem os agradecimentos aos “auxiliares que no cumprimento de suas obrigações se mostraram dedicados” e por isso eram “merecedores” do “reconhecimento”. Lamentaram os acontecimentos da Guerra com “todos os seus horrores” que “tanto” estaria interrompendo “o progresso das nações”. Apesar disso, registraram um aumento na produção de 1.927.420 metros com relação ao ano anterior. Atribuíram àquele desempenho “a organização da gerência técnica confiada ao Sr. Victor Mayer” que teria sido também “auxiliado nas secções de tecelagem e fiação pelos Srs João Tarquínio e João David”, ambos ocupando gerências naqueles setores.¹⁵³

¹⁵⁰Campanha Redentora. *O Tempo*. 12.11.1918

¹⁵¹Campanha Redentora. *O Tempo*. 12.11.1918

¹⁵²Campanha Redentora. *O Tempo*. 12.11.1918

¹⁵³APABA. CEIN. *Relatório*. 1917. p.09. Esse João Tarquínio foi o mesmo que, quando criança participou das apresentações de final da Escola e mais adiante irá ocupar a direção da Empresa.

Voltando ao jornal *O Tempo*, sabe-se que ele foi um jornal opositor da política local do período e, como já dito, certamente procurou dar destaque as notícias que evidenciassem as fissuras locais e foi por isso que as informações sobre os trabalhadores da CEIN encontraram espaço. De qualquer maneira, os problemas enfrentados pelos trabalhadores não foram inventados nem eram exclusivos deles, razão porque naquele ano, 1919, os trabalhadores baianos deflagraram duas greves, uma em junho e outra em setembro.¹⁵⁴ Aqui cabe destacar que no encerramento da primeira, a diretoria da CEIN estabeleceu um acordo com os operários que incluía: redução da jornada de trabalho para oito horas e um aumento diferenciado entre os operários antigos e novos, além de assegurar a não demissão daqueles que participaram do movimento.¹⁵⁵

O acordo não foi cumprido e a demissão do contramestre Daniel José do Nascimento foi o estopim para a nova paralisação. De acordo com o jornal *O Tempo*, Daniel do Nascimento atuara na greve anterior e era delegado da união Geral dos Tecelões da Bahia. No dia quatro de setembro ele teria parado seu trabalho para ir ao banheiro e o fiscal de nome Polycarpo, achando que ele teria demorado mais do que o que ele considerava aceitável, fez uma censura e aplicou uma multa de 2\$000. Daniel não teria se conformado com a multa e foi procurar a administração para se justificar e acabou por ser demitido. Daniel comunicou o fato aos colegas o que teria provocando “um brado de revolta uníssono” que teria repercutido “em todos os departamentos da fábrica porquanto a violência fora feita a pessoa de um dos operários mais estimados, motivando assim o abandono imediato do trabalho.”¹⁵⁶ Essa greve também teve desdobramentos e outras fábricas aderiram ao movimento. Os problemas continuaram e, no ano seguinte, o líder sindical Agripino Nazareth expos sua opinião sobre as condições de vida dos operários da CEIN, denunciando a “maneira pela qual os abutres” dirigiam a Fábrica da Boa Viagem, que “maltratam os operários, espoliando-os nos seus direitos, sugando, escandalosamente, parte dos seus minguados salários já bastante reduzidos, enquanto à custa do suor dos seus companheiros enchiam “ilícita e escandalosamente suas burras em curtíssimo período”. Continuou argumentando que

¹⁵⁴Para conhecer melhor o desenrolar e embates travados nessas greves consultar: CASTELLUCCI, Aldrin A. S.. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise* (1914-1921). Salvador: FIEB, 2004 e MATOS, Vanessa Cristina Santos. *Gênero e Trabalho: um olhar sobre as greves operárias de junho e setembro de 1919* (Bahia-Salvador. 2008. 175f. Dissertação (Mestrado em estudos interdisciplinares). NEIN. Universidade Federal da Bahia.

¹⁵⁵*O Tempo*. 04.09.1919.

¹⁵⁶*O Tempo*. 05.09.1919.

aquele “grande núcleo de trabalho” teria sido transformado em uma “casa de disfarçada escravatura” e assim estaria cometendo um “desvio da rota luminosa e sábia do seu grande fundador, Luiz Tarquínio”.¹⁵⁷ Possivelmente Agripino Nazareth estivesse se valendo dos mesmos argumentos sobre a benevolência de Luiz Tarquínio, alardeados pela Empresa, para sensibilizar a opinião pública e confrontar as ações dos atuais diretores com suas retóricas.

O Relatório de 1921 deixa entrever o arrefecimento ocorrido no ano anterior com relação às posições reivindicadas em 1919. Os diretores registraram: “a nossa produção excedeu a do ano” anterior e muito teria concorrido “para isso a normalização dos trabalhos, produzida pela melhor orientação do nosso operariado que, felizmente” passou a ter “nítida compreensão de seus deveres, procurando não se submeter às insinuações e conselhos subversivos, d’aqueles” que se diziam “seus amigos e que, no entanto, não passam de falsos defensores”.¹⁵⁸ Possivelmente os diretores estabeleceram acordos com os trabalhadores porque enfatizaram que procuraram mostrar aos operários que não teriam ficado indiferentes às “provas” de obediência, “tanto assim” que foram eles “favorecidos com aumentos nos seus salários”, elevação dos “fornecimentos gratuitos de remédios e diversos outros auxílios”, cuja verba por assim empregada “foi superior a R\$ 60:000\$000, além da importância de R\$ 40:000\$000, retirada dos lucros do ano findo”.¹⁵⁹

A julgar pelo Relatório seguinte, de 1922, a direção promoveu uma reforma nos Estatutos no ano anterior e esta, entre outras disposições “concedeu à Caixa de Auxílio a Operários” uma percentagem nos lucros da empresa. Essa percentagem, em 1923 foi de 3,33% sobre o lucro equivalendo a 72:000\$000.

Estas medidas contribuíram para o arrefecimento dos embates mais frontais entre os operários e a administração da CEIN, os quais, vividos no interior da Vila, contribuíram para a conformação dos códigos sociais que ali se estabeleceram. Algumas ações tiveram maior visibilidade que outras, mas, como alerta Certeau, “ainda que os métodos praticados pela arte da guerra cotidiana jamais se apresentem sob uma forma

¹⁵⁷NAZARETH, Agripino. *Germinal*. Abril. 1920

¹⁵⁸APEBA. CEIN. *Relatório*. 1921.

¹⁵⁹APEBA. CEIN. *Relatório*. 1921.

tão nítida, nem por isso é menos certo que apostas feitas no lugar ou no tempo distinguem as maneiras de agir”.¹⁶⁰

A aproximação da data comemorativa do centenário da independência da Bahia, no ano de 1923, suscitou uma produção discursiva voltada para o enaltecimento da Bahia e seus filhos. Na tentativa de contrapor a condição periférica nas decisões políticas do país que a Bahia ocupava na ocasião, buscou-se reafirmar, no centenário dos atos heróicos dos acontecimentos de 1822-23, aquela data enquanto marco político fundador da nacionalidade brasileira e motivo de orgulho dos baianos.¹⁶¹ Dentre esses escritos alguns destacaram “O Progresso da Fiação”¹⁶² e também, “Um dos maiores vultos da Bahia no primeiro século da Independência Nacional, Luiz Tarquínio e sua obra de grande industrial”.¹⁶³

A edição comemorativa do *Diário Oficial* também rendeu homenagens a Luiz Tarquínio e seu empenho para o engrandecimento da Bahia. Estas publicações reproduzem, em grande medida, as informações que circularam nos jornais durante os primeiros anos da fundação da CEIN. Informam algumas atualizações vivenciadas naquele momento. Segundo O *Diário Oficial* o capital da Empresa era de 6.000:000\$000 e a Fábrica dispunha de força elétrica e a vapor com capacidade de 1.300 cavalos. Os operários em número de 1350 e os teares em número de 1300 e estavam todos em funcionamento.¹⁶⁴

Informou que a Fábrica produzia os seguintes tecidos Bulgarinas, Zéfire, Riscados, Brins, Algodãozinho. O valor de sua produção atingiu a soma de 8.000:000\$000 e a quantidade de fazenda produzida em metros era de 10.000.000. Achava-se pois, a “empresa em franca prosperidade e ótimas condições financeiras” Informou ainda o *Diário Oficial* sobre a distribuição dos teares “colocados em amplas

¹⁶⁰CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994

¹⁶¹Para conhecer melhor os embates travados nas comemorações do Dois de Julho consultar: ALBUQUERQUE, Wlamira Ribeiro de. *O civismo festivo na Bahia: Comemorações do Dois de Julho (1889-1923)*. 1997. 134f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas., Universidade Federal da Bahia.

¹⁶²O Progresso da Fiação. *A Tarde*. 23.07.1923

¹⁶³Um dos maiores vultos da Bahia no primeiro século da Independência nacional. *O Democrata*. 02.07.1923.

¹⁶⁴A indústria de Tecidos na Bahia. *Diário Oficial* – Edição comemorativa. 02.07.1923

salas e nas melhores disposições higiênicas” e que, estava à frente da empresa Otto Bitencourt e Raul de Figueiredo Lima.¹⁶⁵

Na matéria publicada pelo jornal *A Tarde*, um dos que participaram da escrita do artigo, foi o antigo diretor da revista da Vila, *Cidade do Bem*, o poeta Múcio Teixeira. Este afirmou que, àquela altura, tinha-se “mesmo sem sair do Brasil, empresas mais importantes que a grande Empório Industrial do Norte, tanto no Rio Grande do Sul como no Rio de Janeiro”, isso considerando “o capital empregado e o número de braços em ação”. Segundo ele, o que não se via “em nenhum deles, nem mesmo nas principais da Europa”, era “o bem estar do proletariado”, observado “na prodigiosa cidade” que foi fundada e mantida “pela suprema capacidade do benemérito da Vila Operária”. Para ele, ali havia a “verdadeira felicidade pública, como o primeiro passo dado no caminho da riqueza da coletividade”. Ali estaria ainda, na sua opinião, tão “sabidamente resolvidos os complexos e transcendentais problemas da higiene e da ordem, da justiça e da moralidade, do civismo e da instrução”.¹⁶⁶ Os contrastes entre essas informações e as veiculadas no jornal *O Tempo* sobre as condições de sobrevivência desses trabalhadores são flagrantes.

Naquele ano, o jornal *O Democrata* relatou um episódio posteriormente reproduzido em outros espaços. O articulista assim descreve:

A organização dos trabalhos nos estabelecimentos da Empório começou com certa severidade, como exigiam circunstâncias especiais do momento, oriundos de irregularidades que se observavam por quase todos os nossos departamentos industriais. Luiz Tarquínio com aquela adorável mansuetude – que era todo um reflexo do seu coração boníssimo – não perdoava faltas. Uma vez tendo ele próprio observado em deslize um pobre operário, aplicara uma multa de 20\$000. Era a fêria de uma semana perdida. No sábado antes da hora do pagamento, o operário procurou-o.- que deseja? Perguntou-lhe Luiz Tarquínio. O pobre homem, a que nesse dia faltariam recursos para comprar o indispensável à alimentação de sua família, explicou-se. -Nada podia fazer. Se tinha aplicado a multa, não o fizera por absurdo. Que cumprisse os seus deveres para evitar situações difíceis em sua vida. Entretanto... o administrador possuía um coração: e quando, desiludido, ia partir o operário, Luiz Tarquínio chamou-o. - Aqui está a importância de sua multa. Mas tem que m'a restituir em parcelas pequenas semanalmente. E assim foi cumprido.¹⁶⁷

¹⁶⁵A indústria de Tecidos na Bahia. *Diário Oficial* – Edição comemorativa. 02.07.1923. Raul de Figueiredo Lima era parente de Lino Meirelles da Silva e o substituiu após sua morte.

¹⁶⁶O Progresso da Fiação. *A Tarde*. 23.07.1923.

¹⁶⁷Um dos maiores vultos da Bahia no primeiro século da Independência nacional. *O Democrata*. 02.07.1923.

Segundo o articulista foram “inúmeros” os fatos observados daquela “natureza”. A divulgação desses episódios, se é que de fato eles aconteceram, contribuíram para disseminar uma memória sobre o rigor, às vezes flexibilizado no trato dispensado por Luiz Tarquínio aos operários nos primeiros anos da existência da Empresa. Certamente essas publicações naquele período em que aconteceram confrontos diretos com os administradores ajudaram a conformar a mitificação de Luiz Tarquínio como pai protetor e a idealização da sua relação com os trabalhadores/moradores da Vila. Assim, a construção de um passado idealizado ajudava não apenas a idealizar o ontem, como também a descaracterizar e até mesmo enfrentar o presente conflituoso.

Nos anos seguintes, as constantes dificuldades materiais enfrentadas pelos trabalhadores brasileiros e as manifestações públicas que denunciavam suas precárias condições de trabalho fomentaram discussões e o conseqüente processo de intervenção do Estado na implantação de uma legislação para o trabalho. A adaptação da empresa e dos trabalhadores a esta nova realidade será tratada no próximo capítulo.

Capítulo IV

A Fábrica e Vila Operária: mudanças e permanências

No capítulo inicial dessa tese apresentou-se, em perspectiva de longa duração, o quadro da formação da cidade de Salvador com destaque aos fatores econômicos que deram sentido a sua constituição. Retoma-se aqui, questões já referidas para um tratamento mais verticalizado tomando como referência a situação especial da Vila Operária e suas conexões com a cidade de Salvador com base em uma documentação que evidenciou de forma objetiva o entrelaçamento do universo fabril com a cidade.

Opera-se neste capítulo um deslocamento de enfoque. Os elementos culturais destacados nos capítulos II e III são retomados aqui em outra perspectiva a luz da documentação que explicitou as fissuras e as contradições dos modos de viver na Vila. O deslocamento é também de ordem temporal uma vez que os propósitos dessa tese comportam o exame de diferentes momentos dos que partilharam a experiência da Vila Operária, suas apropriações no campo das memórias dessas vivências e compreender em que condições se deram a adaptação da Empresa e dos Trabalhadores a regulamentação trabalhista. Nesse sentido a abordagem que se segue dialoga e complementa a que se fez nos capítulos que antecederam.

Durante as décadas de 1930 e 1940, as mudanças no interior da Vila Operária da Boa Viagem foram mais acentuadas em decorrência de diversos fatores, inclusive o ritmo de produção da CEIN. Para se compreender essas oscilações e os significados que tiveram para os trabalhadores, moradores da Vila, é preciso retroceder um pouco. Desde os primeiros anos de funcionamento a produção da CEIN registrou uma linha ascendente, com algumas oscilações como uma ligeira queda nos anos de 1919/1922.¹

O Relatório datado de 1927, referente ao ano de 1926, fez menção a uma crise comercial e a um declínio na produção atribuído, sobretudo, “a sensível falta de operários”.² Apesar desse registro, a Empresa parece não ter sido atingida de maneira acentuada uma vez

¹SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973*. 1975. 236f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

²CEDOC. CEIN. *Relatório. 1927*.

que também registrou a venda de toda sua produção com lucros ainda considerados satisfatórios pela diretoria.³

O Relatório de 1928, referente ao ano anterior remete aos efeitos da crise comercial afirmando que “a guerra de preços entre empresas congêneres, motivada pelo incremento na produção de tecidos grossos” teria levado as fábricas, a evitarem “fazer grandes estoques, colocando seus produtos por preços baixos, com pequenas margens de lucros”. Ainda não atingida diretamente pelo efeito da crise e receando o agravamento das condições do mercado, a CEIN fez o mesmo, diminuindo seus lucros.⁴ Este Relatório também faz menção à falta de operários que, segundo eles, comprometia a produção.⁵

A partir de 1928, os efeitos da crise mencionada no Relatório precedente se fizeram visíveis e se estenderam até o início da década de 1930. Sobre o desempenho da CEIN, Pamponet Sampaio destacou que, no ano de “1928 a produção da fábrica foi de 6.163.390 metros”, correspondendo a “metade daquele dos anos de pico 1903, 1616 e 1917”.⁶

Mesmo com a adoção de medidas preventivas implantadas pela Fábrica, em 1928, agravaram-se os fatores da crise e os diretores registraram no Relatório de 1929: “o ano que se findou, foi para nossa Empresa de dificuldades”. Pela primeira vez, a Empresa encerrou o balanço anual com prejuízos.⁷ A avaliação que os diretores fizeram sobre a tão citada crise permite conhecer os pontos de vista de seus empresários sobre as tensões vividas pela indústria têxtil no momento.

Dentre os motivos que notoriamente contribuíram pra essa aflitiva situação, salienta-se a guerra de preços que se estabeleceu entre as empresas congêneres, levando o pânico ao mercado e tornando impossível, conseqüentemente, qualquer equilíbrio ou estabilidade fossem quais fossem os esforços empregados nesse sentido. Tal anormalidade decorreu de fato plenamente conhecido. É que a produção de tecidos grossos incrementou-se extraordinariamente entre nós, e todas as fábricas, no intuito de não fazerem estoque, procuravam colocar os seus produtos por qualquer preço, dando em resultado transações com insignificante margem para lucro e, por vezes, até abaixo do preço de custo.⁸

Após consultarem o Conselho Fiscal, os diretores da CEIN optaram por também vender a produção com preços mais baixo e, a julgar pelos dados fornecidos no relatório do

³CEDOC. CEIN. *Relatório. 1927.*

⁴CEDOC. CEIN. *Relatório. 1928.*

⁵CEDOC. CEIN. *Relatório. 1928.*

⁶SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *op. cit.*

⁷CEDOC. CEIN. *Relatório. 1929.*

⁸CEDOC. CEIN. *Relatório. 1929..*

ano seguinte, cogitaram, inclusive, a paralisação dos trabalhos por determinado período para não acumularem mais estoque.⁹

A justificativa dada pelos diretores para a não paralisação dos trabalhos da Fábrica foi a de que estavam preocupados com a “sorte dos antigos auxiliares e operários”, além da “desorganização dos serviços” e “estrago que ficaria sujeita a parte do maquinismo que necessita de zelo assíduo” e desta forma, resolveram manter a produção num ritmo menor.¹⁰ Estes relatórios eram dirigidos aos acionistas e publicados nos jornais. É possível que o argumento utilizado buscasse sensibilizar os consumidores e atrair o favorecimento da opinião pública uma vez que um dos problemas enfrentados pelas indústrias têxteis no período foi a concorrência acirrada da produção. Para os operários, diminuir a produção significava a redução dos rendimentos uma vez que eles recebiam pelo que produziam. O custo da sobrevivência não foi reduzido, incluindo aí o valor dos aluguéis dos que moravam na Vila.

Cabe aqui uma pequena reflexão sobre a questão da superprodução. A partir de 1928, há registros da reivindicação de parcela dos industriais têxteis brasileiros por medidas protetoras para suas indústrias sob o argumento de uma situação de superprodução no país.¹¹ A crise mundial de 1929 atingiu a economia exportadora brasileira e contribuiu para agravar a situação do comércio e da indústria que já vinha se delineando com registros de falências, paralisações, desemprego e redução de horas trabalhadas.

Não cabe neste estudo uma análise sobre as variadas interpretações do movimento que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930. Sabe-se, no entanto, que nesta nova coalizão de forças o Governo implantou modificações que atendiam demandas diversificadas. Sabe-se também que, na composição do Governo Provisório os industriais aumentaram sua influência, tanto é que, dois industriais têxteis ocuparam posições importantes: Manoel Guilherme da Silveira na presidência do Banco do Brasil e Jorge Street na Divisão Industrial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Essa presença contribuiu para que, em 7 de março de 1931, o governo federal promulgasse o Decreto nº 19.739 que restringia as importações de máquinas somente para substituição daquelas consideradas obsoletas. Esta medida, originalmente prevista para durar

⁹CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1929.

¹⁰CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1930

¹¹STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da Indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

três anos, terminou por ser estendida até 1937.¹² Ao se aproximar o prazo final da restrição, prevista para acabar em 1937, os industriais começaram as discussões sobre uma segunda prorrogação que não chegou a acontecer. Este episódio evidenciou o autoritarismo do recurso empregado pelos industriais, através da pressão que fizeram para criação de uma Lei com o fim de resolver os seus problemas, com o aval do Estado.

O Decreto atendeu ao apelo das associações dos industriais do Rio e São Paulo que alegavam o estado de superprodução em que a indústria têxtil nacional se encontrava. Esta medida beneficiou, sobretudo, as grandes empresas uma vez que impedia a instalação de novas fábricas e a expansão das pequenas.

Além das dificuldades criadas para importação de máquinas, a entrada de tecidos e fios também ficou restrita. A redução da entrada de tecidos estrangeiros no país poderia ter beneficiado a CEIN, porém a limitação da entrada de fios acabou por comprometer a sua produção.¹³ A concorrência entre as empresas nacionais foi acentuada por toda a década de trinta. Os estudiosos do período, ao avaliarem o comportamento das indústrias têxteis no país, revelam o aumento da posição relativa na produção do estado de São Paulo em detrimento, sobretudo, do Rio de Janeiro (incluindo o Distrito Federal da época) entre 1919 e 1939.¹⁴

Nesse período a CEIN continuou perdendo posição no cenário nacional e local. Pamponet Sampaio fez uma tabela comparativa e mostrou que, em 1905, a produção da CEIN, em metros, representava 5,13% da produção nacional. Em 1921, equivalia a 1,5% e em 1931, tal percentual ainda se mostrou menor, 1,1%. No plano local, em 1921 a produção da Empresa correspondia a 1/3 da produção baiana; dez anos depois, em 1931 essa proporção caiu para 1/4.¹⁵

Apesar de sua visível perda de importância na produção nacional, a taxa de lucro da Empresa revelou rápida recuperação em relação à crise vivenciada no período. Os lucros no ano de 1930 montaram 47,49%, mas, em 1939 já estavam em 81,26%. O crescimento da taxa de lucros de forma contínua se deu, principalmente, pela “compressão” das despesas que

¹²*Idem. Ibidem.* p.137.

¹³Cabe lembrar que a CEIN teve muitas dificuldades com relação a aquisição do algodão adequado aos seus interesses. SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *op. cit.*

¹⁴CANO, Wilson. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1970)*. Campinas: Editora da Unicamp. 1985.

¹⁵SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *op. cit.*

reduziram continuamente, fato evidenciado nos balanços da Empresa.¹⁶ Certamente que neste processo de compressão, os antigos benefícios que os trabalhadores recebiam foram diminuindo inclusive os salários já eram considerados baixos até mesmo pelos administradores como poderá ser verificado mais adiante.

Voltando ao Relatório de 1929, percebe-se que os empresários da CEIN entendiam o “caráter eventual e transitório” da guerra de preços em face da superprodução. Para eles, isto era um problema circunstancial e receava menos que outros que se revelavam “persistente e desanimadoramente para cuja debelação quase ou nada pode a iniciativa particular”.¹⁷

Estavam se referido a dois pontos que consideraram marcantes. O primeiro dizia respeito ao aumento da tributação e queixaram-se da falta de incentivo para a indústria que o estado da Bahia, segundo eles, não promovia, a exemplo de outros estados da federação. Fizeram uma comparação dos impostos pagos pela CEIN no ano de 1928 cujo total foi de Rs 226:059\$010 e por uma empresa com as mesmas características no estado de São Paulo que pagaria Rs 198:736\$700. Argumentaram ainda que, as fábricas, até o ano de 1926, pagavam contribuição “menos pesada” que os estabelecimentos comerciais o que, para eles, era justo uma vez que o comércio não tinha o

[...] raio de ação que tem os estabelecimentos industriais, quer proporcionando trabalho a milhares de cidadãos, que daí tiram o necessário para sua subsistência e de suas famílias, quer por vezes substituindo os poderes públicos na missão que aos mesmos exclusivamente compete, de assegurar assistência a coletividade. Escolas, assistência médica e creche, aí estão para comprovação dessa verdade. Entretanto nada disso, atualmente, se leva em linha de conta para que possam merecer as empresas industriais um pouco mais de simpatia da parte do poder público.¹⁸

Nesta fala está presente o redimensionamento da própria lógica do capitalismo. Aqueles empresários possivelmente já repensavam o sentido da manutenção que davam aos serviços internos da Vila, conforme será possível perceber nas ações que empreenderam mais adiante. Todo o investimento de conservação e reparos na Vila, deixou de ser atrativo para a retenção dos trabalhadores, o que remete ao segundo ponto que consideraram persistente e desanimador, que foi a falta de operários.

Esporadicamente figuravam nos relatórios da empresa as queixas referentes ao assunto. A partir de 1926 estes registros aparecem como fator agravante na redução da

¹⁶*Idem. Ibidem.*

¹⁷CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1929.

¹⁸CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1929.

produção. No minucioso relatório de 1929, os diretores reconheceram que a falta de operários se dava “em consequência dos baixos salários, desproporcionais ao custo da vida atual, mas que de modo algum” poderiam “ser melhorados”, enquanto perdurassem os efeitos da mencionada crise que atravessavam, segundo eles, agravada “pela tributação excessiva que sofre a indústria de tecidos”.¹⁹

É possível que, mais uma vez, os diretores buscassem atingir a opinião pública tanto na defesa pela redução da tributação das fábricas de tecido no estado, quanto na justificativa para os baixos salários pagos aos operários. A situação dos operários, moradores da Vila ainda se agravou naquele ano pelo fato da Empresa ter agregado aos aluguéis o valor referente ao imposto predial.

A “Vila Operária” que vinha gozando da isenção de impostos de décimas, desde a sua fundação, terminado o prazo da concessão, não obteve a justa prorrogação do mesmo, apesar do apelo feito nesse sentido. Nessa emergência, para não aumentarmos os aluguéis, o que viria a dificultar mais a vida dos nossos operários, resolvemos apenas acrescer ao preço da locação o imposto cobrado. Não deixasse a “Vila Operária” geralmente déficit e pudéssemos suportar maiores despesas, nessa fase de grandes sacrifícios, que atravessamos, outro teria sido o nosso procedimento, tendente sempre a melhorar a situação econômica dos que nos prestam honestamente os seus serviços, contribuindo para a prosperidade da nossa Empresa. Nesse sentido, convém registrar que, apesar da premência da crise, fizemos distribuir pelo Natal, a título de gratificação, aos operários e empregados, a quantia de Rs 66:561\$600.²⁰

A gratificação visava minorar as dificuldades vivenciadas pelos operários identificadas no próprio relatório. O parecer do Conselho Fiscal daquele ano identificou que a carência de operários já se percebia “nas diferentes seções da fábrica”.²¹ No Relatório do ano anterior, os membros do Conselho lamentaram a situação, enumerado os “grandiosos benefícios” que a empresa proporcionava aos seus operários: “aluguéis baratos, assistência médica, caixa de pensão e aposentadoria, assistência e instrução a seus filhos desde a primeira infância e gratificação anual” e ainda assim os operários não permaneciam.²²

Naquele período em que o custo de manutenção do empreendimento se elevava, a Vila e os serviços internos pareciam ter se configurado em um grande peso para a Empresa. Os administradores também demonstraram ter a compreensão dos limites da distensão do repasse do custo da Vila aos operários em função dos baixos salários que eles recebiam. Medidas

¹⁹CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1929.

²⁰CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1929.

²¹CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1929.

²²CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1928.

como essa poderiam aumentar as tensões internas e desencadear novos embates como as greves vivenciadas ou mesmo a migração de mais operários para outras empresas ou estados.

A CIDADE OPERÁRIA continua a prestar os serviços para que foi edificada, isto é, localizar perto da Fábrica os nossos operários, entretanto, justo seria que o vultoso capital nela empregado lograsse uma pequena compensação, o que não ocorre, desde que, a sua renda é absorvida pelas despesas de conservação e pelo imposto predial e demais taxas Municipais. Não cogitamos ainda da elevação do preço da locação em virtude dos baixos salários não aconselharem, no momento tal medida.²³

Depreende-se do Relatório que a vida dos operários da CEIN era difícil e os diretores, conforme observado recebiam agravá-la, o que certamente redundaria em mais problemas para a Empresa. Ao que parece, os benefícios de morar na Vila e os salários pagos pela CEIN continuaram pouco atrativos pois a queixa da Diretoria referente à falta de operários reaparece de maneira enfática no Relatório do ano de 1938.²⁴

No período compreendido entre 1940/46 a taxa média anual de lucros da Companhia Empório do Norte foi de 72,02%. Embora considerada satisfatória, esta não se deu em virtude do aumento da produção. Pelo contrário, chegou mesmo a sofrer reduções. Mais uma vez foi a redução das despesas o fator mais importante do desempenho apresentado.

Nos relatórios desse período o argumento principal utilizado para a redução da produção foram os frequentes defeitos nas máquinas motrizes aliados à dificuldade de reposição das peças danificadas em virtude da Segunda Guerra. Cabe lembrar que a CEIN dispunha de maquinário proveniente da Inglaterra e da Alemanha adquirido entre fins do século XIX e início do século XX e não renovado.

O Relatório de 1941 detalha as ocorrências do ano de 1940 que teriam prejudicado os lucros da Empresa e afirmam que, em primeiro lugar, estaria a volta do arrefecimento da luta de preços entre as fábricas, pois “o movimento animador para os negócios que se manifestou em setembro de 1939 paralisou por completo no decorrer de 1940”.²⁵ Alegaram ainda as “interrupções no funcionamento da Fábrica por 47 dias úteis...” em virtude da quebra do motor que fornecia energia, precisando a Empresa ser socorrida, embora precariamente, pela Companhia de Energia Elétrica da Bahia.²⁶

²³CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1930.

²⁴CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1939.

²⁵CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1941.

²⁶As interrupções e distúrbios no fornecimento de energia são registrados ao longo de todo o período 1939-1946, pelos Relatórios da Companhia. Conferir os referentes aos anos de 1940 até 1947.

Assim, justificaram a venda da produção com menor lucro, alegando até a realização de alguns negócios por preços abaixo do custo numa tentativa de escoar os tecidos produzidos conforme fizeram no início da década de 1930. Alegaram ser “com sentimentos” que informavam aos acionistas que, “durante os seus cinquenta anos de existência, a nossa Empresa, nunca inventariou em balanços um estoque tão elevado de tecidos como o apresentado no último encerrado”.²⁷

Cabe chamar a atenção para o fato de que, a despeito de todas as queixas, os lucros em 1940, se não foram os maiores, permanecem relativamente elevados, alcançando uma taxa de 66,30%.²⁸

Aliás, é curioso o Parecer do Conselho Fiscal no mesmo Relatório. Numa rara demonstração de desagravo com as manifestações da Diretoria, observa que, apesar da Empresa ter que enfrentar o aumento de despesas com a adoção do salário mínimo imposto por lei e o encarecimento das anilinas e demais matérias-primas oriundas dos mercados da Europa, em guerra, chamou a atenção para o fato de que a situação da Companhia era visivelmente folgada, uma vez que os compromissos estavam todos pagos e não se justificava o desânimo da Diretoria, nem mesmo as vendas com prejuízo, uma vez que a conservação do estoque, não seria prejudicial uma vez que ele, àquela altura, estaria valorizado.²⁹

A ação empreendida pelos administradores no início da década de 1930 se deu após a consulta aos membros do Conselho Fiscal. Desta vez parece ter sido uma iniciativa sem sua anuência e, talvez por isso eles tenham reprovado a iniciativa. Ao que parece, os receios da Diretoria eram mesmo exagerados, pois nos anos seguintes os lucros atingiram os maiores níveis em toda a existência da Companhia.³⁰ Esse aquecimento nos lucros da CEIN correspondeu à melhoria do quadro geral da indústria têxtil nacional que se beneficiou com grandes lucros exportando para os países até então abastecidos pelo mercado europeu prejudicado pela guerra.

Em 1946, o governo brasileiro chegou mesmo a proibir a exportação de tecidos pelo prazo de três meses sob alegação de que as fábricas nacionais, motivadas pelos lucros vantajosos decorrentes do alto preço da exportação de tecidos, estariam deixando o mercado

²⁷ CEDOC. CEIN, *Relatório*. 1941.

²⁸ SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *op. cit.*

²⁹ CEDOC. CEIN, *Relatório*. 1941.

³⁰ SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *op. cit.*

interno sub-atendido. A CEIN foi uma das empresas que exportou e talvez em virtude da proibição citada acima e por outras que pudessem ainda ser lançadas continuaram a atender o mercado nacional. O parecer do Conselho Fiscal de 1947, referente ao ano anterior alardeou que, “não obstante a Diretoria ter sido procurada por firmas do exterior, vivamente interessadas na compra dos seus produtos”, ela [a Diretoria] teria preferido “continuar a fornecer à sua antiga clientela dentro do País”, o que para eles, merecia “aplausos”.³¹ É possível que ela tenha deixado de vender para fora por conta da proibição, porém, os conselheiros divulgaram a ação como uma preferência. Percebe-se aqui, mais uma vez o investimento numa imagem positiva da Empresa frente à opinião pública.

Durante o período 1940-1946, a Empresa se beneficiou da conjura internacional e os lucros só não foram maiores porque não tiveram como aumentar a produção e isso se deu principalmente pelas dificuldades enfrentadas para reposição de peças de um maquinário em grande parte já obsoleto. Nada disso, porém, impediu que os lucros ultrapasassem, nesses anos, todos os níveis atingidos até então. No ano de 1945, a Companhia ainda era uma das 15 maiores empresas têxteis dos pais e uma das 3 maiores do Norte-Nordeste considerando produção em metros, capital empregado, número de teares e de operários.³²

A obsolescência do maquinário atingiu toda a indústria brasileira durante este período, notadamente as mais antigas.³³ Algumas fábricas conseguiram modernizar-se implantando teares automáticos, que no ano de 1945 perfaziam o total de 3.789 em todo o território nacional. A concentração destes era maior na região Sudeste, notadamente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Sua presença no Nordeste era pequena. Pernambuco contava com 252, a Paraíba com 70 e o Ceará com 18. Não há registros de teares automáticos na Bahia neste período.³⁴

Mesmo não contando com teares automáticos, a CEIN demonstrou ser competitiva e trouxe lucros aos acionistas. A julgar pelas referências contidas nos Relatórios e pelos Balanços, a assistência dispensada aos operários não chegou a constituir um peso responsável pelos desequilíbrios sofridos pela Companhia. No que diz respeito especificamente à Vila, ela

³¹ CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1947.

³² CETEX. *Indústria Têxtil Algodoeira*. Rio, Min. Do Trabalho Indústria e Comércio, 1946. p.121, 299, 344.

³³ VILLELA, A. e SUZIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA, 1975. p. 212-13.

³⁴ CETEX. *Indústria Têxtil Algodoeira*. Rio, Min. Do Trabalho Indústria e Comércio, 1946. p. 121.

apresentou déficit em alguns anos e em outros saldos positivos. Na grande maioria dos registros, contudo, a Vila aparece como auto-sustentada, embora sem lucros.³⁵

Ao ser consultado por uma jornalista sobre os problemas que a Empresa enfrentou, um antigo morador da Vila, Sr Nelito Mendes Neves, disse ter sua opinião mas que preferia não arriscar um palpite. Após insistência ele, segundo a jornalista, deixou “escapular” que “a trinca João Tarquínio, Otto Bitencourt e Raul Figueiredo foi a alma da empresa após a morte de Luiz Tarquínio”. Para ele, a “degringola da empresa coincide com o falecimento de Raul nos anos 1940”. O Sr. Nelito começou a trabalhar na CEIN com 18 anos como aprendiz de fiador e deixou a Empresa 35 anos depois como tesoureiro geral e preposto.³⁶ Parece que ele sabia do que estava falando. As oscilações na produção e os ajustes ao mercado fizeram com que a CEIN tomasse medidas preventivas para redução dos custos que acabaram por alterar o espaço físico da Vila reverberando na vida dos seus moradores.

Os moradores e as alterações físicas na Vila

No ano de 1989, o Jornal *A Tarde* fez uma matéria sobre o pioneirismo da Vila Operária da CEIN.³⁷ O jornalista entrevistou moradores, antigos operários e, entre estes, alguns descendentes dos pioneiros da experiência da Vila. O propósito da entrevista, como a chamada sugere, foi destacar “uma experiência pioneira em termos de justiça social”. Importa nessa reportagem, particularmente, ouvir as vozes das pessoas entrevistadas, reconhecendo o uso de filtros sobre estas manifestações, que foram adequadas aos interesses da matéria. O tom melancólico e saudosista das lembranças dos “bons tempos” que a matéria procurou enfatizar não conseguiu mascarar muitas das dificuldades vividas que aqui e acolá escaparam e insistiram em aparecer nos depoimentos. Neste sentido, a fala do Sr. Lino Silva Santos, então com 72 anos e ex-servente da empresa por mais de 40 anos é emblemática para se perceber a compreensão que os moradores tiveram sobre as interferências ocorridas naquele espaço e os problemas por eles enfrentados:

Meu pai dizia que no tempo de Luiz Tarquínio, a vila era uma beleza: tudo cuidado, tudo limpo. A gente aqui já passou por muitos apertos depois que ele morreu. Primeiro, foi com a Coca-Cola, que comprou uma parte do terreno da Vila e obrigou muita gente a procurar outro lugar para morar, distante da fábrica. Depois destruíram os coretos, o armazém, o açougue, o consultório e a escola, que ficava no meio da praça, foi trocada por outra, maior, mais moderna, lá no fundo. Quando as coisas começaram a ficar

³⁵SAMPAIO, José Luiz Pamponet. op. cit.

³⁶CELESTINO, Mônica. *Memória da Bahia II*, publicada no ano de 2004.

³⁷O Pioneirismo de Luiz Tarquínio. *A Tarde*. 29.03.1989

pretas para o Empório, eles já não sabiam o que fazer com a gente. Havia uma determinação de Luiz Tarquínio de que um operário, depois de 10 anos de trabalho seguidos ganhava a escritura da casa, e, mesmo assim, só pagava aluguel até o quinto ano de serviço, mas na prática, as coisas foram diferentes.³⁸

Este breve relato do Sr Lino traz à tona alguns pontos sobre as alterações físicas ocorridas naquele espaço e que repercutiram no cotidiano dos moradores da Vila. Algumas refletiram as oscilações que o empreendimento industrial experimentou no correr dos anos. As dificuldades enfrentadas pela Empresa terminaram por influenciar na dinâmica da Vila anunciando mudanças de rumo, na maioria das vezes em desacordo com os propósitos que lhe deram origem. Essas alterações seguiram os ritmos das transformações mais amplas vividas pela sociedade brasileira e baiana em particular. Mas também obedeceu à lógica interna de funcionamento.

É preciso compreender a dimensão simbólica dessas intervenções, e as falas dos moradores possibilitam conhecer como elas se deram e de que maneira eles ressignificaram os espaços internos e as relações com antigos vizinhos. O confronto das informações presentes neste e em outros depoimentos permite acompanhar a manutenção dos laços afetivos vividos no campo das lembranças comuns, desencadeadoras da lembrança social. Permite também conhecer as tensões que marcaram o viver naquele espaço de sociabilidades.

Num outro momento, o relato do Sr. Fernando Mendes de Souza, “morador da 8ª seção, casa 6, da Vila Operária da Empório”, com 87 anos, “dos quais, 63 dedicados à fábrica” registra sua compreensão das intervenções no interior Vila. Sua fala está presente no jornal *Tribuna da Bahia*, no ano de 1974, ocasião em que a prefeitura de Salvador negociou a reforma na praça central da Vila e a construção de um colégio maior para atender à crescente demanda escolar da região. Para esta matéria, o jornalista também colheu alguns depoimentos de moradores e foi possível perceber a frustração do Sr. Fernando quando afirmou que não entendia porque na “seção e meia que a Souza Cruz comprou e demoliu” nada ainda tinha sido construído.³⁹ A frustração advinha, sobretudo, da adequação dos moradores ao novo arranjo espacial, afinal, os que ocupavam as casas dos quarteirões vendidos tiveram que ser remanejados para outras casas dentro da Vila e outros ainda tiveram que procurar outro lugar para morar. Muitos são os registros em que os depoentes mencionam ter morado em

³⁸O Pioneirismo de Luiz Tarquínio. *A Tarde*. 29.03.1989.

³⁹Uma praça na Vila que Tarquínio criou. *Tribuna da Bahia*. 02.09.1974. A área que o Sr Fernando se refere correspondeu ao projeto de expansão da Souza Cruz que, nesta ação, teria comprado e demolido o correspondente a 15 casas.

momentos distintos, em casas diferentes da Vila revelando o constante arranjo de adequação as alterações impostas pela realidade enfrentada pela CEIN.⁴⁰

Embora apareça em alguns depoimentos de antigos moradores a instalação do depósito da *Coca-Cola* numa área da Vila, não foi encontrada nenhuma documentação sobre a negociação entre a CEIN e esta empresa. O *site* da *Coca-Cola* informa que a empresa chegou ao Brasil no ano de 1941, se instalando inicialmente em Pernambuco. Consta ainda que sua produção teve início na cidade de Recife, na Fábrica de Água Mineral Santa Clara, se espalhando por outros estabelecimentos da capital pernambucana e simultaneamente estenderam-se por outras cidades. Ainda segundo o *site*, aquela produção servia para “matar a sede dos pracinhas americanos e brasileiros que circulavam pelo chamado ‘Corredor da Vitória’, parada obrigatória dos navios para a América do Norte e a Europa, na Segunda Guerra Mundial”. Ainda de acordo com o *site*, foi no início da década de 1940 que a Empresa implantou o sistema de franquias no Brasil dilatando sua atuação após a criação da primeira fábrica no bairro de São Cristóvão no Rio de Janeiro.⁴¹ É possível que a instalação do depósito da *Coca-Cola* numa área anteriormente pertencente a CEIN tenha acontecido durante esse período.

Sobre as negociações entre a CEIN e a empresa de cigarros *Souza Cruz* foi possível perceber que ela se deu em dois momentos distintos. No Arquivo Municipal de Salvador e na documentação da CEIN consta o projeto proposto pela *Souza Cruz* de modificações e acréscimos nos edifícios situados à avenida Luiz Tarquínio. Uma vez que se tratava de uma fábrica de cigarros, foi preciso o aval da Inspetoria de Engenharia Sanitária, órgão vinculado ao Departamento de Saúde Pública. O aval foi dado em 18 de maio de 1935. Após esta liberação, a Diretoria de Engenharia Municipal aprovou a planta para a reforma das instalações e adequação aos interesses da nova empresa no dia 08 de agosto de 1935.⁴² A empresa *Souza Cruz* comprou mais de um quarteirão da Vila e os moradores que ocupavam estas casas tiveram que ser realocados. Sem dúvida alguma tudo isso provocou alterações no estabelecimento de novas vizinhanças que certamente causou frustrações para os que tiveram que dela sair. Nos registros de lembranças dos antigos moradores, as datas em que aconteceram essas intervenções aparecem confusas, características próprias das memórias que por vezes se revelam fragmentadas.

⁴⁰CELESTINO, Mônica. *Memória da Bahia II*, publicada no ano de 2004.

⁴¹*Site* oficial da Coca-Cola. Acessado em: 20.08.2010.

⁴²APMS. *Plantas*. 1935.

Conforme visto no capítulo anterior, alguns filhos de antigos operários passaram a trabalhar nas novas fábricas instaladas na região. No depoimento prestado ao jornal *Correio da Bahia*, no ano de 1995, D. Luiza Ferreira Sena, então com 76 anos, afirma que “passou a adolescência desembaraçando fios de algodão” e que, ainda “na juventude trocou seu posto por uma vaga na fabricante de cigarros *Souza Cruz*, caminho percorrido por inúmeros” outros filhos dos antigos operários da CEIN.⁴³

Talvez as novas empresas instaladas na região oferecessem melhores salários. Talvez as famílias buscassem diversificar as fontes de renda do grupo com membros trabalhando em lugares distintos. É possível ainda que os trabalhadores, ao perceberem as oscilações na produção da CEIN, buscassem novas formas de sobreviver àquela nova realidade. É possível ainda que os recursos empregados pela CEIN para atrair e reter os trabalhadores não mais representasse vantagens competitivas em relação as oferecidas pelas demais fábricas instaladas na região. Difícil saber sobre as escolhas individuais, certamente o conjunto desses fatores contribuiu para a mobilidade dos trabalhadores.

A documentação consultada permitiu saber que a Fábrica realizou modificações em suas instalações físicas para se adequar as exigências que se impunham, ora fruto das necessidades internas, ora fruto das adequações as novas Leis implantadas. No Relatório de 1937 os diretores mencionam a montagem de um refeitório “dotado de mesas e bancos higienicamente dispostos, fornos aquecedores e abundante serviço de lavatórios, onde, ao abrigo de toda e qualquer impureza” pudessem os operários fazer suas refeições.⁴⁴ Até então os operários que moravam na Vila ou nas imediações podiam almoçar em casa. Cabe lembrar o episódio narrado no capítulo anterior em que os policiais atiraram nos operários quando estes retornavam do horário de almoço. Os que não moravam na Vila ou nas proximidades traziam suas marmitas. É possível que o número de trabalhadores que moravam distante tenha aumentado ou mesmo que a Empresa tenha reduzido o tempo do almoço porque o refeitório foi construído antes da exigência da Lei que impunha a construção de refeitório para as indústrias que tivessem mais de 500 operários. O número dessas empresas no Brasil, nesse período, era bastante reduzido. Em 1920, somente 16,93% dos estabelecimentos tinham mais de 100 operários e eram responsáveis por 89,01% do total de operários; em 1940, a proporção era de 17,33% e 85,95% respectivamente.⁴⁵

⁴³Abandono condena a Vila Operária a decadência. *Correio da Bahia*. 26.08.1995.

⁴⁴CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1937.

⁴⁵STEIN, Stanley J. *op. cit.*

Segundo o Relatório datado de 1940, o refeitório foi inaugurado em 24 de julho de 1937, em mais uma celebração na data do aniversário do Luiz Tarquínio. Ainda segundo o relatório, o refeitório foi “visitado pelo Exmo. Sr. Ministro do Trabalho em 13 de dezembro de 1938” constatando que ele já se encontrava “enquadrado nos princípios estabelecidos no Decreto nº 1.238 de 2 maio de 1939 que torna obrigatório a construção de tal dependência nas fábricas que trabalham com número superior a 500 operários”.⁴⁶

No ano de 1947 a CEIN realizou uma mudança interna acentuada no que diz respeito à localização do posto médico. No Relatório do ano seguinte, consta que, no ano anterior, “por conveniência do serviço interno” e talvez atendendo às exigências da seguradora dos acidentes de trabalho, a CEIN teria iniciado “a adaptação de um local dentro da Fábrica para a transferência” do posto médico, até então “localizado na Cidade Operária”. A expectativa era de que a mudança atendesse melhor as “atuais necessidades” da Empresa. No mesmo ano adquiriram ainda um aparelho de raio X cujo fim seria o censo radiológico semestral dos operários.⁴⁷

A citada Lei que impôs a construção dos refeitórios para empresas que tinham mais de 500 trabalhadores definiu também sobre sua proporcional contribuição ao Instituto de Aposentadoria e Pensões aos industriários prevendo a aprendizagem dos operários.

A aprendizagem escolar e profissional no interior da Vila

Até o ano de 1928, a Escola da Vila permaneceu sob controle da CEIN que a mantinha e definia sobre o programa da educação escolar e das oficinas de aprendizagem prática. Nesse ano ela tinha aproximadamente 300 alunos e contava com 10 professores.

O Relatório da Empresa do ano de 1931 comunicou aos associados que, em janeiro do ano anterior, “de acordo com o art. 17 da Lei nº 2.232 de vinte de setembro de 1929”, encaminharam ofício ao então “Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, pondo a disposição do governador do estado, o grupo Escolar, devidamente mobiliado”. Informaram que haviam feito tudo conforme o previsto na “dita Lei”, sem que, até aquele momento, tivesse “o governo dele se utilizado”.⁴⁸

⁴⁶CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1940.

⁴⁷CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1948.

⁴⁸CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1931.

A ação da CEIN atendeu a um movimento que vinha sendo delineado desde o ano de 1925, ocasião em que foi implantado o Programa de Reforma do Ensino Baiano, transformado em Lei. Este Programa foi elaborado por Anísio Teixeira e implantado no governo de Góes Calmon (1924-1928). A Lei estabeleceu as bases para o novo sistema de ensino e sua administração. Definiu conteúdos e organização dos currículos nos diversos níveis e, para acompanhar sua aplicação, criou o sistema de fiscalização a cargo do governo do estado. Em 1928, o próprio Anísio Teixeira propôs uma revisão de toda a organização escolar na Bahia que resultou na Lei a que a CEIN se ajustava. Essa Lei regulamentava o ensino e exigia que os estabelecimentos industriais mantivessem escolas para os filhos dos operários funcionando, porém, sob o controle do estado.⁴⁹

O Relatório da CEIN do ano de 1932 comunicou a reabertura das Escolas do Grupo Escolar e que, após troca de ofícios com a Diretoria de Instrução Pública, os administradores cederam o local “devidamente instalado e convenientemente mobiliado”, conforme o previsto na citada Lei. Ali continuariam estudando os filhos dos operários da Fábrica e, “atendendo a solicitação” feita “pelo titular daquela Diretoria” concordaram que ali também “recebessem instrução crianças estranhas, concorrendo desse modo com valioso auxílio ao estado”. O Relatório registra também que a medida foi “divulgada pela imprensa nesta capital”.⁵⁰

Embora esta matéria não tenha sido encontrada nos jornais consultados, é provável que tenha sido mesmo veiculada no período de acirrada concorrência das indústrias têxteis em que os empresários buscavam angariar a simpatia da opinião pública. A partir de então algumas pessoas, alheias à dinâmica da Fábrica, passaram a ter acesso aos espaços internos da Vila outrora restritos aos moradores, ou àqueles que a Empresa autorizava circular. Ao menos as novas crianças e certamente seus pais ou responsáveis poderiam nela transitar.

A medida de inclusão de novos alunos, proposta pela Diretoria de Instrução Pública do Estado, visava atender à crescente demanda educacional da região da Cidade Baixa. Sabe-se, também, que a nova regulamentação previa as aulas em um único turno. Os administradores da CEIN demonstraram se incomodar com o fato das crianças, filhas dos operários, ficarem sem atividade e soltas na Vila no turno oposto ao das aulas, enquanto seus pais trabalhavam. A nova conformação exigia uma adaptação dos antigos alunos e de seus pais. A Empresa

⁴⁹MENEZES, Jaci Maria.(org.). *Projeto Memórias da Educação na Bahia*. Salvador: Editora da UNEB, 2001.

⁵⁰CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1932.

instituiu uma *banca de estudos* que até 1948 permanecia em “franco funcionamento” e com “regular freqüência, satisfazendo assim, os fins que determinaram sua instalação”.⁵¹

Não foi possível saber sobre o destino dos professores que atuaram anteriormente na escola da Vila. Se o estado os contratou e sobre sua remuneração. É possível que eles tenham permanecido, pois os registros das memórias dos operários não sinalizam esta mudança e nem mesmo uma alteração quanto ao rigor disciplinar ou mesmo sobre os métodos de ensino. O que aparece com freqüência é a nostalgia ao recordar da Escola e suas instalações e ainda a crença na educação como veículo de transformação do homem. D. Conrada Maria dos Santos Souza foi uma das entrevistadas na já citada matéria sobre *O Pioneirismo da Vila*, publicada no Jornal *A Tarde* no ano de 1989.⁵² Na ocasião, com 82 anos, D. Conrada narrou:

Até eu ter meu primeiro filho, eu estudei na Escola Rui Barbosa porque havia uma determinação na empresa de que todo operário tinha de por o seu filho lá para estudar e, meu pai havia sido um dos fundadores da empresa, como auxiliar de manutenção. Eu lembro como se fosse hoje: a escola cheia e a biblioteca sempre bem freqüentada. A gente tinha de tudo que havia numa boa escola particular, mas não pagava nada por isso. Meu pai dizia que a melhor herança que um pobre pode deixar para o filho é a educação. Fiquei com dó quando a escola foi demolida – ela ficava atrás da estátua de Luiz Tarquínio para ser reconstruída, maior, ali atrás.⁵³

Além da alteração na administração da escola e composição dos seus alunos, o processo de aprendizagem prática que os filhos dos operários recebiam também sofreu mudanças e continuidades. Não há registros da permanência das aulas práticas no interior da Escola como as oficinas que funcionaram nos primórdios da Empresa. Há registros de permanência no processo prático de aprendizagem no interior da Fábrica que continuou a admitir menores aprendizes. Esses, embora tivessem a mesma carga de trabalho que os adultos, recebiam a metade do valor das diárias.

Ao reafirmar a contínua “falta de operários habilitados para as diversas seções da fabrica, acentuando-se a de tecelões que dia a dia mais” se agravava, constituindo-se num “sério problema” para a continuidade da produção, os diretores informaram sobre a tentativa de amenizar a “situação admitindo aprendizes”. Ressaltaram porém, que os resultados obtidos

⁵¹ CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1948.

⁵² O Pioneirismo de Luiz Tarquínio. *A Tarde*. 29.03.1989.

⁵³ O Pioneirismo de Luiz Tarquínio. *A Tarde*. 29.03.1989. A demolição que D. Conrada menciona aconteceu anos depois. O prédio já não comportava a demanda e foi feita a demolição e construção de outro prédio maior no local. Esse passou por sucessivas reformas e ampliações até atender, nos anos de 1970, os cursos de primeiro e segundo grau.

eram “relativamente insignificantes”, isso porque, “muitos destes”, não chegavam “a completar a aprendizagem”.⁵⁴

Por que os aprendizes não permaneciam? Os diversos depoimentos dos operários e seus filhos já mostraram o movimento de saída para outras empresas. Alguns, contudo, permaneceram e tiveram seu ingresso no mundo do trabalho ainda pequenos, talvez para atender a exigência da permanência da moradia da família na Vila. O exemplo de Dona Iraci Farias Neci ex-operária, filha e sobrinha de operários moradores da Vila, é emblemático.⁵⁵ Ela recorda que mentiu sobre a idade, aumentando-a em oito anos, para ser contratada oficialmente como tecelã da Indústria. Difícil imaginar que não fosse perceptível a diferença de oito anos na fase da infância ou da adolescência e pode-se observar neste dado a aceitação geral da mentira, inclusive pela fiscalização que àquela altura era mais frequente.⁵⁶

O processo de aprendizagem prática dos trabalhadores passava por mudanças e a Empresa, atendendo ao previsto no Decreto Lei nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942 pagou ao “Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários” a sua quota correspondente aos meses de abril a dezembro, período que iniciou a vigência da Lei naquele ano, o total de Cr\$ 27.312,00. A julgar pelos relatórios seguintes, os administradores não estavam satisfeitos com a medida alegando que, apesar da “elevada contribuição”, era

necessário salientar que, até o momento, nenhum benefício resultou para nossa indústria a criação de tal serviço, continuando os nossos aprendizes a receberem o ensino profissional pela forma prática antigamente adotada, acarretando, do mesmo modo, duplo dispêndio, desde que, além dessa pesada contribuição, concorremos com o salário da aprendizagem, na medida do que determina a legislação.⁵⁷

As queixas permaneceram e, no ano de 1946, os balanços registraram o pagamento de Cr\$ 72.712,80 ao Serviço de Aprendizagem dos Industriários além das despesas com a “Assistência Escolar”, discriminadas em conservação do prédio, móveis, fornecimento de água e uniformes para os filhos dos operários, no valor de Cr\$ 6.322,40.⁵⁸

⁵⁴CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1940.

⁵⁵D. Iraci Farias Neci foi uma moradora da Vila que, entre outros, prestou depoimento a jornalista Mônica Celestino para publicação da Revista editada pelo Jornal *Correio da Bahia* intitulada *Memória da Bahia II*, publicada no ano de 2004. Na data da entrevista ela tinha 70 anos. Cabe registrar que foi D. Iraci que, juntamente com outros moradores, liderou o abaixo-assinado e o movimento pela manutenção dos velhos operários, moradores da Vila após a falência da Fábrica na década de 1970.

⁵⁶ Cabe lembrar que desde o ano de 1927 o Código de Menores, que limitou a fixar em doze anos a idade mínima de admissão, proibindo aos menores os trabalhos perigosos à saúde, já havia sido sancionado. Na prática, a fiscalização não funcionava ou mesmo contava com a conivência dos fiscais a das famílias dos menores.

⁵⁷CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1943. Esta mesma queixa aparece no relatório do ano seguinte, 1944.

⁵⁸CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1946.

Foram muitos os registros encontrados nos relatórios sobre a escassez de operários durante todo esse período e mesmo da baixa produtividade dos que trabalhavam na CEIN, muitos dos quais, aprendizes. É possível que tudo não passasse de retóricas dos empresários para justificar a adoção de trabalho infantil e a dilatação das horas trabalhadas. É também possível que a Empresa tivesse dificuldades para manter os operários demonstrando mesmo que os recursos de atração utilizados pela Empresa ou haviam reduzido ou já não surtiam mais efeito. Assim, com as melhorias da produção os diretores reaqueceram a distribuição dos prêmios e incentivos. Esses foram entregues, com frequência, no dia 24 de julho, data do aniversário de Luiz Tarquínio, num investimento constante na memória do “benemérito fundador da empresa”.

Em 1935, a Empresa passou a distribuir uma verba equivalente a 12% sobre os salários.⁵⁹ Percebe-se aqui o uso de alguns recursos monetários, na forma de salários indiretos que buscavam amenizar os baixos salários recebidos pelos trabalhadores. O depoimento de um antigo morador ao documentário produzido pelo IRDEB, também remete às premiações praticadas nesta data, ocasião em que aconteciam as festas com apresentação da banda de música e discursos. Os diretores e alguns membros de suas famílias também freqüentavam as festas.⁶⁰

Estão presentes nessas ações a tentativa de manter a idéia da Vila como o espaço da grande família em que os patrões partilhavam momentos com os empregados e se preocupavam com a sua sorte. Buscava-se assim, destacar as unidades muito mais que as diversidades, ou seja, manter uma unidade fundante que sempre mascarou os conflitos e antagonismos sociais ali existentes. Em outras palavras, as premiações e celebrações buscavam reativar as memórias coletivamente de um passado simbolizado, sacralizando a imagem de Luiz Tarquínio com vistas à perpetuação.⁶¹

Alguns benefícios retomados foram por iniciativa da Empresa e a implantação de outros atendeu às exigências da legislação brasileira que buscava estabelecer regras para as relações de trabalho. Em ambos os casos, as ações foram alardeada pela imprensa reforçando a idéia da Empresa como protetora dos seus empregados. A documentação levantada permitiu acompanhar algumas das transformações nas relações entre os trabalhadores da

⁵⁹ CEDOC. CEIN. *Relatório de 26.2.1936*. Bahia, Estabelecimento dos Dois Mundos, 1936.

⁶⁰ A Vila Operária de Luiz Tarquínio. *Documentário IRDEB*. (VHS) Instituto Radiofônico da Bahia. s.d.

⁶¹ Sobre as funções das comemorações consultar: SILVA, Helenice Rodrigues. “Rememoração”/Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 22, n° 44 pp. 425-438. 2002.

CEIN e moradores da Vila a partir das intervenções do Estado no estabelecimento da Regulamentação Trabalhista.

Os trabalhadores, a Empresa e a Legislação Trabalhista

Da Constituição de 1891 até a promulgação do Código Civil em 1916, as relações de trabalho no Brasil caracterizaram-se pela subordinação aos contratos pertinentes à locação de serviços sob a égide do contratualismo individualista fortemente marcado por valores paternalistas. A liberdade dos contratos de trabalho sem qualquer intervenção do Estado na regulamentação do trabalho no Brasil até 1919 foi defendida por industriais em nome do liberalismo.⁶²

Segundo Ângela de Castro Gomes, as greves ocorridas entre 1917/1918/1919 representaram o divisor de águas no discurso dos empresários brasileiros no que se refere à intervenção do Estado nas relações de trabalho.⁶³ Para ela, até este período as manifestações da maioria dos empresários eram contrárias à criação de qualquer legislação que interferisse nas relações entre empresários e trabalhadores. Foram as greves, ocorridas nas grandes metrópoles deste período que fizeram com que o patronato abandonasse de maneira forçada, o liberalismo e repensasse sobre a intervenção do Estado no que diz respeito à implementação de uma legislação social no país. A autora também chama a atenção para o fato de que o operariado urbano se constituiu em ameaça a ordem pública, razão porque foi ele o primeiro a ser beneficiado pelas políticas sociais implementadas. A experiência do operariado urbano também acumulava uma maior organização.

A bibliografia do período registra a posição de destaque que os empresários ocupavam influenciando os membros de conselhos e comissões para fomentar os debates na Câmara Federal em torno da questão. Assim, buscava-se uma regulamentação de caráter corporativo. Para Luiz Werneck Vianna, a Câmara passou a legislar aceleradamente as matérias de interesse trabalhista, entre 1919 e 1926, levando em consideração vários pontos como férias, acidentes de trabalho e o código de menores.

⁶²VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

⁶³GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917 – 1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. O quadro de conflito entre capital e trabalho na Primeira República foi apontado por outros autores que também trabalharam o período a exemplo de CARONE, Edgar. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*, *Col. Corpo e Alma do Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977; FAUSTO, Boris *Trabalho Urbano e Conflito Social* Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1976; VIANNA, L. Werneck. *op. cit.*.

Ângela de Castro Gomes ainda sintetizou as premissas que nortearam a elaboração de políticas sociais no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Primeiro, a implementação da legislação social teve por objetivo básico conter as lutas sociais desencadeadas pelos trabalhadores. Segundo, a presença de extrema desigualdade de influência e representação junto ao Estado entre o empresariado e os trabalhadores foi patente em favor do primeiro. Terceiro, os interesses do empresariado tiveram força no interior dos órgãos governamentais antes de 1930.⁶⁴ Coadunando com a autora, Werneck Vianna enfatiza a desmistificação do favorecimento aos trabalhadores a partir da Era Vargas.⁶⁵

Através dos Relatórios da Empresa foi possível acompanhar sua adaptação aos diversos itens da Legislação Trabalhista. Estas informações, confrontadas com outras compõem o mosaico que permite compreender um pouco mais sobre as tensões vividas por aqueles que partilharam a experiência da Vila, sobretudo no cumprimento das conquistas advindas das greves locais.

Jornada de trabalho

Desde a greve local, ocorrida em 1907, a redução da jornada de trabalho para oito horas foi um dos itens do acordo firmado entre a CEIN e os operários. Na prática, este ponto do acordo nunca foi integralmente respeitado. Para isso a Empresa procurou estimular o trabalho extra, pagando valores mais altos pelas horas excedentes e fazendo premiações aos que aumentavam a produção. Esta foi uma prática comum no período, fortemente denunciada pela imprensa operária. Para Stanly Stein, as fábricas de tecidos encontraram um meio para baixar os custos de produção que foi o prolongamento das jornadas de trabalho e a implantação de mais um ou dois turnos de trabalho.⁶⁶

Os Relatórios do período compreendido entre 1933 e 1935 abordam a questão das horas de trabalho e sua repercussão na produção. No de 1933, os diretores se queixam da evidente diminuição da produção e atribuem a queda dos lucros no exercício anterior à redução das horas de trabalho e, no de 1934, afirmam que a diminuição da produção se deveu “ao rigoroso cumprimento em todo o exercício do regime das 8 horas de trabalho”.⁶⁷

⁶⁴GOMES, Ângela de Castro. *op. cit.*

⁶⁵VIANNA, L. W. *op. cit.*

⁶⁶STEIN, Stanley J. *op. cit.* p.142-43.

⁶⁷CEDOC. CEIN. *Relatórios. 1933 e 1934.*

O Relatório publicado em 1935 registra que no ano anterior a produção teria voltado a crescer porque os operários trabalharam uma média de “9,5h por dia”. Possivelmente, a Companhia encontrou alguma estratégia tanto para burlar a fiscalização quanto para evitar que os trabalhadores denunciasses tal descumprimento. Os diretores informaram que, “num atestado” de que tinham a “preocupação máxima” de dar continuidade à “obra dos beneméritos fundadores” daquela Empresa, “os inolvidáveis bahianos Luiz Tarquínio e Leopoldo Jose da Silva”, inspirados “nos seus altruísticos exemplos de sincero e elevado socialismo, [fizeram] partilha do resultado do trabalho”, entre aqueles que, “abnegadamente e isento de idéias subversivas, presta[ra]m o seu concurso”, proporcionando aos operários prêmios cujo propósito seria “uma verdadeira e real conciliação entre o Capital e o Trabalho”.⁶⁸

Embora os administradores da CEIN tenham alegado com frequência que a redução da jornada de trabalho em cumprimento a nova legislação afetava a produção, sabe-se que esta tendência foi anterior a regulamentação das horas de trabalho e remete ainda à década de 1920 por razões outras conforme já foi demonstrado. Apesar da redução, os balanços da Fábrica denotam uma situação de inteira normalidade quanto ao equilíbrio financeiro.⁶⁹ Dos relatórios depreende-se que as horas trabalhadas oscilavam e somente a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943, a Empresa passou a demonstrar maior preocupação com a fiscalização.

Salário Mínimo

Com a iminência da implantação do salário mínimo a Empresa buscou meios de ajustar aquela nova medida aos prêmios monetários já praticados. No Relatório 1940 os diretores registraram a reserva dos valores destinados à gratificação que vinham “concedendo aos operários sempre distribuída no dia 24 de julho e que, no corrente ano, será igualmente distribuído na referida data, caso não esteja ainda em vigor a Lei do Salário Mínimo”.⁷⁰

Esse passou a vigorar em julho de 1941 e sobre seu cumprimento a Empresa registrou no Relatório do ano seguinte que reconhecia a “humanitária providência do Governo”, porém,

[...] posta em execução justamente no momento em que a nossa indústria se debatia numa grave crise, concorrendo assim, para mais agravar a situação. Assim, elevado o custo da mão-de-obra e encarecida a produção pela redução de dias trabalhados, desde que as despesas que não cessam com a paralisação

⁶⁸ CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1935.

⁶⁹ SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *op. cit.*

⁷⁰ CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1940.

da fábrica, não seria possível obtermos resultados satisfatórios para o exercício de que ora nos ocupamos.⁷¹

Esses registros demonstram que, salvo algumas exceções, mesmo com os acréscimos referentes às gratificações, os salários que os trabalhadores da CEIN recebiam eram mais baixos do que o salário mínimo recém-implantado. Ainda no ano de 1941 foram instituídos os salários dos industriários e a CEIN divulgou esta adaptação à legislação como um aumento praticado por eles em 1942. Assim registraram no Relatório que foi divulgado na imprensa:

MELHORIA DE SALÁRIOS Dentre outros benefícios prestados, vale assinalar que, no intuito de amenizar as dificuldades da vida do nosso operariado, agravado com a crescente elevação de preços dos artigos de primeira necessidade fizemos abonos durante o ano, nas seguintes épocas: Em 20 de abril de 10% sobre os salários até então percebidos e em outubro, de mais 5% sobre os mesmos, ambos enquadrados no que dispõe o Decreto Lei nº 3.813 de 10 de novembro de 1941. Independente de tais aumentos, concedemos as gratificações extraordinárias no encerramento do exercício de que nos ocupamos as quais importaram em Cr 79.754,00.⁷²

A julgar pelos balanços anuais, a CEIN, além de registrar os salários dos empregados passaram também a se preocupar com a reserva dos valores referentes às férias remuneradas. A implantação dessa medida também se deu sob forte contestação de parcela dos empresários brasileiros.

Férias remuneradas

Em 1925 e 1926 foram promulgadas Leis que versavam sobre a concessão de férias anuais para empregados e operários dos estabelecimentos comerciais, industriais e bancários que provocaram reações entre os representantes dos industriais brasileiros. As circulares do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo demonstram o quanto aquela medida os incomodou. Jorge Street foi membro atuante do CIFTSP e argumentou que as greves operárias teriam sido provocadas por questões salariais e, no seu ponto de vista, a questão estava gradativamente sendo solucionada. Ainda a seu ver, a implantação das férias tinha um caráter antecipatório que sem dúvida despertaria a exigência de outros benefícios no futuro e o Estado agindo daquela maneira estaria abrindo brechas para o país ingressar na “era das reivindicações proletárias”.⁷³

⁷¹CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1941.

⁷²CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1943.

⁷³Circulares do CIFTSP In: TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p 144.

Os empresários se valeram de diversos recursos para não cumprir a Lei de férias e em março de 1931 o Governo Provisório suspendeu a Lei em vigência sob o argumento de que o seu texto suscitava “dúvidas que dificultavam a sua aplicação”. O texto da nova Lei atribuiu a “confusão” as várias interpretações do texto da Lei anterior que ocasionava “constante desinteligência entre patrões e empregados ou patrões e operários”.⁷⁴ A partir de então, as empresas teriam o prazo de 12 meses para conceder as férias para aqueles que, àquela altura, tivessem 12 meses de trabalho efetivo, sem interrupção. A Lei previa ainda a proporcionalidade das férias aos dias trabalhados.⁷⁵

Sobre a fiscalização ao cumprimento da Lei, cabia aos agentes fiscais “examinar livros, fichas, cadernetas e quaisquer documentos inerentes à relação dos empregados”, e, identificada a sua irregularidade aplicar multas que seriam pagas a repartição arrecadadora local. No Relatório de 1932 os diretores divulgaram:

Ao lado da atividade desenvolvida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para a solução de problemas de ordem social, temos, correspondendo às prescrições desse alto departamento, feito em época oportuna, remessa de relação minuciosa de todo o nosso operariado e auxiliares, esclarecendo data de admissão, nacionalidade, sexo, idade, categoria, etc., bem como organizado o registro de caderneta para efeito da Lei de Férias.⁷⁶

Ressaltaram que as férias não despertavam no “operariado o interesse que era de esperar”, isso porque, a concessão estava atrelada ao registro do operário. Segundo o Relatório, a Empresa estaria dispondo de um funcionário somente para esta tarefa e, dos “1.259” trabalhadores, o “número de interessados” que “procuraram legalizar a sua situação em face da dita Lei, apresentando as suas cadernetas para o respectivo registro” era de apenas 10%.⁷⁷

Os administradores se valeram do artigo 10 da Lei que previa que só teriam direito as férias os empregados ou operários que tivessem suas cadernetas devidamente legalizadas, por meio de registro no estabelecimento onde trabalhavam, para protelar sua aplicação reservando porém os valores referentes a concessão do benefício conforme registram os balanços. No Relatório de 1938, referente ao ano anterior relataram:

⁷⁴ Decreto Lei nº 19.808 de 28 de março de 1931.

⁷⁵ Aos que trabalharam mais de 250 dias durante o prazo de 12 meses - 15 dias, menos de 250 e mais de 200 – 11 dias; menos de 200 e mais de 150 – 7 dias de férias Os que trabalharam menos de 150 dias não teriam direito a férias.

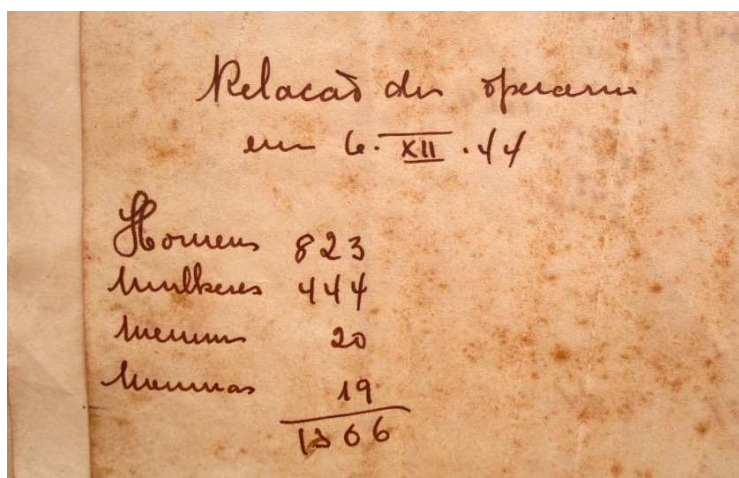
⁷⁶ CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1932.

⁷⁷ CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1932.

Normal foi à marcha dos negócios de nossa Empresa decorrendo todo o exercício no mesmo ambiente de confraternização existente entre administração, auxiliares e operários montando a nossa produção a soma total de 8.360.924,5 metros, que graças à aceitação dia a dia mais acentuada, dos nossos produtos, proporcionou os recursos para serem cumpridas todas as obrigações, distribuímos o dividendo de 12% sobre o capital (6% em cada semestre) aumentamos as nossas reservas e como já vem se registrando em anos anteriores, reservamos às quantias necessárias a concessão de férias e gratificação aos nossos operários em 24 de julho de 12% sobre os salários pelos mesmos percebidos no ano anterior.⁷⁸

Foi possível perceber que a Empresa dilatou o cumprimento da Lei de férias e somente em 1938 regularizou a situação dos seus trabalhadores organizando o Livro de Registro de Férias. Os dados nele contidos permitiram saber um pouco mais sobre os trabalhadores da CEIN naquele período. Foram relacionados 1.121 trabalhadores e dentre eles, 719 (64,14%) do sexo feminino e 402 (35,86%) do sexo masculino. Percebe-se que, nessa data, o número de mulheres continuava maior que o número de homens entre os trabalhadores da CEIN. Num outro registro encontrado referente ao ano de 1944, portanto seis anos depois, parece que a proporção se inverteu e que as crianças ainda continuavam sendo empregadas.

Parece ter sido um levantamento minucioso do número de máquinas e seus respectivos valores. Consta ainda a quantidade de trabalhadores por seção. Ao fim do levantamento consta o resumo ao lado, demonstrando que os homens já se configuravam em maioria entre os operários da CEIN.



Relação dos operários em 6. XII .44

| | |
|----------|-------|
| Homens | 823 |
| Mulheres | 444 |
| Meninos | 20 |
| Meninas | 19 |
| | <hr/> |
| | 1306 |

Ainda de acordo com os dados do Livro de Férias pode-se afirmar que os homens ganhavam mais que as mulheres. Entre os 20 maiores salários pagos, o percentual de homens é 100%. Ampliando o foco para os 50 maiores salários, são 45 homens (90%) e somente 05 mulheres (10%), Ampliando ainda para os 100 maiores salários, os homens são 75 (75%) e as mulheres 15 (15%).

⁷⁸ CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1932.



Observando a quantidade de dias de férias gozada pelos trabalhadores nota-se que, a grande maioria dos trabalhadores da CEIN trabalhava nela a mais de 250 dias, uma vez que gozaram os 15 dias integrais 938 (83,67%) dos registrados. Somente 71 trabalhadores (6,33%) gozaram o menor tempo previsto na Lei, 07 dias demonstrando ter trabalhado menos de 200 dias na Empresa.

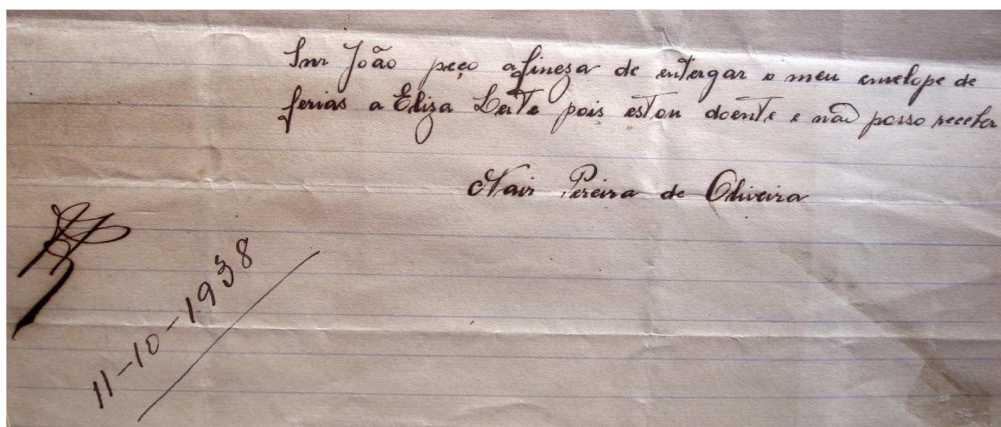
Os dados que constam nas páginas do Livro provocam algumas indagações sobre as relações entre os operários e a Empresa, algumas das quais sem possibilidade de respostas. Um registro na lateral de todos os recibos chama a atenção: “Declaro que não faço parte do sindicato dos tecelões”. Pode-se inferir que a Empresa não aceitava deduzir o valor referente ao pagamento do sindicato ou ainda que não aceitava a vinculação dos operários, para não ter que atender às exigências e acordos firmados entre ele e os empresários. Esta última hipótese é a mais provável, sobretudo considerando a informação dada pelo neto de Luiz Tarquínio sobre seu tio, João Tarquínio, no já citado documentário produzido pelo IRDEB:

Para vocês terem uma idéia, meu tio, por exemplo, que era um homem bom, mais achava que sindicato não prestava. Se um empregado chegasse lá com um papel na mão dizendo: eu sou de sindicato, então ele dizia: então você não tem nada. Isso foi preciso que pouco a pouco se fosse compreendendo que o sindicato era um instrumento de colaboração da Empresa e não um inimigo da Empresa. Mas, essa era uma idéia que acontecia naquela época, isso em 1938, Getúlio Vargas estava no poder há aproximadamente 8 anos.⁷⁹

O fato dele se referir à participação dos operários no sindicato, exatamente no ano em que se cumpriu a legislação referente às férias e que consta a observação no Livro, pode revelar que essa foi, de fato, uma exigência e que talvez tenha suscitado polêmica. Não foi possível identificar o significado do registro em tinta vermelha nos recibos. Pela avaliação do conjunto, parece tratar-se de deduções e estas podem ser fruto de antecipações. Será que, àquela altura, as multas permaneciam? De qualquer maneira, não seriam todos multados. O mais provável é que se tratasse de antecipações salariais.

Percebe-se que entre os números de trabalhadores fornecidos pelos diretores em 1932 e esta relação houve uma redução de 138 confirmando as informações a respeito da evasão. Essa, possivelmente, foi ainda maior porque, do total de 1.121 trabalhadores registrados para regularização das férias, 270 foram pagos a terceiros a pedido dos interessados. Dois haviam falecido e alguns, inclusive, já moravam em outros estados. Evidencia-se, assim, que a empresa procurou regularizar as férias, inclusive daqueles que já não estavam mais trabalhando nela, talvez em atendimento à fiscalização. Foram muitos os bilhetes informais, cartas recebidas pelo correio e procurações com firmas reconhecidas solicitando que o pagamento fosse feito a outra pessoa. A simultaneidade desses meios demonstra sua coexistência. Conviviam as procurações, fruto de relações mais formais e bilhetes escritos até mesmo em folhas soltas de caderno, esses demonstrando a permanência de recursos pautados nos antigos costumes de confiança, tanto na relação com a Empresa quanto na relação com os colegas. As razões alegadas eram as mais variadas. Alguns moravam longe, em outras cidades e outros alegaram estado de saúde conforme o exemplo abaixo.

⁷⁹ A Vila Operária de Luiz Tarquínio. *Documentário IRDEB*. (VHS) Instituto Radiofônico da Bahia. s.d.



Carteira de trabalho

Estudos já mostraram que as inovações da legislação trabalhista encontraram barreiras valorativas tanto entre empresários quanto entre os operários. Ainda que os empresários concordassem com a necessidade de criar meios preventivos dos conflitos sociais e associassem a noção de progresso enquanto derivado da ordem, muitos foram os recursos empregados por eles, através dos seus órgãos representativos, para adiar ou limitar as ações da legislação recém-implantada. Para os trabalhadores, aquelas medidas vinham ao encontro das conquistas há tanto tempo almejadas e perseguidas. Contudo, para parcela dos trabalhadores, algumas delas também despertavam desconfiança, a exemplo da instituição das carteiras de trabalho, uma vez que estas poderiam representar “um instrumento capaz de exercer um controle bem eficaz sobre a massa trabalhadora”.⁸⁰

A documentação também consultada permitiu acompanhar a adaptação da CEIN a esta exigência. A imprensa local noticiou que a Inspetoria Regional do Ministério do Trabalho multou a Empório Industrial do Norte em um conto de réis por infração do decreto nº 24.637 de 10 de julho de 1934. A Empresa, através do Relatório divulgado na imprensa, informou que aguardava decisão judicial sobre o recurso que havia dado entrada e, ao mesmo tempo, buscara esclarecer sua posição no episódio:

Em conformidade com o citado decreto, adotamos o sistema de fichas individuais para os nossos operários, as quais, como prevê o § 3º do art. 5º, eram enviados habitualmente, a Inspetoria para a devida autenticação, logrando a dita formalidade, entretanto com a verdadeira surpresa de nossa parte, em 13 de janeiro de 1938, nos foram devolvidas várias delas sem estarem autenticadas, recebendo a petição que as acompanhava e que foi protocolada sob nº IRB 254/1938, o seguinte despacho: - indeferido o Livro, digo, as fichas não estão devidamente escrituradas, visto faltarem o número das respectivas carteiras profissionais. Datado de 13 de janeiro de 1938 e assinado por J. C. Netto. Escriturário respondendo pelo Expediente – despacho esse que temos a devida certidão.

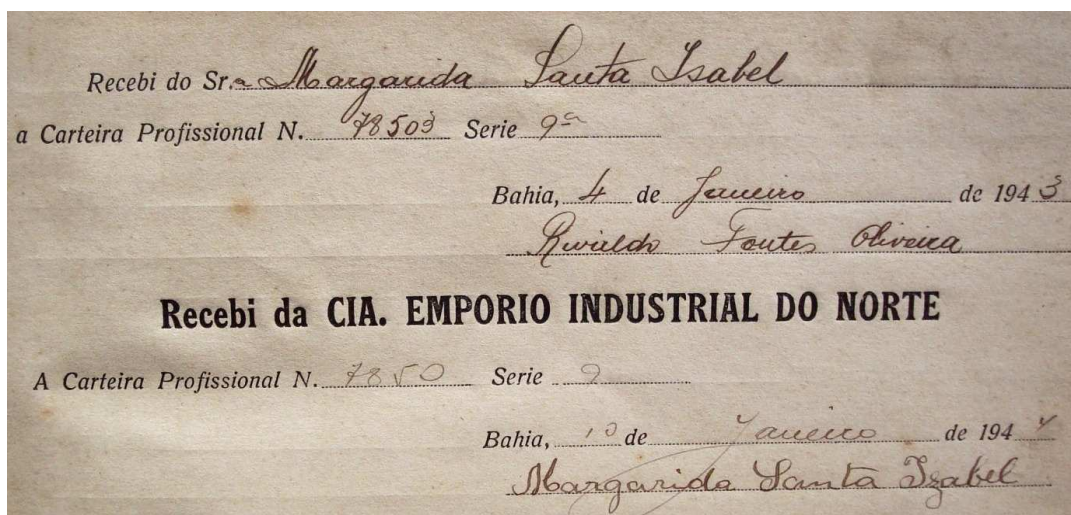
⁸⁰GOMES, Ângela de Castro. op. cit. p.167.

Do exposto se conclui que o funcionário que respondia pelo expediente em janeiro de 1938, no seu modo de pensar, entendia não dever autenticar as fichas que não contivessem os respectivos números das carteiras profissionais e o que entendeu de aplicar a multa em agosto de 1939, que, tais fichas, mesmo sem conter o número das carteiras deviam se achar autenticadas – conclusão lógica – desde que as fichas em questão correspondiam a operários que não possuíam carteira profissional e, o que é claro e insofismável é que, nem o decreto em apreço, nem outro qualquer priva o empregador de admitir a serviço, operário que não seja portador de carteira profissional (de uso facultativo) e, assim sendo óbvio é que, nenhuma infração foi cometida.⁸¹

Esses dados revelam os ajustes dos próprios funcionários, encarregados de lidar com a questão. Não há como saber se a Empresa pressionou ou não os trabalhadores para a regularização das carteiras. A julgar pelos dados referentes às férias, esse registro também se arrastou.

Somente em janeiro de 1943, a Empresa começou a recolher e registrar as carteiras dos trabalhadores para regularizar suas vidas funcionais. Adotou o *Livro: Para o serviço de carteiras de profissionais - Controle do recebimento e entrega das carteiras*.

Conforme pode-se perceber no documento, o primeiro recibo, datado de 04 de janeiro de 1943, foi da carteira de Margarida Santa Isabel, de número 78503, Série 9, devolvida em 10 de janeiro de 1944. O último recibo, datado de 26 de maio de 1943, foi da carteira de Edith Alcântara da Cruz, de número 78391, Série 9, devolvida em 26 de maio de 1943. Percebe-se que a Empresa levou todo o ano de 1943 e início de 1944 para regularizar essa documentação



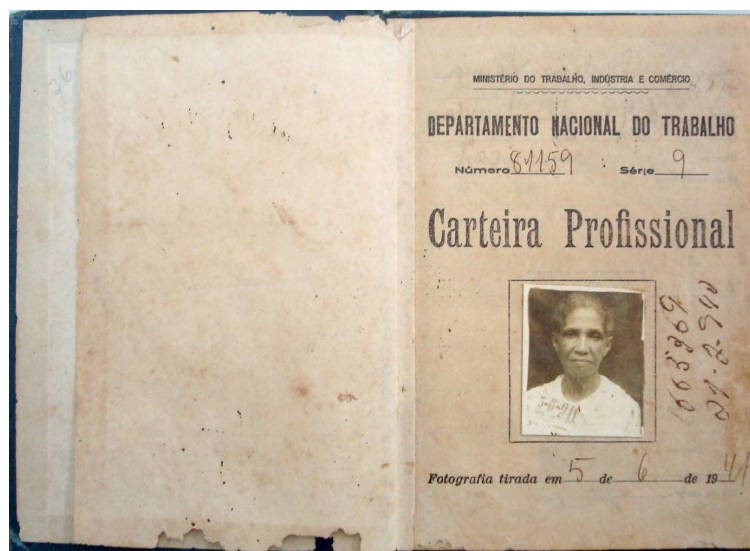
Foi possível ter acesso a uma das primeiras carteiras de trabalho de uma operária da CEIN, datada de 1942, com fotografia de 1941. D. Deoclécia Lima Gomes, caracterizada

⁸¹ CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1940.

como parda, de cabelos e olhos castanhos, com 1,55 de altura, solteira e nascida em 11 de maio de 1882, com instrução primária foi contratada como tecelã. Começou a trabalhar na CEIN em 22 de maio de 1895, com 13 anos de idade. Trabalhou durante 54 anos na Empresa e se aposentou aos 67 anos. A família de D. Deoclécia guarda, com muito zelo, a carteira de trabalho dela e da filha, também tecelã contratada por outra fábrica. Embora D. Deoclécia tenha sido uma trabalhadora pioneira na CEIN e tenha se mantido a ela vinculada por tanto tempo, nunca morou na Vila. Segundo os registros de memória da família, “ela dizia que não queria ninguém mandando na sua vida”. É possível que de fato ela não quisesse se submeter às rigorosas normas dos primórdios da Vila. No entanto, a própria descendente relativiza as possibilidades de escolha de D. Deoclécia, porque ela foi, ainda muito cedo, mãe solteira e talvez por isso não tenha se adequado às exigências morais da Empresa para morar na Vila.⁸² De qualquer maneira, as falas dos que não moravam na Vila reforçavam as suas representações de lugar idealizado.

Cabe destacar que o registro referente à remuneração de D. Deoclécia foi de *Empreiteira*. Naquele período de ajuste à nova legislação convinha ao empregador registrar o rendimento do operário à sua produção. Já foi possível perceber que os salários médios eram menores do que o salário mínimo instituído, tanto é que os diretores tiveram que bonificar os operários para adequá-los ao valor estabelecido. Com relação àqueles que produzissem valores superiores, também convinha registrá-lo assim e pagar a diferença como acréscimos ou bonificações. Os valores registrados implicavam em outras despesas para a Empresa. Sobre os valores das diárias recebidas calculava-se, inclusive, as indenizações sobre os acidentes de trabalho.

⁸²Agradeço a Vera Natália, descendente de D. Deoclécia que permitiu fotografar os documentos de sua bisavó e forneceu as informações sobre ela em novembro de 2009.



| EMPREGOS OCUPADOS | | EMPREGOS OCUPADOS | |
|--|--|-------------------|--|
| Nome do estabelecimento, empresa ou instituição. <i>Fábrica Boa Figueira da Criação para Industrial do Norte</i> | Nome do estabelecimento, empresa ou instituição. | | |
| Cidade <i>Boa Figueira</i> | Cidade | | |
| Estado <i>BOA VISTA</i> | Estado | | |
| Rua <i>Avenida Luiz Tarquínio</i> | Rua | | |
| Espécie do estabelecimento <i>Fábrica Têxtil</i> | Espécie do estabelecimento. | | |
| Natureza do cargo <i>Assistência</i> | Natureza do cargo | | |
| Data da admissão: <i>22</i> de <i>Maio</i> de <i>1935</i> | Data da admissão de de 19 | | |
| Data da saída de de 19 | Data da saída de de 19 | | |
| Remuneração (especificada) <i>Cuponeira</i> | Remuneração (especificada) | | |
| Percentagens | Percentagens | | |
| Observações | Observações | | |
| Assinatura do empregador: <i>[Handwritten Signature]</i> | Assinatura do empregador: | | |

Acidentes no trabalho

A indústria têxtil brasileira, assim como a estrangeira, se valeu largamente de crianças aprendizes e já foi possível constatar que na CEIN não foi diferente. Sabe-se que durante o processo de aprendizagem, e mesmo depois, as exaustivas horas de trabalho, a monotonia dos movimentos aliados ao sono e cansaço contribuíam para a freqüência dos acidentes nos locais de trabalho. É interessante observar que em toda a produção discursiva de Luiz Tarquínio não foi encontrado um único registro sobre os acidentes que certamente aconteciam durante o processo produtivo na CEIN nos primeiros anos da CEIN. O engenheiro José Simão, que fez um minucioso registro da Fábrica e da Vila, não se ocupou deste tema. Posteriormente, aqueles que se empenharam em falar de Luiz Tarquínio e sua obra também silenciaram sobre a matéria.

Esse silenciamento sobre os acidentes se aproxima do que Paul Ricoeur chama de manipulação da memória, ou uso deliberado do esquecimento.⁸³ A imprensa se ocupava das festas, das comemorações, dos prêmios e, na medida em que os acidentes não eram mencionados, parecia que não faziam parte de uma realidade cotidiana da CEIN. Pode-se dizer que a omissão dos acidentes fazia parte das escolhas das lembranças que se queria deixar para o futuro. Mesmo após a morte dos pioneiros da Empresa os acidentes pareciam contar com uma névoa de proteção, pois continuaram sem registros.

Nos primeiros anos do século XX o tema dos acidentes de trabalho e os projetos apresentados sobre a matéria por senadores e deputados levantaram, na imprensa e entre os membros do Centro Industrial do Brasil, o CIB, debates acalorados. Os empresários argumentavam sobre a doutrina do risco profissional e travaram longas discussões sobre os valores das reparações, expressão corrente do período, a serem pagas aos operários acidentados. Para esses as conseqüências dos acidentes eram imprevisíveis. Pequenos cortes, ainda que não suscitassem processos ou prejuízos aos empresários, impossibilitavam o trabalhador de desempenhar suas atividades e ainda que recebessem a metade das remunerações, estas comprometiam o orçamento familiar por um período. Os acidentes mais graves chegavam mesmo a impossibilitar a continuidade dos trabalhadores atingidos na atividade que desempenhavam sendo, na melhor das hipóteses, remanejados para outras funções que requeriam novo aprendizado e adaptações.

Em todo o período do recorte deste estudo foram localizados 10 processos de acidentes de trabalho, certamente que este número não é representativo dos acidentes que envolveram os trabalhadores da CEIN.

Aqui não cabe uma análise detida dos processos encontrados e por isso somente alguns dados serão objeto de reflexão. Antes, porém, é preciso uma melhor compreensão de como a Empresa lidou com os acidentes ao longo do tempo. O posto médico, a farmácia e a presença, por mais de quarenta anos, do Dr. Adriano Gordilho asseguravam a imediata prestação de socorros aos acidentados. Em seu livro de memórias, o ex-operário Jacob Penteado justificou a presença de “crianças de 8 ou 10 anos, que aprendiam a trabalhar” na Fábrica, prática que não era considerada “desumanidade, porquanto o serviço médico prestava-lhes ampla assistência”.⁸⁴ O aparato médico frequentemente instalado no interior das

⁸³ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

⁸⁴ PENTEADO, Jacob. *Belenzinho*, 1910 (Retratos de uma época). São Paulo: Martins, 1962, p. 159.

vilas operárias servia também para acompanhar a recuperação dos acidentados que deveria ser a mais rápida possível reduzindo o custo de sua manutenção. Dois pequenos recortes de papel encontrados na documentação da Fábrica demonstram que o médico fazia o acompanhamento do acidentado e atestava sobre seu retorno e também atestava os que estavam doentes e não poderiam comparecer ao trabalho. Esses atestados, escritos em pedaços de papel sem timbre, ou qualquer outro dado que aponte alguma formalidade revelam que não havia a intenção de arquivar essas informações.

Bo seu Director:

Raymundo Costa
acidentado, está em con-
dição de voltar ao traba-
lho.

Bo 23-9-1938
A. Ribeiro

Bo seu Director:

Jose' Calasans
doente por doença,
não pode comparecer
ao trabalho.

Bo 5-9-1938
A. Ribeiro

Nos Relatórios da CEIN, os registros sobre a presença do posto de saúde e do médico na Vila eram constantemente associados às medidas preventivas das moléstias e da garantia da higienização do lugar. Nos Relatórios referentes à década de 1930, as menções aos acidentes começaram a aparecer. No relatório de 1934 os diretores informaram:

Obedecendo a sua finalidade, continua a nossa “CIDADE OPERÁRIA”, provida dos requisitos indispensáveis à assistência ao nosso numeroso operariado, funcionando regularmente a sua “creche” e consideravelmente movimentado o seu “ambulatório”, como bem atesta o seguinte quadro de serviços nele registrado durante o ano:

Fórmulas e espec. farmacêuticas despachadas - 5.085

Consultas - 5.208

Injeções - 3.196

Curativos - 1962

Acidentes no Trabalho Comunicados - 64

Enfermaria - 09⁸⁵

Aqui, os valores dispensados ao atendimento a Acidentes relativos ao Balanço do ano anterior foram de Rs 31.671\$300.⁸⁶ Neste ano a CEIN já havia respondido a pelo menos 5 processos por acidentes e pago as devidas indenizações e por isso mesmo, havia contratado a Companhia Segurança Industrial que assumiu os “riscos”. No ano seguinte, o número de

⁸⁵CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1934.

⁸⁶CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1934.

acidentes foi de 123, todos considerados “sem gravidade” pelos diretores.⁸⁷ Ainda que os constantes acidentes não constituíssem grandes traumas como os esmagamentos de membros ou as amputações, causavam transtornos e prejuízos ao trabalhador acidentado que ficava impedido de trabalhar ou ainda que conseguisse trabalhar reduziam o ritmo da produção e em consequência caía a sua remuneração.

O Relatório de 1937 informa que os diretores providenciaram “o aparelhamento cirúrgico, ampliando as instalações do nosso movimentado ‘Ambulatório’ pondo-nos enfim em condições de prestar imediato socorro em caso de acidente”.⁸⁸ Essa medida talvez atendesse a exigência da empresa seguradora de acidentes. No ano seguinte, os administradores registraram a ocorrência de 659 socorros prestados por acidente e informaram sobre uma mudança significativa na rotina da Vila:

Julgamos do nosso dever dar-vos ciência de que, num preito de merecida homenagem ao nosso prestimoso amigo Dr. Adriano dos Reis Gordilho, pelos relevantes serviços que abnegadamente vem prestando a nossa Empresa, desde a sua fundação, portanto durante o longo período de 46 anos, nos quais, com a máxima dedicação, tem prestado ao nosso operariado assídua e proveitosa assistência; resolvemos afastá-lo do serviço, dada a necessidade do repouso que exige os seus anos de devotamento, permanecendo, entretanto, a perceber os vencimentos que lhe competiam.⁸⁹

O médico faleceu no dia 29 de julho de 1938. Mesmo durante o seu afastamento, continuou a atender no ambulatório “sempre que o seu estado de saúde permitia”.⁹⁰ A partir de então a Empresa não contratou outro médico. Os dados do “movimentado ambulatório” continuaram até o final do período estudado e num depoimento aos jornais de uma antiga moradora da Vila, esta informa que era viúva do enfermeiro da Vila. Talvez a Empresa tenha substituído o médico pelo citado enfermeiro. De acordo com a Lei de Acidentes, as Empresas deveriam contratar seguradoras e seus médicos passavam a prestar os serviços cujos procedimentos deveriam estar de acordo com a legislação que versava sobre segurança no trabalho. No Relatório de 1940, consta que, os 289 acidentados no ano anterior foram atendidos pelo médico da seguradora.⁹¹

Uma pequena, porém significativa informação, contida no Relatório de 1941 permite avaliar a ocorrência de acidentes graves antes da instituição da Lei de acidentes de trabalho.

⁸⁷CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1935.

⁸⁸CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1937.

⁸⁹CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1938.

⁹⁰CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1939.

⁹¹CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1940.

Ao registrarem a contribuição paga ao *Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários* no valor de Rs 56:549\$900 mostram que, além daquela despesa, continuavam a prestar a “assistência espontânea aos velhos servidores que se invalidaram antes da instalação do Instituto”.⁹² Confirmando a hipótese sobre o silêncio referente aos acidentes de trabalho na empresa, muitas foram as evidências que demonstraram que os trabalhadores da CEIN envolvidos em acidentes, com pequenas ou largas proporções, silenciaram sobre eles. Sobre um grande acidente ocorrido em 1943, envolvendo operários da CEIN, não foi encontrado nenhum processo movido pelos parentes das vítimas. No Relatório consta:

Contristados temos que registrar o inesperado e lutuoso desastre ocorrido em 28 de junho com o desabamento da galeria em cimento armado, anexa a ponte da nossa Fábrica e em que eram localizadas as instalações sanitárias. Contínuos temporais vinham afetando a base da obra sem que fosse possível prever a insegurança da mesma, uma vez que acima do nível das águas, apresentava-se em condições normais. Entretanto, os primeiros ventos baixos que agitaram a nossa baía no citado mês de junho, concorreram de um modo brusco, para o infeliz desfecho. Lamentamos pesadamente tudo quanto ocorreu e muito em especialmente a vida de três inditosos operários, aos quais prestamos toda a nossa assistência até a descida de seus corpos a sepultura, devemos salientar que, no vivo desejo de evitar novos dissabores, temos providenciado a construção de novas instalações, agora em terra firme e confiada a competência da ilustre firma construtora Rodrigo Fernandes Filho & Manoel Alexandrino da Luz.⁹³

Ainda segundo os dados fornecidos no Relatório, a Empresa prestou assistência à família das vítimas e provavelmente deve ter feito um acordo com elas. Não há como saber se os operários acidentados eram moradores da Vila. Se fossem, esse pode ter sido um fator decisivo para a família não registrar a queixa colocando em risco a sua moradia. Cabe lembrar que, nesse período e dada a frequência com que ocorriam, os acidentes eram vistos, até mesmo pelos operários, como parte lamentável, mas corriqueira dos ambientes de trabalho. Poucos foram os que contrariaram este fluxo e denunciaram os acidentes.⁹⁴ Como registrado acima foram localizados dez processos de acidentes distribuídos nos respectivos anos:

⁹²CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1941.

⁹³CEDOC. CEIN. *Relatório*. 1944.

⁹⁴APEBA. Judiciário. *Processos Cíveis*. De 1891 até 1948.

| ANO | QDE DE PROCESSOS |
|-------|------------------|
| 1925 | 01 |
| 1929 | 02 |
| 1930 | 01 |
| 1933 | 01 |
| 1937 | 03 |
| 1938 | 01 |
| TOTAL | 10 PROCESSOS |

Destes processos, cinco são referentes a homens e cinco a mulheres. Do total, apenas três moravam na Vila, seis residiam fora e um não fica claro o local de moradia. Em todos os processos há testemunhas moradoras da Vila. Os acidentes denunciados são cortes nos dedos, nas mãos, esmagamentos de pé ou da mão e uma morte por inalação de gás. Já foi dito que a análise detida de tais processos escapa ao objeto desse estudo. Acompanhar sua trajetória possibilitaria conhecer as alterações dos procedimentos legais que davam suporte ao acidentado. Aqui cabe dar relevo a alguns pontos que possibilitem saber um pouco mais das tramas que envolveram aqueles trabalhadores.

A primeira operária a denunciar o acidente que sofreu trabalhando na CEIN, no dia 09 de fevereiro de 1925, foi Martiniana Cardoso da Silva, natural do estado da Bahia, com 16 anos de idade, sabendo ler e escrever e não era moradora da Vila.⁹⁵ O processo contou com o depoimento de Domingos José Duarte, brasileiro, com sessenta anos de idade, viúvo, morador da Vila, mestre de tecidos, sabendo ler e escrever e de mais sete testemunhas, das quais, três moravam, na Vila. Martiniana fez a denúncia e compareceu ao Instituto Nina Rodrigues para exame de corpo de delito. O laudo indicou que ela foi submetida a uma operação de urgência pelo fato de ter a falange esmagada. No auto de perguntas do processo o escrivão registrou a versão de Martiniana sobre o acidente:

Que ontem, cerca de onze horas ou pouco mais estava trabalhando, tendo o seu tear de número quatrocentos e quarenta e nove em movimento e como houvesse partido o fio a respondente moveu o breach do mesmo tear para pará-lo, que estando o dito tear com defeito não parou imediatamente, por isso a respondente pegou na roda para fazê-lo parar e nesta ocasião a sua mão direita foi até a roda dentada a qual colheu um dos dedos, cortando a falange e cortando a unha do dedo junto; que vendo-se ferida dirigiu-se à secção do contra-mestre, senhor Pio que a mandou ao escritório da fábrica, cujo diretor Sr. João Tarquínio imediatamente chamou o Doutor Adriano Gordilho, e, na farmácia da Companhia, na Vila Operária, foi por ele medicada.⁹⁶

⁹⁵APEBA. Judiciário. *Processos Cíveis*. Est. 04/Cx: 119/ Doc. 09.

⁹⁶APEBA. Judiciário. *Processos Cíveis*. Est. 04/Cx: 119/ Doc. 09.

Martiniana foi indagada sobre o valor de suas diárias e se a fábrica teria remunerado o dia do acidente e ela respondeu que trabalhava na CEIN há um mês e que teria recebido até então dez mil réis. Explicou que o trabalho era pago por produção e por isso não saberia responder sobre o valor de sua diária. Informou que os teares em que trabalhava eram defeituosos e se assim não fosse teria “ganho maior quantia” uma vez que já conhecia o trabalho em “virtude de ter sido operária em outra fábrica”. Martiniana disse não saber se “seu trabalho até a hora do acidente” seria pago uma vez que o pagamento era feito “por peça de fazenda” pronta. Segundo informou, teria deixado mais de quarenta metros prontos “em dois teares”. Indagada sobre seus parentes Martiniana respondeu que seus pais residiam também a rua do Céu, sendo ele pedreiro e sua mãe operária de fábrica onde trabalhava anteriormente

Foram convocadas sete testemunhas além do depoente já citado que compareceu no dia 13 de fevereiro de 1925. O Sr. Domingos relatou ter visto a acidentada entre um grupo de operários com a mão direita envolta em um pano. Ela teria lhe dito que tentou parar a máquina que trabalhava e não conseguindo, se acidentou. Contrariando a informação dada por Martiniana, alegou ter sido ele quem a encaminhou ao diretor, João Tarquínio. O Sr. Domingos alegou nada saber sobre a assistência médica recebida por Martiniana, sobre seus vencimentos e sua família. Difícil imaginar que o Sr. Domingos nada soubesse sobre o tratamento dispensado aos acidentados e não tivesse uma idéia dos rendimentos de Martiniana ainda mais considerando a sua função, o mais provável é que o Sr Domingos não quisesse se comprometer.

As testemunhas, moradoras ou não da Vila, assim também procederam. Relataram já ver Martiniana acidentada e sobre o defeito da máquina relatado por ela disseram nada saber. Destoando o coro, o Sr Pio Nunes de Carvalho, casado, natural do estado da Bahia, morador da Vila, com 54 anos, contra-mestre, não sabendo ler nem escrever informou que o equipamento não possuía defeito algum “tanto é assim que a operária” que a substituía estaria “trabalhando no mesmo tear sem novidade”.⁹⁷

Tal qual o Sr. Domingos, as testemunhas alegaram nada saber sobre o fato da Empresa estar pagando ou não as diárias referentes aos dias em que Martiniana ficou sem trabalhar. Reafirmaram que o trabalho de todos era pago por peça, e por isso não poderiam falar sobre os valores recebidos por Martiniana

⁹⁷APEBA. Judiciário. *Processos Cíveis*. Est. 04/Cx: 119/ Doc. 09.

Aqui aparece a figura do Curador das Vítimas de Acidentes de Trabalho, conforme o previsto na Lei nº 3724 de 15 de janeiro de 1919, que propôs o pagamento da indenização no valor de “450\$000 (quatrocentos e cinquenta mil réis) correspondendo a 25ª percentagem máxima de ‘tabela’ a que se refere o artigo 22 da referida Lei.

No relatório do curador, Martiniana foi tratada como menor aprendiz e o cálculo foi feito considerando o salário de referência para menores e por três anos. O curador encaminhou o processo para o Juiz que propôs a ação sumária contra a Empresa para efeito de indenização a que tinha direito a operária. No dia 16 de outubro de 1925 foi dada plena, geral e irrevogável quitação da indenização conforme acordado dois dias antes entre o representante da CEIN, o Sr. Raul Figueiredo Lima, Martiniana Cardoso da Silva, já com 17 anos, assistida por sua mãe, a Sra. Dorothéia Cardozo e o Sr. Durval Trindade, curador das vítimas de acidentes de trabalho.

O processo de Martiniana reafirma que os menores recebiam valores reduzidos porém trabalhavam como adultos, afinal, o valor de sua indenização considerou o salário de aprendiz, ela contudo, manejava mais de um tear. Dos relatos das testemunhas, depreende-se que elas se esquivaram das perguntas que pudessem comprometê-las. Cabe destacar que este foi o primeiro processo denunciado por uma operária da CEIN e talvez o fato de sua família não morar na Vila tenha sido um fator importante para essa ação.

Em 27 de abril de 1930, outro acidente envolveu alguns operários da CEIN e levou a Empresa a pagar uma indenização no valor de 2:400\$000 à família do trabalhador vitimado de morte.⁹⁸ Este ocorrido foi registrado na 3ª Circunscrição Policial, onde foi transcrito os depoimentos dos operários que estiveram no sinistro. Segundo foi dito, dois operários, José Lourenço dos Santos e Nestor Argeu Dias, foram realizar a limpeza no reservatório de gás localizado no subsolo da Empresa, e que, após um determinado tempo, os que trabalhavam próximos ouviram gemidos oriundos do local onde se encontravam os operários. Esses foram imediatamente socorridos pelos colegas que os encontraram asfixiados. Os primeiros que prestaram socorro também inalaram o gás. Todos foram atendidos no posto médico da Vila e, José Lourenço dos Santos, dado o agravamento do seu estado, foi internado no Hospital Santa Izabel, onde veio a falecer em 05 de maio de 1930. Ele era solteiro e tinha 24 anos.

⁹⁸APEBA. Judiciário. *Processos Cíveis*. Est. 186/Cx: 151/ Doc.16.

Vários foram os depoentes e testemunhas, inclusive o Sr. João Tarquínio, um dos Diretores da Companhia, que relatou ao Delegado sobre o tratamento dispensado aos trabalhadores acidentados e o empenho da Empresa na recuperação deles. Falou ainda sobre a regularidade mensal da limpeza do reservatório de gás e que os outros operários envolvidos no acidente foram licenciados e estavam recebendo suas diárias, assistência médica, remédios e uma verba especial para alimentação.

Entretanto, no testemunho de Olímpio Alves de Carvalho, com 35 anos, casado e residente na rua Imperatriz; Nestor A. Dias com 24 anos, solteiro, mecânico e residente à Avenida Luiz Tarquínio e Ildefonso Arruda Filho com 29 anos, solteiro, residente no Uruguai informam que continuavam doentes e recebendo somente as meias-diárias a que faziam jus por Lei. O depoente José Alves Cerqueira relatou ainda que a regularidade da limpeza no reservatório de gás era de duas ou três vezes ao ano.

Após o requerimento da 3ª Circunscrição Policial, em 1º de outubro de 1930, estabeleceu-se que fosse cumprida a Lei de acidentes no trabalho e a CEIN propôs pagar uma indenização amigável ao pai do rapaz que morava na cidade de Alagoinhas. A proposta consistia em pagar a quantia citada anteriormente, correspondente a dois anos de salários do operário que recebia a diária no valor de 4\$000. O acordo foi aceito e pago na presença do Curador das Vítimas de Acidente de Trabalho.

Observa-se que os demais processos são mais resumidos e se valem de apenas três testemunhas. Nas indenizações pagas são deduzidos os valores referentes às metades das diárias recebidas durante o tratamento e demais valores adiantados durante o período em que os trabalhadores estavam afastados. Os depoimentos das testemunhas demonstraram que elas estavam bem informadas sobre o direito dos acidentados quanto ao recebimento da metade das diárias durante o tratamento. A julgar pelos relatos das testemunhas e dos acidentados, o procedimento padrão era encaminhá-los ao posto médico no interior da Vila Operária

Os trabalhadores que geraram processos e receberam indenizações após acidentarem-se possivelmente não permaneceram trabalhando na CEIN, afinal, eles deram visibilidade àquilo que a Empresa tanto se empenhou em abafar. Agindo assim eles contrariaram o silêncio sobre os acidentes ocorridos ao longo da existência da Empresa. Certamente que suas ações contribuíram, ao menos no longo prazo, para que os trabalhadores aprendessem a se valer da legislação em seu benefício. Ainda que as condições de vida da maioria dos

trabalhadores no pós 1930 não tivessem sido logo modificadas, o processo de construção da Lei dos acidentes de trabalho, do direito as férias remuneradas, da redução da jornada de trabalho estipulada por Lei e da Carteira de Trabalho, contribuiu positivamente para a formação do imaginário relativo às conquistas dos direitos dos trabalhadores brasileiros.⁹⁹

Os moradores da Vila e o Novo Regulamento adotado

No ano de 1946 foi criado o *Regulamento Interno de Trabalho* com um capítulo dedicado ao *Regulamento Interno da Cidade Operária*, submetido à *Delegacia Regional do Trabalho* para avaliação. O delegado regional em exercício retornou o texto para a Empresa com uma carta de aprovação e esta foi impressa, juntamente com o regulamento, e distribuída aos operários no ano de 1947. Na teoria, até aquela data ainda estava em vigência o mesmo código de condutas elaborado por Luiz Tarquínio. Todavia, na prática, ele já vinha sendo alterado a exemplo da proibição de circulação de pessoas estranhas nos espaços internos da Vila sem a autorização da administração da Empresa, flexibilizada em função da ampliação dos alunos da Escola. O novo regulamento se diferencia em muitos aspectos do primeiro. As tentativas de intervenção mais acentuadas no comportamento dos moradores já não são a tônica das preocupações. Estas passaram a refletir muito mais a intenção de preservar o patrimônio físico, tanto das edificações quanto das instalações e evitar os conflitos internos entre os moradores. Comparando-se com as proibições anteriores, as novas ficaram significativamente reduzidas. Era proibido:

- a) Depositar e guardar nas casas substâncias explosivas e inflamáveis.
- b) Expor a venda quaisquer objetos e mercadorias.
- c) Permitir a permanência de animais de qualquer espécie que por qualquer forma possam originar queixas dos demais moradores.
- d) O uso ou funcionamento de aparelhos que perturbem o silêncio antes das oito e depois das vinte e uma horas.
- e) Estender roupas nos jardins, no piso das secções ou sobre os peitoris das janelas.
- f) Jogar lixo nas secções
- g) Admitir em casa pessoas estranhas, sem ordem do Departamento de Pessoal.
- h) O morador obriga-se a observar o maior cuidado com as pias, ralos, esgotos e demais aparelhos, não consentindo que nas mesmas sejam lançadas substâncias que determinem a sua obstrução. Todas as despesas de reparação no caso dessa ocorrência ou de avarias causadas no edifício ou seus pertences diretamente pelo morador ou por pessoas sob sua responsabilidade correrão por conta do mesmo, cabendo-lhe comunicar o fato sem demora, ao administrador da cidade, para que sejam realizados os necessários reparos.¹⁰⁰

⁹⁹Ângela de Castro Gomes destaca a importância das conquistas simbólicas dos trabalhadores, além das conquistas materiais. GOMES, Ângela de Castro. *op. cit.*

¹⁰⁰CEDOC. CEIN. *Regulamento*. 1947.

Ainda permanecia a tentativa de controlar a presença daqueles considerados estranhos no interior das casas deixando claro que poderiam “vedar a entrada de quaisquer pessoas” que julgassem “nocivas a ordem pública”. Para assegurar este controle, informaram que a Companhia poderia fazer “quantas vezes” julgasse “conveniente visitas domiciliares a fim de preservar a segurança sanitária da cidade operária”.¹⁰¹

Os moradores que deixassem o emprego da Companhia, “empregado ou operário” seriam obrigados “a desocupar a casa” que moravam “no prazo de oito dias”.¹⁰² Aqui não aparece nenhuma alusão aos operários acidentados. Cabe lembrara que, antes dos processos e das definições dos valores das indenizações, alguns operários invalidados por acidentes permaneceram morando na Vila com parentes trabalhando na Fábrica.

O regulamento como um todo reflete as questões mais prementes do período no que diz respeito às garantias dos interesses da Empresa: demissões dos que se ausentavam por quinze dias sem justificativa, férias nas ocasiões convenientes ao ritmo da produção, controle de exames médicos e exigência sobre as informações prestadas ao setor pessoal. No espaço da produção foram estabelecidas regras mais rígidas como: obrigação de portar “chapas de identidade”, controle do uso das “ferramentas” e dos “armários” além da exigência no “cumprimento dos horários”.¹⁰³

No que diz respeito especificamente aos acidentes no trabalho registraram: “os operários devem fazer comunicação ao seu superior quando ocorrerem os casos de acidentes no trabalho, acompanhados de pelo menos duas testemunhas. O operário deverá fazer a comunicação, sob pena de perder quaisquer direitos criados pela lei de acidentes no trabalho”.¹⁰⁴

No novo Regulamento a figura do Administrador da Cidade Operária, responsável pela fiscalização do cumprimento das normas, é mantida. A reedição de algumas dessas normas pode refletir que elas não vinham sendo cumpridas, a exemplo da admissão de pessoas estranhas no interior das casas sem a anuência do Departamento de Pessoal e de estender roupas nos jardins ou peitoris das janelas. Essa hipótese é reforçada por uma

¹⁰¹CEDOC. CEIN. *Regulamento*. 1947.

¹⁰²CEDOC. CEIN. *Regulamento*. 1947.

¹⁰³CEDOC. CEIN. *Regulamento*. 1947.

¹⁰⁴CEDOC. CEIN. *Regulamento*. 1947.

fotografia feita em 1943 que se constitui num forte indício de que as regras eram desrespeitadas.

Um flagrante no cotidiano da Vila

A fotografia a seguir conforme já dito, foi captada no ano de 1943 e nela pode ser vista uma das oito ruas internas da Vila. Na imagem, percebe-se a disposição das casas geminadas e em dois pavimentos. Ao centro da rua, constata-se o declive que permitia o escoamento das águas, tanto das chuvas quanto das lavagens das ruas, tão alardeado pelo engenheiro José Simão.

A fotografia foi localizada na documentação da CEIN na seção Arquivo Privado do Arquivo Público do Estado da Bahia e não há registro sobre seu fotógrafo. Alguns pontos presentes na foto permitem inferir que, nem todas as regras impostas valiam para o dia-a-dia. Num dia comum percebe-se a presença de crianças nas ruas e a exposição de roupas nos jardins na frente das casas e mesmo no chão. A maneira como as crianças estão vestidas indica que aquele registro foi feito num dia sem festejos ou comemorações, num flagrante cotidiano e talvez por isso mesmo sem a pose para a encenação.



Na vida diária aquelas pessoas precisaram encontrar soluções também para as necessidades diárias. As casas não tinham quintais e era hábito da população do período, morador da Vila ou não, quorar as roupas. Afora os momentos das encenações, a vida diária

se impunha aos moradores da Vila como em qualquer outro espaço. Conflitos, desconfianças, intrigas e acordos também fizeram parte da vida dos moradores da CEIN.

A Trougha de D. Izaura

O processo crime iniciado em 1949 é mais um indicador das tensões vivenciadas no interior da Vila Operária. Embora ele tenha iniciado em data posterior ao limite temporal estabelecido para este estudo, cabe uma análise sobre ele uma vez que, a operária envolvida trabalhou na CEIN e morou na Vila por mais de quarenta anos, portanto dentro do período deste estudo. Muitas são as informações e omissões contidas nesse processo e provocam muitas perguntas sem meios para obter respostas, mas que permitem algumas reflexões sobre aquele espaço e seus moradores.

O promotor público deu início ao processo de denúncia de roubo de tecidos praticado no interior da Vila Operária da Companhia Empório Industrial do Norte no dia 31 de maio de 1949 por D. Izaura Meireles, filha legítima de João Teófilo Meireles (falecido) e de Izaura Meireles (falecida), natural do estado da Bahia, viúva, operária e residente à Av. Luiz Tarquínio, portão nº 85, casa 22 da Vila Operária, com 63 anos de idade, sabendo ler e escrever, nascida em 1886, religião católica, cor branca com um filho legítimo.¹⁰⁵

O promotor registrou ter recebido a denúncia que “há cerca de 6 meses” vinha a denunciada “subtraindo para si da aludida fábrica pedaços de fazenda, de diversos tipos e padronagens” e que, no dia 31 de maio, ela teria conduzido

[...] uma trouxa contendo certa porção de tecidos à casa de uma amiga conhecida como “Sancha” no mesmo portão, casa nº 30, pedindo-lhe para guardar aqueles artigos e como se observasse que a trouxa continha fazendas da fábrica, fora o fato levado a conhecimento do responsável pelo estabelecimento industrial apreendendo-lhe a mercadoria e ouvindo a denunciada que confessou o seu crime. É evidente que a denunciada assim procedendo subtraiu para si coisa alheia móvel, com apreço de confiança dos seus empregadores, pelo que se oferece contra ela a presente denúncia que se espera recebida e afinal julgada provada, para o fim de sua condenação nas penas do artigo 155, parágrafo 4º, inciso II do código penal de acordo com o artigo 51, parágrafo 2º do mesmo código.¹⁰⁶

O inquérito foi instaurado a partir da queixa verbal de Evaldo Fontes Oliveira, em nome da Fábrica, que prestou depoimento no dia primeiro de junho. Evaldo foi descrito como, brasileiro, sergipano, casado, com filhos, 27 anos de idade, nascido em 1º de fevereiro de

¹⁰⁵ APEBA. *Processo Crime*. Est.208/Cx.86/Doc.11.

¹⁰⁶ APEBA. *Processo Crime*. Est.208/Cx.86/Doc.11.

1922, funcionário, instrução secundária, cor branca, religião católica, pobre, aparentemente normal, filho de Antônio Fontes Oliveira e de Guiomar Fontes de Oliveira. O escrivão assim registrou a declaração de Evaldo:

que emprega suas atividade trabalhando no escritório da firma Companhia Empório Industrial do Norte, fábrica de Luiz Tarquínio, situada à Av. do mesmo nome, sendo responsável pelo menor que ontem pela noite, o operário de nome Aristides Benedito Costa levou ao seu conhecimento que a operária de nome Izaura Meireles havia deixado em sua residência uma trouxa a qual ao ser examinada por ele, Aristides, continha tecidos de fabricação daquela fábrica – que face a essas declarações se dirigiu à residência do citado operário onde verificou a existência de diversos pedaços de fazenda de diversas padronagens vindo a saber pela senhora conhecida por Chancha que reside em companhia do referido Aristides que os mesmos ali foram deixados para guardar pela operária em apreço – que a operária em falta sempre teve boa conduta, contando com cerca de quarenta e quatro anos de serviço, que além de Aristides que poderá prestar declarações também o senhor Pedro Alves Costa em torno do caso.¹⁰⁷

As testemunhas foram ouvidas no dia 2 e a primeira delas foi Aristides Benedito Costa, brasileiro, operário, branco, solteiro, morador da Vila Operária, sabendo ler e escrever. O registro referente a sua idade está ilegível. O escrivão assim registrou as declarações de Aristides:

que cerca de 19 horas ou menos do referido dia, o depoente ao se aproximar de sua residência soube através de declarações de uma vizinha de nome conhecido como Dete que a operária de nome Izaura Meireles havia deixado na sua residência uma pequena trouxa, que face dessas declarações, assim chegou à sua residência, foi imediatamente verificar de perto qual o conteúdo da trouxa em tela, aí então afastando um pouco o pano que a envolvia registrou com surpresa a existência de fazendas de fabricação da fábrica em que a mesma operária trabalha, assim sem perda de mais tempo pela circunstância de ele depoente também emprega as suas atividades na fábrica em apreço, tratou de comunicar o fato ao Sr. Evaldo a fim de que fossem tomadas as providências que o caso exige. Que tendo o Sr. Evaldo vindo à sua residência ali então constatou a veracidade da notícia reconhecendo neste ato como sendo as fazendas (pedaço) de fabricação da Cia Empório Industrial do Norte, que indagando da mulher que reside com o depoente esta lhe disse que a trouxa em tela fora deixada para guardar a pedido de dona Izaura Meireles presente neste ato, que nada tem a adiantar de referência à conduta de dona Isaura, e nada mais disse.¹⁰⁸

O escrivão registra que foi dada a palavra a D. Izaura e que esta afirmou nada ter a contestar uma vez que as declarações eram verdadeiras. A segunda testemunha ouvida foi Pedro Alves Costa, brasileiro, operário, morador da Vila Operária, casado, de cor branca e com 41 anos de idade. O escrivão assim registrou o testemunho do Sr. Pedro:

¹⁰⁷APEBA. *Processo Crime*. Est.208/Cx.86/Doc.11.

¹⁰⁸APEBA. *Processo Crime*. Est.208/Cx.86/Doc.11.

que Aristides Benedito Costa é filho de criação do depoente, que no dia 31 de maio último, por volta das dezenove horas mais ou menos foi procurado pelo referido Aristides, que lhe solicitou conselhos sobre o que devia fazer de referência à uma trouxa contendo pedaços de fazendas da fábrica da Companhia Industrial do Norte e que em sua residência foi deixada pela senhora Izaura Meireles presente neste ato, que devido à sua responsabilidade ele aconselhou o mesmo a ir à fábrica e dar conhecimento do fato ao senhor Evaldo e Aristides foi até a residência deste último onde aí então o primeiro afastando o pano que envolvia a trouxa reconheceu como sendo da Cia Empório Industrial do Norte todo o seu conteúdo, ou seja, pedaços de fazenda de diversas padronagens, que feito isso Evaldo pediu que guardasse a trouxa em tear naquele local a fim de que pudesse (rasurado) acento a polícia, tomar as providências de lei, que nesta secretaria, quando a trouxe, foi totalmente aberta e que o depoente pode então contar melhor a veracidade – que a senhora Izaura Meireles é portadora de uma ótima conduta contando, como é do seu conhecimento, mais de 45 anos de serviço à Companhia Industrial do Norte. E nada mais disse.¹⁰⁹

Novamente o Escrivão registrou que foi dada a palavra a D. Izaura e ela teria dito “que nada tinha a contestar uma vez que a errada fora ela não tendo também a ninguém atribuir a responsabilidade do acontecimento”. É estranho que em todo o processo não conste o depoimento de D. Izaura. Esta parece que presenciou os relatos das testemunhas, pois no final o escrivão aponta sua anuência e consta uma assinatura com seu nome. Contudo, em nenhum momento do processo há sua versão sobre o ocorrido. É possível que ela tenha contestado a importância atribuída pelo denunciante aos pedaços de tecidos subtraídos porque o promotor convocou, para serem ouvidos no mesmo dia, dois comerciantes locais que deveriam avaliar o material apreendido. Serviram de avaliadores o Sr. Harmindo Teixeira e Ademar Gomes de Carvalho, brasileiros, negociantes, casados, ambos sabendo ler e escrever, proprietários da loja Paraíso que, após inspecionarem os objetos, declararam tratar de:

05 pedaços de algodãozinho grande (Cr\$ 25,00) – 06 pedaços de algodãozinho pequenos (Cr\$ 5,00) – 19 pedaços de bulgariana (mais de Cr\$ 30,00) – 02 pedaços de linho amarelo (Cr\$ 6,00) – 13 pedaços de madastro (Cr\$ 20,00) – 02 pedaços de algodãozinho tinturado de cinza (Cr\$ 10,00) – 04 pedaços de marquizes (Cr\$ 20,00) – Perfazendo tudo num total de cento e dezesseis cruzeiros (Cr\$ 116,00).¹¹⁰

No dia 25 de junho, o Comissário fez um relatório e lamentou a situação da “indiciada, vendo-se assim, nesta altura de sua vida, sexagenária, com 44 anos de bons serviços prestados à Fábrica Luiz Tarquínio, sem uma mancha anterior que comprometa ou desabone a sua conduta, envolvida nas malhas de um processo crime”.¹¹¹

¹⁰⁹APEBA. *Processo Crime*. Est.208/Cx.86/Doc.11.

¹¹⁰APEBA. *Processo Crime*. Est.208/Cx.86/Doc.11.

¹¹¹APEBA. *Processo Crime*. Est.208/Cx.86/Doc.11.

O trâmite do processo é revelador das suas lacunas. Ele passa por várias instâncias sem que se defina um veredito final para o mesmo. Após dez anos, no dia 13 de maio de 1959, talvez numa mudança de funcionários eles constatarem que D. Izaura não fora ouvida e fizeram o pedido da designação do dia em que seria colhido o “interrogatório da denunciada”. Àquela altura, D. Izaura, estava com 73 anos, se é que estivesse estava viva, pois não há mais nenhum registro sobre ela.

No dia 3 de agosto de 1960 foi “extinta a penalidade do agente pela prescrição na forma da lei do artigo 109, inciso III do código penal” e o parecer do relator foi “pelo arquivamento do presente inquérito”. No dia seguinte, o Juiz, Edgar Vieira dos Santos, declarou julgar “inexiste ou extinto o processo crime de que tratem os presentes autos ficando extinta a penalidade do agente na forma do artigo 109, inciso 555 do código penal”. A denúncia havia sido prescrita.

Interessa aqui entender alguns pontos dessa trama que envolveu moradores da Vila. Se D. Izaura pediu a amiga de nome Chancha ou Sancha para guardar sua trouxa era porque confiava nela. Esta, por sua vez, não morava só. Partilhava a casa com o menor Aristides Benedito Costa, apontado por Pedro Costa como filho de criação de Evaldo Oliveira que era funcionário do escritório e que alegou ser responsável pelo menor e não o pai do menor. Não há como saber a verdadeira idade do menor porque essa informação no processo encontra-se rasurada. Aristides não morava com Evaldo, residia em outra casa e seu laço com a pessoa com quem residia não fica claro. É possível que a moradora, para se manter na casa, tenha recebido o menor. Cabe lembrar os diversos arranjos efetuados pelos moradores para se adaptarem às exigências de continuidade na Vila, alguns dos quais traziam parentes do interior para partilhar o mesmo espaço, desde que eles trabalhassem na Fábrica.

É possível que o funcionário Evaldo fosse responsável pelo menor Aristides e talvez ainda por outros menores que trabalhavam na CEIN. Os menores podem ter sido distribuídos entre as moradias de antigos operários que já não trabalhavam mais na fábrica por razões diversas a exemplo de velhice ou invalidez. Esses, para assegurar a continuidade da moradia, poderiam alojar os menores. Essa conformação poderia alterar antigos vínculos de confiança e cumplicidade.

Não há como saber se aquele roubo foi isolado ou se tratava de um comportamento habitual. O material apreendido eram pedaços de tecidos, mas, em quantidade relativamente

grande para não levantar suspeitas. Talvez fosse uma ação recorrente e D. Izaura nem se preocupasse muito em disfarçar. Seu longo período de “boa conduta” possivelmente a protegia da suspeição. O fato é que alguma coisa destoou naquele momento. Talvez o Aristides já tivesse percebido antes e feito vistas grossas. Naquele dia, porém, a vizinha Dete o alertou. É possível ainda que Aristides e Dete estivessem atentos para flagrar D. Izaura. O fato é que, se ele não desconfiasse de D. Izaura não teria apurado o conteúdo da trouxa deixada em sua casa.

Em seu testemunho, Aristides afirmou ter imediatamente comunicado o ocorrido a Evaldo levando-o a sua casa para a confirmação da denúncia. Pedro, por sua vez, disse ter sido procurado por Aristides que lhe pediu conselhos quanto ao modo de proceder com relação a “trouxa deixada em sua casa”. Segundo Pedro teria sido ele quem aconselhou Aristides a procurar Evaldo. Ora, por que Aristides teria procurado Pedro antes de procurar Evaldo que era responsável por ele? Percebe-se aqui que a relação de Aristides com Evaldo não suscitava a confiança para que o primeiro procurasse o segundo de imediato. Aqui fica mais um dado que permite inferir que os laços entre Aristides e Evaldo não eram pautados pela afetividade e confiança.

A rapidez do início do processo contrasta com a lentidão do final que se arrastou sem ter um desfecho. Por que será que D. Izaura não foi condenada nem absolvida? Será que a Empresa se empenhou em abafar o episódio? Será que os funcionários que acompanharam o processo ou mesmo o Juiz compadeceram-se dela e protelaram seu trâmite? Será que este roubo aconteceu mesmo? D. Izaura teria confessado o crime no momento do flagrante e não há como saber em quais condições isso se deu. Tanto Pedro quanto Evaldo atestaram a sua boa conduta e sobre isso Aristides afirmou nada ter a registrar. Esse parecia ter mesmo pouco tempo morando na Vila ou não quis falar sobre o assunto.

Conforme foi dito inicialmente, este processo deixa inúmeras perguntas sem respostas, mas, revela pontos de tensões no interior da Vila, mesmo entre seus moradores. Os arranjos de moradia, conflitos e atritos com vizinhos também ali estavam presentes como em qualquer outro espaço de moradia da cidade. A Vila não estava imune as tensões próprias da condição humana. Apesar de todo investimento na supressão das informações que revelassem os conflitos no interior da Vila e da Fábrica, a partir de alguns rastros, foi possível perceber que eles existiram e o processo de D. Izaura é uma evidência dessas fissuras, ainda que não tenha sido possível conhecê-los em sua inteireza.

Investimentos na perpetuação das memórias da criação e do fundador

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por uma produção discursiva de segmentos intelectuais baianos preocupados em afirmar a importância política da Bahia no cenário nacional. Para tanto, produziram-se obras e textos cujo propósito era o enaltecimento da Bahia e dos baianos, procurando, na reconstrução da memória, estímulos para a retomada de uma posição de destaque no cenário nacional, que a Bahia, assim como outros estados, havia perdido em decorrência do centralismo político e administrativo imposto pelo governo Vargas, sobretudo após a implantação do Estado Novo.¹¹²

Nesta lógica alguns textos enaltecem a figura de Luiz Tarquínio como membro de destaque de uma Bahia que se buscava reafirmar o prestígio. O cinquentenário da Empresa no ano de 1941 e o centenário do nascimento de Luiz Tarquínio em 1944 foram datas comemoradas pela CEIN e por diversas instituições locais com registros de discursos laudatórios.

Com atuação no jornalismo e nos meios letrados locais, incluindo a *Academia de Letras da Bahia* e o *Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, Madureira de Pinho foi convidado por uma comissão eleita pelos acionistas da CEIN, para escrever uma biografia de Tarquínio, por ocasião das festividades do centenário de seu nascimento.¹¹³ A primeira edição, com uma encadernação em papel linho, saiu em 24 de julho de 1944, com o propósito de ser distribuída entre os amigos da Empresa, conforme consta na apresentação do livro. Posteriormente, a Empresa fez uma reprodução mais modesta, preservando, contudo, o teor da edição original. Apesar da riqueza da documentação apresentada no trabalho, nele são evidentes os limites de uma biografia encomendada. No texto aparecem os propósitos de enaltecimentos do biografado apresentando uma imagem idealizada de Luiz Tarquínio que poderia funcionar como modelo pedagógico.

Outra publicação comemorativa do centenário do nascimento de Luiz Tarquínio foi escrita por Miguel Calmon Sobrinho em consequência do discurso proferido pelo autor no ano de 1945, numa seção cívica organizada pela *Associação Comercial da Bahia* e pelo *Instituto Histórico e Geográfico da Bahia* que o convidaram para este fim. O conteúdo desse

¹¹²SILVA, Paulo Santos. *Âncoras da Tradição: Luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.

¹¹³PINHO, Péricles Madureira de. *Luiz Tarquínio, pioneiro da justiça social no Brasil*. Bahia: Imprensa Vitória, 1944.

discurso foi reproduzido no mesmo ano no número 72 da RIGHB.¹¹⁴ Este é mais um trabalho voltado para o enaltecimento dos méritos de Luiz Tarquínio.

Um pouco antes, no ano de 1940, a Gráfica Globo publicou um folheto com a reprodução de um discurso proferido por Luiz Vianna Filho, sob o título: *O insigne industrial Luiz Tarquínio*.¹¹⁵ Trata-se de um folheto de apenas oito páginas, com uma fotografia de Luiz Tarquínio na capa. Não foi possível saber o local e as circunstâncias em que se proferiu esse discurso, pois os dados não aparecem no documento. Nele estão presentes as mesmas preocupações dos demais.

A Revista Fiscal da Bahia, em 1949, publicou um álbum comemorativo do 4º centenário, intitulado *Quatro Séculos de História da Bahia*.¹¹⁶ Neste álbum, quatro páginas são dedicadas a uma exposição da Companhia Empório Industrial do Norte, da Vila Operária e da escola Rui Barbosa. Consiste basicamente numa reprodução resumida dos trabalhos de Madureira de Pinho e Vianna Filho.

O conjunto dessas trabalhos reforça as informações publicadas no ano de 1923, por ocasião dos festejos do centenário do dois de julho e também as informações exaustivamente veiculadas nos primórdios da Empresa. Todos esses registros tiveram como função a reafirmação de uma imagem idealizada de Luiz Tarquínio e da Vila Operária. Esta aparece como a obra símbolo do pensamento e das ações de Luiz Tarquínio e um espaço sem conflito, num claro investimento do passado que se buscava salvaguardar. Estes autores também reinterpretaram o passado, fazendo escolhas e contribuindo para a seleção entre o que lembrar e o que esquecer.

¹¹⁴CALMON SOBRINHO, Miguel. Homenagem a Luiz Tarquínio no centenário do seu nascimento, em 22 de julho de 1944. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. nº72. Ano 1945.

¹¹⁵VIANNA FILHO, Luiz. *O insigne industrial Luiz Tarquínio*. Bahia: Estabelecimento Gráfica Globo, 1940

¹¹⁶QUATRO SÉCULOS DE HISTÓRIA DA BAHIA. Álbum comemorativo do 4º centenário. *Revista Fiscal da Bahia*. 1949, p. 270-274.

Considerações Finais

O propósito inicial do presente trabalho foi conhecer a trama que envolveu o viver no interior da Vila Operária da Boa Viagem e de que maneira seus moradores a ela se ajustaram e resistiram. Esse jogo ativo de construção de singularidades foi o que conformou o perfil da Fábrica e da Vila, considerando que seus moradores tiveram experiências anteriores que contribuíram para que ali construíssem a nova convivência.

A Vila, como as demais vilas operárias construídas no país, teve o propósito de instalar os trabalhadores próximos ao local de trabalho restringindo suas ações, com o objetivo de evitar as interrupções no processo de produção, tão frequentes no período de sua implantação.

Os sucessivos administradores se valeram de recursos distintos para atrair e manter os trabalhadores. Foram além dessa intenção e procuraram intervir na organização de suas vidas num espaço que se pretendia isolado, buscando convencê-los de que eles eram diferentes dos demais pobres da cidade.

As festas, premiações e a escola da Vila foram recursos pedagógicos empregados com vistas à criação de um homem novo, ajustado a “Cidade do Bem”. Esses ajustes não se deram de maneira pacífica, traço perceptível nos sinais mais sutis e na atuação dos moradores nas greves, momentos que revelaram a culminância das contradições. O código de condutas, criado na fundação da vila, permaneceu, na teoria, até o novo código implantado em 1947. Na prática ele não era o mesmo, refletindo os ajustes, adequações e conformações do grupo.

O investimento na imagem ideal daquele espaço e de seus moradores teve o propósito de virar monumento com tendência à perenidade. Seu idealizador demonstrou ter consciência de que sua obra iria permanecer além do ciclo biológico de sua vida, como de fato permaneceu, contudo, não ficou imune às influências diversas internas e externas, como ele pretendia.

A idéia de uma Vila ilhada, imune às contradições do capitalismo e aos problemas vivenciados na cidade de Salvador não se sustentou. E assim, o projeto de Luiz Tarquínio não tinha como resistir. Inevitavelmente a sociedade baiana com todas as suas contradições iria invadir aquele espaço. Dentro dele já se encontravam os “focos

de contradições”, que não tinham como ser afastados de um espaço ocupado por trabalhadores fabris.

Na construção da memória positivada da Vila o seu idealizador teve papel importante. Empenhou-se na difusão dos benefícios proporcionados aos moradores e silenciou sobre seus problemas cotidianos, tanto no espaço de moradia quanto no de trabalho, como os acidentes, roubos e dificuldades de adaptação ao modo de viver imposto por ele.

A sociedade baiana também se mobilizou para alimentar a imagem positivada da Vila porque ela condensou o projeto de setores das elites econômicas e políticas locais no seu desejo de se inserir no processo de modernização em curso no País. Políticos e membros das elites letradas se apropriaram e realimentaram as representações da Vila a partir da imagem do seu criador e delas fizeram usos.

Constatou-se a existência de três momentos definidores na construção e afirmação das memórias da Vila. O primeiro foi a partir do próprio Luiz Tarquínio, no nascimento da Vila, que contou com amplo espaço na imprensa local. O segundo, por ocasião das comemorações da Independência da Bahia, em 1923, e o terceiro momento, quando a Vila já se encontrava distante do seu projeto original, nos anos de 1940.

Fez parte dessa lógica de exaltação da Vila como um espaço harmônico, o acobertamento das contradições experimentadas pelos trabalhadores. Os conflitos internos entre vizinhos, as dificuldades de ajustes aos interesses da empresa, os constantes acidentes e o medo de perder o emprego e a moradia, foram alguns focos de conflito identificados nesse estudo.

Entre os diferentes níveis de conflitos identificados, sobressaiu o que se refere ao que foi vivido, experienciado e o que foi lembrado. Na disputa das memórias, permaneceu aquela que gozou de maior espaço para sua sobrevivência. Todo o investimento na representação da “Cidade do Bem” enquanto lugar idílico, imune às contradições da vida e separado da cidade de Salvador, não se sustentou. As necessidades da vida cotidiana se impuseram e aqueles trabalhadores viveram e agiram de acordo com suas escolhas possíveis.

As ações que buscaram velar os conflitos internos foram em parte vitoriosas, considerando-se a longevidade de algumas representações que permaneceram na memória de moradores da cidade. A investigação acabou por revelar aquilo que, entre os contemporâneos da experiência, pulsava: ali havia tensões de natureza social e racial como também havia nas ruas da cidade do Salvador. A documentação permitiu revelar que entre a realidade da cidade de Salvador e o interior da Vila havia muito mais identidade do que seu idealizador e, posteriormente, seus seguidores gostariam que existisse.

Fontes e Referências Bibliográficas

FONTES:

1. LIVROS PUBLICADOS POR LUIZ TARQUÍNIO QUE TRATAM DA VILA E/OU DOS TRABALHADORES

TARQUÍNIO, Luiz. *Apelo aos Ilustres Representantes da Nação*. Rio de Janeiro: Litho-Tipographia de Pinheiro & Cia, 1895.

_____. *Preceitos Moraes e Cívicos*. Bahia: Estabelecimento Litho-Typographia L. H. Linguori, 1901.

2. CARTA ESCRITA POR LUIZ TARQUÍNIO E LEOPOLDO JOSÉ SILVA

TARQUÍNIO, Luiz & SILVA, Leopoldo José. *Cartas aos acionistas em 24 de março de 1902*.

3. DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELA CEIN

(Disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia - APEBA e no Centro de Documentação - CEDOC da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS)

3.1. Relatórios da Empresa

3.2. Correspondências

3.3. Atas

3.4. Plantas e projetos de alterações nas áreas da vila

3.5. Fotografias e Cartões-postais

Vila Operária – Sala de leitura (s.d.)

Vila Operária – Sala de desenho e pintura (s.d.)

Vila Operária – Fachada da escola Ruy Barbosa (s.d.)

Vila Operária – Sala do Jardim de infância (s.d.)

Vila Operária – Um dos oitos quarteirões da vila (s.d.)

Cartões-postais diversos da Vila Operária (s.d.)

4. MEMÓRIAS, DISCURSOS, MATÉRIAS, DEPOIMENTOS E BIOGRAFIAS
QUE TRATAM DA VILA E/OU DOS TRABALHADORES.

(Disponíveis em espaços distintos: Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivo Municipal de Salvador e Fundação Clemente Mariani)

CALMON SOBRINHO, Miguel. Homenagem a Luiz Tarquínio no centenário do seu nascimento, em 22 de julho de 1944. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. nº72. 1945.

CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida econômico-financeira da Bahia – elementos para a História de 1808 – 1899*. (Reimpressão). Salvador: Fundação de Pesquisa – CPE, 1978.

CARDOSO, F. Um dos maiores vultos da Bahia no seu primeiro século da independência nacional. *O Democrata*, 02.07.1923.

CELESTINO, Mônica. Notável empreendedor. In: *Memórias da Bahia II*. Salvador: Empresa baiana de jornalismo, 2004.

COSTA, José Simão da. *Jornal de Notícias*. De 24/10/1898 a 24/11/1898.

COSTA, José Simão. _____. In: *Cidade do Bem – Revista da Villa Operária*. Bahia, Ano 2, nº. 4, 1899.

DUMÊT, Eliana Bitencourt. *Luiz Tarquínio o sementeiro de idéias*. Salvador: Memorial das Letras, 1998.

PENTEADO, Jacob. *Belenzinho 1910*. (Retratos de uma época). São Paulo – Martins, 1962.

PINHO, Péricles Madureira de. *Luiz Tarquínio, pioneiro da justiça social no Brasil*. Bahia: Imprensa Vitória, 1944.

_____. Luiz Tarquínio. In: _____. *São Assim os baianos*. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1960.

SOUZA, Antonio Loureiro de. *Baianos ilustres (1564-1925)*. São Paulo: IBRASA, 1979.

TEIXEIRA, Múcio. _____. In: *Cidade do Bem – Revista da Villa Operária*. Bahia. 1898.

TOURINHO, Eduardo. *Alma e Corpo da Bahia*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1953.

VIANA FILHO, Luiz. *O Insigne Industrial Luiz Tarquínio*. (Folheto). Bahia: Estabelecimento Gráfico Globo, 1940.

5. OUTROS DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NO ARQUIVO PÚBLICO

- 5.1. Livros de notas da capital. Tabela e escritura de compra e venda
- 5.2. Setor judiciário. Cíveis 1. Série acidentes de trabalho (processos)
- 5.3. Setor judiciário. Cíveis 1. Série Furtos e Roubos (processos)

6. REVISTAS E JORNAIS DIVERSOS

(Disponíveis em espaços distintos: Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Arquivo Público do Estado da Bahia e Fundação Clemente Mariani – Exemplares dentro do período da pesquisa)

Diário de Notícias.

Diário Oficial.

Jornal A Tarde.

Jornal Correio de Notícias.

Jornal Correio da Bahia

Jornal Diário da Bahia.

Jornal de Notícias.

Jornal O Tempo.

RIGHB

7. DOCUMENTÁRIO

“Vila Operária Luiz Tarquínio”. Instituto de Radiodifusão Educativa do Estado da Bahia – IRDEB. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Documentário. Duração 19’27”. s.d.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, Manoel Pinto de. Notas sobre o “Enigma Baiano”. In: *Revista Planejamento*. Salvador: Fundação de Pesquisa CPE, 1973, nº. 4, Ano IV, 1973.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. *Algazarra nas ruas: Comemorações da independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: _____: História da Vida Privada. V. 02. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Rômulo. Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio. In: *Revista de Economia e Finanças da Bahia*. v.4 jun/1952.

ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade* – os operários camponeses e a fábrica dos Lundgreen. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

ANDRADE, Adriano Bitencourt e BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. *Geografia de Salvador*. 2ªed. Salvador: EDUFBA, 2009.

ARANTES, Antonio. A guerra dos lugares. In: *Revista do Patrimônio Histórico Nacional*. nº 23. Rio de Janeiro: IPHAN.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. São Salvador, Bahia de São Salvador. *Tribuna da Bahia*. 29.03.1999.

AZEVEDO, Elciene. [et. al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, século XIX e XX*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.

AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da cidade do Salvador*. Salvador: Editora Itapuã, 1968.

_____ e LINS, E. Q. Vieira. *História do Banco da Bahia (1858-1958)*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1969.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia de Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 11ªed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público* (os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1996 (tese de doutorado).

BARREIRO, José Carlos. *Instituições, trabalho e luta de classes no Brasil do século XIX*. In: *Revista Brasileira de História*. v. 07, n.14. São Paulo: Marco Zero, 1987.

BATALHA, Cláudio H. M. Historiografia brasileira da classe operária no Brasil: trajetória e tendências In: FREITAS, Marcos Cezar. (org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. (orgs.). *Culturas de Classe*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BERLINGUER, Giovanni. *A saúde das fábricas*. São Paulo: HUCITEC, 1983.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLASS, Leila Maria da Silva. *Imprimindo a própria história: o movimento operário dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

BLAY, Eva. *Eu não tenho onde morar – vilas operárias de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria* São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *Historia & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. (org). *Um arte médio – ensaios sobre los usos sociais da la fotografie*. Barcelona: G. Gili, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1989.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrôpoles: as faces do mostro urbano (as cidades no século XIX). Cultura e Cidades. *Revista Brasileira de História*. v.05, n. 8/9. São Paulo: Marco Zero, 1985.

_____. *Lógica e Dissonância – Sociedade de trabalho: Lei Ciência, Disciplina e Resistência Operária*. São Paulo: *Revista brasileira de História*, v. 6, nº. 11, 1986.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. São Paulo: EDUSC, 2004.

CALMOM, Francisco Marques de Góes. *Vida Econômica e Financeira da Bahia (elementos para a História - 1808-1899)*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1970)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

_____. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____ e PRADO, Maria Lygia R. *O Bravo Matutino*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, Luís Antonio Fernandes. *Entre vilas e avenidas: habitações proletárias em Salvador na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), 1991.

CARONE, Edgar. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979.

_____. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Bertran Brasil, 1988.

_____. *A Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988

CARVALHO, Inaiá Maria de. *Estudos Baianos: operários e sociedade industrial na Bahia*. Salvador: Artes Gráficas da Bahia, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras - a política imperial*. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. O Rio de Janeiro e a República. *Revista Brasileira de História*. v.05, nº 8/9, São Paulo: Marco Zero 1984/1985.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Cidade & Fábrica. A Construção do Mundo do Trabalho na Sociedade Brasileira*. 1983. 128f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S.. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: FIEB, 2004.

CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil. 1860-1913*: Zahar: Rio de Janeiro, 1979.

CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: Um estudo sobre a cultura e ação política*. Rio de Janeiro. Zahar, 1995.

CAVALCANTE, Berenice de O. *Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, final do século XIX*. Revista do Rio de Janeiro, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1 (1), dez. 1985.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996. v. 1 e 2.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril – cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *À beira da Falésia: A História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

COHN, Gabriel. *Problemas da industrialização no século XX*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1988.

CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa. *Nas linhas da modernidade: continuidades e rupturas*. Divinópolis, MG: Imprensa Oficial, 2003.

CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão*. Campinas: Papirus, 1998.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia a República: momentos decisivos*. 7ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. 4ªed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1991.

_____. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano*. (Estrutura de poder e Economia -1889-1930). Tomo III, v. 01. São Paulo: Difel, 1975.

DECCA, Edgar de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas – cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DELUMEAU, Jean. *O medo no Ocidente. 1300-1800, uma cidade citiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIAS, Adriana Albert. *A Malandragem da Mandinga - o cotidiano dos capoeiras em Salvador na República Velha*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro Graal, 1980.

DULCE, Otávio S. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2009.

_____. *Da divisão do Trabalho Social*. 3ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2008

DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. São Paulo: Hucitec/UFMG, 1988.

EBY, Frederick. *História da Educação moderna: teoria, organização e práticas educacionais*. Porto Alegre/Brasília: Globo/INL, 1976

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe operária Inglesa*. São Paulo: Global.

FABRIS, Annateresa (Org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1998.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 4ªed. São Paulo: Difel, 1986.

_____. *Crime e Cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FENELON, Déa Ribeiro. (org.). *Cidades*. São Paulo: Olho d'água, 1999.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Os significados urbanos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador. (1890-1937). *Revista Afro-Ásia*. nº21-22, 1999.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil, 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Introdução. In: _____ (org.) *João Gulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FONSECA, Raimundo Nonato da Silva. *Fazendo Fita: cinematógraphos, cotidianos e imaginários em Salvador, 1897/1930*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 20ªed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: UNICAMP, 2006.

_____. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA/São Paulo: Hucitec, 1996.

FRANCO, Tânia. *O Processo de Trabalho na Indústria Têxtil: um estudo de caso*. Salvador, 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1983.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 11ªed. São Paulo: Nacional, 1972.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: convento e disciplina* 2ªed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917/1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, Nem patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. 3ªed. rev. e amp. 2002.

_____. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____ e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.

HOBBSAWM, Eric J. *Os Trabalhadores: Estudos sobre a História do Operariado*. 2ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Mundos do trabalho: Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papirus, 1997.

KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2ed. rev. Sao Paulo: Ateliê editorial, 2001.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.). *Imagem e memória: ensaios em antropologia visual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

KOWARICK, Lúcio. (org.) *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KUENZER, Acácia Z. *Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. 2ªed. São Paulo: Cortez, 1986.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. *História e memória*. 4ªed. Campinas: UNICAMP, 1996.

LEAL, Maria das Graças Andrade. *A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996)*. Salvador: Fundação Odebrecht; Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. 1996.

LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. *E a Bahia civiliza-se ... Ideais de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana*. Salvador 1912/1916. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LEME, Marisa de Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

LEMOS, Carlos. *História da Casa Brasileira*. Casa colonial, casas urbanas e rurais e a habitação burguesa. São Paulo: Contexto, 1996.

LIBBY, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. In: SZMRECSÁNYI, Tomás e LAPA, José Roberto do Amaral. (org.) *História Econômica da Independência e do Império*. 2ªed. amp e rev. São Paulo: HUCITEC, 2002.

_____. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Nacional, s.d.

LOPES, José Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

_____. A formação de uma cultura operária. *Tempo e Presença*. Junho de 1987.

_____. et al. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Sociedade industrial no Brasil*. Coleção Corpo e Alma. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

LUZ, José Augusto e SILVA, José Carlos (orgs.). *História da Educação na Bahia*. Salvador: Arcadia, 2008.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

MARCELINO, Antonio. *Bahia, 70 anos de iluminação elétrica de rua*. Salvador: Editora Beneditina, 1973.

MARICATO, Ermínia. (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-omega, 1979.

MARONI, Amneris. A proposta não é uma vida melhor, mas uma vida radicalmente diferente. *Revista Plural*. nº03, v.01. São Paulo: Editora Japi Ltda, 1979.

_____. Trabalho e Sobrevivência: a classe operária e a criação da previdência social 1900-1923. In: *Revista História*. v. 09. São Paulo: Unesp, 1990.

MARTINS, José de Souza. *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: Ed. 34, 2008.

_____. *A sociabilidade do homem simples*. 2ªed. rev. e amp. São Paulo: Contexto, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: História, Cidade e Trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002.

_____. *Trama e Poder: a trajetória e polemica em torno das indústrias de sacaria para o café*. (São Paulo, 1888-1934) 3ªed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

MATOS, Vanessa Cristina Santos. *Gênero e Trabalho: um olhar sobre as greves operárias de junho e setembro de 1919* (Bahia-Salvador. 2008. 175f. Dissertação (Mestrado em estudos interdisciplinares). NEIN. Universidade Federal da Bahia.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. *Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim: de recolhidos a assalariado*. 1996. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. Concepções e Ferramentas para ascensão da burguesia na Bahia In: *Revista Contraponto*. nº1, nov/1998.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia: Século XIX: Uma província no Império*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. Os preços na Bahia de 1750 a 1930. In: *L'histoire quantitative du Brésil (1800-1930)*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1971.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história – interfaces. *Tempos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996.

MENEZES, Jaci Maria.(org.). *Projeto Memórias da Educação na Bahia*. Salvador: Editora da UNEB, 2001

MONDENARD, Anne de. A Emergência de um Novo Olhar Sobre a Cidade: As Fotografias Urbanas de 1970 a 1918. In: *Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados em história da PUC_SP*. São Paulo: Educ, 1981.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 2ªed. São Paulo: Livraria. Martins Fontes; Brasília: ed. Universidade de Brasília, 1982.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: Aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. *Memória da Federação das Indústrias do Estado da Bahia*. Salvador: FIEB, 1997.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires. *Pelas Ruas da Bahia*. Criminalidade e poder no universo dos capoeiras na Salvador Republicana (1912-1937). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *Antonio de Lacerda (1834-1885)*. Registros e documentos sobre sua vida e obra. Salvador: Fundação Gregório de Matos, 2002.

_____. *A crise da Economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX*. Salvador: FCJA/ UFBA: Centro de Estudos baianos, 1999.

_____. *A industrial cidade de Valença*. Salvador: CEB. nº11.

OZOUF, Jacques. Apud BECKER, Jean-Jacques. “O handicap do a posteriori”. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PEDRÃO, Fernando. O Recôncavo baiano na origem da indústria. In: SZMRECSÁNYI, Tomás e LAPA, José Roberto do Amaral. (org.) *História Econômica da Independência e do Império*. 2ªed. amp e rev. São Paulo: HUCITEC, 2002.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, Vera Maria Cândido. *O coração da fábrica: estudo de caso entre operários têxteis*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

PERISSINOTTO, Ronato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha Campinas*. São Paulo: UNICAMP, 1994.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: PELEGRINI, Sandra C. A. e ZANIRATO, Silvia Helena (org.). *Narrativas da Pós-modernidade na Pesquisa Histórica*. Maringá: Eduem, 2005.

_____. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris*, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2ªed. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. (orgs.). *A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA, 2004.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O proletariado industrial na Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, nº3, 1989.

- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza belle époque: reformas urbanas e controle social (1860-1931)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 40ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- PROUS, André. Jardins de ser, jardins de estar. In – *Revista de História da Arte e Arqueologia*. nº3. Campinas, 2000.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinada (Brasil 1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAMINELLI, Ronald. “História Urbana” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. In: *Revista Afro-Asia*. nº.24. 2000.
- _____. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. *Escravidão & invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- RESENDE, Antonio Paulo. *(Des)encantos modernos: a história da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: Fundarpe, 1997.
- REVISTA PLANEJAMENTO. Salvador: Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, v.5, nº4, 1977.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e atitudes operárias* (estudo de um grupo de trabalhadores). São Paulo: Brasiliense, 1970.
- RONCAYOLO, Marcel. *La villes el ses territories*. Paris: Gallimard, 1997.
- ROSADO, R de C S. de C. *O porto de Salvador – 1854/1881*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – UFBA, Salvador, 1984.
- RUBIM, Antônio Albino e RUBIM, Jorge Luiz Canelas. As lutas operárias na Bahia (1917-1921). Caderno do Ceas. Nº80, Salvador, julho/agosto de 1982.
- SAES, Décio. *A Formação do Estado Burguês no Brasil: 1888-1891*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada – o partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

_____. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Hucitec/Edufba, 1998.

SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973*. 1975. 236f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal da Bahia.

_____. *A Inserção da Bahia na evolução nacional*. 1ª etapa 1850-1889. Salvador: Publicação Oficial da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia.

SANTOS, Mariléia Oliveira. *Empório da Utopia: O projeto industrial de Luiz Tarquínio*. 2000. 187f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, Mario Augusto da Silva. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República – um grupo de pressão*. Salvador: ACB, 1991.

_____. *Uma fonte para a História Social de Salvador: as teses de doutoramento da Faculdade de Medicina da Bahia*. Salvador: Universitas, 1982.

_____. *Sobrevivência e Tensões Sociais – Salvador (1890-1930)*. 1982. 472f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. *Crescimento urbano e habitação em Salvador*. In: *Revista de Arquitetura e Urbanismo*. v. 03, 4/5, 1990.

SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador*. Salvador: Estudo da geografia urbana. 2ªed. São Paulo: Edusp; Salvador: Edufba, 2008.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SARDENBERG, Cecília. O gênero da memória: lembranças de operários e lembranças operárias. *Coleção Bahianas*. v.03. Salvador: NEIN.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHAPOCHNICK, Nelson. Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: _____. (org.). *História da vida privada*. v.03. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Trajétoias e vivências: as biografias na Historiografia do Movimento operário brasileiro*. Projeto História – PUC. São Paulo, nº. 16, 1998.

SCHULZ, John. *A crise financeira da Abolição: 1875-1901*. São Paulo: EDUSP, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Helenice Rodrigues. Rememoração/Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v.22, nº44, 2002.

SILVA, Joceli Maria. Cultura e territorialidades urbanas. *Revista de História Regional*. nº 05. Ponta Grossa, 2002.

SILVA, Marcos A. da. *Caricata República. Zé povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

_____. (org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras da Tradição: Luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.

SIMONSEN, Roberto C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Nacional/Editora da USP, 1973.

SOUZA, Célia Ferraz de e PESAVENTO, Sandra Jatáhy (org.). *Imagens Urbanas: Os Diversos Olhares na Formação do Imaginário Urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1997.

SOUZA, George Everton Sales. *Entre o religioso e o político. Uma história do círculo operário da Bahia*.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

STORCH, Robert. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. *Revista Brasileira de História*. v.05, 1984/1985.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAUNAY, Afonso de E. *Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil*. São Paulo, 1941.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*, 11ªed. rev e amp. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. *A economia da província da Bahia na Segunda metade do século XIX*. Salvador: Universitas, 1982.

_____. *O problema da involução industrial da Bahia*. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 1966.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 1985.

TEIXEIRA, Palmeira Petratti. *A fábrica do sonho – trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.

TURAZZI, Maria Inez. Paisagem construída – Fotografia e memória dos melhoramentos urbanos na cidade do Rio de Janeiro. In: *Revista Varia História*. Dossiê Fotografia. v.22. nº23. Belo Horizonte: Jan/Jun. 2006.

_____. *A euforia do progresso e a imposição da ordem: A engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX*. Rio de Janeiro: COPPE, São Paulo: Marco Zero, 1989.

UZEDA, Jorge Almeida. *O Aguaceiro da Modernidade na Cidade do Salvador, 1935-1945*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

VIANNA FILHO, Luiz. *O negro na Bahia*. 2ªed. São Paulo: Livraria Martins, 1976.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4ªed. rev. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

VILLELA, A. e SUZIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA, 1975.

WEID, Elizabeth Von Der e BASTOS, Ana Maria. *O fio da meada*. Estratégia de expansão de uma indústria têxtil. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Octávio (Org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

ZANIRATO, Silvia Helena. *A fotografia na imprensa: modos de ler*. Fortaleza: Trajetos, 2003.

_____. *O descanso do Guerreiro: um estudo da legislação previdenciária brasileira*. MARINGÁ: Eduem, 2003.